

ENCONTRO COMEMORATIVO DOS 25 ANOS
DO CENTRO DE LINGUÍSTICA
DA UNIVERSIDADE DO PORTO
volume 1

Organização

Isabel Margarida Duarte

Joaquim Barbosa

Sérgio Matos

Thomas Hüsgen

ENCONTRO COMEMORATIVO
DOS 25 ANOS

FICHA TÉCNICA

Título: Encontro Comemorativo dos 25 Anos do Centro de Linguística da Universidade do Porto

Organização: Isabel Margarida Duarte | Joaquim Barbosa | Sérgio Matos | Thomas Hüsgen

Edição: Centro de Linguística da Universidade do Porto

ISBN: 972-9350-70-1

Depósito legal: 183635/02

Execução gráfica: Rainho & Neves, Lda. / Santa Maria da Feira

Julho 2002

Actas do
ENCONTRO COMEMORATIVO DOS 25 ANOS
DO CENTRO DE LINGUÍSTICA
DA UNIVERSIDADE DO PORTO

Porto, 22-24 de Novembro de 2001

volume 1

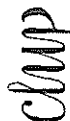
Organização

Isabel Margarida Duarte

Joaquim Barbosa

Sérgio Matos

Thomas Hüsgen

 Centro de
Linguística da
Universidade
do Porto

Com o apoio da

Fundação para a Ciência e Tecnologia

e da

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

APRESENTAÇÃO

O Encontro Comemorativo dos 25 anos do centro de Linguística da Universidade do Porto (Unidade nº 22/94 da Fundação para a Ciência e Tecnologia) teve lugar nos dias 24 a 26 de Novembro de 2001, na Faculdade de Letras do Porto. Contou com numerosos apoios (da Faculdade de Letras, da Reitoria da Universidade do Porto, da Câmara Municipal do Porto, da Fundação para a Ciência e Tecnologia, do Instituto de Inovação Educacional, da Porto Editora e do Coral de Letras da Universidade do Porto) e mobilizou 56 investigadores (14 dos quais membros da Unidade) que apresentaram 46 comunicações. Estiveram presentes representantes de 18 instituições nacionais e estrangeiras.

Relativamente às presentes Actas, gostaríamos de dar alguns esclarecimentos:

- Nem todas as comunicações do Encontro estão incluídas nas Actas: as comunicações de alguns investigadores e convidados do CLUP vão ser publicadas no volume Comemorativo que o Centro está a organizar em separado; outras serão, por conveniência dos seus autores, publicadas noutros locais.
- se, mesmo assim, as Actas deste Encontro ficaram volumosas, tal deve-se ao facto de o Encontro ter excedido as nossas expectativas, quer em matéria de inscritos, quer, sobretudo, de comunicantes.

Resta-nos agradecer, enquanto comissão organizadora, a todos os investigadores que com a sua participação contribuíram para o êxito da iniciativa, a prontidão e o respeito pelas normas e datas combinadas para entrega dos tex-

tos, acrescentar que gostámos muito de organizar este Encontro e que esperamos que os textos reproduzam a riqueza do «evento».

A Comissão Organizadora
Isabel Margarida Duarte
Joaquim Barbosa
Sérgio Matos
Thomas Hüsgen

INTRODUÇÃO

Uma instituição dedicada à investigação completar vinte e cinco anos é por certo um acontecimento que merece ser comemorado. A melhor forma de assinalar este aniversário foi convidar outros linguistas a estarem connosco nesta comemoração que assumiu a forma de um Encontro científico, mas também de amizade e alegria em estarmos juntos.

A fundação deste Centro deveu-se em grande medida ao empenho do Professor Óscar Lopes a quem muito agradecemos a dinâmica que lhe soube imprimir, juntamente com outros membros fundadores, e o legado do seu saber, de um desejo de aprofundamento e actualização constante e da sua paixão pela ciência, em particular a Linguística. Por isso o nosso reconhecimento envolve uma grande admiração e amizade e um enorme respeito pelo homem e pelo linguista.

Durante a sua vida, o Centro teve diferentes fases, umas mais dinâmicas, outras menos, mas resistimos até agora, pois recomeçámos com novo alento em 1996. Na verdade, para o CLUP permanecer ele próprio teve que mudar, pois não se pode conservar e aumentar o saber sem renovar constantemente.

Relançar o Centro de Linguística tem exigido empenho, paciência e sobretudo acreditar que a investigação é um meio sólido para crescermos, sermos melhores profissionais e sermos também mais livres porque tentar encontrar explicações para o que por vezes até parece óbvio aumenta, fundamentada em teorias e métodos adequados, a nossa capacidade de análise e de crítica e abre, sem qualquer dúvida, novos horizontes.

Procurar o que está por detrás e para além de uma qualquer “simples” estrutura linguística é uma viagem fantástica, com pequenas e grandes paragens, com paisagens mais ou menos aliciantes, mas sempre entusiasmante.

A viagem que é a investigação é uma força positiva com a qual nos construimos, mas também nos permite abrir a novas e diversas relações humanas.

Por isso, apesar de inevitáveis momentos de solidão, estas viagens são mais interessantes quando temos companhia, porque podemos trocar impressões, olhar de outro modo ou para outra perspectiva, encontrar relações que ainda não tínhamos estabelecido. Por vezes não é tanto ver coisas novas como conseguir aprender e ver todas as coisas com olhos diferentes.

Por isso, nos últimos anos, tem sido um esforço do CLUP promover equipas de trabalho e encontros científicos de diferentes tipos na medida em que uma comunidade científica só está apta a responder aos desafios se for capaz de discutir, de se estimular, de colaborar, de competir, abrindo-se a caminhos novos e sendo capaz de fazer a síntese entre o saber acumulado e a análise constante dos sinais, por vezes ténues, da novidade.

Durante este Encontro, cujas Actas agora se publicam, houve lugar para muitos debates, muita troca de pontos de vista, de abordagens, de perspectivas teóricas e metodológicas, o que nos enriqueceu a todos e estimulou a prosseguir este caminho.

Mas também o calor humano que envolveu este Encontro nos deu alento e a certeza de que uma comunidade científica só o é se for capaz de associar a investigação à vida.

Por tudo isto agradecemos a todos os participantes, com uma menção especial aos convidados, e a todos quantos quiseram estar presentes, em particular os representantes de outros centros e institutos de investigação.

Finalmente, cabe aqui agradecer à Comissão Organizadora deste Encontro a forma exemplar e amável como o fizeram, abrindo um caminho de esperança na força da investigação como procura incessante de respostas que, sabemos, nos permitirão formular novas perguntas.

Por tudo isto, tivemos uma verdadeira celebração!

Fátima Oliveira

PARA COMPREENDER O MECANISMO DE FORMAÇÃO DOS CHAMADOS «DERIVADOS REGRESSIVOS»

Alexandra Soares Rodrigues
Escola Superior de Educação
Instituto Politécnico de Bragança

1. Introdução

O presente trabalho pretende reavaliar o processo de formação dos substantivos deverbais a que a gramática tradicional chama “derivados regressivos” e que aqui designaremos por “postverbais”.

Devido ao facto de os postverbais não serem sufixados derivacionalmente e de o português também prever a formação de verbos denominais sem o auxílio de sufixos derivacionais, proporemos alguns critérios que contribuam para a distinção entre um postverbal e um substantivo derivante de um verbo, ou seja que permitam estabelecer a direcionalidade $V > S$.

2. Derivação regressiva

2.1. Conceito e pressupostos

Os manuais de Gramática Tradicional como Cunha & Cintra, 1991, Said Ali, 1964, Areal, 1995, Bragança, 1977 e Figueiredo & Ferreira, 1979 concebem, dentro dos processos de formação de palavras, a existência da chamada “derivação regressiva”. De acordo com a própria designação, os produtos lexicais formados regressivamente resultarão de um encurtamento operado sobre o vocábulo base, o que acarretará que formalmente o derivado seja mais curto do que o derivante. Assim, substantivos derivados de verbos como *uivo* (< *uivar*), *arranjo* (< *arranjar*), *confronto* (< *confrontar*), enquanto encarados no conjunto dos derivados regressivos, são tidos como resultantes de mecanismos opostos àqueles que dão génese a outros substantivos, também deverbais, descritos como derivados por sufixação como *conhecimento* (< *conhecer*), *folgança* (< *folgar*), *focagem* (< *focar*), *desglobalização* (< *desglobalizar*).

A inclusão dos primeiros deverbais na classe heterogênea da derivação regressiva acarreta, no entanto, alguns problemas que partem, exactamente, dos próprios pressupostos da derivação regressiva. São esses pressupostos que passaremos agora a observar através das palavras de Said Ali, 1964, 256:

«Consiste a derivação [...] em formar um vocábulo nôvo adicionando a outro vocábulo ou a seu radical um prefixo ou um sufixo. O termo derivado resulta da ampliação do termo derivante. [...] Além deste processo normal, existe outro, o da derivação regressiva, em que se faz exactamente o contrário, obtendo-se a palavra nova, não por adição, mas por subtração do elemento formativo. Dá-se êste fenómeno por um êrro de raciocínio. O termo preexistente é realmente primitivo, mas produz a impressão de ser derivado por causa da sua semelhança com outros vocábulos que, por sua vez, são derivados; e assim, vai-se-lhe crear um suposto termo derivante à guisa dos derivantes destoutros vocábulos.»

Do texto de Said Ali conclui-se que a derivação regressiva é encarada como um processo originado num “erro de raciocínio”. Esse erro de raciocínio é operado na mente do falante devido ao estabelecimento de analogias entre vocábulos básicos e vocábulos derivados formalmente semelhantes. Exemplificando, existindo um verbo derivado como *azeitar* cuja base é o substantivo *azeite* e havendo no português verbos básicos (*jantar*, *morder*) sem relação com substantivos dos quais pudessem derivar, o falante sente necessidade de criar os supostos derivantes nominais desses verbos básicos (*janta*, *mordo*). Esses supostos derivantes, que, na verdade, são derivados, são formalmente mais curtos do que os verbos correlatos, obedecendo aos parâmetros da derivação que implicam, recordando Said Ali, que «O termo derivado result[e] da ampliação do termo derivante».

Esta descrição da formação dos postverbais suscita, de imediato, duas objecções. A primeira diz respeito à consideração de que há um envolvimento activo, no sentido de consciente, por parte do falante na formação de palavras. Embora o falante comum possa tecer relações lexicais entre um substantivo e um verbo cognatos, como *janta/jantar*, *azeite/azeitar*, dificilmente estabelecerá direccionalidades derivacionais entre os membros de cada par.

A segunda tem que ver com uma visão superficial dos vocábulos em jogo. Aparentemente, o lexema base é mais extenso do que o seu produto, porque se toma como derivante a forma do infinitivo verbal.

2.2. Os “derivados regressivos” deverbais não são regressivos

A construção dos postverbais pressupõe, de acordo com a explicação regressivista, duas operações distintas:

- a) uma operação de subtracção da vogal temática e do morfema de infinitivo verbais exercida sobre a forma base:

morder > *mord-*

uivar > *uiv-*

cortar > *cort-*;

b) uma operação de adição de um marcador de classe à base já encurtada:

mord + *o*

uiv + *o*

cort + *e*.

A inclusão da vogal temática do verbo no conjunto dos segmentos a elidir através do processo regressivo e consequente necessidade de conceber a adição posterior do marcador de classe para a obtenção do substantivo deve-se à constatação de que não há total coincidência entre os dois índices temáticos do verbo e do substantivo, conforme observável nos exemplos acima transcritos.

A gramática tradicional, contudo, não faz referência a este facto, o que enfatiza que o carácter regressivo imputado ao processo tem origem na estrita avaliação da dimensão dos significantes do derivante e do derivado.

Uma outra incongruência a destacar no modo como a gramática tradicional concebe a formação de palavras reside no facto de, para os substantivos deverbais sufixados, não se fixar como derivante a forma do infinitivo verbal, mas sim a forma do tema. Assim:

desglobaliza + *ção*

conheci + *mento*.

Se não há vestígios do morfema do infinitivo no substantivo postverbal, assim como não os há nos deverbais sufixados apresentados, então é necessário redelimitar a base de formação dos postverbaís e redefinir o processo por que são engendrados.

O morfema do infinitivo, porque não observável no produto postverbal, tem de ser entendido como os restantes morfemas modo-temporais do sistema verbal do português – como um morfema flexional, logo exterior à derivação (Corbin, 1987, 124-125 e Kerleroux, 1997, 164). A sua saliência do conjunto dos morfemas flexionais indicadores de modo-tempo deve-se ao facto de constituir a forma citacional dos verbos na tradição gramatical das línguas modernas ocidentais. No entanto, essa função é meramente convencional. Recorde-se, por exemplo, que em latim o verbo é citado não através da forma do infinitivo, mas da forma da primeira pessoa do singular do presente do indicativo.

Se o morfema de infinitivo não é integrável no conjunto das formas do *input* da morfologia derivacional e se não há paralelismo entre o índice temático do verbo e o marcador de classe do substantivo dele derivado, então a forma base é o radical verbal. A esse radical agrega-se posteriormente um marcador de classe cuja função consiste, basicamente, em integrar paradigmaticamente o derivado no conjunto dos substantivos e em permitir a sua actualização lexical (Herculano de Carvalho, 1984, 530-532).

3. Critérios para dilucidar a direccionalidade V>S

O facto de os postverbaís não conterem um sufixo derivacional não está apenas na génese da sua classificação como regressivos, mas também numa outra dificuldade da compreensão do seu funcionamento. Referimo-nos à dificuldade de compreender se um dado substantivo que mantém uma relação derivacional com um verbo é derivado ou derivante desse verbo. Ou seja, perante dois mecanismos genolexicais – S > V e V > S – que não actuam através de um aumento, com a agregação de um afixo, da extensão do significante do derivado, como reconhecer qual dos dois interveio na relação derivacional entre um substantivo e um verbo?

Observemos os seguintes exemplos:

vacina/vacinar
rato/ratar
regimento/regimentar
aboquejo/aboquejar
embarque/embarcar
júbilo/jubilar
enxofra/enxofrar

Como reconhecer os pares em que o substantivo é um derivado postverbal do português?

Para essa tarefa concorrem vários critérios que devem ser utilizados conjuntamente. Começaremos por observar os mais formais, porque mais salientes, que permitem desde logo uma primeira filtragem dos pares em análise.

3.1. Critérios morfofonológicos

3.1.1. A acentuação

Observando o conjunto dos substantivos acima colocados, conclui-se que existe um deles a que se nega, imediatamente, o carácter de postverbal cons-

truído no português. Referimo-nos a *júbilo*. *Júbilo* não é construído com base em *jubilar* porque não é, desde logo, um produto do português. Mesmo sem recorrermos ao auxílio de informações de carácter diacrónico que, aliás, corroboram esta informação, a presença, nesse substantivo, de uma acentuação esdrúxula revela o carácter [- construído] do lexema.

Júbilo não obedece à generalidade da acentuação apresentada pelos postverbaís que seguem a regra geral de acentuação dos N do português. Segundo essa regra, os substantivos e os adjectivos são acentuados na última sílaba do radical. Ora, a acentuação proparoquítona é, assim, de carácter [+ marcado], pois não se enquadra nos parâmetros acentuais descritos (Pereira, 1999). O acento proparoquítono está presente em dois tipos de situação (Mateus, 1975): (i) o vocábulo contém um sufixo esdrúxulo (*bel-íssimo*, *emblem-ático*); (ii) o vocábulo não foi construído em português (*âncora*). É este o tipo em que se enquadra *júbilo*¹, não sendo, pois, postverbal de *jubilar*.

A acentuação [+ marcada] permite excluir do conjunto dos postverbaís do português qualquer substantivo que a apresente. Contudo, isto não significa que qualquer substantivo com acentuação [- marcada] corresponda a um lexema construído no português e, muito menos, a um postverbal. Assim, outros critérios deverão ser utilizados para a resolução do problema.

3.1.2. Presença de afixos verbais no substantivo/presença de afixos nominais no verbo

Nos exemplos mencionados, estão presentes pares S/V cuja direcionalidade derivacional pode ser estabelecida através da análise das unidades morfológicas dos membros que compõem cada par. A presença de morfemas derivacionais em *regimento/regimentar*, *aboequejo/aboequejar* e *embarque/embarcar* possibilita a compreensão da relação entre cada S e cada V. Para isso é necessário ter presente o conjunto das operações afixais do português envolvidas, por um lado, na formação de verbos e, por outro, na formação de substantivos².

Se num determinado par S/V forem observáveis afixos actantes na construção de verbos, então o verbo constitui a forma base e o substantivo o seu derivado. Em *aboequejo/aboequejar* e *embarque/embarcar*, constatamos o circunfixo *a-...-ej-* e o prefixo *em-*, respectivamente. As duas unidades afixais comparecem apenas na formação de verbos e não na formação de substantivos. Assim:

¹ *Júbilo* remonta ao latim tardio *JŪBĪLUM*, derivado de *JUBILĀRE*. *ncoraa* tem origem em *ANCŌRA* (Cf. Corominas & Pascual, 1991).

² Para o estudo dessas operações, vejam-se Rio-Torto, 1993 e Rio-Torto, 1998.

boc-(a) > a-boqu-ej-(ar)

* *boc-(a) > a-boqu-ej-(o)*

barc-(o) > em-barc-(ar)

* *barc-(o) > em-barqu-(e)*

A impossibilidade das construções *S > S* deve-se à inexistência de paradigmas no português onde essas construções se pudessem inserir e à presença de estrutura argumental nos substantivos *aboquejo* e *embarque* que não a possuiriam se fossem denominais. *Aboquejo* e *embarque* são, pois, derivados de *aboquejar* e *embarcar* e não o oposto, já que a estrutura morfológica dos verbos evidencia que estes são morfológicamente anteriores aos substantivos e que a direccionalidade em causa é *V > S*. Assim:

boca > aboquejar > aboquejo

barco > embarcar > embarque

Por sua vez, *regimento/regimentar* representa uma formação de direccionalidade *S > V*. Essa direccionalidade é ostentada pela presença do sufixo *-ment-* nos lexemas do par. Este sufixo actua na formação de substantivos e não na formação de verbos:

regi-(do) > regi-ment-(o)

* *regi-(do) > regi-ment-(ar)*.

Assim, o substantivo *regimento* é morfológicamente anterior ao verbo *regimentar*, constituindo-se, pois, como seu derivante:

reger > regimento > regimentar.

Dilucidámos a direccionalidade de quatro dos pares propostos através da aplicação de critérios morfofonológicos. No entanto, os pares *vacina/vacinar*, *rato/ratar* e *enxofra/enxofrar* não exibem traços formais para que se disponibilize o mesmo tipo de critérios. A sua direccionalidade tem de ser solucionada através de critérios sintáctico-semânticos.

3.2. Critérios sintáctico-semânticos

3.2.1. Estrutura argumental

Observemos os exemplos:

(1) *A empresa construiu a casa em dois anos.*

- (1') *A construção da casa (pela empresa) durou dois anos.*
 (2) *O Rui enxofrou a vinha durante duas horas.*
 (2') *A enxofra da vinha (pelo Rui) durou duas horas.*
 (3) *O animal ratou a corda durante dois minutos.*
 (3') * *O rato da corda (pelo animal) demorou dois minutos.*
 (4) *A Ana vacinou o menino em dois segundos.*
 (4') *A vacinação do menino (pela Ana) demorou dois segundos.*
 (4'') * *A vacina do menino (pela Ana) demorou dois segundos.*

As frases (1'), (2'), (4') representam nominalizações das correspondentes (1), (2) e (4) e são gramaticais. As frases (3') e (4''), apesar de seguirem paradigmaticamente as anteriores, não resultam gramaticais. Esta agramaticalidade deve-se ao facto de os substantivos *rato* e *vacina* não possuírem estrutura argumental, o que os impede de funcionarem como predicadores. Pelo contrário, *construção*, *enxofra* e *vacinação* exercem nas frases a sua capacidade de predicação por deterem uma estrutura argumental inerente.

O que é que conduz a esta discrepância estrutural entre, por um lado, *rato* e *vacina* e, por outro, *construção*, *enxofra* e *vacinação*? A resposta está no carácter deverbal do segundo grupo por oposição ao carácter não-construído e, necessariamente, não deverbal do primeiro. *Construção*, *enxofra* e *vacinação* mostram capacidade predicativa porque a herdaram dos seus derivantes – os verbos *construir*, *enxofrar* e *vacinar* – que, pela sua natureza de predicadores, a detêm inerentemente³ (Tarvainen, 1987 e Grimshaw, 1990).

Assim, *enxofra* é postverbal de *enxofrar*, enquanto *rato* e *vacina* são derivantes de *ratar* e *vacinar* e não seus derivados.

Este critério permite, inclusivamente, resolver casos do tipo *enxofre/enxofral/enxofrar*. *Enxofra* é postverbal de *enxofrar*, o que é visível através da gramaticalidade da frase (2') que recordamos:

- (2') *A enxofra da vinha (pelo Rui) deu-se em duas horas.*

Por sua vez, *enxofre* não é postverbal de *enxofrar*, o que é salientado pela agramaticalidade de (2''):

- (2'') * *O enxofre da vinha (pelo Rui) deu-se em duas horas.*

³ A direcionalidade de *construir/construção* e de *vacinar/vacinação* não coloca dúvidas devido à presença do sufixoção que indica a deverbalidade dos substantivos. Colocámo-los nos exemplos para tornar mais óbvia a herança da estrutura argumental do verbo derivante por parte dos deverbais.

Deste modo, num dado par S/V, a direccionalidade é $V > S$ se o S apresentar capacidade predicativa.

3.2.2. As significações do postverbal

As significações de um determinado produto lexical são devedoras de estruturas semânticas presentes no seu derivante. Como tal, um postverbal deve reflectir semanticamente que é produto de um verbo.

A relação derivacional $V > S$ mostra-se, no produto, através da acepção abstracta de “acção de V”. Esta significação não se reduz a uma categoria aspectual oposta, por exemplo, a “processo” ou a “estado”. Representa antes a “interpretação verbal” que o substantivo deverbal carrega, independentemente da classe eventiva do verbo base.

É este valor semântico de “acção de V” que viabiliza a actualização do deverbal com a função predicativa analisada em 2.2.1 (Brito & Oliveira, 1997).

Contudo, para além dessa significação abstracta de “acção de V”, muitos postverbais encerram significações de cariz concreto (Rio-Torto, 1993 e Rio-Torto, 1997). Esses semantismos concretos não questionam, no entanto, o carácter deverbal dos substantivos, antes o enfatizam, visto serem projecções de determinados constituintes semânticos do verbo básico.

Por motivos de economia de espaço, não focaremos exaustivamente todas as possibilidades de ocorrência de significações concretas dos postverbais nem todos os constituintes semânticos que lhe dão génese, mas referenciaremos apenas alguns exemplos que nos parecem esclarecedores.

Um processo de obtenção dos semantismos concretos está na topicalização de argumentos do verbo (Bordelois, 1993, Beniers, 1991, Lüdtke, 1976). Analisemos os exemplos:

(5) *A Ana abrigou o cão na garagem durante dez anos.*

(5') *O abrigo do cão (pela Ana) na garagem durou dez anos.*

(5'') *A garagem foi o abrigo do cão durante dez anos.*

Em (5), *na garagem* representa um argumento LOCATIVO do predicador *abrigar*. Em (5'), porque *abrigo* surge actualizado com a significação genérica de “acção de V”, *na garagem* continua a funcionar como LOCATIVO sob a predicação do postverbal. Nesta frase, *do cão* é um argumento (OBJECTIVO) de *abrigo*.

Em (5''), *abrigo* perde a função predicativa e adquire uma função referencial exercida sob a forma de “lugar onde (se) V”. Neste caso, *do cão* não é um argumento, mas um complemento determinativo.

As diferentes significações de *abrigo* poderão ser mais facilmente distinguidas se comutarmos este postverbal por um substantivo básico (*casa*) desprovido de qualquer semantismo abstracto de “acção”. Um substantivo desse tipo não pode ocorrer com função predicativa, mas apenas com função referencial:

(5'a) * *A casa do cão (pela Ana) na garagem durou dez anos.*

(5"a) *A garagem foi a casa do cão durante dez anos.*

Outras significações decorrem da topicalização do argumento AGENTE, pelo que se obtém a significação de “aquele/aquilo que V” ((6")):

(6) *A Ana visitou a Rita durante dez anos.*

(6') *A visita da Rita (pela Ana) deu-se durante dez anos.*

(6") *A Ana foi a única visita da Rita durante dez anos.*

O postverbal *visita* só é comutável por substantivo concreto quando ocorre com função referencial:

(6'a) * *A hóspede da Rita (pela Ana) deu-se durante dez anos.*

(6"a) *A Ana foi a única hóspede da Rita durante dez anos.*

Em (7") podemos observar a significação de “instrumento com que (se) V”, decorrente da topicalização do argumento INSTRUMENTATIVO:

(7) *O João aguçou o lápis com um canivete.*

(7') *O João procedeu ao aguço do lápis com um canivete.*

(7") *O canivete foi o único aguço de que o João dispôs para afiar o lápis.*

Aguço só aparece realizado com a significação concreta em (7"), onde pode ser comutado por substantivo concreto:

(7'a) * *O João procedeu ao instrumento do lápis com um canivete.*

(7"a) *O canivete foi o único instrumento de que o João dispôs para afiar o lápis.*

Ainda que apresente significações concretas, num par S/V o substantivo é postverbal se essas significações forem extensões de traços semânticos da base verbal.

4. Conclusões

1 – A concepção de “derivação regressiva” deverbal, tal como entendida nos textos de Gramática Tradicional, parte de uma análise superficial das

unidades lexicais. A estrutura morfológica dos lexemas é avaliada pelas suas formas citacionais. Reavaliado o processo de formação dos postverbais, conclui-se que não há activação de operações de subtracção de segmentos, o que implica a negação da regressividade do processo. A base de derivação não é a forma do infinitivo, mas o radical verbal.

2 – A direcionalidade derivacional entre substantivos e verbos correlatos cujos radicais apresentam a mesma extensão é dilucidada pela aplicação conjunta de critérios morfofonológicos e sintáctico-semânticos. Assim, num par S/V, o S será postverbal se: (i) o S apresentar acentuação [- marcada], (ii) o S não contiver afixação deverbal ou o V contiver afixação denominal, (iii) o S exercer função predicativa, (iv) o S ostentar significações que reflectem a herança verbal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AREAL, Américo, 1995 – *Curso de português. Questões de gramática. Noções de latim*, Porto, Edições Asa, 8ª edição.
- BENIERS, Elisabeth, 1991 – “Productividad morfológica y valencia” in *Nueva Revista de Filología Hispánica*, tomo XXXIX, pp. 707-736.
- BORDELOIS, Ivonne, 1993 – “Afijación y estructura temática: -da en español” in Varela Ortega, Soledad, 1993 – *La formación de palabras*, Madrid, Taurus Universitaria, pp. 162-179.
- BRAGANÇA, António, 1977 – *Noções elementares de português fundamental*, Porto, Livraria Escolar Infante.
- BRITO, Ana Maria & Oliveira, Fátima, 1997 – “Nominalization, aspect and argument structure” in Matos, Gabriela et alii, 1997 – *Interfaces in linguistic theory* (Selected papers from the International Conference on Interfaces in Linguistics, Porto, November 13-17, 1995), Lisboa, Associação Portuguesa de Linguística/Edições Colibri, pp. 57-80.
- CARVALHO, José Herculano de, 1984 – *Teoria da linguagem. Natureza do fenómeno linguístico e análise das línguas*, Vol. II, Coimbra, Coimbra Editora, 4ª reimpressão.
- CORBIN, Danielle, 1987 – *Morphologie dérivationnelle et structuration du lexique*, Tübingen, Max Niemeyer Verlag.
- COROMINAS & Pascual, 1991 – *Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico*, Madrid, Editorial Gredos, 3ª reimpressão.
- CUNHA, Celso & Cintra, Lindley, 1991 – *Nova gramática do português contemporâneo*, Lisboa, Edições Sá da Costa, 8ª edição.
- FIGUEIREDO, J. M. Nunes de & Ferreira, Gomes, 1979 – *Compêndio de gramática portuguesa*, Porto, Porto Editora.
- GRIMSHAW, Jane, 1990 – *Argument structure*, Cambridge, London, The MIT Press.
- KERLEROUX, Françoise, 1887 – “De la limitation de l’homonymie entre noms déverbaux convertis et apocopes de noms déverbaux suffixés” in *Silexicales. Mots possibles et mots existants* (Forum de morphologie; Actes du colloque de Villeneuve d’Ascq, 28-29 de Abril de 1997), n.º 1, pub. de l’U.R.A., 382 du C.N.R.S., Université de Lille III, pp. 163-172.

- LÜDTKE, Jens, 1976 – “Sur les niveaux d’analyse des nominalisations prédictives” in *Cahiers de Lexicologie*, vol. XXVIII, n.º 1, pp. 51-59.
- MATEUS, Maria Helena Mira, 1975 – *Aspectos de fonologia portuguesa*, Lisboa, Centro de Estudos Filológicos.
- PEREIRA, Isabel, 1999 – *O acento da palavra em português. Uma análise métrica*, Coimbra, Dissertação de Doutoramento (inérita).
- RIO-TORTO, Graça Maria, 1993 – *Formação de palavras em português. Aspectos da construção de avaliativos*, Coimbra, Dissertação de Doutoramento (inérita).
- RIO-TORTO, Graça Maria, 1997 – “Construção e interpretação: o exemplo dos nomes heterocategoriais” in *Sentido que a vida faz. Estudos para Oscar Lopes*, Porto, Campo das Letras, pp. 815-834.
- RIO-TORTO, Graça Maria, 1998 – *Morfologia derivacional. Teoria e aplicação ao português*, Porto, Porto Editora.
- RODRIGUES, Alexandra Soares, 2001 – *A construção de postverbais em português*, Porto, Granito Editores e Livreiros.
- SAID ALI, Manuel, 1964 – *Gramática histórica da língua portuguesa*, São Paulo, Edições Melhoramentos, 3ª edição.
- TARVAINEN, Kalevi, 1987 – “Semantic cases in the framework of dependency theory” in DIRVEN, René & RADDAN, Wünter, 1987 – *Concepts of case*, Tübingen, Gunter Narr Verlag, pp. 75-102.

UMA ANÁLISE DOS VERBOS PSICOLÓGICOS COM BASE NOS DADOS DE UM CORPUS: regularidade, variação e polissemia verbal

Amália Mendes

Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL)

1. Introdução

Os verbos psicológicos expressam uma experiência de natureza emocional, sendo assim também designados por verbos de emoção, e dividem-se, na literatura, em verbos com Experienciador sujeito, como o verbo *amar*, e verbos com Experienciador objecto, como *preocupar*. É normalmente assumido, nos numerosos estudos sobre esta classe, que os verbos de cada subtipo apresentam um comportamento perfeitamente homogéneo, embora os resultados apresentados sejam, na generalidade dos casos, baseados em poucos exemplos de um ou de ambos os subtipos referidos.

Os resultados aqui apresentados baseiam-se no estudo de um conjunto de 221 verbos psicológicos com objecto directo Experienciador, do tipo de *preocupar*, tendo sido analisados contextos de usos reais destes verbos, extraídos de um *corpus* de língua portuguesa. A análise do comportamento sintáctico de uma amostragem vasta, que nos parece ser de facto representativa desta classe verbal, bem como o recurso a dados reais da língua, levam a um maior conhecimento da regularidade sintáctica existente no interior desta classe verbal e do grau de variação entre os seus elementos. Para além de permitir obter um conhecimento mais aprofundado desta classe verbal específica, este tipo de estudo levanta ainda questões que se prendem com a própria existência de classes verbais, estabelecidas sintáctica ou semanticamente, quando confrontadas com a variação encontrada na língua. Os dados analisados foram extraídos de um *corpus* escrito de língua portuguesa com 12 milhões de palavras¹,

¹ A constituição do corpus é a seguinte: jornais (57%), revistas (12%), obras literárias (19%), manuais técnico-didácticos (8%), Acórdãos do Supremo Tribunal de Justiça (1%) e *Diário da Assembleia da República* (3%).

desenhado a partir de um *corpus* de mais de 150 milhões: o *Corpus de Referência do Português Contemporâneo*, do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa.

A análise das ocorrências destes verbos no *corpus* coloca três questões centrais:

- a) em que medida existe variação sintáctica e semântica interna ao conjunto dos verbos intrinsecamente psicológicos, isto é, verbos que apenas têm sentido psicológico² e em que medida os dados de frequência do *corpus* apontam para uma importância significativa dessa variação;
- b) tendo em conta esses mesmos dados de frequência, será possível definir o protótipo de verbo psicológico e o grau de afastamento existente na classe relativamente a esse protótipo? Poder-se-á inclusivamente falar de uma classe de verbos psicológicos?
- c) os verbos que apresentam sentidos não psicológicos partilham ou não as propriedades prototípicas dos verbos intrinsecamente psicológicos?

O ponto 2 deste artigo trata das questões (a) e (b), apresentando alguns exemplos de propriedades regulares e de variação (para uma análise detalhada desta classe verbal ver (MENDES, 2001)), e o ponto 3 trata da questão (c), isto é, da problemática da polissemia na classe verbal em estudo.

2. Propriedades dos verbos intrinsecamente psicológicos

Em primeiro lugar, iremos analisar o grau de partilha de propriedades entre os verbos intrinsecamente psicológicos, no ponto 2.1., centrando-nos em duas construções sintácticas, para observar de seguida o grau de variação no interior da classe, no ponto 2.2., sistematizando estes dados em 2.3., em torno da questão da prototipicidade.

2.1. Construção transitiva e construção anticausativa

Os verbos intrinsecamente psicológicos analisados aceitam todos eles a construção transitiva com Experienciador Objecto Directo (3 verbos, *agradar*,

² Optamos por utilizar, por enquanto, o termo *sentido* e não o termo *significado*, para evitar tomar, desde já, opções relativamente a tratar-se de casos de monosemia, polissemia ou homonímia. Os dados apresentados ao longo do artigo irão levar-nos a apresentar essas opções nos pontos 3.1 a 3.3.

desagradar e aprazer, constróem-se com Objecto Indirecto). O sujeito lexicaliza o evento ou entidade causadores da mudança de estado psicológico, podendo a posição ser preenchida por um sintagma nominal (SN) em (1a), uma oração infinitiva em (1b) ou uma oração completiva em (1c) (ou ainda um sintagma nominal do tipo de *o facto de*):

- (1) a. “Teresa sorriu, mais humana: (...) Assusta-me a vida de casada.” (L116)³
b. “Para mim, *ver o quanto éramos jovens* foi o que realmente me assustou.” (JC14055)
c. “Não o preocupava *que a aventura tivesse representado a hipoteca da courela* (...)” (L0023)

No entanto, o sujeito Causador é frequentemente subespecificado relativamente à natureza precisa do evento ou propriedade que causa a mudança de estado psicológico, como evidenciado em (2), em que a não especificação do sujeito desencadeia uma pergunta por parte do interlocutor:

- (2) “– A Clara preocupa-me. – Porquê? Porque anda com pequenos do seu meio?” (L0522)

A especificação da natureza da entidade sujeito através de um sintagma preposicional introduzido pela preposição *com* (SP(*com*)) é extremamente frequente no *corpus*, podendo o SP estar em posição pós-verbal, como em (3), ou numa posição interna ao SN sujeito, como em (4):

- (3) “Teresa, amimada e voluntariosa, fascinava-o *com as suas declarações de independência, os seus paradoxos, as suas ideias extravagantes*.” (L0116)
(4) Aquele filme *com tantas cenas de terror* angustiava a Ana.

O SP especificador da causa pode igualmente ocorrer enquanto núcleo do SN, como em (5), numa alternância que Levin designa por *possessor subject* (LEVIN, 1993):

- (5) *As cenas de terror do filme* angustiavam a Ana.

O sintagma especificador pode ainda ser promovido a sujeito, ocorrendo o sintagma Causador enquanto SP introduzido pela preposição *em*, como em (6a); (6b) mostra o contraste com a construção transitiva com Causador sujeito:

³ Os exemplos do *corpus* trazem um código, que permite identificar o texto de onde foram extraídos.

- (6) a. “E é esse jogo entre o parolo e o cosmopolitismo que nos *fascinou no Variações* e que nos fez dizer sim ao projecto.” (j14800)
 b. O *Variações* fascinou-nos *com o seu jogo entre o parolo e o cosmopolitismo*.

Todos os verbos intrinsecamente psicológicos analisados aceitam ainda a construção anticausativa pronominal (ou construção com SE ergativo) em (7), em que o Experienciador é promovido para a posição sujeito e a Causa da mudança de estado é lexicalizada como SP pós-verbal:

- (7) a. “Começava a preocupar-se *com aquela demora (...)*.” (L0234)
 b. “Ainda estudante, desceu um dia em Lisboa e impressionou-se *com a nossa Baixa, o puro pombalino*.” (R1765)

As construções transitiva e anticausativa expressam ambas um evento e um estado resultativo, mas enquanto a transitiva realça a causatividade e, portanto, o evento sujeito Causador, a anticausativa realça o estado resultativo. O sujeito da transitiva e o SP(*com*) da anticausativa expressam simultaneamente a Causa da mudança de estado psicológico e o Objecto da Emoção do Experienciador, sendo que o realce de uma ou outra destas componentes de sentido depende da informação semântica associada a cada construção sintáctica. Também concorre para o maior ou menor realce da componente de sentido Causa do papel semântico a natureza aspectual de cada verbo psicológico: assim, a natureza menos pontual do verbo *preocupar*, relativamente a *assustar*, faz com que o seu sujeito veja realçada a componente Objecto da Emoção sobre a componente Causa. O sujeito da transitiva e o SP da anticausativa recebem assim um papel semântico complexo, em que interagem a construção sintáctica e as propriedades aspectuais do predicado verbal. A complexidade semântica do sujeito dos verbos psicológicos é evidenciada por verbos como *envergonhar*, que podem realizar as componentes de sentido Causa e Objecto da Emoção de forma independente, como em (8a), ou aglutinada na posição sujeito, como em (8b):

- (8) a. *A reacção dele* (Causa) *envergonhou-me da minha insensibilidade* (Objecto da emoção).
 b. *O vestido antiquado da mãe* (Causa + Objecto da emoção) *envergonhou o jovem advogado*.

2.2. *Variação na classe dos verbos psicológicos*

Embora os verbos psicológicos apresentem uma grande homogeneidade relativamente à aceitação da construção transitiva e anticausativa, existem subconjuntos de verbos com propriedades específicas, que iremos exemplificar com a construção anticausativa. Para determinar quais as construções sintác-

ticas aceites pelos predicados verbais, foram considerados os dados do *corpus*, complementados por informação dicionarística, uma vez que a não ocorrência no *corpus* não é sinónimo de agramaticalidade. No entanto, embora o *corpus* não forneça informação inequívoca relativamente à gramaticalidade ou não das construções sintácticas, fornece, sim, informação extremamente valiosa quanto às preferências sintácticas e lexicais dos verbos, evidenciadas por padrões recorrentes nos contextos analisados e que podem ser expressos em termos de frequências.

Uma das variações encontradas diz respeito à construção anticausativa, que, com um conjunto reduzido de 6 verbos, pode ser não só pronominal, como não pronominal, como exemplificado com o verbo *entristecer* nas frases (9):

- (9) a. “Mas juro-vos que me encantam as pequenas felicidades de alguns e me entristeço com as desgraças de todos (...)” (L0241)
b. “Dora entristecera, ensimesmada durante todo o diálogo dos dois (...)” (L0062)

Outro aspecto, ainda, prende-se, não com uma variação na construção sintáctica, mas sim com a interpretação do SP(*com*) da anticausativa. Com um conjunto de cerca de 9 verbos psicológicos, o SN interno ao SP da anticausativa é lexicalmente preenchido por substantivos de tipo humano, sendo interpretado não como Causador/Objecto da Emoção, mas sim como Alvo da emoção, como exemplificado com o verbo *zangar* em (10):

- (10) Mas, ou por isso ou por outras, tempos depois a senhora Rita zangara-se com a Adélia e pusera-a à porta de casa.” (L0020)

Por outro lado, no caso de verbos como *chatear* e *alegrar*, o SP da construção anticausativa pode ser introduzido pela preposição *de*, como em (11):

- (11) “Depois, segundo afirmava, chateou-se daquela obrigação de andar em digressões, de Abril a Outubro, pelas arenas da província; (...)” (L0474)

Contrariamente ao SP(*com*), o SP(*de*) não apresenta uma interpretação complexa envolvendo as componentes Causa e Objecto da Emoção, sendo apenas esta última a interpretação disponível, o que associa a preposição *com* à causatividade.

As variações até aqui referidas não se afastam muito das propriedades referidas na secção anterior: mantêm-se as construções transitiva e anticausativa, havendo variação na forma pronominal do predicado e no SP pós-verbal.

No conjunto destes verbos, que considerámos intrinsecamente psicológicos, cerca de metade aceita a interpretação agentiva do sujeito, como em (12), ou a interpretação causativa, como em (13), enquanto a outra metade apenas aceita a interpretação causativa.

- (12) “(...) um morto é uma pessoa séria, ponderada, (...) e (...) se lhe dá para querer assustar alguém (...)” (L521)
- (13) “O sr. Augusto escuta com respeito este filho franzino, que lê muito, fala de coisas e loisas, e já em pequenino o assustou com a rapidez com que aprendeu a falar.” (L511)

Os verbos *humilhar* e *lisonjear* apresentam uma propriedade, inicialmente apontada por Ruwet (RUWET, 1994), que os diferencia dos restantes psicológicos: a possibilidade de existência ou não de estado resultativo psicológico. Os dois verbos em (14) apresentam a possibilidade de dissociação entre a acção causadora e o estado resultativo:

- (14) O Rui humilhou-me/lisonjeou-me diante dos meus amigos mas eu não me senti humilhado/lisonjeado.

Ruwet levanta a questão de saber se tal propriedade é partilhada pelo conjunto dos verbos psicológicos, questão essa a que podemos responder negativamente, uma vez que apenas *humilhar*, *lisonjear*, *ridicularizar* e *achincalhar* admitem tal interpretação, em claro contraste com os restantes verbos psicológicos, como exemplificado em (15) pelo verbo *preocupar*:

- (15) * A notícia da queda de um avião preocupou-me mas eu não fiquei preocupado.

A possibilidade de não ocorrência do estado resultativo psicológico prende-se, aliás, com a forte agentividade dos verbos do tipo de *humilhar*, que permite uma preponderância da acção exercida sobre o estado que dela resulta.

2.3. Protótipo de verbo psicológico e graus de afastamento

Os aspectos referidos em 2.1. e 2.2. estão sistematizados na Figura 1, abaixo, em que o quadrado central identifica as propriedades prototípicas e os verbos que as aceitam e as setas apontam para subconjuntos de verbos com propriedades divergentes. As informações de frequência fornecidas pelos dados do *corpus* permitem identificar as propriedades partilhadas por todos os verbos e a frequência mais ou menos alta com que ocorrem com cada item lexical. Estas são consideradas propriedades prototípicas desta classe verbal com base na partilha pelos membros da classe e permitem portanto identificar

o protótipo de verbo psicológico.⁴ Os subconjuntos de verbos em quadros isolados apresentam graus mais ou menos elevados de afastamento relativamente ao protótipo estabelecido.

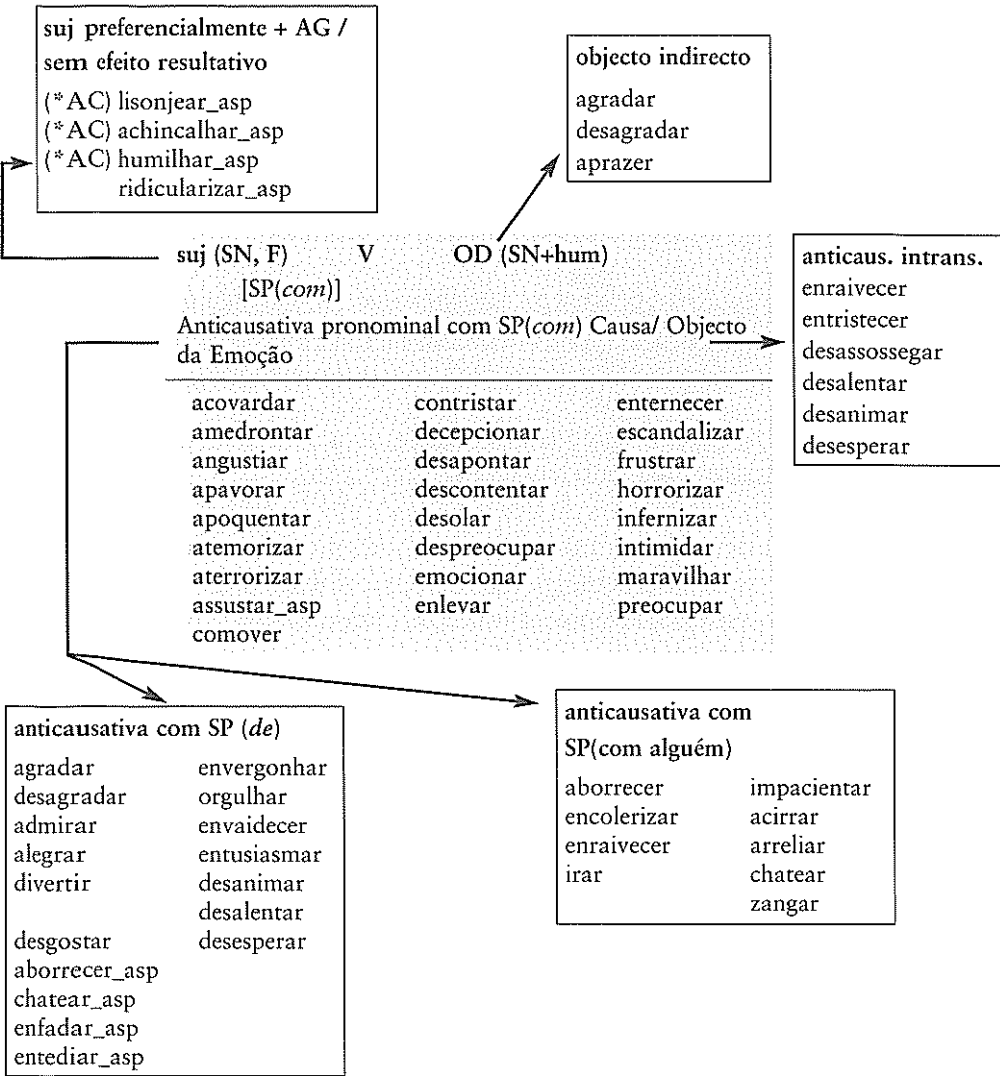


Figura 1: Tipologia dos verbos psicológicos

⁴ Foi referido, embora brevemente, que alguns verbos apresentavam uma interpretação aspectual mais pontual do que outros, o que leva a uma diferença de interpretação do sujeito da construção transitiva (e do SP da anticausativa). O protótipo de verbo psicológico apresenta, portanto, as propriedades identificadas na parte central da Figura 1, com uma pequena variação aspectual que pode ser representada pelo contraste entre os verbos *assustar* e *preocupar*.

Os verbos com comportamento prototípico dividem-se, como foi referido no ponto 2.2., quanto à possibilidade de aceitarem sujeito agentivo, o que nos levou a não tomar inicialmente qualquer opção quanto à natureza prototípica ou não da agentividade do sujeito. Tomando em consideração, no entanto, o facto de os verbos mais fortemente agentivos, como *humilhar* e *lisonjear*, se afastarem desse protótipo e o facto de o sujeito dos psicológicos ser muito frequente de tipo evento, somos levados a considerar como propriedade prototípica dos verbos psicológicos a selecção de um sujeito não agentivo, e sim causador.

3. Propriedades dos verbos com pluralidade de sentidos

Um conjunto grande de verbos psicológicos caracteriza-se por ter uma interpretação não psicológica, como exemplificado com o verbo *devorar*, que apresenta sentido não psicológico em (16) e sentido psicológico em (17):

(16) “(...) como é o caso dos predadores que devoram a presa (...)” (L368)

(17) “Devora-nos uma impaciência insuportável (...)” (L16)

Pretende-se neste ponto comparar o comportamento sintáctico-semântico dos verbos com sentido psicológico e não psicológico com o protótipo de verbo psicológico estabelecido no ponto 2.3. Interessa-nos responder a várias questões que se prendem com:

- a) a partilha ou não das propriedades psicológicas prototípicas pelo sentido psicológico e pelo sentido não psicológico dos predicados verbais do tipo de *devorar*;
- b) a interacção entre sintaxe e semântica em predicados verbais polissémicos;
- c) a organização dos sentidos dos predicados verbais encontrados em torno de um paradigma polissémico ou homonímico;
- d) padrões de polissemia regular no léxico.

3.1. Efeito psicológico e/ou físico

Um conjunto alargado de verbos com sentido psicológico caracteriza-se sintacticamente por aceitar, na sua maioria, as características prototípicas apresentadas em 2.3. Estes verbos são exemplificados em (18) e (19) pelos verbos *afoguear* e *nausear*:

(18) “Este piedoso alvoroço *afogueou-lhe* as faces pálidas (...)” (L0245)

(19) “Tudo a horrorizava, tudo a *nauseava*. Sentada na grande varanda, defronte das montanhas cujo panorama outrora tanto a embevecera, tinha calafrios de medo (...)”. (L0731)

Estes verbos caracterizam-se ainda por apresentarem uma distinção muito fina entre um sentido psicológico e um sentido físico, que, em muitos contextos, é impossível destrinçar: por exemplo, um dos sentidos de *afoguesear* é referente a uma reacção física que resulta por sua vez de uma reacção psicológica, enquanto o verbo *nausear* significa, na grande maioria dos contextos do *corpus*, um mal estar simultaneamente físico e psicológico. O comportamento sintáctico prototipicamente psicológico, a par com um sentido psicológico que não se individualiza de forma clara, leva-nos a considerar estes casos como duas variantes de um significado, podendo o contexto individualizar ou não um dos sentidos. O conceito de *alosemia* apresentado por Deane (DEANE, 1988) adequa-se a este tipo de relações entre sentidos verbais, sendo aplicado a variantes não individualizadas de um mesmo significado. Este conjunto de predicados verbais evidencia de forma muito clara uma questão que perpassa ao longo de todo o estudo sobre esta classe, a da forte relação existente entre efeito psicológico e físico.

3.2. Subespecificação

Outros verbos, como *acalmar*, *fortalecer*, *abrandar*, não se referem a uma mudança de estado mas sim a uma gradação de um estado, que pode ser de natureza psicológica. Estes predicados caracterizam-se por aceitar as propriedades prototípicas assinaladas em 2.3., mas divergem aspectualmente do protótipo de verbo psicológico. Enquanto este se caracteriza pela partilha de propriedades de dois tipos aspectuais, *achievements* e *accomplishments*, e por ter ainda propriedades aspectuais específicas (para uma análise aspectual destes predicados, ver (MENDES, 2001)), os verbos do tipo de *acalmar* comportam-se aspectualmente como *accomplishments*. Estes predicados são todos de tipo *deadjektiv* e admitem uma grande variação de entidades lexicais no preenchimento da posição de objecto directo (OD), como exemplificado em (20) com algumas das ocorrências de *acalmar* atestadas no *corpus*:

(20) *acalmar* uma pessoa, *acalmar* o trânsito, *acalmar* a Bolsa, *acalmar* as ondas

O significado destes verbos expressa a gradação de um estado e a natureza desse estado depende das propriedades semânticas do OD, pelo que o verbo não lexicaliza ele próprio nenhum estado específico. A importância do contexto para a definição do significado desses verbos/adjectivos leva a propostas como a da polissemia externa (Martin, 1979) ou *selective binding* (Pustejovsky, 1995). A pluralidade de sentidos em contexto destes predicados decorre da subespecificação do seu significado: não é possível identificar uma lista finita dos seus significados, mas sim um único significado subespecificado e actualizado em contexto.

3.3. *Polissemia regular*

Outro grande conjunto de predicados com sentido psicológico caracteriza-se, contrariamente aos verbos apresentados em 3.1. e 3.2., por ter propriedades sintáticas que se afastam, em maior ou menor grau, do protótipo de predicado psicológico, sendo o afastamento mais evidente nos sentidos não psicológicos destes verbos. Caracteriza-se, ainda, contrariamente ao tipo de verbos ilustrados por *acalmar*, por restringir as possibilidades de preenchimento lexical da posição de objecto directo e por apresentar, por conseguinte, uma maior restrição sobre as possíveis interpretações do verbo. Estes são predicados do tipo de *devorar*, exemplificado nas frases (16) e (17) acima.

Iremos centrar a nossa análise comparativa do comportamento sintáctico destes verbos nos seus sentidos psicológico e não psicológico numa única propriedade: a da possibilidade de ocorrência da construção anticausativa, na forma pronominal ou não.

Da análise destes predicados sobressai o facto de as propriedades sintácticas da construção anticausativa no sentido não psicológico serem partilhadas pelo sentido psicológico. Assim, se o verbo aceita no sentido não psicológico a anticausativa pronominal ou não pronominal, como no caso do verbo *abater* em (21), as mesmas possibilidades são realizadas no sentido psicológico deste verbo em (22):

- (21) a. “Mas pouco durou a operação, pois com o lume e a água o telhado abateu com enorme estrondo.” (L69)
 b. “O telhado abate-se numa breve reentrância com os bicos voltados para o céu. (L273)
 (22) a. “Olhou o cariz do céu: – Não está seguro. Os ânimos abateram.” (L222)
 b. “Sofrendo com o sofrimento da filha, recuando perante a ameaça da morte da esposa, a sua alma sangrava e abatia-se. (L821)

O verbo *aquecer* aceita apenas a construção anticausativa não pronominal no seu sentido não psicológico, como exemplificado em (23a), assumindo o sentido psicológico a mesma restrição, em (23b):

- (23) a. A sopa aqueceu. / * A sopa aqueceu-se.
 b. Os ânimos aqueceram. / * Os ânimos aqueceram-se.

Outros verbos, ainda, recusam a construção anticausativa no sentido não psicológico, quer na forma pronominal, quer na forma não pronominal, como em (24a), mantendo-se a mesma restrição no sentido psicológico, em (24b):

- (24) a. * O prédio demoliu-se. / * O prédio demoliu.
 b. * Ao ouvirem a notícia, os colegas demoliram-se / * os colegas demoliram.

As propriedades sintácticas do sentido psicológico destes predicados verbais está assim directamente dependente das propriedades sintácticas do sentido não psicológico.

Existem, no entanto, algumas – na verdade, poucas – excepções a este comportamento regular do subconjunto de verbos em análise. São casos em que o sentido psicológico não segue o padrão sintáctico do sentido não psicológico. Assim, embora o verbo *ralar* não aceite construção anticausativa pronominal no sentido não psicológico como em (25a), tal construção é gramatical no sentido psicológico do verbo em (25b):

- (25) a. * O queijo ralava-se.
b. O João ralava-se muito com a saúde dos filhos.

O Quadro seguinte sistematiza os vários tipos de relações entre as propriedades da anticausativa no sentido não psicológico e psicológico. O tipo 1 corresponde a verbos como *magnetizar* e *electrizar*, que aceitam a construção anticausativa pronominal em ambos os sentidos, estando de acordo com o protótipo psicológico. O tipo 2 mostra casos de verbos que apresentam divergências relativamente a esse protótipo (anticausativa não pronominal ou ausência de anticausativa) no sentido não psicológico e que mantêm as mesmas características no sentido psicológico, como o verbo *abater*, acima exemplificado. Pelo contrário, os verbos do tipo 3 apresentam uma ruptura relativamente a esse padrão, como o verbo *ralar*, sendo a anticausativa pronominal possível no sentido psicológico, mesmo quando não é aceite pelo sentido não psicológico. Uma análise destes predicados aponta para uma propriedade comum: a alta frequência do sentido psicológico no *corpus*, sendo inclusivamente este o sentido mais frequente com verbos como *ralar*, *empolgar*, *deprimir* ou *inflamar*.

sentido não psicológico	sentido psicológico
1 AC pron.	AC pron. (<i>magnetizar</i> , <i>electrizar</i>)
2a AC pron. ou não pron.	AC pron. ou não pron. (<i>abater</i>)
2b AC não pron. (-ecer)	AC não pron. (<i>aquecer</i>)
2c *AC	*AC (<i>derrubar</i>)
3a AC não pron.	AC pron. (<i>inflamar</i>)
3b *AC	AC pron. (<i>empolgar</i> , <i>ralar</i> , <i>deprimir</i>)

Quadro 1: Relações entre construção anticausativa nos sentidos não psicológico e psicológico

O padrão aqui revelado mostra que o alto uso do sentido psicológico se sobrepõe ao padrão regular de semelhança entre propriedades dos dois sentidos destes verbos, levando a que o sentido psicológico passe a assumir o protótipo sintáctico dos verbos intrinsecamente psicológicos – nomeadamente a aceitação da construção anticausativa pronominal. As informações de frequência, e portanto de uso, destes verbos são assim determinantes para as propriedades sintácticas dos predicados verbais com pluralidade de sentidos, por um lado, e por outro, ressalta deste padrão a associação existente entre o significado associado a uma classe verbal e o seu comportamento sintáctico.

Para além da importância dos dados de frequência para o entendimento das aparentes idiossincrasias do léxico, é de realçar a óbvia relação sintáctica existente entre os sentidos verbais no conjunto de predicados estudados neste ponto. Esta relação, que é claramente direccionada, leva-nos a considerar estes verbos como polissémicos, tendo dois significados relacionados, em que as propriedades sintácticas de um (não psicológico) determinam – a par com a frequência – as propriedades sintácticas de outro (psicológico).

Os significados destes predicados estão relacionados em termos sintácticos, como evidenciado acima, mas também em termos semânticos. Os verbos que aceitam sentido psicológico têm origem em campos semânticos regulares, que se definem por determinados elementos de sentido, que exemplificamos de seguida:

- (i) contacto (*tocar, marcar, atingir, arrebatat, agarrar, empolgar*)
- (26) “(...) o subcomandante Marcos arrebatou os “fiéis” com um discurso (...)” (J18065)
- (ii) contacto + agressão (*agredir, torturar, massacrar, dilacerar, bater, matar*)
- (iii) contacto + desgaste (*devorar, minar, corroer, desgastar, ralar, moer*)
- (27) “Devora-nos uma impaciência insuportável (...)” (L0016)
- (iv) energia (*electrizar, electrificar*)
- (28) (...) reaparece Elvira para a grande cena da sua demência (...), electrizando com a sua espantosa técnica vocal (...). (J17341)

Assim, estes predicados caracterizam-se por:

- a) terem propriedades mais afastadas do protótipo psicológico devido à influência do significado não psicológico;
- b) manifestarem uma influência sintáctica clara do significado não psicológico sobre o psicológico – apenas anulada quando o significado psicológico se sobrepõe em termos de uso (informação de frequência);
- c) não lexicalizarem o estado psicológico resultante, sendo portanto o contexto um factor determinante para que o sentido psicológico possa ocorrer, nomeadamente através do preenchimento da posição de objecto directo através de um substantivo psicológico (emoções) ou de tipo metonímico (parte do corpo);

- d) evidenciarem uma grande regularidade nos campos semânticos a que pertencem os verbos que admitem significado psicológico, estando portanto em jogo processos de tipo analógico, em que determinados elementos de sentido permitem a associação com o espaço psicológico.

Este conjunto de propriedades leva-nos a considerar o significado não psicológico como o significado de base do verbo, a partir do qual, e com base em relações de tipo metafórico, existe uma extensão de sentido para o espaço psicológico. Esta extensão é assumida igualmente nos casos em que o significado derivado (psicológico) é o mais proeminente e frequente no *corpus*, como no caso dos verbos *deprimir* e *ralar*, em que a frequência do significado derivado anula a subordinação sintáctica ao significado de base.

A natureza metafórica destas passagens semânticas e o conjunto de campos semânticos envolvidos permitem caracterizar estes casos como casos de polissemia regular no léxico, portanto predizíveis na maioria dos campos semânticos envolvidos. Aliás, ao longo da nossa análise dos dados do *corpus* incluímos um número crescente de verbos dos campos semânticos estudados como aceitando uma interpretação psicológica, ou como sendo aceites pelos falantes, quando inquiridos, como verbos com significado psicológico, num processo regular de extensão de sentido.

4. Conclusão

O estudo de uma larga amostragem de predicados verbais psicológicos com base em contextos extraídos de um *corpus* de língua portuguesa permitiu-nos observar esta classe verbal do ponto de vista da sua variação interna e contribuir para estabelecer as propriedades que são partilhadas pelos membros da classe e que são, portanto, prototípicas desta classe e as propriedades em que se regista maior variação nos contextos observados. Esta análise realça a homogeneidade de comportamento dos verbos intrinsecamente psicológicos, que contrastam com os verbos com pluralidade de sentidos, mas também evidencia subclasses com especificidades sintácticas e semânticas.

A informação de frequência fornecida pela análise do *corpus* realçou a influência que o significado verbal (e o seu uso) exerce sobre as propriedades sintácticas do predicado verbal, numa clara interacção entre sintaxe e semântica.

Embora um conjunto extenso de verbos com interpretação psicológica apresente pluralidade de sentidos, uma análise comparativa com o protótipo de verbo psicológico que os contextos e os dados de frequência permitiram

estabelecer mostrou que essa pluralidade semântica corresponde nuns casos a variantes alossémicas de um único significado, noutros a predicados verbais subespecificados e noutros, ainda, a casos de polissemia regular, sem no entanto ter sido observada a existência de significados não relacionados e, portanto, de predicados homónimos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BELLETTI, A. & Rizzi, L., 1988 – “Psych-verbs and theta-theory” in *Natural Language and Linguistic Theory*, 6:3, pp. 291- 352.
- BYBEE, J. & Hopper, P. (eds.), 2001 – *Frequency and the emergence of linguistic structure*, Amsterdam, John Benjamins.
- COPESTAKE, A. & Briscoe, T., 1995 – “Semi-productive polysemy and sense extension” in *Journal of Semantics, Lexical Semantics*, 12:1, pp.15-68.
- DEANE, P. D., 1988 – “Polysemy and cognition”, *Lingua*, 75, pp. 325-361.
- LAKOFF, G. & Jonhson, M., 1980 – *Metaphors We Live By*, Chicago, Chicago University Press.
- LEHRER, A., 1978 – “Structures of the lexicon and transfer of meaning” in *Lingua*, 45, pp. 95-123.
- LEHRER, A., 1990 – “Polysemy, conventionality and the structure of the lexicon” in *Cognitive Linguistics*, 1, pp. 207-246.
- MENDES, M. A., 1994 – *Análise Sintáctica dos Verbos Psicológicos do Português*, Tese de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- MENDES, A., 1999 – “Analyse aspectuelle et structure lexico-conceptuelle des verbes psychologiques” in *VERBUM*, XXI:1, *Transitivité et Langues Romanes, de l'Objet Direct à l'Objet Indirect*, pp. 25-36.
- MENDES, M. A., 2001 – *Propriedades Sintáticas e Semânticas de Predicados Verbais com Pluralidade de Sentidos: o caso dos verbos psicológicos*, Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- PUSTEJOVSKY, J. & Boguraev, B. (eds.), 1996 – *Lexical Semantics: the Problem of Polysemy*, Oxford, Oxford University Press.
- RUWET, N., 1972 – “A propos d’une classe de verbes «psychologiques»”, *Théorie Syntaxique et Syntaxe du Français*, Paris, Seuil, pp. 181-251.
- RUWET, N., 1994 – “Être ou ne pas être un verbe de sentiment” in *Langue Française*, 103, pp. 45-55.
- VAN DEEMTER, k. & Peters, S., 1996 – *Semantic Ambiguity and Underspecification*, Stanford, CSLI Publications.
- VAN VOORST, J., 1992 – “The aspectual semantics of psychological verbs” in *Linguistics and Philosophy*, 15, pp. 65-92.
- WILLEMS, D., 1984-85 – “Sur la structure sémantique du lexique verbal” in *Linguistica Antuerpiensia*, XVIII-XIX, Antuerpia, Universiteit Antwerpen, Rijkuniversitair Centrum Antwerpen, pp. 163-182.

A TERMINOLOGIA DO EMPRÉSTIMO LINGUÍSTICO NO PORTUGUÊS EUROPEU: uma terminologia ambígua?

Ana Rebello de Andrade

Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC)

Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT)

Instituto Superior de Educação e Ciências (ISEC)¹

Cada vez mais intensivamente nas últimas décadas, o português europeu tem alargado o seu léxico através da adopção frequente de unidades lexicais (UL) estrangeiras. Este facto, deve-se, em parte, ao inevitável e saudável contacto que se estabelece entre as línguas, inseridas num mundo cada vez mais globalizado e também ao facto de Portugal ser um país importador de ciência e tecnologia.

A este fenómeno linguístico a que se atribuiu a denominação de **empréstimo linguístico**, corresponde, no português europeu uma terminologia que, do ponto de vista conceptual e denominativo, não se encontra, de forma alguma, normalizada, não possibilitando, por vezes, uma comunicação clara, explícita e eficaz entre especialistas e aprendizes.

Esta comunicação irá ser articulada em torno de três vertentes:

- Num primeiro momento, tentar-se-á dar conta do “estado da arte” relativo à terminologia do fenómeno enunciado;
- Num segundo momento, propor-se-á uma terminologia adequada dos pontos de vista conceptual e denominativo para este fenómeno, tendo em conta uma perspectiva da terminologia clássica (Teoria Geral da Terminologia) que se caracteriza, fundamentalmente, por ser normalizadora;
- Num terceiro e último momento tentar-se-á referir a variação existente no seio deste fenómeno à luz das novas perspectivas terminológicas presentes na proposta de Cabré (1999) – Teoria Comunicativa da Terminologia.

¹ A autora é membro do Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC), Bolseira de Doutoramento, ref^a SFRH/BD/5442/2001 da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), e Prof^a Adjunta, do quadro, no Instituto Superior de Educação e Ciências.

1. O fenómeno do empréstimo linguístico no português europeu

No âmbito desta comunicação entender-se-á **empréstimo linguístico** como o fenómeno que consiste na passagem de unidades lexicais, morfemas ou acepções de um sistema A para um sistema B. Essa transferência pode ser interna – consistindo na passagem dessas unidades de um para outro registo numa mesma língua, – ou possuir um carácter, fundamentalmente, externo – assumindo o léxico de uma língua natural A unidades pertencentes a uma língua natural B. Ao falar-se de empréstimo linguístico externo considera-se, também, que o elemento integrante (morfema, unidade lexical – simples ou composta –, ou acepção) tenha sofrido um processo, que pode ser mais ou menos faseado², de lexicalização na língua de acolhimento.

Quanto ao processo de lexicalização referirei, apenas, aqui, uma integração parcial ou total da UL exógena no léxico da língua de chegada, através de uma progressiva conformação dessa mesma unidade com o sistema fonológico³, gráfico e ortográfico, morfológico, sintáctico e semântico da língua que recebe o empréstimo.

Embora se possa considerar a noção de empréstimo de uma forma lata – empréstimo de morfemas, acepções, estruturas sintácticas, etc..., no âmbito deste trabalho apenas serão tomados como exemplos empréstimos de unidades lexicais (simples ou compostas).

2. Estado da arte relativo à terminologia do P.E. utilizada para denominar o empréstimo linguístico externo.

As alternativas denominativas para o fenómeno atrás exposto variam com muita frequência, promovendo indesejáveis confusões para quem ensina e aprende linguística portuguesa.

De facto e, por exemplo, em Machado (1994: 109), empréstimos como (1) **futebol** (do ingl. *Football*) são considerados estrangeirismos a par de (2) *full-contact* (do ingl. *full-contact*).

² Sobre as fases de integração dos estrangeirismos no português veja-se Rebello de Andrade, Ana e António Lavouras Lopes. 1998. “Primeira fase da instalação do estrangeirismo”, in *Actas do XIII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, vol. I, pp. 77-89, Lisboa: APL

³ Em relação a este parâmetro, a unidade estrangeira sofre sempre alterações quando é pronunciada por falantes não nativos, visto haver logo substituições de fonemas inexistentes na língua receptora por fonemas nela existentes. Em rigor e sob esse prisma, tal como refere Correia (1999: 240), não existem “estrangeirismos”.

Também Costa (1990: 61 /24 e 1990: 16 /110) considera estrangeirismos, indiferenciadamente, (3) **diferendo** (do fr. *différend*) e (4) *best-seller* (do ingl. *best-seller*), (5) **mansarda** (do fr. *mansard*) e (6) **know-how** (do ingl. *know-how*).

Empréstimo e **estrangeirismo** são, de facto, termos diversos para conceitos diferentes, tal como o provam uma breve procura dos termos em dicionários de especialidade. Segundo Xavier e Mateus (1992: s.v. *empréstimo*) empréstimo (externo) é definido como: «Termo proveniente de uma língua estrangeira» sem mais explicitações. Mattoso Câmara Jr. (1977: s.v. *empréstimo*) citando Bloomfield define “empréstimos” como: «Acção de traços lingüísticos diversos dos do sistema tradicional». O mesmo autor (1977: s.v. *estrangeirismos*) refere-se ao “estrangeirismo” como «(...) os empréstimos vocabulares (v.) não integrados na língua nacional, revelando-se estrangeiros nos fonemas, na flexão e até na grafia, ou os vocábulos nacionais com a significação dos vocábulos estrangeiros de forma semelhante.»

Essa diferença conceptual entre empréstimo e estrangeirismo, à qual corresponde, teoricamente, uma diversidade denominativa, é frequentemente violada e os termos apresentam-se muitas vezes como sinónimos, conforme foi possível verificar nos exemplos apresentados.

A razão dessa sistemática transgressão ancora-se, a meu ver, sob duas ordens de diferentes ideias articuladas em Correia (1999: 239-240):

- Em primeiro lugar, assumindo-se como válidas as razões aduzidas por Rebello de Andrade (1995: 88-91)⁴ que, na esteira de Paiva Boléo (1965: 249), opta pelo termo **importação**, demonstra-se que o termo **empréstimo** – resultado de uma tradução francófona apressada, terminologicamente consagrado pelo uso, se mostra desadequado para denominar o conceito a ele associado, sobretudo pela sua opacidade.
- Em segundo lugar, defende-se que «a adopção simultânea da mesma denominação para conceitos diferentes, em níveis conceptuais diferentes» – visto que o termo empréstimo se desdobra, polissemicamente, em duas acepções, reportando, por um lado, ao fenómeno que consiste na pas-

⁴ Diz Rebello de Andrade (1995:89-91) *apud* Correia (1999:239): « Em primeiro lugar, este termo contém um carácter mais provisório do que o termo importação, visto que emprestar é sempre ceder por um determinado tempo. (...) Em segundo lugar, emprestar pode ser visto como o acto ou efeito de [fazer] um empréstimo, ou seja, como algo que cedemos livremente a alguém ou como algo que nos é cedido com toda a liberdade. A importação pelo contrário implica apenas a recepção de algo vindo do exterior. (...) Em terceiro lugar, o empréstimo engloba (...) “emprunts internes” (...). A palavra importação deixa de fora essas transposições internas (...). Importar palavras é sempre trazer de fora (de uma língua A) para dentro (para uma língua B).»

sagem de unidades de um sistema A para um sistema B, e por outro lado, designando a própria unidade importada que se adaptou ao sistema de acolhimento – «parece contraproducente, já que suscita frequentes confusões na comunicação de índole científica e pedagógica».

3. A terminologia do empréstimo linguístico no P.E. vista numa perspectiva da Teoria Geral da Terminologia (TGT)

A multiplicidade de denominações para um fenómeno linguístico relativamente complexo como o empréstimo lexical pode gerar alguma confusão na comunicação de índole pedagógica – neste caso na área da linguística.

A Teoria Geral Terminológica nasceu precisamente desta necessidade de a um conceito fazer corresponder uma denominação facilitando, assim, a comunicação especializada. Conforme afirma Cabré (1999: 72): «(...) a terminologia surge da prática, da necessidade que os técnicos e científicos têm de normalizar denominativa e conceptualmente as suas disciplinas com o objectivo de garantir a comunicação profissional e a transferência de conhecimentos⁵.»

A terminologia como prática sempre existiu, se tivermos em conta que qualquer âmbito especializado sempre exigiu terminologia específica. Não obstante, a terminologia, enquanto prática organizada e regulada, é, de facto, uma matéria muito recente.

Entre os anos 30 e 60 do século XX, a Escola de Viena, liderada por Wüster, preocupa-se, sobretudo, em “afinar” questões metodológicas e normativas, já que a terminologia é encarada como uma ferramenta de trabalho que deve servir, de forma eficaz, para desambiguar a comunicação científica e técnica. Só bem mais tarde, nos anos 70, é que surgem as preocupações teóricas sobre a natureza dos termos, dando origem à TGT. Cfr. Cabré (1999: 72 e segs.)

A TGT inspirada por E. Wüster nos anos 70 e desenvolvida pela Escola de Viena centra a sua atenção nos conceitos orientando os trabalhos terminológicos com vista a uma normalização, fruto de um consenso internacional, de conceitos e termos. O enfoque onomasiológico (parte-se do conceito para chegar à denominação) resulta duma lógica intrínseca desta proposta teórica que, na procura duma língua universal – a língua da ciência

⁵ No original encontra-se “ (...) la terminología surge de la práctica, de la necesidad de los técnicos y de los científicos de normalizar denominativa y conceptualmente sus disciplinas en vistas a garantizar la comunicación profesional y la transferencia de conocimientos.”

e da técnica –, visa uniformizar a comunicação especializada, valorizando e tentando assegurar a univocidade da comunicação profissional no plano internacional.

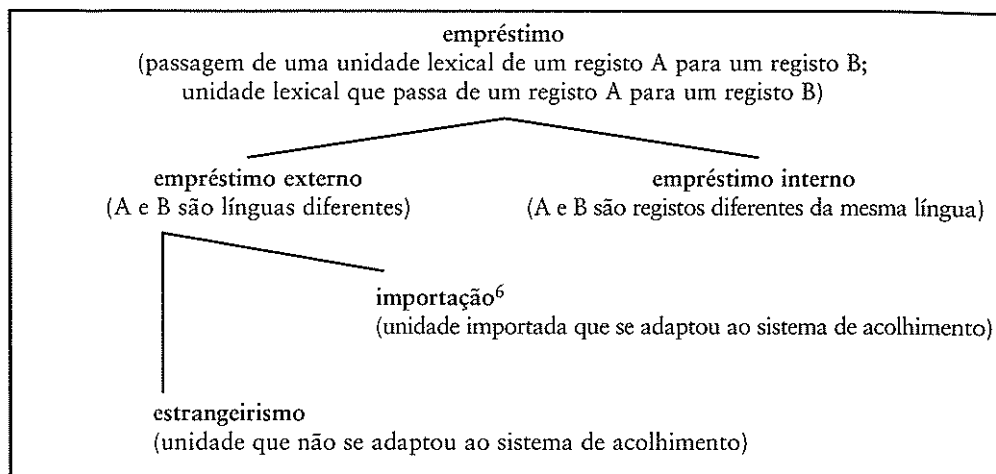
Se tivermos em conta esta postura teórica sobre a terminologia que, até há bem pouco tempo, se perfilava, neste campo, como o único modelo de análise credível, com um conjunto de princípios e fundamentos, capaz de levar a cabo uma actividade aplicada, sistemática e controlada, a terminologia do empréstimo linguístico no português europeu mantém-se um caso por “resolver”.

Tendo em conta o percurso onomasiológico no qual se valoriza o conceito e as relações conceptuais como unidades de análise para chegar às denominações (cfr. Cabré: 1999: 73), no sentido de uma normalização terminológica do fenómeno, propõe-se o seguinte:

- a) substituição da denominação **empréstimo** por **importação**, na senda de Paiva Boléo (1965: 249) que assim o propôs, visto que este termo se adequa, conceptualmente, à noção não só de “utilização”, mas, sobretudo, de “apropriação” pelo léxico do português de unidades lexicais pertencentes a outras línguas. **Importação** substituiria, assim, **empréstimo** na acepção relativa à unidade importada que se adaptou ao sistema da língua de acolhimento.
- b) manutenção da designação **empréstimo**, para designar o processo que consiste na passagem de uma unidade lexical de um registo A para um registo B – subdividindo-se em **empréstimo interno** e **empréstimo externo** que, não sendo uma denominação adequada do ponto de vista conceptual pelas razões que já foram referidas, é aquela que o uso consagrou.
- c) manutenção da designação de **estrangeirismo** para referir a unidade lexical estrangeira, que permanece, sobretudo, do ponto de vista ortográfico e morfológico grafada como na língua de origem, não tendo, portanto, sofrido qualquer alteração nesses níveis.

Utilizando um quadro representativo da hierarquia de conceitos relacionados com a denominação **empréstimo**, elaborado por Correia (1999: 240) a terminologia do empréstimo linguístico no português europeu poder-se-ia representar da seguinte forma:

Representação da hierarquia de conceitos relacionados com a denominação ‘empréstimo’



4. A terminologia do empréstimo linguístico no P.E. vista numa perspectiva da Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT)

A variação terminológica presente no fenómeno linguístico em análise é perfeitamente justificável do ponto de vista científico se encararmos a terminologia numa perspectiva diversa da teoria clássica.

Wüster estabeleceu para a terminologia um objecto de análise e funções, demasiadamente restritivos, consolidados na forma de conceber a matéria e as aplicações e na excessiva uniformização preconizada.

O elemento-chave da “insatisfação”, perante a teoria clássica da terminologia, reside no “reduccionismo” da TGT, que afecta diferentes aspectos e práticas, nomeadamente e entre outros, a concepção global da unidade terminológica reduzindo-a à sua condição denominativa, assim como o esquecimento dos aspectos comunicativos dos termos com a consequente negação da variação formal e conceptual dos mesmos.

O carácter redutor desta proposta teórica reside, sobretudo, na forma estática de encarar as unidades, que se postulam como unívocas, levando-a a confundir o desejo com a realidade e escondendo, de facto, a dicotomia entre língua real e língua ideal. Conforme refere Cabré (1999: 77)⁷: «O silêncio sobre

⁶ No quadro original o termo aí utilizado é «empréstimo».

⁷ O original refere: “ El silencio sobre la variación formal e conceptual de las unidades especializadas, variación inherente al lenguaje y a la comunicación tanto general como especializada, ha generado un método de trabajo de base prescriptiva presentado válido para todo tipo de investigación, independientemente del tema de trabajo, de sus finalidades, de los contextos en que se realiza y de la tipología lingüística”

a variação formal e conceptual das unidades especializadas, variação inerente à linguagem e à comunicação tanto geral como especializada, gerou um método de trabalho de base prescritiva, considerado válido para todo o tipo de investigação, independentemente do tema de trabalho, das suas finalidades, dos contextos em que se realiza e da tipologia linguística. Simultaneamente, a rigidez na apresentação da unidade terminológica não permitiu analisar o seu inerente carácter poliédrico». De facto, se partirmos duma perspectiva da terminologia como uma matéria interdisciplinar que integra saberes procedentes das ciências da linguagem, das ciências cognitivas e das ciências sociais perceberemos que estes fundamentos “inspiram” uma unidade terminológica, eminentemente, poliédrica, já que ela é, ao mesmo tempo, uma unidade linguística, cognitiva e socio-cultural. (Cf. Cabré: 1999: 70).

Se pensarmos que os termos, do ponto de vista linguístico, são unidades dotadas de forma fónica e gráfica, estrutura morfológica, características gramaticais e significado próprio, encaramo-los como unidades lexicais que servem para a comunicação especializada. A TCT preconiza, precisamente, o princípio de que os termos são unidades lexicais de língua natural e não produtos de linguagens artificiais. Como tal, os termos exibem tal como as palavras de língua corrente, comportamentos de diversidade semântica e formal. Esta terminologia que se assume comunicativa – “in vivo”- por oposição à terminologia representacional – “in vitro” – (cf. Cabré: 1999: 80), propõe-se explicar, entre outros, fenómenos de variação como aqueles que ocorrem no caso da terminologia utilizada para designar o empréstimo linguístico no português europeu, explicitando que toda a comunicação em língua natural – e a terminologia está, neste paradigma, abrangida por esse escopo –, produz formas alternativas (*empréstimo/estrangeirismo*) de denominação de um mesmo conceito (sinonímia nas linguagens de especialidade). Também uma mesma denominação pode abranger, através da polissemia, conceitos ou níveis conceptuais diversos:

- empréstimo 1 – processo que consiste na passagem de unidades de um sistema A para um sistema B.
- empréstimo 2 – unidade – resultante do processo – utilizada num léxico A e anteriormente pertencente a um léxico B.

Essa variação, de que a terminologia do empréstimo linguístico no português europeu é bem exemplificativa, prende-se com o nível de especialização dos interlocutores e pode ser mensurável em três graus ou níveis (mínimo, intermédio e máximo). A variação mínima é própria da comunicação científica entre especialistas, a variação intermédia ocorre na comunicação natural entre especialistas e a variação máxima é própria do discurso de vulgarização. (cf. Cabré: 1999: 85).

Teria sido interessante elaborar uma proposta que tivesse em conta o caso terminológico do empréstimo linguístico no português europeu à luz desta última teoria. Essa proposta seria, seguramente, menos prescritiva – sendo certo, porém, que, em contexto de ensino-aprendizagem – e, sobretudo, em faixas menos próximas do ensino superior –, a uniformização decorrente da prescrição assegura uma comunicação com maior eficácia.

Os termos a propor, no seio da TCT teriam índices de fiabilidade e as alternativas denominativas estariam presentes e legitimadas.

Essa proposta que se encontra por fazer poderá ser objecto de futuras investigações onde se deverá constituir um corpus relativamente exaustivo dos usos dos termos-vedeta.

O caso terminológico do empréstimo linguístico no português europeu poderá, assim, ser resolvido de duas formas diferentes e alternativas que poderão co-existir para fins diversos.

5. Conclusão

Nesta comunicação tentou-se dar conta do fenómeno da terminologia existente no português europeu relativa ao fenómeno do empréstimo lexical, propondo alternativas denominativas e separando níveis conceptuais diversos, valorizando uma normalização com vista a assegurar uma comunicação especializada facilitada pela pretendida univocidade na relação conceito – termo. Esta proposta baseia-se, fundamentalmente, numa perspectiva clássica da terminologia que se ancora na Teoria Geral da Terminologia (TGT) proposta pela Escola de Viena e protagonizada por E. Wüster.

Tentou-se também referir a variação denominativa existente, explorando as novas perspectivas teórico-metodológicas que se perfilam no horizonte da terminologia moderna – Teoria da Terminologia Comunicativa (TCT) – justificando a multiplicidade denominativa existente neste âmbito e no português europeu através de alguns dos seus princípios e fundamentos.

Tal como defende Cabré (1999: 17): «Para mim, a terminologia, (...) é para além de tudo representativa da diversidade e essa diversidade manifesta-se nas distintas concepções que existem da disciplina, nas diversas matérias que a compõem e nas distintas funções que permite exercer, para além da variedade de práticas que oferece, da diversidade de utentes que dela se servem e da diversidade de organizações que dela tratam.»⁸

⁸ No original: « Para mí, la terminología, (...) es por encima de todo representativa de la diversidad, y esa diversidad se manifiesta en las distintas concepciones que existen de la disciplina, en las diversas materias que la componen y en las distintas funciones que permite cumplir, además de la variedad de prácticas que ofrece, de la diversidad de usuarios que se sirven de ella, de la diversidad de organizaciones que la tratan».

Foi essa diversidade na forma de encarar a terminologia que, longe duma concepção monolítica, procura integrar saberes e explicar questões, de modo eclético, que me levou, neste texto, a normalizar uma terminologia, não descuidando a explicação da variação presente na mesma, à luz de duas teorias que co-existem para finalidades diferentes.

Se a TGT possui um carácter fundamentalmente prescritivo e logo, normalizador, a TCT procura explicar o carácter, eminentemente, “comunicativo” da terminologia.

No seio deste trabalho, pareceu-me, por um lado, necessário propor uma normalização da terminologia do empréstimo lexical no português europeu, tendo em conta, sobretudo, a facilitação da comunicação no contexto do ensino-aprendizagem, ao longo de toda a escolaridade – ensino básico, secundário e superior.

Por outro lado, pareceu-me interessante poder explicar a diversidade denominativa à luz da reflexão metalingüística que nos é proposta na TCT.

A terminologia não se esgota, assim, nem em termos de concepção nem em termos de práticas, na prescrição e na recompilação de termos e elaboração de glossários/dicionários mas apresenta, actualmente, uma grande diversidade de concepções e práticas, consequência do carácter poliédrico dos termos.

Poder-se-á concluir que, neste texto, a terminologia do empréstimo no português europeu serviu de “pretexto” para se abordarem, ainda que de forma sucinta, princípios e fundamentos que alguns modelos teórico-metodológicos da terminologia moderna nos oferecem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CABRÉ, M. T. 1999 – “La terminología hoy: concepciones, tendencias y aplicaciones – Propuestas para una organización de la terminología en Espanha” in *La terminología – Representación y comunicación*, Barcelona, IULA.
- CABRÉ, M. T. 1999 – “Elementos para una teoría de la terminología: hacia un paradigma alternativo” in *La terminología – Representación y comunicación*, Barcelona, IULA.
- COSTA, F. A. – 1990 – *Dicionário de Estrangeirismos*, Lisboa, Ed. Domingos Barreira.
- CORREIA, M. 1999 – *A denominação das qualidades – contributos para a compreensão da estrutura do léxico do português*, Diss. de Doutoramento apresentada à FLUL, Lisboa: a publicar.
- MACHADO, J. P. 1994 – *Estrangeirismos na Língua Portuguesa*, Lisboa, Ed. Notícias.
- MATEUS, M. H. e M. F. Xavier. 1990. *Dicionário de Termos Linguísticos*, Lisboa, Ed. Cosmos, APL/ILTEC.
- MATTOSO CAMARA JR., J. 1992. *Dicionário de Lingüística e Gramática*, Petrópolis, Ed. Vozes, 16ª ed.
- PAIVA BOLÉO, M. 1965 – “O problema da importação das palavras e o estudo dos estrangeirismos (em especial os francesismos) em português” in *O Instituto*, vol.CXXVII, tomo II, Coimbra, s/e.

- REBELLO DE ANDRADE, A. e A. Lavouras Lopes. 1998 – “ Primeira fase da instalação do estrangeirismo”, in *Actas do XIII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, vol. I, pp. 77-89, Lisboa: APL.
- REBELLO DE ANDRADE, A. – *As palavras importadas no léxico da decoração*, Diss. de Mestrado apresentada à FLUL, Lisboa: inédita.

VERBOS AUXILIARES E VERBOS DE REESTRUTURAÇÃO DO PORTUGUÊS EUROPEU

Anabela Gonçalves
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

1. Introdução

A tradição gramatical luso-brasileira é consensual quanto à existência de uma classe de verbos auxiliares. No entanto, o elenco de verbos que integram esta classe varia de autor para autor, podendo até encontrar-se divergências em obras diferentes do mesmo autor, como se verifica no quadro 1, abaixo:

Autor	Elenco de verbos
SOARES BARBOSA, 1822	ter, estar, haver de andar, vir, ir, acertar de, dever de
SAID ALI, 1908	poder, saber, dever, haver de, ter de, querer mandar, deixar, fazer começar (a), costumar, estar (a), continuar (a), acabar de, cessar de, ir, tornar a ousar, desejar, gostar de, vir
EPIPHANIO, 1917	ter, haver, andar (a), ir (a), vir, estar (a)
SAID ALI, 1927	ter, haver, ter de, haver de, ser, estar
SAID ALI, 1931	ser, estar, parecer, ficar, andar, vir, ir, tornar a, haver, haver de
CUNHA & CINTRA, 1984	ter, haver, ter de, haver de, ser, estar (a, para, por), ir, vir (a, de), andar (a), ficar (a, por), acabar de
BECHARA, 1999	ter, haver, ser, estar, ficar, começar a, estar (a, para, por), continuar (a), vir, andar, ir, haver de, ter de, dever, poder, precisar (de), querer, desejar, odiar, buscar, pretender, tentar, ousar, conseguir, lograr, parecer, vir a, chegar a

Quadro 1

Se considerarmos o elenco de verbos apresentado neste quadro, é possível verificar que a classe em causa é constituída por elementos que apresentem comportamentos sintácticos distintos. A título de exemplo, considerem-se os padrões de colocação dos clíticos em contextos com os verbos *ter* e *querer*:

- (1) a. O João não me tem contado o que se passa na escola.
b. *O João não tem contado-me o que se passa na escola.
- (2) a. O João não me quer contar o que se passa na escola.
b. O João não quer contar-me o que se passa na escola.

A ausência de unanimidade entre os vários trabalhos tradicionais decorre sobretudo do facto de os critérios de auxiliaridade serem escassos e, quando existem, serem essencialmente nocionais.¹ De entre esses critérios destacam-se, pela frequência com que são enunciados, (i) a perda do significado original que opera sobre os verbos em análise e (ii) a sua função subsidiária. Contudo, a constituição de subclasses de auxiliares (aspectuais, modais, acurativos, entre outros) com base no seu significado e o facto de estes verbos serem não só responsáveis pelo valor semântico da sequência verbal como pela forma do chamado verbo principal (Infinitivo, Gerúndio, Particípio) revelam claramente a insuficiência dos critérios de auxiliaridade tradicionais.

Desta forma, torna-se evidente a necessidade de caracterizar a classe de verbos auxiliares com base em critérios de natureza essencialmente sintáctica, o que permitirá eliminar os problemas das análises tradicionais.² Tendo em conta este facto, os objectivos deste trabalho são os que abaixo se enunciam:

- (i) identificar as propriedades que aproximam e que distinguem alguns dos verbos tradicionalmente considerados auxiliares;
- (ii) especificar as condições que determinam que certos verbos, não sendo auxiliares, partilhem com estes propriedades sintácticas;
- (iii) explicar por que razão, nas condições referidas em (ii), esses verbos partilham propriedades com os verbos auxiliares.

Serão objecto de estudo:

¹ Exceptuam-se SOARES BARBOSA, 1822 e SAID ALI, 1931, que consideram a hipótese de um verbo não ser auxiliar por não co-ocorrer com verbos (cf. SOARES BARBOSA, 1822, 135) ou por ser seguido de um verbo com o qual não forma uma unidade, pertencendo cada um deles a uma oração diferente (cf. SAID ALI, 1931, 160-161).

² Sobre critérios de auxiliaridade de natureza sintáctica, vejam-se PONTES, 1973, LOBATO, 1975, GONÇALVES, 1992, GÓMEZ TORREGO, 1999 e YLLERA, 1999, entre outros.

- (i) verbos tipicamente auxiliares, como *ter*, seguido de Particípio Passado;
- (ii) verbos de Reestruturação (no sentido de RIZZI, 1982), ou seja, verbos que, em determinados contextos, formam uma unidade do ponto de vista sintáctico com o verbo do seu complemento infinitivo (predicado complexo)
 - (alguns) verbos de Elevação: *poder, dever*;
 - (alguns) verbos de Controlo: *querer, conseguir*.³

2. Verbos auxiliares e verbos de Reestruturação – os dados

2.1. *Propriedades (aparentemente) comuns*

Os verbos em análise neste trabalho partilham um conjunto significativo de propriedades sintácticas, o que poderá, em parte, explicar a inclusão de todos eles na mesma classe em estudos tradicionais. Assim,

A. Os clíticos dependentes do verbo encaixado ocorrem em adjacência ao verbo mais alto, construção vulgarmente designada de Subida de Clítico:

- (3) a. Ontem, os soldados ainda não tinham capturado o terrorista.
b. Ontem os soldados ainda não o tinham capturado.
- (4) a. Todos os soldados queriam capturar o terrorista.
b. Todos os soldados o queriam capturar.
- (5) a. Os soldados não podiam capturar o terrorista.
b. Os soldados não o podiam capturar.

Note-se, no entanto, que certos verbos que seleccionam complementos infinitivos não admitem Subida de Clítico, o que parece sugerir que o verbo matriz pertence a um domínio frásico independente daquele a que pertence o verbo no Infinitivo:

- (6) a. Todos os soldados decidiram capturar o terrorista.
b. *Todos os soldados o decidiram capturar.

B. Em contextos em que ocorre o clítico passivo *se*, o Objecto do verbo encaixado ocupa a posição de Sujeito mais alto. Esta construção, que designarei como Movimento Longo de Objecto, encontra-se ilustrada em (7)-(9):

- (7) Nas reuniões da Associação têm-se resolvido os problemas dos sócios.

³ Não serão aqui considerados verbos cujo complemento infinitivo é preposicionado.

(8) Nas reuniões da Associação querem-se resolver os problemas dos sócios.

(9) Nas reuniões da Associação podem-se resolver os problemas dos sócios.

Tal como acontece relativamente à Subida de Clítico, em certos contextos de Infinitivo, o Movimento Longo de Objecto produz um resultado agramatical, como se ilustra em (10):

(10) *Na reunião da Associação decidiram-se resolver os problemas dos sócios.

C. A co-ocorrência de expressões adverbiais com valores temporais distintos, afectando cada um deles um domínio distinto, resulta em sequências agramaticais:

(11) a. Os jornalistas, anteontem, tinham divulgado a fotografia do culpado.

b. *Os jornalistas, anteontem, tinham divulgado a fotografia do culpado, ontem.

(12) a. Os jornalistas, anteontem, quiseram divulgar a fotografia do culpado.

b. *Os jornalistas, anteontem, quiseram divulgar a fotografia do culpado, ontem.

(13) a. Os jornalistas, anteontem, puderam divulgar a fotografia do culpado.

b. *Os jornalistas, anteontem, puderam divulgar a fotografia do culpado, ontem.

Pelo contrário, nos casos em que anteriormente não eram admitidos Subida de Clítico e Movimento Longo de Objecto, é possível a ocorrência de modificadores adverbiais com valores temporais distintos:⁴

(14) a. Os jornalistas, anteontem, decidiram divulgar a fotografia do culpado.

b. Os jornalistas, anteontem, decidiram divulgar a fotografia do culpado, ontem.

D. Apesar de os dois verbos constituírem uma sequência sintacticamente coesa, a adjacência verbal pode ser interrompida por material lexical diverso:

(15) Quando falei com ele, o João não os tinha ainda entrevistado.

(16) Quando os membros do grupo musical apareciam, os jornalistas queriam-nos sempre entrevistar.

(17) Após as conferências de imprensa com os jogadores, os jornalistas podem-lhes sempre colocar questões relacionadas com os jogos.

Tendo em conta os dados apresentados e assumindo que

⁴ Note-se, contudo, que é necessário obedecer a condições de ordenação temporal. Assim, numa frase com um verbo prospectivo como *decidir*, o intervalo de tempo em que se localiza o evento descrito na proposição complemento é obrigatoriamente posterior ao intervalo de tempo em que se localiza a matriz:

(i) *O João ontem decidiu ir ao cinema anteontem.

- (i) os clíticos têm de ocorrer num domínio frásico não defectivo (i.e., com T activo; cf. DUARTE et al., 2001),
- (ii) o Movimento Longo de Objecto é um processo que opera localmente, não podendo o Objecto encaixado atravessar uma fronteira frásica (cf. RIZZI, 1982 e GONÇALVES, 1999),
- (iii) a co-ocorrência de modificadores temporais distintos indicia a existência de domínios temporais independentes (cf. STOWELL, 1982, RAPOSO, 1987, AMBAR, 1992, GONÇALVES 1999),

pode colocar-se a hipótese de que, nas construções com o auxiliar e nas construções que envolvem certos verbos de Controlo e de Elevação, existe apenas um domínio frásico. A possibilidade de interromper a adjacência verbal evidencia que os verbos que formam a sequência se mantêm morfologicamente independentes.

2.2. *Propriedades distintas*

Embora partilhem alguns comportamentos sintácticos (cf. secção anterior), os verbos tradicionalmente classificados como auxiliares apresentam algumas propriedades distintas. Assim,

E. Com certos verbos de Controlo e de Elevação, os clíticos dependentes do verbo encaixado podem manter-se em adjacência a este verbo, o que não acontece em contextos em que ocorre o auxiliar *ter*:

- (18) a. Ontem, os soldados ainda não tinham capturado o terrorista.
b. *Ontem os soldados ainda não tinham capturado-o.
- (19) a. Todos os soldados queriam capturar o terrorista.
b. Todos os soldados queriam capturá-lo.
- (20) a. Os soldados ainda não podiam capturar o terrorista.
b. Os soldados ainda não podiam capturá-lo.

Note-se que alguns dos verbos de Controlo (e de Elevação) só admitem este padrão de colocação dos clíticos:

- (21) a. Os soldados decidiram capturar o terrorista.
b. Os soldados decidiram capturá-lo.
c. *Os soldados decidiram-no capturar.

F. O domínio dependente de verbos de Controlo e de Elevação comporta o marcador de negação frásica, o que não acontece em contextos de auxiliares:

- (22) a. Por razões de segurança, os americanos não têm viajado.
b. *Por razões de segurança, os americanos têm não viajado.
- (23) a. Por razões de segurança, os americanos não querem viajar.
b. Por razões de segurança, os americanos {?querem/desejam} não viajar.

- (24) a. Por razões de segurança, os americanos não podem viajar.
 b. Por razões de segurança, os americanos podem não viajar.⁵
 (25) a. Por razões de segurança, os americanos não decidiram viajar.
 b. Por razões de segurança, os americanos decidiram não viajar.

Assumindo que os clíticos e o marcador de negação frásica só podem ocorrer em domínios frásicos (i.e., especificados quanto a T; cf. DUARTE et al., 2001, para os clíticos, e ZANUTTINI, 1996 e MATOS, 1999, para a negação), os dados apresentados sugerem que, em certas construções que envolvem verbos de Controlo e de Elevação, existem dois domínios frásicos independentes, o que não acontece em construções com os auxiliares típicos.

2.3. Evidência para a constituição de duas subclasses de verbos de Reestruturação

Os dados das secções anteriores mostram que há verbos que, seleccionando um complemento infinitivo, apresentam um comportamento sintáctico duplo, no sentido em que podem formar uma unidade sintáctica com o verbo desse complemento (secção 2.1) ou manter-se sintacticamente independentes deste verbo (secção 2.2). Esta classe de verbos – de Reestruturação (cf. RIZZI, 1982) – não é, em certos aspectos, uniforme. Deste modo,

G. Nem todos os verbos co-ocorrem com completivas finitas

- (26) O João_i quer que {a Marta_j/pro_i} vá ao cinema.
 (27) *O João_i pode que {a Marta_j/pro_i} {vá/vai} ao cinema.

H. Só os verbos de Controlo impõem restrições de selecção semântica sobre o Sujeito:

- (28) *Quer chover nos próximos dias.
 (29) Pode chover nos próximos dias.

I. Só com verbos de Controlo é possível a ocorrência de um pronome anafórico na posição de Sujeito do domínio infinitivo

- (30) Os meninos_i querem entregar eles_j os alimentos aos sem-abrigo.
 (31) *Os meninos_i podem entregar eles_j os alimentos aos sem-abrigo.

Note-se que os verbos tipicamente auxiliares apresentam um comportamento

⁵ Por estar fora do âmbito deste trabalho, não me deterei nas diferenças semânticas entre (a) e (b).

idêntico ao dos verbos de Elevação que ocorrem em (27), (29) e (31), facto que poderá também explicar a inclusão destes últimos na classe dos auxiliares:

(32) *O João_i tinha que {a Marta_j/pro_i} {vá/vai} ao cinema.

(33) Tem chovido muito ultimamente.

(34) *Ultimamente os meninos_i têm entregado eles_j os alimentos aos sem-abrigo.

Embora os dados ilustrados nas alíneas (G)-(I) suportem a existência de duas subclasses de verbos de Reestruturação, as diferenças registadas não têm consequências sobre a formação do predicado complexo (i.e., da unidade sintáctica constituída pelo verbo encaixado e pelo verbo mais alto), como veremos na secção seguinte.

3. A formação dos predicados complexos de Reestruturação

3.1. *Condições para a formação dos predicados complexos de Reestruturação*

Como referi anteriormente, os verbos de Reestruturação do Português europeu são tipicamente verbos de Controlo e de Elevação. Embora a inclusão numa destas classes seja uma condição necessária para a formação de predicados complexos de Reestruturação, ela não é uma condição suficiente, visto que alguns verbos pertencentes a uma das classes mencionadas não admitem a construção em causa. Considere-se o contraste entre (35b) e (36b), sequências que integram verbos de Controlo no domínio matriz:

(35) a. Após o jogo com o Belenenses, todos os jornalistas quiseram entrevistar o Presidente do Clube.

b. Após o jogo com o Belenenses, todos os jornalistas o quiseram entrevistar.

(36) a. Após o jogo com o Belenenses, todos os jornalistas decidiram entrevistar o Presidente do Clube.

b. *Após o jogo com o Belenenses, todos os jornalistas o decidiram entrevistar.

Como se pode verificar, a Subida de Clítico é possível com o verbo *querer*, mas não com o verbo *decidir*. Se a classe a que o verbo pertence não permite dar conta do contraste acima apresentado, existe, no entanto, uma diferença entre eles: o complemento infinitivo dependente de *querer* é temporalmente dependente do domínio superior, o que não acontece em contextos de *decidir*. Assim, no primeiro caso – aquele que admite a formação do predicado complexo –, a localização temporal do evento descrito no domínio encaixado depende (ou é determinado a partir) das especificações temporais do domínio matriz. Por essa mesma razão, o domínio infinitivo não pode conter infor-

mação temporal própria, independente (ou não determinada a partir) do intervalo de tempo em que se localiza o estado de coisas descrito no domínio matriz (cf. NEWMAYER, 1975, para verbos de Elevação do Inglês, e GONÇALVES, 1999, para verbos de Controlo e de Elevação do PE). Esta condição de *dependência temporal*, distingue os verbos que podem desencadear a formação de um predicado complexo daqueles que não o podem fazer, como se verifica pelos contrastes apresentados em (37)-(40):

- (37) a. *Todos os jornalistas quiseram entrevistar o Ministro amanhã.
 b. Todos os jornalistas quiseram entrevistá-lo.
 c. Todos os jornalistas o quiseram entrevistar.
- (38) a. Todos os jornalistas decidiram entrevistar o Ministro amanhã.
 b. Todos os jornalistas decidiram entrevistá-lo.
 c. *Todos os jornalistas o decidiram entrevistar.
- (39) a. *Todos os jornalistas puderam entrevistar o Ministro amanhã.
 b. Todos os jornalistas puderam entrevistá-lo.
 c. Todos os jornalistas o puderam entrevistar.
- (40) a. Todos os jornalistas parecem ter entrevistado o Ministro ontem.
 b. Todos os jornalistas parecem tê-lo entrevistado.
 c. *Todos os jornalistas o parecem ter entrevistado.

Em (37) e (39), o intervalo de tempo em que se localiza a proposição complemento é determinado a partir do intervalo de tempo em que se localiza a proposição matriz e a formação do predicado complexo é legítima; pelo contrário, em (38) e (40), a impossibilidade de formação do predicado complexo parece estar associada à independência temporal do complemento infinitivo.

Note-se que, em construções que envolvem verbos de Reestruturação, o evento descrito no complemento infinitivo pode localizar-se num intervalo de tempo posterior àquele em que se localiza a matriz, mas não num intervalo de tempo posterior ao momento da enunciação, facto que está subjacente ao termo *dependência temporal*.⁶

- (41) a. Os jornalistas quiseram entrevistar o Ministro no dia seguinte.
 b. *Os jornalistas quiseram entrevistar o Ministro amanhã.
- (42) a. Os jornalistas puderam entrevistar o Ministro no dia seguinte.
 b. *Os jornalistas puderam entrevistar o Ministro amanhã.

⁶ A ideia de dependência temporal está também subjacente à proposta de STOWELL, 1982, relativamente às construções de Controlo do Inglês. Efectivamente, o autor considera que, nestas construções, o complemento infinitivo é interpretado como um futuro não realizado no momento em que tem lugar o evento descrito na proposição matriz.

Como se pode verificar em (43), o auxiliar *ter* tem um comportamento próximo do dos verbos de Reestruturação, no sentido em que os modificadores temporais não podem entrar em conflito com as informações temporais codificadas no verbo:

- (43) a. *Os jornalistas já tinham entrevistado o Ministro amanhã (quando ele anunciou a sua demissão).
 b. Os jornalistas já o tinham entrevistado (quando ele anunciou a sua demissão).

3.2. A estrutura do complemento dependente de verbos auxiliares e de verbos de Reestruturação

Os dados da secção 2 sugerem que:

- (i) o auxiliar *ter* selecciona um complemento não frásico (cf. impossibilidade de clítico *in situ* e de negação encaixada);
- (ii) os verbos de Controlo e de Elevação apresentam um comportamento sintáctico duplo, no sentido em que:
 - (ii.i) o complemento infinitivo pode ter autonomia sintáctica, o que nos leva a considerar que estamos perante um domínio frásico independente do domínio matriz (secção 2.2) ou
 - (ii.ii) o verbo do complemento infinitivo forma uma unidade sintáctica com o verbo matriz, o que nos pode levar a colocar a hipótese de que, nesta construção (Reestruturação), existe apenas um domínio frásico (secção 2.1).

Assumindo que (i) a frase é uma projecção de um conjunto de núcleos funcionais que codificam formalmente traços de concordância com o Sujeito (AgrS), de tempo (T) e de aspecto (Asp)⁷ e (ii) os núcleos funcionais só se projectam se para tal existir evidência empírica⁸, os dados apresentados conduzem às propostas seguintes:

- (i) O domínio regido pelo verbo auxiliar *ter* é uma projecção de Asp, não sendo projectados AgrS (ausência de concordância Suj-PP) nem T (cf. impossibilidade de clítico *in situ*, de negação encaixada e de pronomes anafóricos na posição encaixada de Sujeito), sendo parcialmente representado como em (44).

- (44) *ter* [_{AspP} [_{Asp'} [_{Asp} VP]]]

⁷ Como é sabido, existe pelo menos mais um núcleo funcional acima de AgrS – C-, que não terei aqui em conta, visto que não existe evidência empírica para a sua ocorrência nas construções em análise (cf. BOŠKOVIĆ, 1997 e Gonçalves, 1999).

⁸ Esta hipótese é conceptualmente consistente com o princípio de economia nas representações (Chomsky 1995) e é defendida em THRAINSSON, 1996, BOŠKOVIĆ, 1997, Gonçalves, 1999, COSTA & GONÇALVES, 1999, entre outros.

- (ii) O domínio regido pelos verbos de Controlo e de Elevação que não desencadeiam a formação de predicados complexos é um domínio frásico em que se projecta um núcleo T activo (cf. possibilidade de clíticos *in situ*, de negação encaixada e de pronomes anafóricos na posição encaixada de Sujeito), mas não AgrS, como se representa parcialmente em (45).

(45) *decidir* [_{TP} [_T T]_{AspP} [_{Asp} [Asp VP]]]]

As diferentes propriedades do complemento permitem, assim, derivar de forma natural os contrastes apresentados na secção 2. Assim, a Subida de Clítico é obrigatória em (44), dado que T, núcleo funcional que legitima a ocorrência dos clíticos (cf. DUARTE et al. 2001), só se projecta acima do VP que tem como núcleo o verbo auxiliar; pelo contrário é impossível em (45), já que T encaixado legitima a ocorrência do clítico e, por isso, impede a sua subida para o domínio matriz. A presença *vs.* ausência de T permite, ainda, dar conta da possibilidade *vs.* impossibilidade de ocorrência do marcador de negação frásica: em (44), a ausência de T no domínio encaixado impede a projecção de Neg (ZANUTTINI, 1996), em (45), a projecção de T nesse mesmo domínio legitima Neg.

Ficam, no entanto, por explicar as construções em que ocorrem verbos que exibem um comportamento sintáctico duplo: em certos contextos, são visíveis fenómenos que evidenciam a existência de dois domínios frásicos, o que nos levaria a propor uma estrutura idêntica a (45); noutros contextos, parece haver um único domínio frásico (e.g., Subida de Clítico, Movimento Longo de Objecto), o que nos levaria a propor uma estrutura idêntica a (44).

Se o primeiro caso não é problemático, o mesmo não se pode dizer do segundo. Com efeito, em construções de Reestruturação, verifica-se uma condição de dependência temporal, como atrás se demonstrou, mas o evento descrito no domínio encaixado pode ser localizado num intervalo de tempo posterior ao intervalo de tempo em que se localiza a matriz, facto que constitui por si só evidência empírica para a projecção de T.⁹ Os dados relevantes são os que se apresentam em (41) e (42), parcialmente retomados em (46) e (47):

(46) Os jornalistas quiseram-no entrevistar no dia seguinte.

(47) Os jornalistas puderam-no entrevistar no dia seguinte.

Veja-se que a posição do modificador temporal é determinante para a interpretação da frase, como o prova o contraste entre (46)-(48) e (47)-(49):

⁹ A possibilidade de ocorrência do auxiliar perfectivo ter (cf. (i)) e (nos casos que envolvem verbos

(48) No dia seguinte os jornalistas quiseram-no entrevistar.

(49) No dia seguinte os jornalistas puderam-no entrevistar.

Pelo contrário, em construções com verbos tipicamente auxiliares, em que se projecta apenas um núcleo T, os modificadores temporais localizam o evento descrito pela sequência verbal e não apenas pelo verbo encaixado, sendo a sua posição irrelevante a nível do significado:

(50) Os jornalistas tinham-no entrevistado no dia seguinte.

(51) No dia seguinte os jornalistas tinham-no entrevistado.

Desta forma, a representação apresentada em (44) não é adequada para dar conta da construção de Reestruturação, uma vez que o domínio encaixado não inclui o núcleo T. A alternativa é considerar que, na referida construção, T se projecta mas é defectivo quanto a traços-V. Por esta razão, para verificar os seus traços, V encaixado move-se para o domínio matriz, onde T é activo, formando com o verbo desse domínio um predicado complexo. Por seu turno, dado que a ocorrência de clíticos depende da projecção de T activo (DUARTE et al. 2001), o clítico não pode ocorrer no domínio infinitivo, sendo antes formalmente legitimado no domínio matriz. Finalmente, o operador de negação frásica não pode ocorrer no domínio encaixado, visto que T, sendo defectivo, não o legitima.

Em síntese, a defectividade de T encaixado na construção de Reestruturação e a ausência de T no complemento dos verbos tipicamente auxiliares têm a mesma consequência – um único domínio T sintacticamente activo –, o que permite explicar a identidade de comportamentos que levou a tradição gramatical a incluir os verbos de Reestruturação na classe dos auxiliares.

4. Conclusões

Cumpridos que estão os objectivos enunciados na Introdução deste trabalho, é possível retirar as seguintes conclusões:

1. Os verbos auxiliares e os verbos de Reestruturação partilham um conjunto significativo de propriedades, o que poderá estar na base da inclu-

de Controlo) de um pronome anafórico na posição de Sujeito (cf. (ii)) no domínio encaixado constitui evidência empírica adicional em favor da projecção de T nesse domínio:

- (i) Os jornalistas podiam-no ter entrevistado após a conferência de imprensa.
- (ii) O Pedroi não lhes quis entregar elei o projecto.

são tradicional de todos eles na mesma classe. No entanto, o facto de se comportarem de forma distinta em certos contextos levou-me a considerá-los como pertencentes a duas classes distintas.

2. Do ponto de vista semântico, a dependência temporal do domínio encaixado relativamente ao domínio mais alto nas construções com verbos de Reestruturação aproxima estes verbos dos auxiliares, que ocorrem em construções em que existe apenas um domínio temporal.
3. Do ponto de vista sintáctico, a defectividade de T encaixado, que determina a formação do predicado complexo nas construções com verbos de Reestruturação, aproxima estes verbos dos auxiliares, que co-ocorrem com um domínio em que T não se projecta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMBAR, M., 1992 – “Temps et structure de la phrase en Portugais” in Obenhauer, H. G. & A. Zribi-Hertz, orgs., *Structure de la phrase et Théorie du Liage*, Saint-Denis, PUV.
- BECHARA, E., 1999 – *Moderna Gramática portuguesa*, Rio de Janeiro, Lucerna.
- BOŠKOVIĆ, Z., 1997 – *The syntax of nonfinite complementation. An Economy Approach*, Cambridge, Mass., MIT Press.
- CHOMSKY, N., 1995 – “Categories and transformations” in Chomsky, N., *The Minimalist Program*, Cambridge, Mass., MIT Press.
- COSTA, J. & A. Gonçalves, 1999 – “Minimal projections: evidence from defective constructions in European Portuguese” in *Catalan Working Papers in Linguistics*, vol. 7, pp. 59-69.
- CUNHA, C. & L. F. L. Cintra, 1984 – *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Lisboa, Sá da Costa.
- DUARTE, I., G. Matos, A. Gonçalves & I. Ribeiro, 2001 – “Clíticos especiais em Português europeu e Português brasileiro”. Comunicação apresentada ao 2º Colóquio do projecto *Português Europeu e Português Brasileiro. Unidade e Diversidade na Passagem do Milénio*. Fortaleza, Março de 2001.
- EPIPHANIO (da Silva Dias), 1917 – *Syntaxe Histórica Portuguesa*, 5ª edição, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1970.
- GÓMEZ TORREGO, L., 1999 – “Los verbos auxiliares. Las perífrases verbales de infinitivo” in Bosque, I. & V. Demonte, orgs., *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*, Madrid, Espasa, vol. 2, pp. 3323-3389.
- GONÇALVES, A., 1992 – *Para uma sintaxe dos verbos auxiliares em Português europeu*, dissertação de Mestrado, FLUL, não pub..
- GONÇALVES, A., 1999 – *Predicados complexos verbais em contextos de infinitivo não preposicionado*, dissertação de Doutoramento, FLUL, não pub..
- LOBATO, L., 1975 – “Os verbos auxiliares em Português contemporâneo” in LOBATO, L. et al. (orgs.), *Análises Lingüísticas*, Petrópolis, Vozes.
- MATOS, G., 1999 – “Negative concord and the scope of negation” in *Catalan Working Papers in Linguistics*, vol. 7, pp. 175-190.
- NEWMAYER, F. J., 1975 – *English aspectual verbs*, Haia, Mouton.
- PONTES, E., 1973 – *Verbos auxiliares em Português*, Rio de Janeiro, Petrópolis.

- RAPOSO, E., 1987 – “Case theory and Infl-to-Comp: the inflected infinitive in European Portuguese” in *Linguistic Inquiry*, 18, pp. 85-109.
- RIZZI, L., 1982 – *Issues in Italian Syntax*, Dordrecht, Foris.
- SAID ALI, 1908 – *Dificuldades da Língua Portuguesa*, 6ª edição, Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1965.
- SAID ALI, 1927 – *Gramática Secundária da Língua Portuguesa*, 6ª edição, São Paulo, Melhoramentos, 1965.
- SAID ALI, 1931 – *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, 7ª edição, Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1971.
- SOARES BARBOSA, J., 1822 – *Grammatica Philosophica da lingua portugueza ou principios da Grammatica Geral applicados á nossa linguagem*, 5ª edição, Lisboa, Typographia da Academia Real das Ciências, 1871.
- STOWELL, T. 1982 – “The tense of infinitives” in *Linguistic Inquiry*, 13, pp. 561-570.
- THRÁINSSON, H., 1996 – “On the (non-)universality of functional categories” in Abraham, W., S. D. Epstein, H. Thráinsson & C. J-W. Zwart, orgs., *Minimal ideas. Syntactic studies in the Minimalist Framework*, Amesterdão, Filadélfia, John Benjamins.
- YLLERA, A., 1999 – “Las perífrasis verbales de gerundio y participio” in Bosque, I. & V. Demonte, orgs., *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Madrid, Espasa, vol. 2, pp. 3391-3439.
- ZANUTTINI, R., 1996 – “On the relevance of tense for sentential negation” in Belletti, A. & L. Rizzi, orgs., *Parameters and functional heads*, N. Iorque, Oxford, OUP.

ANAPHORIC BINDING AND PHASE QUANTIFICATION

*António Horta Branco*¹
Faculty of Sciences, University of Lisbon

1. Introduction²

The four constraints on sentential anaphoric binding, known as binding principles, are observed to form a square of oppositions. With the formal tools of phase quantification, these constraints are analysed as the effect of phase quantifiers over reference markers in grammatical obliqueness hierarchies. The four quantifiers are shown to be organized in a square of duality. The impact of this result on the distinction quantificational vs. non quantificational NPs and on the semantics of nominals in general is discussed.

2. Quantification and Duality

Logical duality has been a key issue in natural language semantics. It is a pattern noticed in many phenomena, ranging from the realm of determiners to the realm of temporality and modality, including topics such as the adverbials *still/already* or the conjunctions *because/although*, etc. (LÖBNER, 1987, ter MEULEN, 1988, KÖNIG, 1991, SMESSAERT, 1997 *i.a.*).

While noting that the ubiquity of the square of duality may be the sign of a semantic universal, (van BENTHEM, 1991, p.23) highlighted its heuristic value for research on quantification inasmuch as “it suggests a systematic point of view from which to search for comparative facts” – a hint we explore in this paper.

¹ *Webpage address:* <http://www.di.fc.ul.pt/~ahb>.

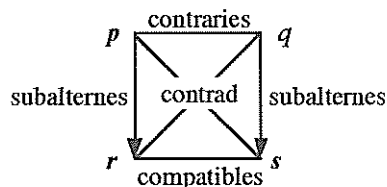
Postal address: Departamento de Informática, Faculdade de Ciências de Lisboa, Campo Grande, 1700 Lisboa.

² This communication was also presented at the Thirteenth Amsterdam Colloquium, University of Amsterdam, December 17-19, 2001.

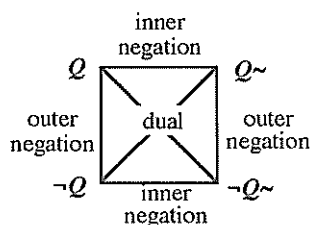
3. Anaphoric Binding Constraints

Given our purpose here, it is of note that the square of duality in (2) is different from the classical square of oppositions in (1).

(1)



(2)



The difference lies in the fact that *duality*, *inner negation* and *outer negation* are third order concepts, while *compatibility*, *contrariness* and *implication* are second order concepts. There are instantiations of the square of oppositions without corresponding squares of duality, and vice-versa (see (LÖBNER, 1987, p. 56) for discussion).

Although the two squares are logically independent, the empirical emergence of a square of oppositions naturally raises the question about the possible existence of an associated square of duality. This is where we get focussed into our research topic, given the emergence of a square of oppositions with the four constraints on sentential anaphoric binding, also known as binding principles.

Binding constraints capture empirical generalizations concerning the relative positioning of anaphors with respect to their antecedents in the grammatical geometry of sentences. We follow here the definition proposed in (POLLARD and SAG, 1994) for these constraints, and subsequent extension in (XUE, POLLARD and SAG, 1994, BRANCO and MARRAFA, 1999):

Principle A: A locally o-commanded short-distance reflexive must be locally o-bound.

*Lee_i thinks [Max_j saw himself_{*i/j}].*

Principle Z: An o-commanded long-distance reflexive must be o-bound.

*Zhangsan_i cong Lisi_j chu tingshuo [Wangwu_k bu xihuan ziji_{i/*j/k}].*

Zhangsan_i heard from Lisi_j [Wangwu_k doesn't like "himself"_{*i/*j/k*}].

(cf. XUE, POLLARD and SAG, 1994, ex.(2))

Principle B: A pronoun must be locally o-free.

*Lee_i thinks [Max_j saw him_{*i/*j*}].*

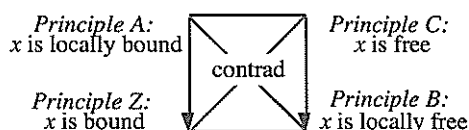
Principle C: A non-pronoun must be o-free.

*[Kim_i's friend]_j thinks [Lee saw Kim_{*i/*j*}].*

X *o-binds* Y iff X o-commands Y and X is the antecedent of Y. *O-commands* is a partial order under which, in a clause, the Subject o-commands the Direct Object, the Direct Object o-commands the Indirect Object, and so on, following the obliqueness hierarchy of grammatical functions; in multiclausal sentences, the upward arguments o-command the embedded arguments, etc. (POLLARD and SAG, 1994, p. 279). The *local domain* is, roughly, the subcategorization domain of the predator selecting the anaphor (details in (DALRYMPLE, 1993)).

When stripped away from procedural phrasing and non-exemption requirements, these generalizations instantiate the following square of oppositions (see (BRANCO and MARRAFA, 1999) for a detailed discussion):

(3)

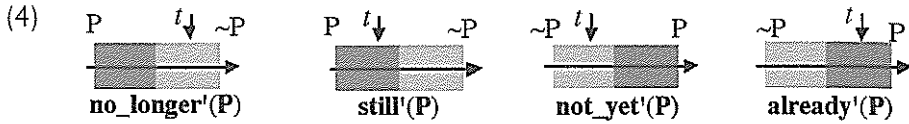


Given this square, the question to pursue is whether this is a sign that binding principles are the effect of some underlying quantificational structure, i.e. whether there is a square of duality associated with the constraints on anaphoric binding.

4. Phase Quantification

We argue that the answer to this question is affirmative. Before this result may be worked out, some analytical tools are to be introduced first.

We resort to the notion of phase quantification, introduced in (LÖBNER, 1987) to study the semantics of aspectual adverbials and shown to be extended to characterize quantification in general (LÖBNER, 1987, p.74). For the sake of concreteness, consider a diagrammatic display of the semantics of such adverbials:



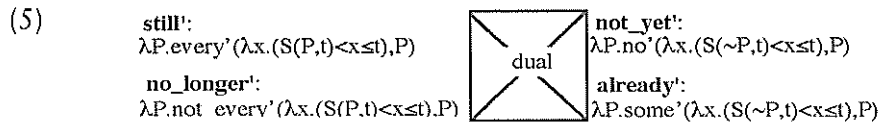
Very briefly, phase quantification requires the following ingredients:

- (i) an order over the domain of quantification;
- (ii) a parameter point t ;
- (iii) a property P defining a positive phase in a sequence of two opposite phases;
- (iv) and the starting point of the relevant semiphase given the presupposition about the linear order between P and $\sim P$.

For aspectual adverbials:

- (i) the order is the time axis;
- (ii) t is the reference time of the utterance;
- (iii) P denotes the instants where the proposition containing the adverbial holds;
- (iv) the starting point $S(R, t)$ is the infimum of the set of the closest predecessors of t which form an uninterrupted sequence in R – e.g. the adverbials *no longer* and *still* bear the presupposition that phase P precedes $\sim P$.

These adverbials express the following quantifiers:



5. Quantificational Anaphors

With this in place, the empirical generalizations captured in the binding principles can be argued to be the visible effect of the phase quantificational nature of the corresponding nominals: Below, anaphors are shown to express one of four quantifiers acting on the grammatical obliqueness order.

Phase quantification here is assumed to unfold over entities in grammatical representations, vz. reference markers (KAMP and REYLE, 1993), and its ingredients are as follows:

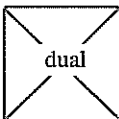
- (i) *Order*: reference markers are ordered according to the o-command relation;
- (ii) *Parameter point*: t is a here, the marker of the antecedent for the anaphoric nominal at stake;

- (iii) *Phase property*: P is D here, which denotes the set of markers in the grammatical domain of the anaphor: For a nominal anaphor N , D is determined by the relative position of N in the obliqueness order which N enters. Given m , the reference marker of N , semiphase D_m is a stretch containing m and elements that are less than m in the obliqueness order, i.e. markers of o-commanders of N ; if semiphase D_m is presupposed to precede $\sim D_m$, D_m is such that the last successor in it is local with respect to m ; and if $\sim D_m$ precedes D_m , the first predecessor in D_m is local with respect to m , however locality for binding may be parameterised in each language (DALRYMPLE, 1993). In both cases the closest D_m neighbour of semiphase $\sim D_m$ is local with respect to m $D_m(x)$ iff

$$x \leq r \text{ } \ddot{Y} \text{ } y [(\sim D_m(y) \text{ } \ddot{Y} \text{ } (x < y / y < x))(x \text{ is local wrt } m \text{ } \ddot{Y} \text{ } y \text{ is not local wrt } m)].$$

With this replacements in (5), one gets four phase quantifiers – we termed QZ, QB, QC and QA – entering the square of duality and aligning with other quantifiers of similar quantificational force at each of the corners:

(6)

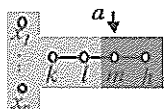
every'(R), still', QZ,...		no'(R), not_yet', QB...
not_every'(R), no_longer', QC,...		some'(R), already', QA...

These four phase quantifiers ensure the same empirical predictions as secured by the four binding principles, as we can briefly check out below.

5.1 Principle A

The quantifier expressed by short-distance reflexives is associated with the presupposition that $\sim D.D$. It receives the following definition, which is easily interpreted against the diagram corresponding to the example sentence, *Kim said Lee thinks Max_i hit himself_i* – k, l, m and h are respectively the markers of *Kim, Lee, Max* and *himself*, and $x_1, \dots, x_n$ are markers not in the obliqueness relation of h , possibly introduced in other sentences of the discourse or available in the context (Hasse diagrams displayed with a turn of 90° right):

(7)

$\sim D_h$  D_h	QA: $\lambda P. \text{some}'(\lambda x. (S(\sim P, a) < x \leq a, P$
--	--

$Q_A(D_h)$ is satisfied iff between the bottom of the uninterrupted sequence $\sim D_h$ most close to the antecedent a and a inclusive, there is at least one reference marker in D_h . As $\sim D_h$ precedes D_h , this amounts to requiring that a be

in D_h , the local domain of h here, and consequently that a be a local o-commander of h , which matches the requirement in Principle A. Binding phase quantifier QA shows positive existential force and short-distance reflexives align in the square of duality with items like *some N*, *already*, *possibly*, etc.

5.2 Principle B

The phase quantifier expressed by pronouns, in turn, lies at the same corner as the quantifiers *no'(R)* or *not_yet'* in (5). The presupposition conveyed by these anaphors is also that $\sim D.D$, and QB is easily understood when considering the diagrammatic description of an example like *Kim said Lee; thinks Max hit him_j*:

$$(8) \quad \begin{array}{c} \sim D_h \quad \begin{array}{c} \begin{array}{c} \circ \\ x_f \end{array} \quad \begin{array}{c} \circ \\ i \end{array} \quad \begin{array}{c} \circ \\ k \end{array} \quad \begin{array}{c} \circ \\ l \end{array} \quad \begin{array}{c} \circ \\ m \end{array} \quad \begin{array}{c} \circ \\ h \end{array} \\ \begin{array}{c} \circ \\ x_n \end{array} \end{array} \quad D_h \end{array} \quad \begin{array}{c} a \downarrow \end{array} \quad \begin{array}{c} Q_B: \\ \lambda P. \text{no}'(\lambda x. (S(\sim P, a) < x \leq a, P)) \end{array}$$

$Q_B(D)$ is satisfied iff no reference marker between the bottom of $\sim D$ and the antecedent a inclusive is in D , which implies that a has to be in $\sim D$, i.e. it has to be outside the local domain of the pronoun, as required in Principle B.

5.3 Principle Z

Turning to long-distance reflexives, we consider an example from Portuguese (*[O amigo de Kim]_i disse que [ele próprio]_i acha que Lee viu Max.*) [*Kim's friend*]_i said "*ele próprio*"_i *thinks Lee saw Max*:

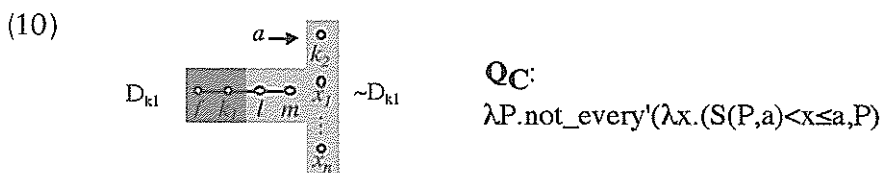
$$(9) \quad \begin{array}{c} D_e \quad \begin{array}{c} \begin{array}{c} \circ \\ e \end{array} \quad \begin{array}{c} \circ \\ c \end{array} \quad \begin{array}{c} \circ \\ l \end{array} \quad \begin{array}{c} \circ \\ m \end{array} \quad \begin{array}{c} \circ \\ k \end{array} \quad \begin{array}{c} \circ \\ x_f \end{array} \quad \begin{array}{c} \circ \\ x_i \end{array} \quad \begin{array}{c} \circ \\ x_n \end{array} \end{array} \quad \sim D_e \end{array} \quad \begin{array}{c} a \downarrow \end{array} \quad \begin{array}{c} Q_Z: \\ \lambda P. \text{every}'(\lambda x. (S(P, a) < x \leq a, P)) \end{array}$$

As with short-distance reflexives, a is here required to occur in D_e though the presupposition conveyed now is that semiphase D is followed by semiphase $\sim D$. Taking into account the definition of D_e above, the antecedent is required to be an o-commander (local or not) of e . The semantics of the phase quantifier Q_Z is such that, for $Q_Z(D_e)$ to be satisfied, between the bottom of the uninterrupted sequence D_e closest to the antecedent a and a inclusive, every reference marker is in D_e . This amounts to requiring a to

be in D_e , i.e. to requiring it to be an o-commander of e , as predicted by Principle Z.

5.4 Principle C

While long-distance reflexives show positive universal force, the quantifier expressed by non-pronouns appears at the same corner as quantifiers like *not_every'(R)*, *no_longer'*, etc. Let us consider a first version of the diagram of *Kim(2)'s friend said Kim(1); thinks Lee saw Max*:



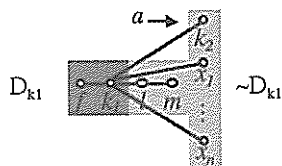
The antecedent a should be required to occur in $\sim D_{k1}$, which means that a cannot be an o-commander of k_1 : This renders the same constraint as expressed by principle C, that non-pronouns are free. As in previous diagrams, $\sim D$ is taken as the complement set of D . Correct empirical prediction requires this to be refined and a more accurate definition of $\sim D$ to be given for phase quantification in non-linear orders – as the one under consideration – where not all elements are comparable.

For $QC(D_{k1})$ to be satisfied, between the bottom of D_{k1} and the antecedent a inclusive, not every reference marker is in D_{k1} . In examples as the one above, $\lambda x.(S(D_{k1}, a) < x \leq a)$, the restrictor of QC, is always empty: It is not the case that $S(D_{k1}, a) \leq a$ because $a = k_2$ (or $a = x_i$ for any i) is not comparable to any element of D_{k1} , including its bottom. Hence, *not_every'($\lambda x.(S(D_{k1}, a) < x \leq a)$, D_{k1})* is false whatever reference marker k_2 or x_i is taken as the antecedent for k_1 . The specific anaphor resolution in our example would be incorrectly ruled out.

This suggests that when phase quantification operates on non-linear orders, negation of semiphase P may be slightly more sophisticated than simple Boolean negation rendering its complement set. We are taught that negation of P also involves the lifting of the complement set, P with equal to the top of P when $P \sim P$ (k_1 in our example). We can check that this specification of $\sim P$ makes it possible to satisfy $QC(D_{k1})$ in the correct anaphoric links for non pronouns:³

³ For the sake of formal uniformity, when $\sim P$, the order-theoretic dual of this definition for $\sim P$ can also be assumed.

(11)



6. Discussion and Conclusions

These results may shed new light over a number of interesting issues. For instance, given their parameterised validity across natural languages (DALRYMPLE, 1993), the universal character of binding principles has been seen as a striking feature: When envisaged as a set (so-called binding theory), they appear as one of the best candidates to be a module of universal grammar. Given the universality of quantification, if binding principles are the noticeable effect of quantifiers, it is not surprising that they are universally operative across natural languages.

Second, not all languages have anaphors of each of the four binding types. In English, there is no long-distance reflexives. This is in line with the well known fact that not every corner of a duality square may be “lexicalised”, as Löbner puts it: In some squares, there may not exist a single expression for a given corner, which is then expressed by some other means (e.g. a complex expression, such as *not every*, etc. – see (DALRYMPLE, 1993, p. 65) for a fully-fledged discussion).

Finally, it is interesting to notice the inverted analogy between referential and quantificational NPs. Nominals with “genuine” quantificational force (*every man, most students,...*) have a somewhat “secondary” referential force, as revealed in e-type anaphora: Although they introduce markers in the grammatical representation that can be picked as antecedents by anaphors (vd. $\hat{A}$ -abstraction in (KAMP and REYLE, 1993, Cap. 4), they cannot be used to refer to “outside world” entities.

Conversely, NPs with “genuine” referential force (*he, the book, John, ...*), we can consider it now, have a somewhat “secondary” quantificational force: They introduce quantificational requirements over grammatical entities, but cannot be used to directly quantify over “outside world” entities.

If the results reported here are meaningful, and taking aside indefinites, every NP, quantificational or referential, has a dual nature by making a contribution in both dimensions of quantification and reference, but with respect to different universes.

REFERENCES BIBLIOGRAPHIES

- VAN BENTHEM, J., 1991 – “Linguistic Universals in Semantics”. In Zäfferrer, pp. 17-36.
- BRANCO, A. and P. Marrafa – 1999, “Long-Distance Reflexives and the Binding Square of Opposition”, in Webelhuth, G., J. Koenig and A. Kathol, eds., *Lexical and Constructional Aspects of Linguistic Explanation*, Stanford, CSLI Publications, Cap. 11, pp. 163-177.
- DALRYMPLE, M., 1993 – *The Syntax of Anaphoric Binding*. Stanford, CSLI Publications.
- KAMP, H. and U. Reyle, 1993 – *From Discourse to Logic*. Dordrecht, Kluwer.
- KÖNIG, E., 1991 – “Concessive Relations as the Dual of Causal Relations”. In Zäfferrer, pp. 190-209.
- LÖBNER, S., 1987 – “Quantification as a Major Module of NL Semantics”, in J. Groenendijk, D. de Jongh and M. Stokhof, eds., *Studies in DRT and the Theory of Generalized Quantifiers*, Dordrecht, Foris.
- TER MEULEN, A. 1988 – “The Semantic Properties of English Aspectual Verbs”, NELS 21, Amherst, University of Massachusetts.
- POLLARD, C. and I. Sag. 1994 – *Head-driven Phrase Structure Grammar*, Stanford, CSLI Publications.
- SMESSAERT, H., 1997 – “Aspectual Duality Regained”. In Dekker *et al.* eds. *Proceedings of the 11th Amsterdam Colloquium*, Amsterdam, ILLC, pp. 271-276.
- XUE, P., C. Pollard and I. Sag, 1994 – “A New Perspective on Chinese *Ziji*”. *Proceedings of the West Coast Conference on Formal Linguistics*, 13, Stanford, CSLI Publications.
- ZÄFFERRER, D., ed., 1991 – *Semantic Universals and Universal Semantics*, Berlin, Foris.

ALGUNS D'“OS MAIS ANTIGOS TEXTOS ESCRITOS EM PORTUGUÊS” “NOTÍCIA DE FIADORES” (1175): Estudo Antroponímico

António Pereira
Universidade do Minho

1. Introdução

De acordo com uma tradição que remontava ao século XIX, os dois documentos provenientes do Mosteiro de Vairão – “Auto das Partilhas” (1192) e “Testamento de Elvira Sanches” (1193) – eram tidos como os mais antigos textos escritos em português. Todavia, quer Avelino de Jesus da Costa, desde de 1957, quer Lindley Cintra, em duas conferências apresentadas em 1961 na Universidade de Estrasburgo, mostraram que os dois documentos acima referidos não passavam de cópias tardias dos finais do século XIII, eventualmente traduções de primitivas versões latinas¹.

Assim, outro documento do Mosteiro de Vairão de erigia no mais antigo documento particular escrito em português – a “Notícia de Torto” (c. 1214) –, da mesma época que um documento régio – o “Testamento de D. Afonso II” de 27 de Junho de 1214. De qualquer forma, tanto Avelino de Jesus da Costa como Lindley Cintra fizeram notar que entre estes dois últimos textos (a “Notícia de Torto” e o “Testamento de D. Afonso II”) e o documento em português da Chancelaria de D. Afonso III (1255) havia um vazio de quatro décadas no que diz respeito à produção documental em português. Mais: L. Cintra e depois Ivo Castro (1991: 183) adiantaram que o filão da pesquisa arquivística estava longe de se esgotar já que nos artigos portugueses havia certamente um grande número de documentos muito interessantes do ponto de vista linguístico que não estava publicado nem estudado.

Reconhecendo o acerto de tais palavras, Ana Maria Martins (Martins 2001) decidiu observar minuciosamente a documentação de alguns fundos

¹ Quanto a este e aos parágrafos seguintes, ver Martins 2001: 24, Costa 1979: 263-265 e Cintra 1990: 21.

conventuais guardados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Esperava encontrar alguns documentos em português anteriores a 1255 que preenchessem o hiato de quatro décadas, mas os resultados excederam as expectativas: a par de alguns textos situados no período visado, surgiram outros anteriores a 1214. No período que vai de 1214 a 1255, Martins dá-nos conta de seis documentos datados: dois do Mosteiro de Vairão, de 1234 (uma “notícia de dívidas” de *Petro Fafiaz* e uma nota de pagamento de dívidas), um do Mosteiro de Ferreira de Aves, de 1236 (carta de venda feita por *Giraldo Mendez* a *Martin Michaellez* e a sua mulher *Marina Suarez*) e três do Mosteiro de Pedroso (de 1243, um testamento; de 1252, um testamento e uma relação de dívidas). Se a este conjunto de seis documentos juntarmos os dois do Mogadouro, descobertos por Lindley Cintra e datados de 1250 e 1253, temos no momento um total de oito documentos situados nas décadas 30, 40 e início dos anos 50.

Quanto ao tratamento a fazer da antroponímia da “Notícia de fiadores”, abordaremos aspectos diversificados (contextuais, etimológicos, fonéticos, morfológicos, sintácticos ...), sem nunca esquecer a questão da actualidade das formas antroponímicas utilizadas².

2. “Notícia de Fiadores” (1175)

2.1. O mais antigo texto escrito em português?

É também uma “notícia” (tal como a “notícia de dívidas” de *Petro Fafiaz* de 1234) o documento mais antigo, em português, localizado por Ana Maria Martins. Pertence ao fundo documental do Mosteiro de São Cristóvão de Rio Tinto; tem a data de 1175 e é uma “notícia de fiadores” de *Pelágio Romeu*, ou seja, Paio Soares Romeu, um dos senhores de Paiva, família nobre com assento nos livros de linhagens.

Partilham o mesmo suporte (o pergaminho identificado com o nº 10, do maço 2, de São Cristóvão de Rio Tinto) a já citada “Notícia de fiadores” de 1175, uma carta de 1146, em registo latino, de doação de herdades, a título de arras, por *Suario Pelaiz* a sua mulher *Orraca Menendiz* (país de Paio Soares Romeu) e, no verso, dois textos não datados: uma anotação de despesas de *Petro Paiz* e uma outra de *Petro Parada*. Com base na análise material do pergaminho, Martins concluiu que estes dois últimos documentos foram prova-

² Sempre que mencionarmos as personalidades que marcaram história dos antroponímicos em estudo, servir-nos-emos das informações colhidas sobretudo na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*.

velmente escritos antes da “Notícia de fiadores”. Por outro lado, todos eles apresentam uma “scripta” conservadora, com muita variação entre formas romances e latinas, o que os aproxima da “Notícia de Torto” e os afasta do “Testamento de Afonso II”.

2.2. *Texto crítico*³

- 1 Noticia fecit pelagio romeu de fiadores Stephano pelaiz. xxi. solidos lection. xxi. soldos pelai garcia xxi. soldos. Gûdisaluo Menendici. xxi. soldos
- 2 Egeas anriquici xxxta soldos. petro cõlaco. x. soldos. Gûdisaluo anriquici. xxxxta. soldos Egeas Moníici. xxti. soldos [...] Ihoane suarici. xxx.ta soldos
- 3 Menendo garcia. xxti. soldos. petro suarici. xxti. soldos Era M^a. CC^{aa} xiii. Istos fiadores atan. v. annos que se partia de isto male que li avem

2.3. *Estudo Antroponímico*

2.3.1. *Anriquici (Egeas anriquici, 1.2; Gûdisaluo anriquici, 1.2):*

Actualmente com a forma *Henriques*, *Anriquici* é o patronímico de *Henrique*. Segundo Machado (II, p. 772), *Henrique* tem origem germânica em *haim-*, “casa”, e *ric-*, “forte, poderoso”. Para Vasconcellos, a origem está em *Angericus*⁴. Acrescenta que para “nós a palavra *Henrique* não podia ter-nos vindo directamente do germânico, por causa da terminação *-ique*; a terminação germânica daria em português *-igo* (no caso recto) ou *-iz* (no genitivo)”. A presença do antroponímico em Portugal deve-se ao francês ou provençal, provavelmente por intermédio do Conde D. *Henrique* entrado no nosso país por volta de 1094⁵. *Henrique* é das formas antroponímicas com mais variantes. Todavia, em todas elas é geral o radical (H)*Enriqu-* ou *Anriqu-*, o que nos leva mais uma vez a concluir que estamos perante um representante do provençal *Anric*, *Enric*. Eis as variantes mais comuns: *Henrico*, *Hen(r)richus* e *Henricus*, em 1097; *Anrichus* e *Henrici*, em 1099; *Anricco* e *Enrriquiz*, em 1102; *An(r)rique* em 1215 e no *Auto da Barca do Inferno* de Gil Vicente, em 1517.

³ Adaptado de Martins 2001: 51. Por razões técnicas, usaremos, ao longo de todo este trabalho, o acento circunflexo (^) com valor de til (~) na forma Gûdisaluo e afins.

⁴ Cf. *Opúsculos* III, p. 108. Nunes (1933-37: 12), a propósito de *Henrique*, diz o seguinte: “nome germânico que quer dizer *senhor* ou *possuidor* (*-rique* de *rich...*) de *cêrca* ou *casa* (*hen-* de *hagan* ou de *hein* por *heim*)”.

⁵ De facto, para Elza Machado (p. 129), *An(r)rique* veio-nos do provençal *Anric*, este de origem germânica. Ver também Dauzat, p. 121 e David Lopes (*Nomes Árabes de Terras Portuguesas*, colectânea organizada por José P. Machado, Lisboa, 1968), pp. 145-146.

Como se pôde verificar, o antropónimo *Henrique* foi sempre muito usado graças ao prestígio de, pelo menos, duas personalidades: o Conde D. *Henrique* (1057-1112), ja o dissemos, e o Infante D. *Henrique*, “O Navegador” (1394-1460). Em outros países, o nome *Henrique* é também célebre: Alemanha, desde *Henrique* I (876-936) a *Henrique* VII (?-1313); Castela e Leão, de *Henrique* I (1204-1217) a *Henrique* IV (1425-1474); França, de *Henrique* I (1008-1060) a *Henrique* IV (1553-1610?); Inglaterra, de *Henrique* I (1068-1135) a *Henrique* VIII (1491-1547). Hoje o antrop. *Henrique* e o apelido *Henriques* continuam a ser frequentes; surge ainda como topónimo em Alenquer, Lisboa, V. N. de Ourém e Viseu⁶.

2.3.2. Cōlaco (*petro cōlaco*, 1.2):

Actualmente *Colaço* (apelido e topónimo), esta alcunha, que também surge na “Notícia de dívidas” de Pelágio Romeu (cerca de 1171-1177) a designar a mesma personagem (*petro cōlaco*, 1.6; em Martins 2001: 52), parece ter origem no substantivo masculino *colaço*, “irmão de leite”, este do latim tardio *collacteu-* (ao lado de *collactaneus* e de *collacticius*)⁷. Em 931-951, *collaze* e *conlaço*. Em 1337, a forma *conlaço* continuava com uso escrito: João *conlaço* e Afonso *Conlaço* (Machado: 1977, II, 180). Crê-se que o apelido *Colaço* pertença a família de diferente origem. Os nobiliários dão informações variadas sobre a origem dos *Colaço*: uns remontam ao tempo de D. Afonso III a um certo Fernão *Colaço* de Portel; outros dizem que provêm de um fidalgo castelhano, Álvaro Anes de Pendes; outros, finalmente, fazem-nos descendentes de João Álvares de Pina, talvez *colaço* de D. João I.

Quanto ao seu uso público, *Colaço* está presente em nomes como Alexandre Rey *Colaço*, compositor, pianista e pedagogo (1854-1928); Amélia Rey *Colaço*, actriz (1898-1990); Branca de Gonta *Colaço*, escritora (1880-1945), João de Magalhães *Colaço*, professor universitário (1893-1931) e muitos outros.

2.3.3. Egeas (*Egeas anriquici*, 1.2; *Egeas Monúci*, 1.2):

Esta forma, existente também como topónimo (em 1220), parece estar relacionada com os antropónimos *Egea* (actualmente também apelido), *Egeus* (lapso ou masculino de *Egeas?*), *Egela* (registado pelo menos em 922.

⁶ Sobre este antropónimo, ver ainda Cortesão, pp. 24 e 175; Vasconcellos, *Opúsculos*, pp. 81, 82, 107, 108 e *Antroponímia*, pp. 50, 96 e 116; Nunes, *Rev. Lus.* XXXI, pp. 12-13; Piel, p. 132 e Machado, pp. 772-773.

⁷ Como substantivo e adjectivo, *colaço*, para além de designar aqueles “que mamaram do leite da mesma mulher”, pode significar também “que é amigo, como irmão” (G. *Enc.* 7, p. 103).

Diminutivo de *Egea*?) e *Egas* (983, 1025 ...) e com os topónimos *Eja* (em Penafiel), *Ega* (em Portugal e no Brasil) e *Egas*. Os primeiros registos da forma *Egeas* verificaram-se em 1068 e no séc. XIII. De qualquer modo, todas estas formas parecem ter uma origem germânica⁸.

Relativamente à actualidade de *Egeas*, não possuímos qualquer dado. Quanto a *Ega* e *Egas*, temos, entre outros, os Condes da *Ega* (a partir do séc. XVIII), João da *Ega* (personagem d' *Os Maias* de Eça de Queirós) e *Egas* Moniz (1874-1955), Prémio Nobel, médico, professor, escritor, diplomata, político e académico.

2.3.4. *Garcia* (*pelai garcia*, 1.1; *Menendo garcia*, 1.3):

Segundo Vasconcellos (1928: 104), o nome *Garcia* “parece ser originariamente ibérico”⁹. Pidal vai mais longe afirmando que o nome é “vasco” e “que deve haber entrado también en el Occidente por influencia navarra”. Quanto ao vocábulo que o originou, uns pensam que terá sido um que significa “urso”; outros, “llama de incendio”. Várias foram as formas que o antropónimo tomou ao longo dos tempos: *Garsias* (946), *Garzia* (974), *Garseas* (977), *Gartia* (1017) e *Garcia* (1265), entre outras¹⁰.

Durante a Idade Média foi nome de vários soberanos de Estados Ibéricos (Galiza, Leão e Navarra), de condes de Castela, de um bispo de Silves (m. 1268), de um mestre da ordem de Santiago (séc. XIV) e de vários trovadores (*Garcia* Martins, *Garcia* Perez, *Garcia* Soares ...). No século XVI continuava em uso: *Garcia* de Resende (1470-1536) e no Auto da Barca do Inferno de G. Vicente. Hoje é raro como antropónimo mas frequente como apelido e topónimo em Portugal e no Brasil. *Garcês*, actualmente apelido e topónimo, parece ser o patronímico de *Garcia*, por intermédio de **Garciez*. Todavia, na “Notícia de fiadores” a forma *Garcia* surge sempre como segundo nome (*pelai garcia* e *Menendo garcia*) – terá já aqui valor patronímico a indiciar o uso actual de apelido? Cremos que sim, até porque outros antropónimos apresentam uma só forma para o nome de baptismo e para o patronímico¹¹.

2.3.5. *Gûdisaluo* (*Gûdisaluo Menendici*, 1.1; *Gûdisaluo anriquici*, 1.2):

O antropónimo *Gonçalo* comporta na sua composição dois elementos: o primeiro de origem germânica (*gunthi*, *gundja*, *gundi*, “combate”), o segundo

⁸ Cf. Machado II, pp. 547-553 e Vasconcellos (*Antroponímia*, pp. 33-34).

⁹ Ver ainda pp. 40, 103, 107 108 e 125.

¹⁰ Machado II, p. 697; Nascentes, p. 122 e Cortesão, p. 147.

¹¹ É o caso, por exemplo, de *Abril*: em *Abril Perez*, como nome de baptismo; em *Orrac'Abril* (filha de *Abril Perez*), como patronímico (em *Cancioneiro da Biblioteca Nacional*, cantigas n.º 104 e 1072).

(*salvus*) “de origem obscura, ou germanica ou romana”¹². Talvez por influência de S. *Gonçalo* (venerado especialmente em Amarante), o antropónimo começou a usar-se desde muito cedo. E é também um dos nomes que apresenta maior profusão de formas. Geralmente aponta-se a existência de duas séries: a de *Gondisalvo* e a de *Gonçalo*, esta possível ainda de se subdividir em dois ramos (com o grupo *-lb-* ou *-lv-*, ou já com *-l-*): *Gundisalvus* (915), *Gondissalvo* (979), *Gonçalo* (1033), *Gunçaluus* (1061), *Gonçalho* (1199) e *Gonçalo* (1265), forma hoje corrente. Assim, a forma *Gûdisalvo* da “Notícia de fiadores” de 1175 parece surgir numa época em que a actual *Gonçalo* já está quase estabilizada. De uso bem consistente como nome de baptismo, o antropónimo *Gonçalo* e o seu diminutivo (*Gonçalinho*) ocorrem também como apelido e topónimo (em Portugal e no Brasil). Actualmente muito utilizado é também o patronímico *Gonçalves*.

Personalidades famosas temos, no séc. XIII, os trovadores *Gonçal’Eanes* do Vinhal e *Gonçalo* Garcia, frades e bispos portugueses dos sécs. XII-XIV; e, já o referimos, S. *Gonçalo* de Amarante (m. 1262?).

2.3.6. *Ihoane* (*Ihoane suarici*, 1.2):

Esta forma surge apenas neste documento. Em outros que estudámos, o [h] aparece sempre depois do [o] (*Iohane*)¹³. Deve, pois, tratar-se de erro. *Ihoane*, melhor *Iohane*, provém do hebraico *Iohanan* que poderá significar “que Deus favorece” ou “cheio de graça divina”. Antes de chegar ao português, passou pelo grego *Ioánes* ou *Ioánnes* (o *-es* é a desinência grega de nom. sing.) e depois pelo latim *Jo(h)anne-*, de *Jo(h)annes*. Oriundos desta forma latina, coexistiram no português antigo *Joane* e *João*. Este atesta-se num diploma de 1091 (*Ioan*) e resulta de *Joane* colocado em próclise, principalmente quando seguido de vocábulo iniciado por consoante (Ex.: *Joane Rodrigues* > *Joan Rodrigues*)¹⁴.

De uso corrente no século XIII (*Joam*, 1258; *Jo(h)an*, 1265 ...), umas vezes “com vocalização completa da semi-vogal *i*, outras com consonantização”¹⁵, o antropónimo *João* chegou aos nossos dias como um (senão o principal) dos

¹² Cf. Vasconcellos 1928: 30 e Nascentes 1952: 127. Nunes (1933-37: 7-8) refere que *Gundisalvo* é um nome híbrido adiantando que o segundo elemento (*salvo*) é latino. *Gundisalvo* significa, portanto, “salvo do combate”. *Gonçalvo* e *Gonçalo* seriam as formas populares. Para explicar a passagem “do grupo -d’s- em ç”, remete para o advérbio *quiça* (do latim quid sa(pit): **Gundi* + *salvu* > *Gundsaltvu* > *Gunçaltvu* > *Gonçalo*).

¹³ Cf., por exemplo, “Notícias de haver” (séc. XII, 2ª metade): *iohane* (1.3) (Martins 2001: 53).

¹⁴ Ver Nascentes, p. 162 e Cortesão, pp. 181 e 183. Este fenómeno é já nosso conhecido uma vez que ocorreu com *Fernão* (de *Fernando*) e *Mem* (de *Mendo*), por exemplo.

¹⁵ Vasconcellos, *Opúsculos* III, p. 57 e Nunes, *Rev. Lus.*, vol. XXXIII, p. 84.

mais usados, individualmente ou em formas compostas. O especial acolhimento que este antropónimo sempre mereceu deve-se provavelmente à popularidade de S. João Baptista. João foi nome de papas (o actual é João Paulo II), reis (de D. João I a D. João VI), infantes, bispos, santos ... e poetas¹⁶. Actualmente, João é ainda apelido e topónimo. Quanto a Joan(n)e, coexistiu com João ou Joham durante certo tempo. Utilizou-se pelo menos até ao século XVII: Ioanel/Joane, no séc. XVI com G. Vicente (no *Auto da Barca do Inferno*) e com Camões (n' *Os Lusíadas* e nas *Rimas*); no séc. XVII foi nome de um bispo de Coimbra – D. Joane Mendes de Távora. O -e de Joane manteve-se “quando essa palavra estava antes de nome começado por vogal, e quando era empregada de modo absoluto (...) ou depois de outras palavras” como em *Sanhoane* (de Sã Joane) (Vasconcellos 1931: 59). O patronímico de Iohannes (donde João e Joane) é Iohannici (existente já em 1098) que deu *Eoanes e depois Eanes (em 1258), além de Joanes ou Joannes (patronímico directo de Joane). Para além de apelido, Joanel/Joanes, é hoje nome de inúmeras localidades portuguesas¹⁷. Muito usado é também o antropónimo Joana (do lat. bíblico Joanna, femi. de Johan(n)es). O seu uso atesta-se com facilidade no séc. XIII mas Iohanna aparece já em inscrições dos primeiros tempos do Cristianismo¹⁸.

2.3.7. Lecton (1.1):

Apresentando actualmente a forma *Leitão* (apelido e topónimo), *Lecton* é uma alcunha derivada do subst. masc. *leitão*, este do latim **lactone*-¹⁹. Em 1059 apresentou a forma *leitones* e, em 1417, *leitoa* (femi.). Também no séc. XV esta palavra era usada com antropónimo²⁰. Mas curioso é acrescentar que *leiton* é a forma que surge na “Notícia de dívidas” (c. 1171-1177, 1.7) do mesmo *Pelágio Romeu* da “Notícia de fiadores” (1175).

Mais: em ambos os documentos, e ao contrário do que acontece com todas as outras personalidades referidas, este *lecton/leiton* é designado apenas por um elemento, a denotar a relevância identificadora da alcunha.

¹⁶ Na França o nome é tão vulgar que para “individualiser les innombrables Jean (...) force était de leur adjoindre un sunom (...), soit de distinguer les noms à l'aide de suffixes ou d'autres déformations”: Jeannot, Jeannet, Jeanneret, etc. (Dauzat, p. 111. ver também pp. 112-113, 124, 128, 232, 268, 277, 300 e 365).

¹⁷ Machado II, pp. 543 e 828. Ver os vários topónimos derivados de Iohannes em Piel (pp. 307-308).

¹⁸ Cf. Machado II, p. 828 e Vasconcellos, *Antroponímia*, pp. 38, 46 e 542.

¹⁹ Em 1339, “Esteavam Martynz, dicto Leitom” (Machado II, p. 865). Ver também Vasconcellos 1931: 76.

²⁰ Ver *Dic. Etimológico* de Machado. Muitos outros, como o *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* da Academia das Ciências de Lisboa, derivam *Leitão* de *leite* + sufixo -ão (*leite* < *lac*, *lactis*).

Para a história deste nome, ficaram muitos portugueses como Martim *Leitão* de Lodaes (do tempo de D. Sancho II?), António *Leitão* (cineasta da 1ª metade do séc. XX), José Luís *Leitão* (professor universitário e investigador, 1916-1985), entre outros.

2.3.8. *Menendici* (*Gûdisalvo Menendici*, 1.1):

Actualmente apelido corrente, *Mendes* e *Menendez* (de *Menendici*) são os antigos patronímicos de *Menendo*: *Menendiz* (897), *Menendici*, *Menendizi* (1021) ... *Mendes* existe ainda como topónimo em várias localidades portuguesas²¹. Quanto à origem de *Mendo*/*Menendo*, ela continua ainda obscura²²: *Menendo* em 874, *Mendo* em 976, *Meendo* em 1057, *Meende* no séc. XIII. Simplificando, na passagem de *Menendo* a *Mendo* terá ocorrido a síncope do /n/ intervocálico seguida de crase: *Menendu*>*Meendo*>*Mendo*. *Mem* é a forma proclítica de *Mendo* e usava-se sobretudo quando o segundo nome começava por consoante: *Mem* Rodriguiz, *Mem* Moniz ... (Vasconcellos 1928: 449). *Meen*, grafia antiga, deve-se a *Meendo*: *Men* em 1059, *Meen* em 1258 ... *Mem* e *Mendo*, segundo Machado (II, pp. 977 e 979), continuam em uso, embora raro. Acrescenta que *Mendo* tem por vezes valor de apelido e topónimo, em Portugal e na Galiza.

Com o nome *Mendo*, celebrizaram-se dois prelados portugueses e um beato, todos do séc. XII; o bispo de Córdova em 1379; trovadores medievais como *Men* Paez e *Men* Rodrigues de Briteiros; e ainda um ex-ministro da Saúde do Governo de Cavaco Silva, Paulo *Mendo*. O diminutivo *Mendinho* identifica um poeta medieval, enquanto que o apelido *Menendez* dá nome aos espanhóis Marcelino *Menéndez* y Pelayo (1856-1912), historiador de literatura e crítico, e Ramón *Menéndez* Pidal (1869-1968), filólogo e historiador.

2.3.9. *Menendo* (*Menendo garcia*, 1.3): Ver *Menendici*.

2.3.10. *Moníici* (*Egeas Moníici*, 1.2):

Moníici, hoje *Moniz*, é o patronímico do antigo antropónimo *Munnius*. Como formas antigas temos *Moniz* (922), *Muniz* (974) *Monizi* (1048) *Moniizi* (1091) ..., esta última muito próxima de *Moníici* mas com a sonorização (s>z) concluída. Actualmente, *Moniz* ocorre também como topónimo (Alcobaça

²¹ Cf. Cortesão, pp. 216, 218, 219 e 410; e Machado II, pp. 977-980.

²² Ver, entre outros, Nunes (1933-37: 65), Nascentes (p. 198) e Vasconcellos (*Antroponímia*, p. 38). Este autor (pp. 47 e 50) dá *Mendo* como nome de origem germânica. Menéndez Pidal (citado por Machado II, p. 979) tem-se esforçado por relacionar *Menendus* com *Ermegildus* (nome visigótico).

Évora ...). Quanto à origem do antropónimo *Munnus*, persistem as dúvidas. Será germânica? Será ibérica, do nome de pessoa *Munus*? Relacionado com *Munnius*, temos Moninho, hoje topónimo (C. da Beira, Melgaço ...) ²³.

Figuras célebres são, por exemplo, Egas *Moniz*, varão do séc. XII filho de *Múnio* Viegas; D. Martin *Moniz*, fidalgo do tempo de Afonso Henriques e filho de D. *Moninho* Osório; Gil Aires *Moniz*, escrivão de D. Nuno Álvares Pereira; e, claro, o Nobel Egas *Moniz*.

2.3.11. Pelagio (*pelagio romeu*, 1.1):

É fácil encontrar relação entre esta forma e o grego Pelágio (πελαγός, “do alto mar, marinho, marinheiro”), por intermédio do latim *Pelagiu* ²⁴. A forma *Pelagio* encontra-se já em 882; *Plagius* em 1091. Para nome de mulher, havia *Paaia*(=*Pelagia*), possivelmente do século XIV (Cortesão 1912: 413). *Pelágio*, embora raro, ocorre actualmente quer como nome próprio quer como apelido ²⁵. Quanto a *Palaio* (*Palayo* no séc. XIII), apelido hoje quase inexistente, é alteração de *Pelaio*, devido a assimilação regressiva completa: *Pelagiu*>*Pelaiu*>*Palaio*>*Paaio*>*Paio*. *Pelaio* pode encontrar-se ainda como topónimo no Fundão ²⁶. Relativamente à forma popular *Paio*, o seu uso actual parece restringir-se à categoria de apelido e de topónimo (frequente com a forma S. *Paio* ou *Sampaio*). *Pais*, apelido hoje em voga, é o patronímico de *Paio*, inicialmente de *Pelágio* ²⁷.

Entre as figuras medievais, destacamos *Pai* Gomez Charinho, *Pai* Soarez de Taveirós (trovadores galegos) e *Paio* de Coimbra (dominicano português). *Pelágio* ou *Paio* foi ainda nome de papas (séc. VI) e de vários religiosos (sécs. X aXIII).

2.3.12. Pelai (*pelai garcia*, 1.1): Ver Pelagio.

2.3.13. Pelaiz (*Stephano pelaiz*, 1.1): Ver Pelagio.

2.3.14. Petro (*petro cõlaco*, 1.2; *petro suarici*, 1.3):

Esta é uma forma ainda muito próxima do étimo latino *Petru-*, que por sua vez deriva do grego Pétros (Πέτρος), tradução do vacábulo ara-

²³ Cf. Machado II, pp. 1014-1015 e Vasconcellos, *Antroponímia*, p. 38.

²⁴ Cf. Vasconcellos 1928: 35; Nunes 1933.37: 125-126; Nascentes 1952: 230 e 237; e Machado III, p. 1151.

²⁵ Machado III, p. 1151 e L. *Telef.* – Lisboa (cidade), 96/97, p. 713.

²⁶ Cf. Nunes 1989: 107 e 204. Na L. *Telef.* – Lisboa (cidade), 96/97, p. 713, temos 3 casos de Pelayo. Ver ainda Nunes, *op. cit.*, p. 107 e Machado III, p. 1151.

²⁷ Cf. Cortesão, pp. 250, 259 e 260 e Vasconcellos 1931: 119.

maico *Cep(h)as*, “rochedo”²⁸. *Chephas* foi o nome atribuído por Jesus a Simão *Pedro*, filho de João²⁹. É precisamente o apóstolo Simão *Pedro* o grande responsável pela difusão do nome em todas as épocas. *Pedro* atesta-se em 1029. Curiosas são as formas *Pedrom* (1220) e *Pedrucho/Pedrucho* (1258), nomes possivelmente relacionados com *Pedro*³⁰. Frequentíssimo como antropónimo, *Pedro* surge também actualmente como apelido e topónimo, em Portugal e na Espanha. Quanto a *Pero*, cujo uso inicial remonta pelo menos a 1034, é a forma proclítica de *Pedro*³¹. *Pero* parece ter caído em desuso já que a ocorrência mais recente remonta provavelmente a 1670. Como topónimo, *Pero* é actualmente abundante sobretudo em formas compostas. Muito em voga como apelido é também o patronímico *Peres* e o seu divergente *Pires*.

Com o nome *Pedro* ou *Pero* celebrou-se um número sem conta de personalidades: poetas medievais; infantes e reis de Portugal (D. *Pedro* I a D. *Pedro* V: séc. XIV a XIX), de Aragão, da Sérvia e da Jugoslávia; imperadores da Rússia; religiosos ... e muitos outros.

2.3.15. Romeu (*pelagio romeu*, 1.1):

Usada inicialmente como alcunha (tal como acontece neste documento)³², esta forma é hoje utilizada quer como nome de baptismo quer como apelido. Na Idade Média existiu como apelido mas de forma muito restrita. Como nome de baptismo, a sua divulgação deve-se sobretudo à célebre personagem *Romeu* da obra *Romeu e Julieta* de Shakespeare (1594-1595). Como alcunha e depois apelido, *Romeu* vem do adjetivo *romeu*, este do provençal *romeu*, “peregrino que foi a Roma”: *Romeu* em 1169, *Romeu* em 1258, *pedro romeu* em 1270, *Joham Romeu* no séc. XIV (?). Actualmente, a forma *Romeu* é também usada como topónimo, em Portugal e na Galiza³³.

Na memória ficaram dois ricos-homens dos séculos XI e XII, ambos chamados D. Paio *Romeu*, e, já o dissemos, o *Romeu* da obra de Shakespeare.

²⁸ Cf. Vasconcellos, *Antroponímia*, p. 31; Nascentes, p. 237; e Machado III, p. 1148. Dauzat (pp. 89-90), por exemplo, classifica *Petrus* como um nome hebraico.

²⁹ Tornou-se célebre a frase de S. Mateus (XVI, 18): “Et ego dico tibi quia tu es *Petrus* et super hanc petram aedificabo ecclesiam meam” e ainda palavras dirigidas por Jesus a Simão Pedro: “Chamar-te-ás Cefas que quer dizer *Pedro*” (João, I, 42).

³⁰ Cortesão, pp. 258-259, e Nunes 1933-37: 125.

³¹ Para além da próclise, a haplologia poderá justificar a queda /d/ no caso da forma *Pedro* ser seguida de /de/ ou /da/: *Pedro* da Ponte > *Pero* da Ponte (Cf. Nunes 1989: 120 e 1933-37: 125).

³² Cf. “Notícias de herdades” (c. 1171-1177), em Martins 2001: “hec est notitia de hereditates quae ego pelagius suerí cognomento romeu (...)” (p. 52, 1.1).

³³ Cf. Vasconcellos, *Antroponímia*, p. 270.

2.3.16. *Stephano* (*Stephano pelaiz*, 1.1):

Mais um termo muito próximo do seu étimo: o grego tardio *Stéphanos*, do s. m. *stéphanos* (στ'εφανος, “o que envolve”, “coroa”). A forma grega chegou-nos, no entanto, por intermédio do latim *Stephanus*³⁴, depois da sonorização da fricativa surda (/f/ > /v/). O “povo antipatiza com a ressonância nasal postónica final”, por isso pronuncia *Estevo* (Nunes 1989: 103 e 113). Depois surgiram inúmeras variantes: *Stefanus* em 937, *Steuano* em 1032, *Steuom* em 1220, *Stevam* em 1258 e *Esteue* no séc. XV, entre outras. *Esteve* era a forma usada em próclise. *Estêvão* tem ainda hoje actualidade, existindo também como apelido e topónimo, tal como o seu patronímico *Esteves*³⁵.

Há, ao longo dos tempos, inúmeras personalidades com este nome: papas (sécs. III-XI), reis da Hungria (sécs. X-XIII) e da Inglaterra (séc. XII), trovadores (sécs. XIII e XIV) ... Santo *Estêvão* parece ser o grande responsável pela divulgação do nome entre os cristãos.

2.3.17. *Suarici* (*Ihoane suarici*, 1.2; *petro suarici*, 1.3):

Do antropónimo antigo **Soariu-*, de origem obscura, derivou o patronímico **Soarici*, donde, também regularmente, *Soares*, forma actual. Como formas antigas temos, por exemplo, *Soariz/Suariz* (946), *Suarizi* (1036), *Suarici* (1073) e *Soares* (1265). Ainda em relação à origem de *Soeiro*, vários foram os autores que se pronunciaram (Diez; Meyer Lübke, Vasconcellos...) mas a hipótese de J. da Silveira parece ser a mais verosímil: do lat. *suarius* (de *sus*, “porco”), “porqueiro”³⁶. Piel (1947: 371) afirma que esta hipótese é sedutora mas falta-lhe, “por enquanto, um exemplo deste nome, tirado de uma fonte da Antiguidade”. Actualmente, *Soeiro* ocorre como nome próprio, apelido e topónimo (frequente nas regiões portuguesas e galego-asturianas); *Soares*, como apelido e topónimo.

São muitos os *Soares* dignos de memória. Citemos apenas três: António *Soares dos Reis* (1847-1 889), genial escultor de V. N. de Gaia; Luísa *Ducla Soares* (1939-), escritora; e Mário *Soares* (1924-), ex-Presidente da República Portuguesa (eleito em 1986).

³⁴ Ver Nascentes, p. 103.

³⁵ L. *Telef.* – Norte (*Minho, Douro Litoral*), 96/97, p. 77. Cf. ainda Machado II, pp. 595-596; Cortesão, pp. 120, 327-328 e 402; e Vasconcellos, *Antroponímia*, pp. 46 e 112.

³⁶ Cf. Machado III, pp. 1359-1360. Vasconcellos (*Antroponímia*, p. 40), por exemplo afirma que o primeiro elemento de *Suario* é obscuro mas que o segundo parece ser o gótico *harjis*, “exército”. Diez (citado por Nascentes, p. 285) derivou do “gót. svêrs, ant. al. mod. schwer, pesado”.

3. Conclusões³⁷

– As descobertas Feitas por Ana Maria Martins vieram dar razão aos especialistas que, como Lindley Cintra e Ivo Castro, alertaram para a existência de documentos escritos em português não só pertencentes ao período entre 1214-1255 como anteriores a 1214.

– A “Notícia de fiadores”, de 1175, é considerada o texto datado mais antigo escrito em português. Todavia, os dois documentos também escritos em português (uma anotação de despesas de *Petro Paiz* e uma outra de *Pedro Parada*) e que com ela partilham o mesmo suporte (o pergaminho nº 10, do maço 2, de São Cristóvão de Rio Tinto) serão anteriores.

– A semelhança de certos elementos codicológico-diplomáticos, também a antroponímia poderá constituir um factor decisivo na datação dos documentos. Assim, a “Notícia de fiadores” (NF), como documento mais antigo que é em relação à “Notícia de Torto” (NT) (c. 1214), por exemplo, apresenta formas antroponímicas mais distantes das actuais: *Gûdisalvo* (NF) > *Gôcalvo* (NT); *Ihoane* (NF) > *Johane* (NT); *Suarici* (NF) > *Suariz* (NT)...

– Os 12 indivíduos referidos na NF são todos do sexo masculino, elemento sócio-linguístico importante para compreender o papel do homem e da mulher na sociedade medieval.

– Destes 12 indivíduos, 2 são identificados através da estrutura Nome de Baptismo (NB) + Alcinha; 9 pela estrutura NB + Patronímico e apenas 1 por uma Alcinha (*lecton*).

– Por outro lado, e de um modo geral, a antroponímia germânica, por exemplo, predomina na documentação anterior ao séc. XIII, ao passo que a latina se impõe na viragem do séc. XII para o XIII: das 17 formas da NF, 3 são de origem germânica e 2 de origem latina.

– Finalmente, depositário de um número muito significativo de formas antroponímicas surpreendentemente actuais (das 17 entradas registadas só uma, *Egeas*, parece ter caído em desuso), o documento aqui apresentado revelou-se um importante viveiro para o estudo da antroponímia portuguesa, em particular, e da História da Língua, em geral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DAUZAT, Albert (1988), *Les Noms de Famille de France – Traité d’Anthroponymie Française*, 3^{ème} édition, revue et complétée par M. T. Morlet, Paris, Librairie Guénégaud.

³⁷ Ver Quadro Anexo: “Notícia de fiadores” (1175).

- CASTRO, Ivo (1991), *Curso de História da Língua Portuguesa*, Colaboração de Rita Marquilhas e J. Léon Acosta, Lisboa, Universidade Aberta.
- CINTRA, Luís F. Lindley (1990), "Sobre o Mais Antigo Texto Não-Literário Português: *a Notícia de Torto* (Leitura Crítica, Data, Lugar de Redacção e Comentário Linguístico)", em *Boletim de Filologia*, Tomo XXXIII (1986-87), Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, pp 21-77.
- CORTESÃO, António Augusto (1912), *Onomástico Medieval Português*, Separata do "Arqueólogo Português", vol. VIII e seguintes, Lisboa, IN-CM.
- COSTA, Avelino de Jesus da (1979), *Os Mais Antigos Documentos Escritos Em Português. Revisão de Um Problema Histórico-Linguístico*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de História Económica e Social.
- MACHADO, Elza e Machado, José Pedro (1949-64), *Cancioneiro da Biblioteca Nacional (Colocci-Brancuti)*, Facsímile e transcrição, leitura, comentários e glossário por -, 8 vols., Lisboa, Edição da "Revista de Portugal".
- MACHADO, José Pedro (1977), *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, 5 vols. 3ª edição, Lisboa, Livros Horizonte.
- IDEM (1993), *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*, 3 vols., 2ª edição, Horizonte/Confluência.
- MARTINS, Ana Maria (2001), "Emergência e generalização do português escrito. De D. Afonso Henriques a D. Dinis", em *Caminhos do Português*, Coord. de Maria Helena Mira Mateus, Lisboa, Biblioteca Nacional.
- NASCENTES, Antenor (1952), *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, tomo II (*Nomes Próprios*), Rio de Janeiro.
- NUNES, José Joaquim (1989), *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa (Fonética e Morfologia)*, 9ª edição, Classica Editora.
- IDEM (1933-37), "Os Nomes de Baptismo – sua origem e significação", em *Revista Lusitana*, Arquivo de Estudos Filológicos e Etimológicos relativos a Portugal, dirigido por José L. de Vasconcellos, vols. XXXIII-XXXV, Lisboa, Livraria Clássica Editora.
- PIEL, Joseph-Maria (1947), "Nomes de «possessore» latino-cristãos na toponímia asturo-galego-portuguesa" em *Biblos*, Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, vol. XXIII, Coimbra.
- VASCONCELLOS, José Leite de (1928), *Antroponímia Portuguesa – Tratado comparativo da origem, significação, classificação e vida do conjunto dos nomes próprios, sobrenomes e apelidos, usados por nós desde a Idade Média até hoje*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- IDEM (1931), *Opúsculos*, vol. III (*Onomatologia*), Coimbra, Imprensa da Universidade.

Antropônimo	Ocorrências	Nome de batismo	Parentesco	Alemã	Sexo		Origem					Forma atual (portuguesa)
					masculino	feminino	germânica	grega	hebraica	latina	obscura	outra
Anríquici	2		+		+		+					Henriques (apel. +topon.)
Colaco	1			+	+					+		Colaco (a+t)
Egeas	2	+			+		+					
Garcia	2		+2		+							Garcia (nome bapt. +a+t)
Gūdisaluo	2	+			+		+					Gonçalo (n+a+t)
Ihoane	1	+			+				+			Joane (a+t) João (n+a+t)
Lecton	1			+	+					+		Leirão (a+t)
Menendici	1		+		+						+	Menendez / Mendes (a+t)
Menendo	1	+			+						+	Mendo (n+a+t)
Monici	1		+		+						+	Moniz (a+t)
Pelagio	1				+			+				Pelágio (n+a)
Pelar	1				+			+				Pelão (n+a+t)
Pelaiz	1		+		+			+				Pais (a+t)
Petro	2				+			+				Pedro (n+a+t)
Romeu	1		+		+							Romeu (n+a+t)
Stephano	1	Stephano			+			+				Estevão (n+a+t)
Suarici	2	Suarici	+		+						+	Soares (a+t)

DA SEMÂNTICA COGNITIVA À PRAGMÁTICA LEXICAL: a polissemia de *pronto*

Augusto Soares da Silva
Universidade Católica Portuguesa – Braga

1. O paradoxo das partículas

Como facilmente se reconhece, as chamadas *partículas discursivas* (designação que aqui se toma como genérica e que inclui outras unidades similares, como as partículas argumentativas, as partículas modais e as interjeições) são indispensáveis sobretudo na linguagem falada espontânea e aí desempenham as mais variadas funções. Difícil se torna identificar os seus sentidos e funções, bem como traduzi-las para outras línguas. E mais difícil ainda *explicá*-los, isto é, saber quais as motivações da sua coexistência numa mesma forma lexical e quais as restrições, que relações há entre as suas propriedades distribucionais (sintácticas, entoacionais) e a sua interpretação e como é possível que esses itens lexicais pertençam a diferentes categorias gramaticais.

Os muitos estudos sobre estas pequenas e tão funcionais unidades lexicais, ligados a diferentes modelos pragmáticos e discursivos, não chegam a responder a esta problemática da *polissemia* das partículas discursivas. Exceptua-se o recente estudo de Fischer (2000). A investigação actual continua a padecer do que Hentschel & Weydt (1989) denominaram “paradoxo das partículas”: por um lado, abordagens maximalistas que descrevem pormenorizadamente cada um dos diferentes sentidos e funções de uma partícula, sem explicar como é que esses diferentes sentidos se processam e se relacionam e porquê essas funções pragmáticas e não outras; por outro lado, abordagens minimalistas que procuram identificar a alegada invariante semântico-pragmática, sem explicar como é que nesse significado abstracto se poderão rever as diferentes interpretações particulares (cf. também Mosegaard Hansen 1998). (Um *paradoxo*, diga-se, não exclusivo, mas extensivo às demais classes de palavras). Acresce a profusão de designações tão diferentes para nomear estas unidades (Fraser 1999), o que desde logo indicia

as dificuldades de definição e a ausência de uma perspectiva integrada de todo o seu espectro de funções.

No quadro da Semântica Cognitiva e na sequência dos nossos estudos sobre categorias polissémicas tão distintas como o verbo *deixar* (Silva 1999), o objecto indirecto (Silva 2000) e o diminutivo (Silva no prelo), procuraremos analisar a polissemia funcional de *pronto*, característica do discurso oral espontâneo e resultante da sua gramaticalização enquanto adjectivo. Com base, sobretudo, no sub-*corpus* oral do CRPC¹, mostraremos como os seus diferentes usos pragmático-discursivos, em grande parte já identificados por Christiano & Hora (1999) para o português do Brasil, mas não suficientemente explicados, estão relacionados entre si e com as duas imagens dos sentidos denotacionais (a conclusiva/retrospectiva e a prospectiva).

2. Usos denotacionais de pronto

Os exemplos (1) e (2) representam os dois principais usos denotacionais do adjectivo *pronto*:

- (1) *Os soldados americanos estão prontos para o pior.*
- (2) *Garanto que o fato estará pronto amanhã.*

Em (1) *pronto* equivale a “preparado” para realizar uma acção, ao passo que em (2) o mesmo adjectivo tem o sentido de “acabado, terminado, feito”. Há assim um uso de *pronto* relativamente a acções que devem ser feitas e um outro em relação a acções que estão a fazer-se. Por outras palavras, uma distinção entre um uso “prospectivo”, reforçado pela preposição *para*, e um uso ‘retrospectivo’. Aspectualmente, uma distinção entre um uso conclusivo e um uso metonimicamente inceptivo (exprime a fase prévia ao começo de uma acção). Uma distinção só em parte correspondente ao duplo equivalente de *pronto* noutras línguas, como em francês *prêt* (prospectivo) e *prompt* (retrospectivo e prospectivo).

Uma outra dimensão do semantismo do adjectivo *pronto* é de natureza sintagmática. Da sua aplicação, ora a pessoas, como em (1) e (4), ora a coisas, como em (2) e (3), resultam determinadas diferenças semânticas.

¹ Ver, no final, referência ao *corpus* – textos utilizados como fontes dos exemplos para esta pesquisa. Agradeço às equipas do *Corpus de Referência do Português Contemporâneo* (CRPC) e do *Corpus Informatizado do Português Medieval* (CIPM), em particular à Sandra Amendoeira e à Luísa Alice e à colega Maria Cristina Vieira da Silva, os elementos que prontamente me disponibilizaram.

(3) *O jantar está pronto; venham para a mesa!*

(4) *Está sempre pronto a ajudar os outros.*

Desde logo, a distinção entre ‘preparado para realizar uma acção’ (dito de pessoas), como em (1) e (4), e ‘preparado para ser utilizado’ (dito de coisas), geralmente em construção absoluta, como em (3). Mas mais importante é o facto de que a ideia de ‘rapidez, imediatismo’ surge quando *pronto* se aplica a pessoas, como em (4) ou, metonimicamente, em expressões como *resposta pronta*, *inteligência pronta*: efectivamente, são as pessoas bem preparadas que podem agir rapidamente, ao passo que as coisas que estão prontas podem estar bem preparadas, mas não se associam à noção de rapidez. É esta mesma ideia que se fixa em quase todos os derivados de *pronto*, como *prontamente*, *prontidão*, nas locuções adverbiais *de pronto*, *num pronto* e nas formações *pronto-a-comer*, *pronto-a-vestir*, *pronto-socorro*, *prontuário* e até *pronto* (nome de um detergente).

Correlacionando as duas dimensões, representa-se na Figura 1 o campo de aplicação semântica do adjectivo *pronto*. Logicamente que o uso ‘retrospectivo’ não pode aplicar-se a pessoas, mas somente a (acções e) coisas que foram submetidas a determinado tratamento. Outros sentidos, como ‘disponível’, ‘eficaz’, ‘activo’, são especificações de ‘preparado para uma acção / um uso’, mais ou menos associados à ideia de rapidez.

	PESSOA	COISA
PROSPECTIVO	(1), (4) “preparado para” (“rápido”)	(3) ‘preparado para’
RETROSPECTIVO		(2) ‘acabado’

Figura 1: Campo de aplicação semântica do adjectivo *pronto*

Destas duas dimensões semânticas, a mais saliente é a déictica. É ela que estabelece a distinção entre as duas imagens conceptuais mais importantes de *pronto*, representadas na Figura 2: a conclusiva, retrospectiva e anafórica de processo acabado e a prospectiva, catafórica e inceptiva de processo disponível.

A relação entre as duas imagens pode construir-se nas duas direcções. Da retrospectiva para a prospectiva: um objecto “acabado” está, por implicação, ‘preparado, disponível’ para uma acção ou um uso. Por exemplo, um fato pronto (acabado, feito) passa a estar pronto para ser utilizado. Curiosamente,

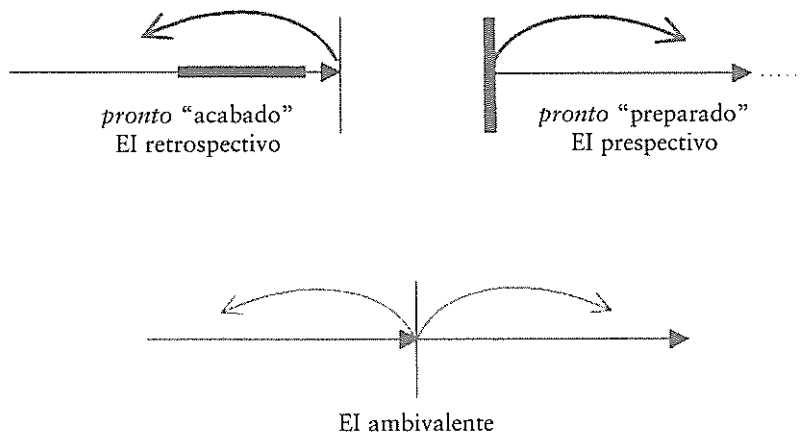


Figura 2: Esquemas imagéticos (EI) de *pronto*

se “acabado, terminado, concluído” se pode dizer de qualquer processo, neste mesmo sentido *pronto* diz-se apenas de coisas para serem utilizadas. Inversamente, da imagem prospectiva para a imagem retrospectiva: um objecto “preparado, disponível” pressupõe a conclusão do respectivo processo de preparação. Assim, o jantar só está pronto para ser servido quando acabar de ser preparado e os soldados só estão prontos para combater o inimigo depois de se terem preparado física e psicologicamente. Diacronicamente, a evolução semântica de *pronto* ter-se-á dado no latim *promptus* na primeira direcção: de “visível, manifesto” para “preparado, disponível”².

3. Usos discursivos

Passemos aos usos de *pronto* como partícula discursiva. De referir que, do total das 422 ocorrências de *pronto* no sub-corpus oral do CRPC, apenas 24

² O adjectivo lat. *promptus* (< part. de *promo* ‘retirar, fazer sair, manifestar’) diz-se de coisas (materiais ou visíveis) facilmente obtidas, prontamente acessíveis ou disponíveis, claramente visíveis; de tarefas prontamente realizáveis, fáceis, simples; e de pessoas/attitudes disponíveis, dispostas, rápidas (*Oxford Latin Dictionary*). Existe ainda a locução latina *in promptu* (*esse, habere*), com o sentido de ‘ao alcance, à mão, à disposição, à vista’. O vocábulo terá entrado relativamente tarde na língua portuguesa, talvez (em finais do) séc. XV. Encontram-se 4 ocorrências de *pronto* e 1 de *prontamente* no “Leal Conselheiro” de D. Duarte (ed. de J.M.Piel, apud CIPM) – as únicas do *Corpus Informatizado do Português Medieval* –, mas nenhuma, por exemplo, na “Crónica de D. Fernando” de Fernão Lopes (apud BVAP). J. Pedro Machado (*Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*) diz não o ter encontrado antes do séc. XVI e J. Corominas & J. Pascual (*Diccionario Crítico Etimológico de la Lengua Castellana*) datam o vocábulo castelhano de 1490 (in “Universal Vocabulario en Latín y en Romance”, de Alonso F. Palencia, 1490 [*intentus*: el que está prompto para oyr”]).

(5,7%) são do adjetivo; todas as restantes são usos discursivos. Nos exemplos (5)-(7), *pronto* tem valor ‘conclusivo’. Ocorrendo na parte final de um segmento discursivo, introduz a conclusão ou, em (5) e (6), a consequência, o efeito, o resultado do que antes se disse ou implicou, estabelecendo assim uma relação conclusiva (premissa-conclusão), consecutiva (antecedente-consequente) ou causal (causa-efeito) entre o que o antecede e o segmento que introduz. *Pronto* comporta-se, pois, como um verdadeiro conector, podendo ocorrer como o único conector, tal como em (5), ou enfaticamente acompanhado de outros de idêntico valor, como *e pronto*, *então pronto*, *enfim pronto*, *ai pronto*. Mas em (7), o valor conclusivo de *pronto* é mais de ordem textual/discursiva do que argumentativa: a sua função não é tanto a de ligar enunciados, atribuindo-lhes uma conexão inferencial, mas a de estruturar textualmente o discurso, designadamente concluir uma fala através de um enunciado que engloba e resume tudo o que foi dito anteriormente. Em casos como o de (7), temos o que pode classificar-se como um *pronto* “resumitivo” (idêntico ao *então* “resumitivo” e a expressões resumitivas como *em resumo*, *em síntese*).

(5) *fui, só vi o Sporting, fui pelo Sporting, gostei do Sporting, pronto, agora sou sportinguista.* (CRPC – oral, 423-18-A03)

(6) *A: como é que aconteceu o incêndio? [...]*

X: lançam granadas, verdadeiras, não é, e alguma explodiu mal ou caiu nalguma mata mais volumosa e, pronto! deu-se o, o incêndio. (CRPC – oral, 863P214)

(7) *Eu chegava a casa e ele estava a comer, outras vezes a acabar de comer, e eu lavava a loiça, não é?, fazia-lhe a marmita para ele levar no outro dia e prontos, era assim todos os dias.* (CRPC – oral, 73-09-C05)

Conclusivo, não argumentativo, mas textual é o *pronto* dos exemplos (8) e (9). A sua função é terminar ou fechar o tema do discurso e, por vezes, o próprio discurso (nomeadamente, numa conversa ao telefone), podendo assim ocorrer em posição final absoluta. A ideia conclusiva que transporta é anafórica, contrastando com a conclusão catafórica do uso argumentativo anterior. Pode seguir uma frase completa e terminada com entoação descendente, como em (8), funcionando assim como segundo fecho; e pode ser seguido por palavras que reforçam a ideia conclusiva: é o caso das perífrases *pronto, acabou!*; *pronto, é isso mesmo!*; *pronto, está o assunto arrumado*; *pronto, está tudo, mais nada*; e *pronto, era isto o que eu tinha para dizer*.

(8) – *Mas diga-lhe que eu chego mais tarde, por favor.*
– *Está bem, eu digo-lhe, pronto.*

- (9) *e... há clientes que até dá gosto, pegam nisto, pegam naquilo, pegam no outro, põem tudo em cima do balcão, faz a conta e pronto. Nem... descontos, nem... faça mais baratinho* (CRPC – oral, 1093p260)

Geralmente associada a esta *partícula topográfica* (Schmidt-Radefelt 1993: 65) de fecho está uma outra função de *pronto*: a função interaccional de ‘cedência de vez’. É o caso do exemplo (10): *pronto* surge no final da frase, presumivelmente com entoação descendente, e serve para X fechar o que estava a dizer e ao mesmo tempo para ceder a vez a C, que efectivamente a toma.

- (10) X: *e depois não tem aquela preocupação da casa, portanto, elas trabalham no campo, vêm e depois descansam, fazem o seu jantar, quer dizer, não têm aquela coisa, pronto, C: não; descansam, isso...* (CRPC – oral, 1020p248)

Todos este usos conclusivos de *pronto* são motivados pelo sentido denotacional de processo ‘acabado’. Do domínio aspectual (ou desenvolvimento interno) de um processo do mundo físico passa-se para o domínio epistémico da actividade cognitiva do locutor, com os usos conclusivos argumentativos, e finalmente para o domínio da estruturação discursiva, com os usos conclusivos textuais e interacionais. Os domínios do raciocínio e da actividade verbal são assim metaforicamente estruturados, como já o evidenciou Sweetser (1990), em termos de actividades físicas: uma conclusão é conceptualizada como o desfecho de um processo mental; a causalidade é conceptualizada pelo esquema espaço-temporal “anterior-posterior” (a causa vem antes/atrás e o efeito depois/à frente); e a actividade verbal é igualmente conceptualizada em termos de um “percurso”.

Um outro uso discursivo de *pronto* é o que se exemplifica em (11) e (12). *Pronto* é um marcador de ‘concordância’ com a opinião ou a atitude do interlocutor: uma perfeita concordância em (11); uma condescendência/consentimento em (12) e em perífrases concessivas do tipo *bem/olhe, pronto, paciência!*. Pode ser seguido de advérbios ou outras expressões que reforçam a concordância já por si expressa, como *pronto, exactamente; pronto, está bem; pronto, é isso mesmo*. Em casos como (12), *pronto* pode marcar acordo, não relativamente ao conteúdo proposicional, mas quanto à relação interlocutiva, justamente devido ao desacordo a nível proposicional, ou quanto ao decurso da informação. Uma variação que é típica de outras partículas de concordância, como *sim*.

- (11) – *A gente pode sair mais cedo?*
– *Pronto, a que horas?*

- (12) «*Ora que essa! então quer dizer que eu não sou filho do, do meu pai, não?*» Digo eu assim: «*Não, não, olhe sabe, realmente o senhor habituou-se a chamarem-lhe esse nome. mas o seu nome é este.*» Olhe o senhor nem queira saber a cara de revolta que ele teve comigo. E depois eu disse-lhe assim: «*Pronto, então olhe deixe lá, fica, fica a ser esse nome à mesma.*» (CRPC – oral, 376p139)

Também do domínio epistémico (secundariamente, do domínio do acto de fala), este uso mantém a trajectória conclusiva e retrospectiva inicial: exprimir um acordo, uma aceitação, uma confirmação é fechar, completar, concluir com êxito uma interacção verbal ou um dos seus segmentos discursivos.

Bem diferente é o uso exemplificado em (13) e (14): *pronto* sinaliza uma “imposição” ou “decisão” do falante de realizar uma acção. Ocorre em posição inicial, sendo seguido pela descrição da acção que o falante decide realizar, mas pressupõe um segmento discursivo prévio, a que ele próprio põe fim: expressões que preparam a despedida, como *pronto, vou-me embora*, evidenciam esta ambivalência.

- (13) *mas eu volto costas e ele vai mexer. “o que é que a mãezinha te disse? não disse que não mexesses? Pronto; tem que levar uma palmadita* (CRPC – oral, 203-02-m00)
- (14) *o papel importante que a família desempenha na socialização da criança. o que é que é isto da socialização? eh da criança. talvez começar por explicar esta palavra um bocadinho complicada. pronto. a socialização refere-se à entrada da criança no grupo social a que ela pertence* (CRPC – oral, OP1TX)

Este marcador de acção, que Christiano & Hora (1999: 304) classificam de *pronto* ‘impositivo’, associa-se à imagem prospectiva do sentido adjectival de ‘preparado para’, mas guarda também relação estreita com a implicitação de ‘rapidez, imediatismo, desembaraço’ do mesmo adjectivo. O falante não só se mostra discursivamente preparado para agir como discursivamente passa imediata e firmemente à acção.

Um outro uso igualmente prospectivo e catafórico é o dos exemplos (15) e (16): *pronto* introduz um esclarecimento, uma justificação, uma precisão, um aparte justificativo, numa palavra uma “explicação”, garantindo a continuação da compreensão e do decurso da informação. Um conector explicativo, por vezes enfaticamente seguido por outras expressões de explicação/precisão argumentativa, como *quer dizer*.

- (15) – *ela conta e depois o senhor conta a sua versão. – um de cada vez. – é uma versão de cada um. diga lá. -> atrás de mim, o nosso pai também ia ao terço e levava-nos, pronto, éramos católicos e somos, e depois ele levava uns socos* (CRPC – oral, O1724)

- (16) [na correcção de um teste] *agora o dois ponto dois ... pronto este é um daqueles exercícios que eu acabei de vos falar agora, diz assim:* (CRPC – oral, OP44B5)

Se, como vimos atrás, *pronto* tem a função topográfica de fecho do tema antecedente e a função interaccional de cedência de vez, verificamos agora, e de modo mais evidente nos exemplos (17) e (18), que ele pode desempenhar as funções contrárias: a de abertura de um novo tema (novo ou esperado, ou introdução de um tema colateral), mas, quase sempre, simultaneamente a de fecho do tema anterior, em (17), e a de tomada de vez, em (18). A dupla articulação (fecho e abertura) e a sequência *pronto então* (com entoação descendente o primeiro elemento e ascendente o segundo) podem configurar mais propriamente, como precisa Rodrigues (2001: 451), uma função topográfica de ‘transição’. Noutros contextos, quando não aparecem acompanhados de nenhum outro marcador discursivo, o *pronto* de abertura e o de transição receberão uma entoação ascendente, assinalando justamente a continuidade do discurso.

- (17) *pronto é a lição cinquenta e nove e o sumário é: modos ha, modos de definir uma função uma sucessão, modos de definir uma sucessão.* (CRPC – oral, OP44B5A)
- (18) – *outras vezes fui ao terço e ele foi também. foi também! ele vinha de Castelões, se ia ou não, não sei, ele andava por ali.*
 – [...] *para beber uma pinga.*
 – *prontos. então, havia lá um tasco à beira*
 – [...] *– e ele em vez de ir para o terço até eu sair da igreja, foi para o tasco.* (CRPC – oral, O1724)

Tal como os usos impositivo e explicativo, também estes usos de abertura ou transição de tema e de tomada ou manutenção de vez transportam a imagem prospectiva inicial.

Muito próximo destes usos conversacionais prospectivos está o caso exemplificado em (19), em que *pronto* serve para iniciar uma conversa telefónica – um marcador fático mais frequente no português do Brasil –, ou o de (20), em que *pronto* é interjectivamente usado como resposta a um chamamento e equivale a “presente”.

- (19) [ao telefone] *Pronto?*
 (20) – *Zé? / – Pronto [aqui estou]!*

O item *pronto* é ainda muito usado na oralidade espontânea como estratégia de reestruturação do pensamento e do discurso, funcionando quer como

marcador de fim de hesitação quer como marcador de reformulação, e evitando assim a pausa resultante da ruptura momentânea da linha do raciocínio e da sua formulação. É o que sucede em (21) e (22). Em (21), as três ocorrências de *prontos* marcam o fim a sucessivos momentos de indecisão do falante. E em (22), as duas ocorrências de *pronto*, não só revelam momentos de hesitação, como marcam reformulações mais adequadas. Este *pronto* de hesitação/reformulação, que Christiano & Hora (1999: 303) classificam de “pontuante”, serve simultaneamente outras funções, assim reconhecidas por Rodrigues (2001: 453-454): a topográfica de transição e a interaccional de manutenção de vez.

- (21) *aquilo é, prontos, mais ou menos um desporto de homem, prontos, eh, conversas de homem, aquelas coi [...], aquelas cumplicidades, e prontos, cria-se sempre bons ambientes* (CRPC – oral, O1716)
- (22) *ou deixá-las sair de vez em quando à, à noite, aos fins de semana a... pronto, nesse aspecto em termos de, de, de questões materiais acho que eles têm, a... pronto, porque nós temos um poder de compra muito maior e os pais tentam dar-lhes tudo o que não tiveram* (CRPC – oral, O1723)

O *pronto* pontuante realiza um esquema ambivalente, simultaneamente conclusivo/retrospectivo e prospectivo: através dele, o falante termina um momento de impasse ou inadequado e mostra-se preparado para dar continuidade ao seu discurso, apontando ao seu interlocutor para o que vai ser dito a seguir. Mas dada a orientação normal do pensamento e do discurso, para a frente e para o fim, então o *pronto* pontuante acaba por ser mais prospectivo do que conclusivo.

Outras funções de *pronto* são emotivas ou modais, de expressão de atitudes e reacções várias do falante, que se sobrepõem às funções anteriores. Apenas dois exemplos que mostram que *pronto* pode sinalizar emoções contrárias: em (23) alívio, satisfação, consolo e em (24) desagrado, irritação.

- (23) *Pronto, já passou! / Pronto, descobri! / Pronto, está descansado!*
- (24) *Pronto, já chega de discussões!*

4. Gramaticalização/pragmaticização

Como síntese, a Figura 3 representa a estrutura dos principais sentidos e funções de *pronto*. De um lado, os usos conclusivos e retrospectivos, desde o denotacional de ‘(coisa) acabada, feita’ até aos discursivos conclusivo e de concordância, de fecho temático e de cedência de vez. Do outro lado, os usos

prospectivos e potencialmente inceptivos, desde o denotacional de “(pessoa/ /coisa) preparada para” até aos discursivos impositivo e explicativo, de abertura temática e de tomada de vez. No meio, os usos discursivos pontuante e de transição temática e manutenção de vez – usos ambivalentes, embora funcionalmente mais prospectivos do que retrospectivos.

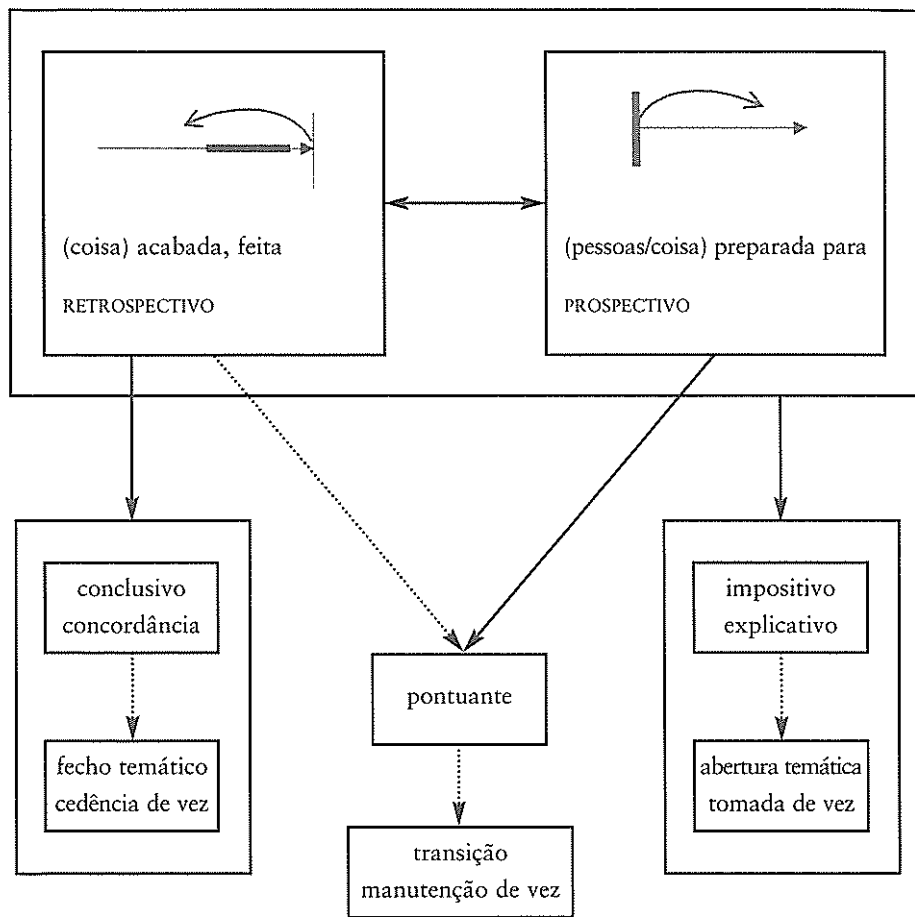


Figura 3: Estrutura semântica de *pronto*

Uma estrutura radial de sentidos e funções que se sobrepõem e implicam, tanto vertical como horizontalmente. Por exemplo, o sentido argumentativo conclusivo implica a função topográfica de fecho temático e esta, sobretudo a nível macro-estrutural, traz geralmente consigo aquela. Tanto o sentido impositivo como o explicativo introduzem um novo constituinte enunciativo. Os usos pontuante, de transição e de manutenção combinam/neutralizam os dois

esquemas. Os usos impositivo e explicativo marcam também o fim do constituinte enunciativo anterior. E, enfim, a ambivalência resultante da possibilidade de construir a relação entre os dois grupos (retrospectivo e prospectivo) em ambas as direcções.

Por outro lado, uma estrutura multidimensional, particularmente a nível não-denotacional. A pluralidade de sentidos e funções pragmático-discursivos resulta do aproveitamento de *pronto* na realização de determinadas tarefas do falante na sua interacção com o ouvinte em diferentes *domínios comunicativos*. No domínio da articulação lógico-argumentativa e da respectiva compreensão do fluxo de informação: *pronto* é um conector conclusivo/resultativo e explicativo. No domínio do conteúdo proposicional: *pronto* é um marcador de concordância. No domínio da estruturação e planificação do pensamento e do discurso: *pronto* conclui e introduz tópicos, segmenta unidades de informação, indica transições de tópicos, marca relações entre unidades de informação, marca o fim de momentos de hesitação, indica reformulações. Nos domínios da gestão do acto de fala (*pronto* pontuante), das relações interpersonais entre os parceiros da comunicação (*pronto* de concordância, impositivo), da negociação dos papéis de falante e ouvinte (*pronto* de cedência, transição e tomada de vez), da acção não linguística (*pronto* impositivo), das emoções e outras atitudes dos interlocutores (valores modais de *pronto*).

A nível mais geral, uma polissemia / polifuncionalidade resultante da projecção de *pronto* do domínio físico para o domínio epistémico (*pronto* conclusivo, de concordância, impositivo, explicativo) e para o domínio pragmático do acto de fala (*pronto* pontuante, de fecho-transição-abertura temático e de cedência-manutenção-tomada de vez, mas também todos aqueles usos epistémicos de *pronto*). Uma projecção metafórica que segue o padrão de conceptualização metafórica do mundo cognitivo e do mundo da actividade linguística com base no mundo sócio-físico; conceptualização evidenciada por Sweetser (1990) com base em vários estudos de mudança lexical e de polissemia.

O item *pronto* é pois um bom exemplo de *gramaticalização* – processo pelo qual uma unidade ou construção com significado lexical se torna num item com estatuto gramatical (ou uma unidade gramatical se torna numa forma ainda mais gramatical), passando a codificar relações que ainda não tinham sido codificadas, ou foram-no de outro modo. Ou então, atendendo aos resultados pragmático-discursivos, um bom exemplo de *pragmaticização*. Como tem sido largamente estudado, tanto por funcionalistas como por cognitivistas, um processo de gramaticalização envolve uma mudança semântica, sob a forma de des-referencialização, abstracção e *subjectificação*, e uma recategorização sintáctica ou morfossintáctica (Hopper & Traugott 1993).

Do ponto de vista semântico, passa-se de um significado que descreve uma situação externa do mundo real (a conclusão de uma acção tipicamente física ou a preparação de alguém ou de algo para realizar determinada acção) para um significado que descreve uma situação interna de âmbito cognitivo e orienta a interpretação da informação (uma conexão conclusiva/resultativa, uma explicação, uma concordância), ou de âmbito avaliativo (tipicamente emotivo), e depois para um significado que descreve uma situação discursivo-textual e orienta a estruturação do discurso e da conversação (segmentação, reformulação, alternância de vez). Do prisma da des-referencialização, e tendo em conta as tendências evolutivas de *subjectificação* teorizadas por Traugott & König (1991), estes últimos usos pragmático-discursivos serão posteriores àqueles usos epistémicos, tal como se representa na Figura 3, embora os mais epistémicos tragam já funções de estruturação discursiva. No seu conjunto, uma mudança semântica de ordem metafórica, pela já referida projecção de domínios, mas também metonímica, por convencionalização de implicações conversacionais das ideias de “acção acabada”, “preparação/disponibilização” para a realização de uma acção, “rapidez”. E uma mudança em que a perda de conteúdo lexical é largamente compensada por vários e diferenciados ganhos pragmático-discursivos.

Sintacticamente, a mudança pode ser assim descrita:

adjectivo > [advérbio > conjunção >] partícula discursiva

O item *pronto* passa de adjectivo à categoria heteróclita de partícula discursiva, sendo aí um marcador argumentativo, de segmentação, de reformulação, fático, de alternância de vez e ainda, cumulativamente, uma interjeição. Mas entre a descategorização adjectival e a recategorização discursiva há estádios intermédios, mas efémeros e/ou mal definidos: o de advérbio (de tempo e de modo), mas cedendo o seu lugar ao derivado *prontamente* e às locuções *de pronto*, *num pronto*, e o de conjunção (conclusiva, causal, consecutiva, explicativa), mas mais com valor de marcador discursivo. Como partícula discursiva, *pronto* altera e amplia as suas propriedades combinatórias, pode ocupar diferentes posições no enunciado, é marcado por diferentes contornos entoacionais e apresenta uma variante formal mais recente (*prontos*).

Toda esta poligramaticalização e polipragmaticização de *pronto* é um fenómeno da conversação e relativamente recente (provavelmente do séc. XX)³.

³ Relativamente aos *corpora* consultados, não encontramos nenhum uso de *pronto* como partícula discursiva anterior aos anos 30/40 do séc. XX (“Mal o viu entrar postou-se junto à candeia acesa, sorridente, alegre, como quando ele a namoriscava: – Pronto! Já está tudo arranjado”, CRPC – *escrito* L0020P [Ferreira de Castro, *Terra Fria*, 1934]; “Bem, mas então opera-se outra vez, e pronto!”, CRPC – *escrito* L0240P [Miguel Torga, *Diário II*, 1943]; “seria a sua mulher [...], seria a mãe de seus

5. Conclusão

Concluindo, três resultados do presente estudo. Primeiro, a variedade de sentidos e funções de um item que depreciativamente tomamos como “bordão”. Uma polissemia funcional, lamentavelmente desprezada pelos nossos melhores dicionários, cognitiva e pragmaticamente motivada, que envolve os mesmos mecanismos de categorização e conceptualização que se encontram nas categorias lexicais (e gramaticais) tipicamente polissémicas. Segundo, o alcance da perspectiva da semântica cognitiva na descrição da polissemia das partículas discursivas: conceitos como a projecção metafórica entre domínios, a convencionalização metonímica de implicações conversacionais, os esquemas imagéticos, a subjectificação, a rede de domínios conceptuais e comunicativos envolvidos numa situação de interacção verbal; princípios como a natureza enciclopédica e perspectivista do significado; e métodos interpretativos com base no uso efectivo das unidades linguísticas e de integração de propriedades formais, semânticas e pragmáticas permitem explicar o que falta em muitos estudos sobre partículas discursivas: não só os factores que determinam os diferentes significados contextuais de uma partícula e todo o espectro de funções que esta pode desempenhar, como também o modo como esses factores interagem na produção e interpretação dessa partícula e como esses diferentes sentidos e funções coerentemente se associam numa mesma categoria. Terceiro, a polissemia funcional das partículas discursivas resulta, como teoriza Fischer (2000), da referência a diferentes *domínios comunicativos* (tais como a estruturação do discurso e do texto, a percepção e compreensão do fluxo de informação, a relação interpessoal entre os interlocutores, a alternância de vez, as atitudes emotivas ou outras dos falantes, etc.) e da relevância destes do ponto de vista do falante na realização das suas tarefas orientadas para o seu parceiro de comunicação. É na referência a um destes domínios que *pronto* adquire um sentido discursivo particular e é do número de domínios considerados relevantes que depende a sua polissemia; é na realização dessas tarefas que *pronto* adquire as funções discursivas que desempenha. Acrescenta Fischer (2000) que igualmente determinante é a “invariante semântica” do respectivo item lexical, na medida em que ela permite compreender porque é

filhos. Pronto, casariam.”, CRPC – *escrito* L0284P [Aquilino Ribeiro, *Terras do Demo*, 1946]). Documentando a primeira fase do processo de gramaticalização de *pronto* (de adjetivo a advérbio), refira-se o seguinte uso claramente adverbial: “Debaixo dos candeeiros e em frente das lojas, bafos de luz salpicavam as pessoas que paravam, entravam, saíam e pronto se sumiam na neblina”, CRPC – *escrito* L0442P (Mário Dionísio, *O dia cinzento e outros contos*, 1944). J. Corominas & J. Pascual (*Diccionario Crítico Etimológico de la Lengua Castellana*) indicam que o uso do cast. *pronto* como advérbio é bem mais recente do que como adjetivo e era já frequente nos finais do séc. XVIII.

que a partícula discursiva desempenha determinadas funções e não outras. Ora, embora a polissemia funcional de *pronto* ganhe alguma coerência à luz dos seus sentidos denotacionais, isso não implica a condição anterior: qualquer formulação de um significado invariante de *pronto*, ou deixa de ser onomasiologicamente distintiva, ou acaba por ser ambivalente (entre a imagem conclusiva/retrospectiva e a imagem prospectiva). Finalmente, os limites do presente estudo não permitiram uma análise diacrónica mais desenvolvida, nem o exame de variáveis sociolinguísticas nos usos discursivos de *pronto*.

CORPUS

[Entre parênteses rectos, indica-se o número de ocorrências de *pronto*]

BVAP (*Biblioteca Virtual dos Autores Portugueses*), coordenação de Ivo de Castro *et al.*, edição em CDROM, Lisboa: Biblioteca Nacional, 1998. [22]

CIPM (*Corpus Informatizado do Português Medieval*), Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa. [4]

CRPC (*Corpus de Referência do Português Contemporâneo*), Lisboa: Centro de Linguística da Universidade de Lisboa.

– *corpus* oral [422]

– *corpus* escrito literário (sub-*corpus* seleccionado, dos anos 1873-94 a 1991-93) [103]

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHRISTIANO, M^a Elizabeth & Hora, Dermeval, (1999) – “O valor semântico do item lexical *pronto* no discurso oral do Português do Brasil”, *Actas do XIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Braga: APL, 299-307.

FISCHER, Kerstin, (2000) – *From Cognitive Semantics to Lexical Pragmatics: The Functional Polysemy of Discourse Particles*, Berlin: Mouton de Gruyter.

FRASER, Bruce, (1999) – “What are discourse markers?”, *Journal of Pragmatics* 31, 931-952.

HENTSCHEL, Elke & Weydt, Harald (1989) – “Wortartenprobleme bei Partikeln”, in H. Weydt (ed.), *Sprechen mit Partikeln*, Berlin: Mouton de Gruyter, 3-18.

HOPPER, Paul & Traugott, Elizabeth Closs (1993) – *Grammaticalization*, Cambridge: Cambridge University Press.

MOSEGAARD HANSEN, Maj-Britt (1998) – “The semantic status of discourse markers”, *Lingua* 104, 235-260.

RODRIGUES, Isabel G. (2001) – “O papel da entoação na alternância de vez”, *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa: APL, 447-458.

SCHMIDT-RADEFELT, Jürgen (1993) – “Partículas discursivas e interaccionais no português e no espanhol em contraste com o alemão”, in J. Schmidt-Radefelt (ed.), *Semiótica e Linguística Portuguesa e Românica. Homenagem a José Gonçalo Herculano de Carvalho*, Tübingen: Gunter Narr Verlag, 63-78.

SILVA, Augusto Soares (1999) – *A Semântica de DEIXAR: Uma contribuição para a abordagem cognitiva em Semântica Lexical*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- (2000) - "A estrutura semântica do objecto indirecto em Português", *Actas do XV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Braga: APL, 433-451.
 - (no prelo) - "A estrutura semântica do diminutivo em Português", *Volume de Homenagem ao Prof. José Gonçalo Herculano de Carvalho*, Faculdade de Letras de Coimbra.
- SWEETSER, Eve (1990) - *From Etymology to Pragmatics. Metaphorical and Cultural Aspects of Semantic Structure*, Cambridge: Cambridge University Press.
- TRAUGOTT, Elizabeth C. & König, Ekkehard (1991) - "The semantics-pragmatics of grammaticalization revisited", in E. Traugott & B. Heine (eds.), *Approaches to Grammaticalization*, Amsterdam: John Benjamins, 189-218.

O DICIONÁRIO DE TERMOS NÁUTICOS E O PROJECTO TERMINÁUTICA¹

Carla Sacadura Cabral

Margarida Correia

Instituto de Linguística Teórica e Computacional

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Associação de Informação Terminológica

SILEX

1. Introdução

Pela sua situação geográfica, Portugal teve desde sempre uma relação muito próxima com o mar e, na sequência da sua expansão marítima, iniciada há mais de 500 anos, deu um contributo muito significativo às ciências náuticas, facilmente verificável na riqueza da bibliografia publicada por autores portugueses neste domínio do saber, sobretudo até ao final da primeira metade do século XX. Foram de extrema importância os concomitantes desenvolvimento e difusão da terminologia náutica realizados por Portugal ao longo da sua história marítima, sendo, ainda, evidente a presença de termos náuticos de origem portuguesa não apenas nos actuais países de expressão portuguesa, como também em línguas como o suaíli e o japonês, entre muitas outras.

O principal objectivo desta comunicação é dar a conhecer o Projecto *Termináutica*, actualmente em curso no ILTEC. Porém, como na sua génese se encontra a elaboração do *Dicionário de Termos Náuticos* bilingue português-inglês-português (de agora em diante designado como *DTN*), da autoria do Com.^{te} Joaquim Ferreira da Silva, em colaboração com o Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC), começaremos por dar conta deste trabalho.

2. A base do projecto do *Dicionário de Termos Náuticos* (*DTN*)

O *DTN* resulta de um trabalho realizado ao longo de toda uma carreira profissional dedicada às actividades marítimas por Joaquim Ferreira da Silva,

¹ As autoras agradecem vivamente a colaboração de Ana Margarida Rebello d'Andrade na elaboração deste artigo.

actualmente Comandante da Marinha Mercante na reforma. Ao longo da sua vida profissional, Joaquim Ferreira da Silva dedicou-se, entre outras actividades, ao ensino náutico, tendo exercido funções docentes na Escola Náutica Infante D. Henrique (ENIDH) e, ainda, em escolas náuticas estrangeiras ao serviço da Organização Marítima Internacional (IMO).

O *DTN* tem por base um vasto conjunto de termos náuticos que foram sendo compilados pelo autor ao longo de mais de cinquenta anos de actividade profissional relacionada com a marinharia e a náutica, no âmbito do contacto estabelecido com outros profissionais da área provenientes de diferentes países e, ainda, da pesquisa realizada em várias bibliotecas de todo o país.

A ideia de tornar este extraordinário acervo de termos dispersos num produto terminográfico começou a tomar forma a partir de 1994, altura em que, no Centro Internacional de Luta contra a Poluição no Atlântico Nordeste (CILPAN), organismo presidido por Joaquim Ferreira da Silva até 2000, se deu início ao tratamento informático dos termos entretanto compilados.

2.1. A participação do ILTEC no *DTN*

Tendo consciência da inequívoca necessidade de uma cuidada revisão linguística neste vasto projecto, em 1997, o CILPAN entrou em contacto com o ILTEC no sentido de conseguir essa revisão linguística dos termos, tendo como objectivo final a publicação do *DTN* em versão impressa.

Para levar a cabo essa revisão, foi necessário proceder-se a um levantamento sistemático de uma parcela significativa da bibliografia relacionada com a marinharia e as actividades náuticas existente em língua portuguesa. No decurso de tal levantamento, deparámo-nos com inúmeras dificuldades, as quais se ficaram a dever, fundamentalmente, ao facto de a terminologia náutica existente em língua portuguesa estar desactualizada, ser em número reduzido e ter por base, sobretudo, as actividades da marinha militar em detrimento da marinha mercante².

O projecto de elaboração e posterior publicação do *DTN*, que tem, neste momento, cerca de 25.000 entradas na parte de inglês-português e cerca de 18.000 entradas na parte de português-inglês, encontra-se em curso, prevendo-se a sua conclusão para o final do primeiro semestre de 2002. Do ponto de vista do seu conteúdo e da sua estrutura, o *DTN* consiste numa lista orde-

² De entre as obras recenseadas, uma das mais representativas é, precisamente, o *Dicionário da Linguagem de Marinha Antiga e Actual* (LEITÃO, H., & J. Vicente LOPES, 1990, 3.ª Edição, Lisboa, Edições Culturais da Marinha).

nada alfabeticamente de entradas terminológicas, cada uma apresentando o seu respectivo equivalente na outra língua. Como em todos os trabalhos deste tipo, a obra está organizada em duas partes, uma com as entradas em português e outra com as entradas em inglês.

3. A necessidade da criação do *Dicionário de Termos Náuticos* (DTN)

A elaboração e publicação do DTN, português-inglês e inglês-português, ganha especial importância num país como Portugal, tanto pela sua história, como pela sua posição geográfica e, ainda, pelo peso indiscutível que os transportes marítimos têm tido não só na sua economia, como na economia mundial. Não devemos esquecer que Portugal tem cerca de 1.635.000 km² de Zona Económica Exclusiva (ZEE) – sendo uma das maiores do mundo – que se encontra na encruzilhada das rotas marítimas que cruzam o Oceano Atlântico de Norte a Sul e vice-versa. Diariamente, as nossas águas são cruzadas por centenas de navios que transportam os mais variados produtos, alguns deles com destino a portos portugueses, o que obriga a contactos profissionais entre falantes de português e utilizadores do inglês como língua veicular náutica, contactos esses desejavelmente precisos em termos de conteúdo semântico-conceptual. Não tendo sido o DTN um dicionário terminológico elaborado de forma canónica, como facilmente se pode verificar a partir de tudo o que anteriormente referimos, a compilação deste saber terminológico e a sua publicação virão, no entanto, contribuir decisivamente para facilitar essa desejável comunicação.

4. A génese do Projecto *TermiNáutica*

No decurso da revisão linguística do DTN, foi possível verificar a existência, na linguagem da náutica e da marinharia, de particularidades específicas que mereceriam uma análise empírica mais detalhada, procurando estudar esta terminologia particular a partir de diferentes pontos de vista: o estritamente linguístico e lexical, o comunicativo, o sociológico e, mesmo, o cognitivo – cf. as mais recentes tendências teóricas relativamente à investigação em terminologia corporizadas em Cabré (1998) e Temmerman (2000).

Entre essas particularidades importa referir, por exemplo, o facto de uma terminologia tão específica como a náutica comportar, para além dos seus termos próprios, também termos de outros domínios do conhecimento conexos, tais como, por exemplo, a meteorologia, a cosmografia, a matemática, a geo-

grafia ou a cartografia. Tomando como exemplo específico o caso da sobreposição conceptual entre a ciência náutica e a meteorologia, verifica-se que esses termos, sendo basicamente comuns (note-se a dependência da navegação em relação às previsões meteorológicas e às condições efectivamente verificadas), foram, no entanto, divergindo com o decorrer do tempo, tendo adquirido, nos domínios da marinharia e dos transportes marítimos, um conteúdo semântico-conceptual muito específico e distinto daquele que assumem na meteorologia. Assim, na terminologia náutica é possível encontrar termos que formalmente constituem descrições intuitivas, por exemplo, de estados do tempo, e que divergem dos termos usados em meteorologia, mais objectivos, para denominar os mesmos referentes. A verificação destes fenómenos denominativos convida claramente à procura de explicações de índole sociocognitiva³.

Por outro lado, verificou-se que o facto de não ter havido um tratamento sistemático da terminologia utilizada na área da náutica que acompanhasse a evolução registada pelas ciências náuticas nas últimas décadas fez com que nos deparássemos muitas vezes com termos cristalizados e desactualizados face à realidade actual, tendo levado a um recurso frequente, por parte dos especialistas em ciências náuticas e, sobretudo, por parte dos seus utilizadores menos esclarecidos, à utilização de termos ingleses e franceses para denominar conceitos que, em português, tinham já denominação vernácula, consensual e bastante mais antiga, de resto, do que a terminologia de línguas inglesa ou francesa em causa. Este aspecto particular reforça, por um lado, a pertinência da edição do *DTN*, bem como a construção de terminologias deste grande macro-domínio, metodologicamente mais consentâneas com o actual trabalho terminológico, que possam ser facilmente acessíveis ao utilizador⁴.

Importa, ainda, referir que, com a longa tradição marítima portuguesa e com os contactos que fomos estabelecendo com outros povos ao longo da nossa história, é natural que alguns termos portugueses tenham entrado como estrangeirismos noutras línguas, tais como o inglês, o francês ou o holandês, e que, actualmente, com a hegemonia da língua inglesa neste domínio, esses mesmos termos entrem agora no português com um significado que, tendo evoluído ao longo dos séculos, seja hoje distinto do original. Este facto poderá estar na origem de algumas situações de “falsos amigos” entre o português e o inglês ou entre o português e o francês, com as quais nos deparámos no decurso do nosso trabalho.

³ Como exemplo da disparidade entre termos do domínio da náutica e da marinharia e termos do domínio da meteorologia temos os casos de *mar banzeiro* (mar encapelado), *água grossa* (chuva forte), *água tesa* (corrente marítima forte) entre tantos outros.

⁴ De facto, numa perspectiva normativa da terminologia, seria necessária, neste âmbito, uma intervenção planificada que visasse a reposição dos termos vernáculos em detrimento das recentes e desnecessárias importações.

Finalmente, o estudo da terminologia náutica convida, ainda, a abordagens linguísticas contrastivas, que visem, por exemplo, o estudo dos empréstimos do português a outras línguas (aspecto que tão pouco interesse tem merecido da parte dos nossos linguistas) – cf., por exemplo, a opinião expressa por Dieter Messner (1995, pp. 154-158), a propósito da carência de investigação sobre lusismos e consequente subvalorização do português em relação a outras línguas românicas.

4.1. O Projecto *TerminÁutica*

Tendo como ponto de partida a experiência extremamente positiva observada na parceria entre o CILPAN e o ILTEC com vista à revisão e publicação do *DTN*, e tendo em conta as interessantes linhas de pesquisa que se perfilavam (e que foram sumariamente enunciadas acima), nasceu o Projecto *TerminÁutica*, subsidiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia e pelo Instituto Camões, ao abrigo do Programa Lusitânia (Projecto PLUS/1999/LIN/15155).

Inicialmente, ao conceber-se este projecto, o ILTEC e o CILPAN pretendiam levar a cabo a construção, por um lado, de uma base de dados terminológicos do macro-domínio da náutica, abrangendo diferentes subdomínios, e, por outro lado, de uma base de dados de expressões fraseológicas, com uma finalidade pedagógica prioritária. Estas bases de dados, bem como o *corpus* que as enformaria, ficariam disponíveis na Rede, tornando-se, deste modo, instrumentos de consulta imprescindíveis para os profissionais deste domínio.

O atraso considerável com que o processo foi avaliado pelas instituições competentes e o drástico corte verificado nas verbas inicialmente orçamentadas levaram a uma redução do escopo do Projecto *TerminÁutica*. Deste modo, este projecto, iniciado em Abril de 2001 e com data de conclusão em Março de 2003, tem por principal objectivo a construção de um *corpus* de especialidade de cerca de um milhão e meio de palavras que possa dar azo, no futuro, não só ao desenvolvimento de pesquisa linguística, como à criação de terminologias de dimensões e âmbitos mais restritos do que os inicialmente previstos.

De certa forma, consideramos que o Projecto *TerminÁutica* constitui o embrião de uma linha de investigação em desenvolvimento no ILTEC, destinada não só ao estudo da linguagem de especialidade náutica nos seus diferentes aspectos e abrangendo os seus diferentes subdomínios, como também destinada ao estudo de outras áreas concomitantes, de modo a proceder a comparações sistemáticas de terminologias e de discursos de especialidade conceptualmente próximos.

De resto, o início deste projecto coincidiu, no ILTEC, com uma reorientação científica do instituto que, a partir de 2000, passou a ter como linha cien-

tífica prioritária o desenvolvimento de estudos do léxico, por um lado, e o funcionamento das linguagens de especialidade, por outro, com particular incidência na investigação terminológica e mesmo na produção terminográfica.

Para a construção do *corpus* do Projecto *TermiNáutica*, o ILTEC conta com a colaboração e o saber da equipa do *Corpus* de Referência do Português Contemporâneo, sediada no Centro de Linguística da Universidade de Lisboa e dirigida pela Doutora Fernanda Bacelar do Nascimento. O Projecto *TermiNáutica* tem contado, ainda, com a preciosa colaboração de Ana Margarida Rebelo d'Andrade, cuja dissertação de doutoramento (em preparação) terá por base a pesquisa realizada a partir deste *corpus*.

4.2. Características do corpus de especialidade *TermiNáutica*

Dada a extensão do domínio da náutica e tendo em conta as limitações materiais e temporais anteriormente referidas, na fase inicial do projecto, a equipa centrou a sua atenção nos subdomínios da navegação, da marinharia e da meteorologia. O recenseamento dos textos para a construção do *corpus* tem vindo a ser realizado em diferentes bibliotecas especializadas, a saber, na Biblioteca do Museu de Marinha, na Biblioteca Central de Marinha, na Biblioteca da Escola Naval e na Biblioteca da Escola Náutica Infante D. Henrique.

O *TermiNáutica* é um *corpus* de referência, cujos textos constituintes são, portanto, amostras. As fontes usadas são exclusivamente de língua escrita. A opção por um *corpus* de referência prendeu-se com o facto de a equipa pretender obter, no final do projecto, uma linguagem de especialidade representativa e, por isso, percentualmente seleccionada. O *TermiNáutica* é também um *corpus* aberto, pois, e muito embora a sua dimensão nuclear esteja, *a priori*, determinada (cerca de um milhão e meio de palavras), ela pode vir a ser incrementada.

As opções relativas ao desenho deste *corpus* articulam-se nos seguintes pontos:

- A. dimensão e variação;
- B. tipologia de textos a incluir;
- C. selecção de autores;
- D. datações dos textos;
- E. inclusão de traduções;
- F. exclusão de discurso oral.

A. Dimensão e variação

A dimensão do *corpus TermiNáutica* fundamentou-se na prática de constituição de *corpora* de especialidade, onde a dimensão de um milhão e meio de

palavras parece razoável quando se trata da constituição “nuclear” de um *corpus* de especialidade, cuja dimensão não precisa, de modo nenhum, de ser tão extensa quanto a de um *corpus* de língua geral.

A noção de um *corpus* não deve nunca ser desenquadrada da noção de variação. O *TerminÁutica* é, de facto, um *corpus* variado, uma vez que são incluídos textos de tipos diversos, dos quais poderemos enumerar os seguintes:

- a) manuais;
- b) outras obras didácticas;
- c) dicionários/glossários e enciclopédias;
- d) comunicações de especialistas;
- e) textos de “cultura geral” sobre o tema (por exemplo, obras de história dos Descobrimentos);
- f) apontamentos de/para aprendizes;
- g) programas de disciplinas leccionadas nas escola da área.

A variedade revela “a língua em acção”, enquanto que a quantidade aumenta, de forma decisiva, a possibilidade de ocorrência daquelas unidades lexicais/termos menos frequentes e, no entanto, representativos do registo linguístico que se pretende descrever.

B. Tipologia dos textos

Os textos seleccionados têm em conta o tipo de linguagem utilizada e articulam-se basicamente em textos científicos, textos técnicos e textos de divulgação. São também tidos em conta os diferentes níveis discursivos atestados, indo do nível mais formal ao nível de divulgação e de comunicação “natural” entre especialistas. No que respeita aos níveis de especialidade, foram estabelecidos basicamente três patamares distintos, a saber:

- nível 1 – de especialista para especialista, em contexto formal;
- nível 2 – de especialista para especialista em contexto natural;
- nível 3 – de especialista para aprendiz ou para não-iniciado (discurso de divulgação).

C. Selecção de autores

Os autores dos textos que constituem o *TerminÁutica* são seleccionados de acordo com critérios previamente estabelecidos, tais como a importância/representatividade na área, a idade, o sexo, a nacionalidade (sendo dada preferência a autores portugueses).

D. Datações dos textos

Os textos usados como fontes são exclusivamente textos do séc. XX. Muito embora tivéssemos inicialmente pensado em nos restringirmos a textos da segunda metade do século XX, rapidamente verificámos que a maioria das obras escritas neste domínio do saber em língua portuguesa foram editadas em épocas anteriores, o que nos levou a alargar o escopo cronológico do nosso trabalho. Esta opção tem a vantagem de permitir estudar alguns fenómenos de variação diacrónica, mas, em contrapartida, obriga a um investimento maior em termos de digitalização e de actualização da ortografia dos textos.

E. Inclusão de traduções

Apesar de a nossa primeira intenção ter sido trabalhar com textos originalmente escritos em português, acabámos por recorrer a traduções para o português, devido, sobretudo, ao facto de se ter verificado que a bibliografia mais recente nos subdomínios visados é bibliografia originalmente escrita noutras línguas, nomeadamente em língua inglesa. A inclusão de traduções obedece, porém, aos seguintes parâmetros:

- a) características do tradutor (formação, especialidade, etc.);
- b) fidedignidade da editora.

F. Exclusão de discurso oral

A opção pela exclusão de dados orais no *corpus* nuclear prende-se, sobretudo, com as limitações temporais e financeiras que o projecto sofreu, dadas as dificuldades e os custos que o tratamento de dados orais comportam. Não se exclui, no entanto, a inclusão, no futuro, de sub-*corpora* orais no macro-*corpus TermiNáutica* que se pretende construir.

Finalmente, importa ainda referir que o *corpus TermiNáutica* é codificado em SGML (*Standard Generalized Markup Language*), seguindo as propostas da *Text Encoding Initiative*, uma vez mais com o objectivo de fazer deste *corpus* um produto reutilizável.

5. Notas conclusivas

O Projecto *TermiNáutica* pretende contribuir para o desenvolvimento da linguagem de especialidade deste domínio e, em última instância, para o desenvolvimento da própria ciência náutica.

A importância que a linguagem de especialidade náutica tem a nível inter-

nacional está bem patente na realização periódica, desde 1998, da *Conferência Internacional de Terminologia Marítima*, cuja terceira edição terá lugar em Lisboa, em Junho de 2003, com organização do ILTEC.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CABRÉ, M.^a Teresa, 1993 – *La terminología. Teoría, metodología, aplicaciones*, Barcelona, Editorial Antártida/Empúries.
- CABRÉ, M.^a Teresa, 1996 – “Importancia de la terminología en la fijación de la lengua: la planificación terminológica” in *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, n.º 15, pp. 9-24.
- CABRÉ, M.^a Teresa, 1998 – “Elementos para una teoría de la terminología: hacia un paradigma alternativo” in: *El Lenguaraz*, ano 1, n.º 1, Abril, pp. 59-77. [Deste texto foi usada a versão publicada em Cabré 1999, pp. 69-92]
- CABRÉ, M.^a Teresa, 1999 – *La terminología – representación y comunicación*, Barcelona, IULA/Universitat Pompeu Fabra.
- MESSNER, Dieter, 1995 – “Reflexões críticas sobre a investigação de lusismos” in: *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, n.º 14, pp. 154-158.
- PEARSON, Jennifer, 1998 – *Terms in Context*, Amsterdão/Filadélfia, John Benjamins Publishing Company.
- TEMMERMAN, Rita, 2000 – *Towards New Ways of Terminological Description – The Sociocognitive-Approach*, Amsterdão/Filadélfia, John Benjamins Publishing Company.

A PROBLEMÁTICA DA DIFUSÃO E DO INTERCÂMBIO DA PRODUÇÃO TERMINOLÓGICA. Que soluções se perspectivam no contexto português?

Carla Sacadura Cabral

Paula Estrêla Lopes Mendes

Instituto de Linguística Teórica e Computacional

Associação de Informação Terminológica

1. Introdução: a importância da terminologia e da divulgação e difusão das produções terminológicas

Muito embora a terminologia não seja de forma alguma uma preocupação recente para todos aqueles que, no decurso da história do desenvolvimento do conhecimento humano nas mais variadas áreas do saber científico e tecnológico, se dedicaram à criação de linguagens de especialidade ou à problemática da tradução científica e técnica, é, no entanto, inquestionável a crescente importância que a mesma tem vindo a adquirir nas últimas décadas.

O rápido desenvolvimento das novas tecnologias e as crescentes necessidades de comunicação têm tornado as terminologias científicas e técnicas cada vez mais imprescindíveis à comunicação de carácter científico e técnico, sendo múltiplas as suas áreas de aplicação, nomeadamente a tradução e produção de textos especializados, o ensino de línguas para fins específicos, etc. Na verdade, a maioria dos documentos técnicos são produzidos por especialistas que se servem de trabalhos de cariz terminológico para elaborarem documentação altamente especializada e de carácter oficial. As terminologias são, pois, fundamentais para a qualidade do trabalho desses especialistas, bem como para o desenvolvimento e a difusão de estudos e de trabalhos de carácter científico e técnico. Por outro lado, é também preciso não esquecer que as chamadas linguagens de especialidade são manifestações específicas da linguagem humana e constituem, portanto, registos das línguas naturais. Neste contexto, os termos são também unidades lexicais das línguas e, dessa forma, merecem uma abordagem linguística que, ao dar conta do seu funcionamento, contribui para o desenvolvimento dos estudos do léxico.

Apesar de a produção terminológica ter vindo a aumentar significativamente, um dos maiores problemas com que nos deparamos de forma mais sis-

temática é o da quase total falta de difusão e de intercâmbio das terminologias existentes. Em Portugal, a terminologia e as actividades a ela associadas, como a neonímia, a terminografia, o ensino da terminologia, a terminótica, entre outras, têm crescido muito rapidamente. Diariamente, um sem número de termos técnicos e de expressões em línguas estrangeiras, principalmente em inglês, integram a língua portuguesa. Tais termos e expressões devem ser cuidadosamente estudados e analisados com o objectivo de procurar as melhores soluções de integração no português, para que, posteriormente, possam ser amplamente difundidos e apreendidos pelos seus utilizadores.

A aceitação de uma terminologia por parte dos seus utilizadores é o objectivo final e a marca do sucesso da mesma. Porém, um bom produto final, resultado de uma análise cuidada das necessidades terminológicas num dado contexto, de um bom plano de pesquisa terminológica, de uma normalização correcta que vá ao encontro das necessidades dos utilizadores, não é suficiente se a sua implementação não for bem sucedida. Dotar uma língua de meios e de especialistas que possam usar os recursos e os mecanismos linguísticos para a criação de neologismos e de métodos de denominação sistemática é uma estratégia muito mais adequada do que a de procurar substituir *a posteriori* os termos que já se instalaram no uso corrente de uma língua de especialidade, normalmente estrangeirismos¹.

De facto, a língua inglesa, que surge, em quase todos os vectores das relações económicas, políticas, científicas e técnicas entre diversos países, como uma língua franca, faz com que seja cada vez mais imprescindível o desenvolvimento de trabalhos terminológicos produzidos em línguas que, face ao inglês, são alvo de uma constante “aculturação” linguística.

É também de realçar que, sendo o inglês uma língua germânica, ainda que de superstrato latino, apresenta frequentemente unidades que, para o português, são alógenas e, portanto, colocam problemas muito particulares relativamente à sua integração na nossa língua. Por aloquia, neste contexto, entende-se o carácter “estranho” que determinadas importações apresentam por provirem de línguas de outras famílias e, por isso, apresentarem estruturas que violam o sistema de acolhimento.

Um caso paradigmático e muito actual é o do termo inglês *anthrax*, tão usado na comunicação social portuguesa depois dos atentados de 11 de Setembro. De facto, ao termo inglês *anthrax* corresponde, em português, o termo *carbúnculo*. O que se verifica é que tanto os termos *carbúnculo*, em português, e *carbuncle*, em inglês, como os termos *antraz*, em português, e *anthrax*, em

¹ Cf. Cabré, M. Teresa, 1998 – *Terminology. Theory, methods and applications*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company, pp. 48-50.

inglês, são de origem latina. Porém, e muito embora os termos *carbúnculo* e *antraz* sejam já bastante antigos em português, nem sempre é claro, a partir dos dicionários correntes, o que cada um deles denomina, uma vez que não é consensual qual dos dois designa a variante maligna da doença. Assim, *carbúnculo* designa uma “doença infecciosa contagiosa, comum ao homem e ao gado, devida à bactéria carbunculosa *Bacillus anthracis*, cujos esporos contaminam o solo e diversos produtos de origem animal”², sendo o seu equivalente em inglês *anthrax*, enquanto que *antraz* designa a “aglomeração de diversos furúnculos com tendência necrosante”³ e o seu equivalente em inglês é o termo *carbuncle*. A confusão entre os dois pares de termos resulta do facto de *antraz* e *carbúnculo* serem latinismos que entraram, por via culta, como termos médicos em diferentes línguas europeias. Sendo dois termos pouco familiares para a grande maioria dos falantes, estes, ao serem confrontados com uma informação inicialmente escrita em língua inglesa, avaliam o termo *anthrax* como um neologismo (um anglicismo, neste caso) e rapidamente o usam sob a(s) forma(s) *ant(h)rax*, e, cumulativamente, atribuem-lhe um significado distinto do cognato *antraz*.

Assim, tendo em consideração a hegemonia da língua inglesa, que se faz sentir tanto em Portugal como em muitos outros países, nos mais diversos sectores de actividade, da economia à banca, passando pela informática, pela medicina e por tantas outras áreas, torna-se premente a necessidade de organizar, compilar e difundir os trabalhos terminológicos já produzidos, ou em produção, que se encontram dispersos e, na grande maioria dos casos, por divulgar. De tal necessidade, têm surgido vários projectos internacionais cujo primeiro objectivo é o de proceder a um levantamento, tão completo e sistemático quanto possível, das produções terminológicas realizadas em diversos países e em diversas línguas.

2. O Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC) e os projectos Pointer e RITerm-BD

Criado em Abril de 1988, o Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC) é uma associação sem fins lucrativos que tem vindo a desenvolver actividades nas áreas da tradução automática, da criação de bases de dados terminológicos e lexicais e do processamento de língua natural, e que alarga actualmente o seu âmbito de trabalho à linguística aplicada

² In *Dicionário Médico* (1999), Lisboa, Climepsi Editores (trad. do francês).

³ *Idem* nota 2.

em geral e, em particular, à construção de léxicos e terminologias para uso humano ou para uso por máquinas.

A vasta experiência do ILTEC na criação de bases de dados terminológicos e lexicais conduziu, entre 1994 e 1996, à participação deste instituto em dois projectos de âmbito internacional que tiveram como principal objectivo o de proceder a um levantamento tanto das produções terminológicas como das entidades, quer públicas quer privadas, produtoras e/ou consumidoras de terminologias. Referimo-nos aos projectos Pointer e RITerm-BD.

2.1. O Projecto Pointer

O Projecto Pointer (*Proposal for an Operational Infrastructure for Terminology in Europe*) foi um projecto financiado pela Comissão Europeia, no âmbito do Plano de Acção Multilíngue (*Multilingual Action Plan – MLAP*), que decorreu entre finais de 1994 e Janeiro de 1996. Os seus objectivos principais consistiam no levantamento de toda a produção terminológica realizada nas diversas línguas oficiais da União Europeia envolvidas neste estudo e na posterior criação de um conjunto de recomendações que favorecessem o desenvolvimento e a coordenação de uma estrutura do trabalho terminológico na Europa comunitária.

Os resultados obtidos pelo ILTEC no âmbito do Projecto Pointer foram compilados num relatório enviado à Comissão Europeia, o qual foi aprovado e posteriormente integrado no relatório final do Projecto Pointer⁴.

2.2. O Projecto RITerm-BD

O Projecto RITerm-BD, desenvolvido pela Rede Ibero-Americana de Terminologia, foi um projecto financiado pela União Latina e pela UNESCO, que teve como parceiros Portugal, Espanha, Brasil, México, Cuba, Argentina, Chile, Venezuela, Perú, Colômbia e Uruguai.

A exemplo dos objectivos que estiveram na base da realização do Projecto Pointer, o Projecto RITerm-BD procurou, por um lado, proceder ao levantamento sistemático e à compilação dos dados referentes às produções terminológicas já realizadas nas línguas portuguesa e espanhola, e, por outro lado, estabelecer quais as entidades públicas e privadas que pudessem ser não apenas produtoras de terminologia, mas também potenciais consumidoras de produções terminológicas.

Os resultados alcançados pelo ILTEC no âmbito do Projecto RITerm-BD foram compilados num relatório final enviado à sede da União Latina, em Paris.

⁴ DIT (1996), *Pointer – Final Report*, Bruxelas.

No decurso das actividades desenvolvidas pelo ILTEC no contexto dos projectos Pointer e RITerm-BD, tornou-se perceptível a quase total falta de divulgação das produções terminológicas desenvolvidas pelas diversas entidades públicas e privadas então contactadas. Na verdade, o trabalho terminológico realizado no nosso país, e à semelhança do que se observa noutros países, encontra-se muitas vezes fechado sobre si mesmo, não havendo contactos entre os produtores de terminologias e os potenciais consumidores das mesmas.

3. A Associação de Informação Terminológica (AIT)

Em Portugal, a necessidade de criação de uma instituição que funcionasse como um organismo coordenador e difusor de informação e de documentação terminológica e que assumisse, ainda, o papel de promotor de actividades relacionadas com a terminologia era evidente desde há vários anos.

Para responder a essa necessidade, em Outubro de 2000, foi criada a Associação de Informação Terminológica (AIT), que tem como sócios fundadores o Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC) e a Fundação da Universidade de Lisboa (FUL). De acordo com os seus estatutos, os associados efectivos da AIT são pessoas colectivas e os associados aderentes podem ser pessoas colectivas ou singulares, que se proponham colaborar na realização dos objectivos da associação. Por forma a concretizar os seus objectivos, a AIT estabeleceu já protocolos de colaboração com a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), com o Instituto Camões e com a União Latina.

3.1. *Objectivos da AIT*

São objectivos da AIT:

- a) tornar conhecidos os trabalhos terminológicos realizados em Portugal, ou noutros países, desde que incluam a língua portuguesa;
- b) dar resposta às solicitações de consultoria que lhe sejam dirigidas por organismos oficiais, tanto na definição de uma política terminológica como na resolução de questões pontuais;
- c) colocar ao dispor de produtores e/ou utilizadores de terminologia produtos terminológicos, normas, publicações periódicas, trabalhos de investigação e cursos de especialização;
- d) facultar a consulta de terminologias, de que disponha ou a que tenha acesso, nomeadamente através da disponibilização de bases de dados terminológicos, produzidas em Portugal ou no estrangeiro;

- e) realizar ou promover projectos e outras actividades no âmbito da terminologia que contribuam para dotar a língua portuguesa dos materiais necessários à sua utilização como língua internacional de cultura e de ciência.

3.2. *Actividades imediatas da AIT*

De acordo com os objectivos explicitados nos seus estatutos, a AIT tem a intenção realizar num futuro muito próximo as seguintes actividades:

- a) criação de uma base de dados, a disponibilizar na Rede, que contenha informação relativa a trabalhos terminológicos de vários tipos;
- b) criação de uma biblioteca especializada em terminologia;
- c) criação de um serviço de consultoria terminológica para apoio ao trabalho de jornalistas, tradutores, professores e outros profissionais da língua;
- d) publicação periódica de um boletim informativo;
- e) promoção da criação de uma Rede de Terminologia em Língua Portuguesa.

Relativamente à criação do serviço de consultoria terminológica e da Rede de Terminologia em Língua Portuguesa, a AIT pretende obter a colaboração de países de língua oficial portuguesa.

Devemos ainda salientar que, e uma vez que a AIT não tem a prerrogativa de normalizar, no âmbito do serviço de consultoria terminológica, apenas faremos as sugestões que nos parecerem mais correctas dos pontos de vista conceptual e linguístico após uma pesquisa exaustiva em várias fontes para verificar a (in)existência de um termo em português, por forma a evitar a duplicação desnecessária e indesejável de sinónimos. Para tal, pretendemos obter a colaboração de especialistas de reconhecido mérito em diversas áreas científicas e técnicas, constituindo disso exemplo o parecer dado pelo Prof. Doutor Fernando Ventura, Presidente da Comissão Nacional de Luta contra a Sida, relativamente à utilização dos termos *antraz* e *carbúnculo* (cf. o sítio da AIT: www.ait.pt).

3.3. *Compilação e difusão das produções terminológicas*

Reconhecendo as dificuldades sentidas por todos aqueles que, por razões de ordem profissional e/ou académica, necessitam de recorrer com frequência a produções terminológicas que os auxiliem nos seus trabalhos de carácter científico e técnico, a AIT decidiu dar prioridade à constituição de duas bases de dados que procurem dar resposta a tais necessidades.

A primeira dessas bases de dados visa a recolha e posterior disponibiliza-

ção na Rede de dados sobre a existência de obras de cariz terminológico: dicionários, monografias e outras. A segunda, pretende dar a conhecer tanto entidades, públicas e privadas, como particulares que sejam produtores e/ou consumidores de produções terminológicas, quer nacionais quer estrangeiros, com vista a um salutar, desejável e, sobretudo, produtivo contacto entre os mesmos.

3.3.1. A base de dados de dicionários impressos

A AIT disponibilizará muito brevemente na Rede uma base de dados de dicionários impressos de cariz terminológico.

Nesta base de dados, a pesquisa e disponibilização dos dados processar-se-á partindo dos dicionários mais actuais para os menos actuais, ou seja, esta base de dados, que irá estar em permanente actualização, começará por apresentar dicionários editados na última década do séc. XX e crescerá com edições sucessivamente mais antigas.

Devemos salientar que a AIT não pretende emitir qualquer juízo de valor sobre os trabalhos recolhidos para esta base de dados e que a nossa preocupação vai no sentido de colocar à disposição de todos os interessados informação sobre o maior número possível de obras, desde que estes cumpram minimamente os requisitos de um trabalho de cariz terminológico.

Uma vez que a AIT se encontra sediada em Lisboa, a Biblioteca Nacional constituiu o primeiro local e a base da nossa busca, que, mesmo quando esgotado, nos poderá ainda fornecer, numa fase posterior, pistas para busca de informação noutros locais, através de pesquisas realizadas na Porbase.

Para cada dicionário impresso, estarão disponíveis todos os dados bibliográficos da edição (título, e no caso de traduções, o título original, o tradutor e os dados disponíveis sobre a edição traduzida, autores e coordenadores, referências editoriais, número de volumes e de páginas, e ISBN), assim como informação terminológica (classificação tipológica, de acordo com a norma ISO 1087, línguas utilizadas e uma breve descrição da estrutura e dos dados terminológicos presentes, incluindo o número de entradas). Esta base de dados termina com informações consideradas pertinentes para a descrição completa de cada dicionário.

O primeiro lote de dados recolhidos e tratados, que muito em breve estará disponível no sítio da AIT, atravessa já uma variedade considerável de áreas de especialidade e revela-nos, não sem alguma surpresa, a existência de produções terminológicas em áreas bastante exclusivas e algumas, podemos dizê-lo, consideravelmente inesperadas. As temáticas que constam já deste primeiro lote passam, por exemplo, pelo calão do mundo do crime, pela terminologia relativa aos animais e à sua relação com o homem, pelos exercícios básicos em educação física, pelos edifícios agrícolas e criação bovina, pela actividade portuária, pelos equídeos, pelo esoterismo, pelas dietas, etc., etc., etc.

Na pesquisa até agora efectuada, deparámo-nos com diversos trabalhos terminológicos produzidos em Portugal e dedicados a áreas, ou subdisciplinas, muito específicas. No entanto, no que diz respeito a ciências de âmbito mais geral, cujos léxicos são, obviamente, mais prolíferos e com inter-relações mais numerosas, exigindo, por isso, um outro nível de investimentos, quer técnicos e humanos, quer financeiros, os trabalhos terminológicos que encontramos disponíveis são, sobretudo, traduções, e, neste caso, quase sempre com a chancela de editoras de grande difusão.

A surpresa atrás referida não diz respeito tanto à existência em si de trabalhos terminológicos em áreas muito específicas (pois é precisamente esse o objectivo da produção terminológica), mas, sim, ao facto de constatarmos a sua fraca difusão e o desconhecimento que o público geral e, como já dissemos, mesmo o público mais especializado têm dos mesmos. É possível que uma parte da lacuna habitualmente reconhecida em termos de produção terminológica em ou incluindo a língua portuguesa fique preenchida depois de conhecida a verdadeira extensão dos seus recursos, para o que a AIT pretende dar a sua contribuição através da base de dados em questão e de outros projectos a desenvolver.

Podemos compreender o motivo dessa deficiente divulgação se atendermos ao facto de que, por um lado, uma parte importante desses trabalhos são produzidos e editados por entidades que constituem, preferencialmente, os potenciais utilizadores de tais produções, e, por outro, por alguns desses trabalhos serem mesmo edições de autor. Assim, podemos também prever um uso bastante “caseiro” dessas produções, o que acaba por avolumar as carências já conhecidas na área dos materiais das linguagens de especialidade.

3.3.2. A base de dados de produtores e/ou consumidores de terminologias

Nascida dos projectos Pointer e RITerm-BD, e já em fase terminal de recolha de dados, encontra-se a criação de uma base de dados de produtores e/ou consumidores de terminologias. A esta fase, seguir-se-á o contacto com cada uma dessas entidades, públicas ou privadas, colectivas ou individuais, mediante o qual, para além da divulgação dos objectivos da AIT e, mais concretamente, desta base de dados, solicitaremos a aprovação da sua participação na mesma e a actualização dos dados de que dispomos no momento. Esta base de dados tem como objectivo concentrar os nomes e as áreas de investigação do maior número possível de pessoas e instituições cujas actividades envolvam as produções terminológicas, seja como produtores seja como utilizadores, procurando, assim, quebrar o isolamento e, talvez mesmo, o secretismo, prejudiciais ao desenvolvimento das linguagens científicas e técnicas.

A base de dados de produtores e/ou consumidores de terminologias disponibiliza, a todos os que a consultem, dados sobre a identidade, área de especialidade (no domínio da produção e/ou consumo de terminologia), localização e contactos das entidades em causa. Com esta base de dados, a AIT pretende facilitar os contactos entre especialistas produtores e/ou consumidores de terminologias e entre estes e potenciais consumidores das mesmas, fornecendo uma ferramenta de pesquisa que permita saber-se quem faz o quê em terminologia no nosso país.

Neste sentido, agradecemos todas as informações que possam contribuir tanto para enriquecer e tornar o sítio da AIT indispensável, como para a tão necessária difusão, e consequente intercâmbio, das produções terminológicas em língua portuguesa.

VARIAÇÃO LINGUÍSTICA EM PORTO

Celeste Rodrigues

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Centro de Linguística da Universidade de Lisboa

Esperando que o título deste artigo não seja tomado como um erro, mas como uma restrição de abrangência dos factos analisados, não é da variação linguística do Porto, como o todo, de que se falará, mas apenas de uma aspecto dessa variação, que constitui um emblema da cidade e da variedade linguística regional que o Porto ajudou a construir. Em compensação, será discutido também um caso de variação fonológica, registado em dialectos insulares do português, que pode ser sujeito a uma interpretação similar e que levanta algumas questões interessantes no que se refere à especificação das consoantes palatais em português, para além das que dizem respeito à existência de articulações secundárias.

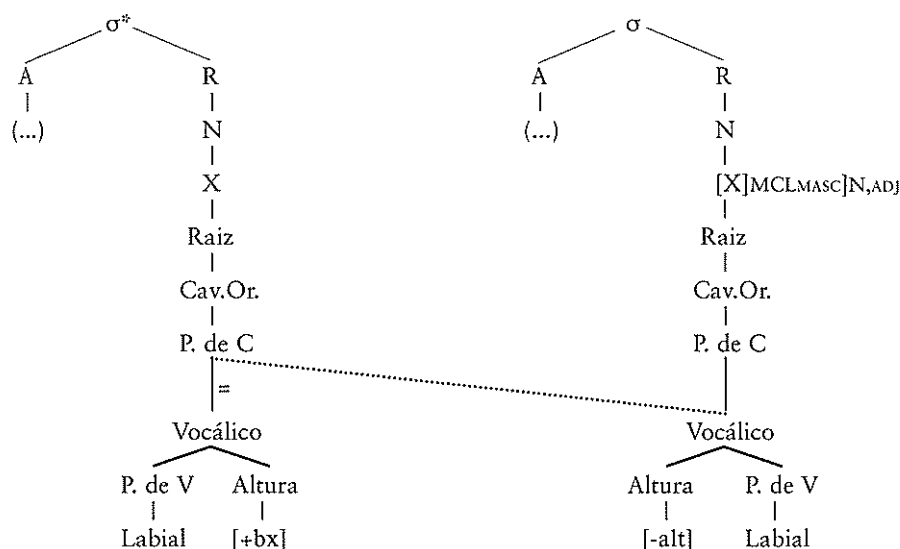
No ano em que o Porto é Capital Europeia da Cultura, e em que já se comemoram os 25 anos do CLUP, parece-nos apropriado falar de uma particularidade da língua falada na cidade que ilustra, no nosso entender, as duas características principais da cultura da cidade: as suas fundas raízes e a sua modernidade. Reconhecendo a importância da integração da investigação num Centro de Linguística – porque aprendemos a valorizar os estudos de variação no CLUL –, tomamos a língua falada como centro da investigação linguística, por ser o meio onde se cruzam, sincronicamente, reflexos linguísticos do passado e traços inovadores.

O primeiro caso que tratamos neste artigo, o da variação linguística das palavras como “Porto” na região do Porto, evidencia isto mesmo. Ele sugere-nos uma viagem, no tempo e no pensamento, que parece ser característica desta cidade, mesmo aos olhos de um forasteiro. Tomando a palavra “Porto” como exemplo, a história pode começar no sentido da palavra: *porto*, *ponto de passagem*, *um tipo de porta*. Logo aqui se vê que a viagem tem origem no /ɔ/ do “porto”, passa pela harmonização em Altura com a vogal final /o/ e continua, por pontos por enquanto mal identificados, de tal modo que chega, sin-

cronicamente, a três destinos: [ˈportu], [ˈpʷortu] e [ˈpʷɐrtu]. Começamos pelo primeiro ponto de chegada, [ˈportu], que é o da maioria dos falantes de português (e, quem sabe, talvez também da maioria dos falantes do Porto), porque ele parece constituir o ponto de partida do caminho que leva aos outros dois.

A primeira questão a explorar é a da identificação fonológica da vogal da sílaba acentuada. À semelhança do que acontece nas palavras *guloso*, *novo* ou *olho*, na palavra *porto*, a vogal é baixa, /ɔ/, e sofre um processo de harmonização identificado por ANDRADE, 1992, 53. Poderíamos reformular, em termos autosegmentais, esse processo como espraçamento do Nó Vocálico da vogal labial final [-bx, -alt], na vogal labial e baixa precedente, que é a última vogal do radical deste tipo de palavras, como em (1)¹.

(1)



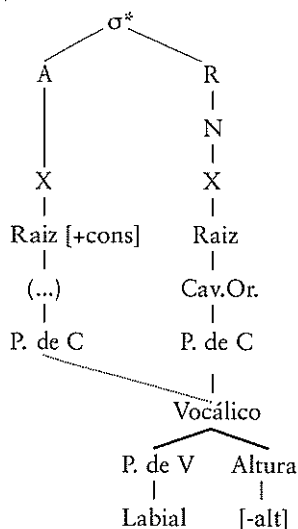
A especificação da vogal como [-alt, -bx] é o facto normal no Português: todas as variedades da língua possuem a pronúncia [ˈportu]. Porém, na região que engloba as cidades do Porto, de Guimarães e de Braga (para falar apenas nas mais antigas), coexistem outras duas, pelo menos, [ˈpʷortu] e [ˈpʷɐrtu], variantes atestadas nos inquéritos do ALEPG e em estudos de meios urbanos como RODRIGUES, 2001.

¹ Usamos o asterisco para assinalar a sílaba acentuada, nestas regras.

Se o processo de harmonização em Altura da vogal, acima referido, é um processo lexical, que é condicionado morfológica e lexicalmente, os processos complementares que legitimam as realizações [^wo] e [^we] são de outra natureza (i. é. são pós-lexicais). De facto, RODRIGUES, 2001 e 2002 pôde demonstrar que, em Braga, tanto os /ç/s transformados em [o]s pela harmonização como os /o/s de *hoje*, *conde*, etc. poderiam ser abrangidos pelo processo de espraiaimento do Nó Vocálico da vogal Labial no Ataque precedente, ou labialização. Na verdade, em Braga, entre falantes alfabetizados, a única variante não standard atestada em RODRIGUES, 2001 foi [^wo]. [^we], no entanto, constitui um indicador linguístico da variedade linguística do litoral norte, acima indicada, e, mais propriamente, da variedade linguística urbana do Porto.

Segundo RODRIGUES, 2001, 281, a labialização da consoante que precede um /o/ ou /e/ de palavras como *porto*, já sujeito a harmonização, pode ser descrita pelo processo em (2).

(2)



Assim, na labialização, estamos perante o espraiaimento do Nó Vocálico da vogal tónica à esquerda, tal como pode acontecer se a vogal for não-recuada: cf. *vê* [ʃ^je], *escrever* [ʃkriʃ^jer], *bater* [bɐ^jer]. Casos desses são referidos na bibliografia sobre a mesma região, desde VASCONCELOS, 1901². Apesar de

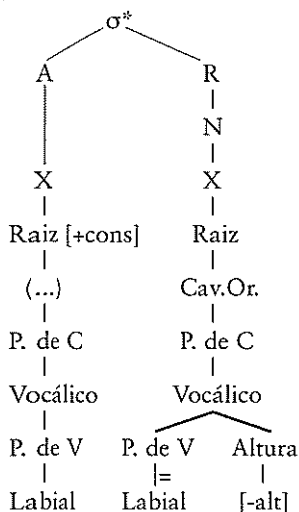
¹ A este respeito, convém dizer que RODRIGUES, 2001 já não encontrou senão meros vestígios da palatalização, nos dados de falantes alfabetizados de Braga, apesar de a palatalização ser referida nos estudos dialectológicos das áreas rurais das cidades minhotas.

os processos terem sido sempre referidos, até RODRIGUES, 2001, como ditongação crescente (cf. VASCONCELOS, 1901, CINTRA, 1983, BOLÉO e SANTOS SILVA, 1959, MARTINS e VITORINO, 1989, SEGURA da CRUZ e SARAMAGO, 1999), trata-se nestes dois casos, no nosso entender, de uma palatalização e de uma labialização da consoante precedente, ou seja do desenvolvimento de uma articulação secundária de tipo [i], ou de tipo [u]. O facto de dizermos que é o Nó Vocálico, e não o P. de V, a ser espraído nos casos de labialização e palatalização, merece algum reflexão, uma vez que a vogal não é alta e a articulação secundária da consoante é sempre alta. Se o valor de Altura da vogal do núcleo não é assimilado (e ele estava especificado no segmento do núcleo, visto que era oposto ao valor por defeito), o Nó Vocálico não é assimilado como um todo, mas só o P. de V, enfraquecendo, de alguma maneira, a ideia de ser o Nó Vocálico a esparair-se. No entanto, o Nó Vocálico é o que reúne as propriedades vocálicas na hierarquia de traços e a sua concepção é fundamentada em muitos factos, inclusive no de se espraíar como um todo, nos casos adiante discutidos dos Açores. Como a principal diferença entre segmentos consonânticos simples e segmentos com articulação secundária reside a in/existência de propriedades vocálicas, e estas estão agrupadas num Nó Vocálico, pensamos que a formulação do processo pode ser a que se apresenta acima, embora o assunto possa ser aprofundado. As articulações secundárias possuem um grau de fechamento, que é sempre [+alt] em português, independentemente definido em relação ao P. de V, pelo que pode ser definido pela regra de defeito, que provê o Nó Vocálico da consoante com o valor igual ao do segmento assimétrico, [+alt] (MATEUS, 1997, MATEUS e ANDRADE, 2000). A interpretação dos factos aqui sugerida não postula a criação de ditongos crescentes nestes casos, nem a alteração do peso da sílaba.

Na sequência da aplicação do processo de labialização em (2), que transformações ulteriores poderíamos esperar encontrar? No mínimo, alteração da vogal acentuada que desencadeou o espraíamento. É isso mesmo que acontece em [p^wertu]. A vogal deixa de ser Labial, o que quer dizer que a articulação Labial, sendo absorvida pela consoante, em obediência a PCO³ (que determina a demarcação clara entre segmentos adjacentes), deve deixar de estar presente na vogal seguinte. O processo pode ser formalizado como se sugere em (3).

³ Princípio de Contorno Obrigatório.

(3)



Estamos, por consequência, perante uma cadeia de processos que altera, significativamente, os segmentos da sílaba acentuada. Os processos alteram a especificação de base da vogal do núcleo, a especificação da consoante do ataque (ou preenchem o ataque com [w] ou [j], se ele for vazio), mas não alteram a composição da sílaba, uma vez que esta continua a ter uma estrutura com o mesmo número de segmentos no ataque e na rima.

Conclui-se, deste modo, que em português se encontram formas com /o/, lexicalmente marcadas, para sofrer a harmonização por influência da vogal final: cf. *gul[o]so* vs. *f[o]co* e *bl[o]co*. Nessas formas, o processo que as afecta tem restrições morfológicas evidentes. Este só se aplica às últimas vogais dos radicais de nomes e de adjectivos, lexicalmente marcados, que contenham a seguir o marcador de classe /o/, em posição final de palavra: cf. *gul[o]so* vs. *gul[o]sos*, *gul[o]sas*.

Depois de a vogal ter sido especificada como [o], nessas palavras em que ela é acentuada (como em todos os /o/s que desencadeiam o espraçamento), dá-se, nesta variedade regional da língua, o espraçamento do Nó Vocálico à posição esquelética à sua esquerda. Ou seja, cria-se uma articulação secundária na consoante (se esta existir), articulação cuja especificação está dependente do P. de V da vogal tónica. Se o ataque não estiver preenchido, o espraçamento dá-se de igual modo, provendo a especificação para o de P. de V da posição de ataque à sua esquerda. Como esta não possuía especificação para o P. de C, ou seja para a articulação primária, a articulação vocálica espraçada torna-se, por ser a única existente, articulação primária (*onde* [ˈwõdi]).

Analiseemos agora alguns dados apresentados por MARTINS e VITORINO, 1989 e discutidos em SEGURA da CRUZ e SARAMAGO, 1999. Trata-se de dados, registados por exemplo nos dialectos insulares, que nos parecem relacionados com o espraioamento do Nó Vocálico das vogais altas pretónicas. Os dados descritos nestes dois trabalhos fazem parte dos inquéritos do ALEPG (*Atlas Linguístico-Etnográfico de Portugal e da Galiza*, recolhido pelo Grupo de Estudos de Dialectologia do CLUL), *corpus* valiosíssimo, de que apenas comentamos um pequeno aspecto. Discutimos somente os dados dos Açores – Ilha Terceira, embora os da Madeira sejam parcialmente idênticos, e fenómenos semelhantes também se registem no continente.

SEGURA da CRUZ e SARAMAGO, 1999, 719 referem um processo de “ditongação crescente” em sílaba tónica, com um condicionamento diferente do que antes descrevemos nos dialectos insulares. Trata-se do que os autores chamam “harmonização vocálica”, motivada pelo “timbre da vogal pretónica”, conducente a uma “modificação da vogal tónica” (cf. p. 710). Trataremos a questão de outro modo, como veremos, pois parece tratar-se de mais um espraioamento do Nó Vocálico, neste caso o das vogais altas pretónicas. Vejamos alguns exemplos no quadro que se segue.⁴

(1) <i>buscar</i>	[buʃˈkwar]	(15) <i>cidade</i>	[sĩˈðjaði]
(2) <i>o gado</i>	[uˈɾwaðu]	(16) <i>respigar</i>	[ɾiʃpiˈɾjar]
(3) <i>o pau</i>	[uˈpwaw]	(17) <i>ceifar</i>	[sejˈfjar]
(4) <i>estão fartas</i>	[ˈtẽwˈfwarteʃ]	(18) <i>inverno</i>	[ˈĩvj ɛɾnu]
(5) <i>comer</i>	[kuˈmwer]	(19) <i>em sacas</i>	[ˈĩsjakɐʃ]
(6) <i>o medo</i>	[uˈmweðu]	(20) <i>tem poços</i>	[ˈtẽjˈpjɔsuʃ]
(7) <i>novembro</i>	[nuˈvwẽbru]	(21) <i>teimoso</i>	[tejˈmjozu]
(8) <i>os figos</i>	[uʃˈfwĩɾuʃ]	(22) <i>oitenta</i>	[oʃˈtjẽtɐ]
(9) <i>do sol</i>	[duˈswɔʃ]	(23) <i>embora</i>	[ˈĩbj ɔɾɐ]
(10) <i>forquilha</i>	[fuɾˈkwilɐ]	(24) <i>enfusa</i>	[ˈĩfjuze]
(11) <i>no outro</i>	[nuˈwɔtru]	(25) <i>e ferve</i>	[iˈfjɛɾvi]
(12) <i>nas casas</i>	[nɐʃˈkazeʃ]	(26) <i>três pés</i>	[ˈtɾɛʃˈpɛʃ]
(13) <i>por casa</i>	[puɾˈkwaze]	(27) <i>em casa</i>	[ˈĩkjaze]
(14) <i>os pés</i>	[uʃˈpweʃ]	(28) <i>em pé</i>	[ˈĩpje]

⁴ Neste quadro, adoptamos a transcrição dos autores, com uma diferença: marcamos a sílaba tónica antes do seu início.

É certamente uma assimilação progressiva, visto que as propriedades espraia-das dependem do Nó Vocálico do segmento [-consonântico] precedente. O processo pode aplicar-se no interior de uma palavra e, também, envolvendo segmentos de palavras diferentes, conforme os exemplos acima indicam. Por essa razão, e também por num dos casos o processo implicar o espraimento de um valor de traço definido por defeito (menos recuado), consideramo-lo pós-lexical.

Os exemplos mostram que basta que exista uma vogal [+alta] (ou semivogal, resultante de uma semivocalização) na sílaba pretónica, para que a modificação se dê. Crucialmente, os exemplos (12) e (26), com vogal pretónica baixa, não apresentam alteração da estrutura, ao contrário dos exemplos (13) e (27) e, também dos (14) e (28). De modo a reunir os casos de palatalização com os de labialização, podemos dizer que é o Nó Vocálico (como um todo).

Um problema que se coloca em relação a estes casos é o da silabificação do que é espraído. Deverá haver silabificação no núcleo, como tradicionalmente se tem dito, ou deverá haver silabificação no ataque da sílaba tónica, à semelhança do que foi proposto, em RODRIGUES 2001, no caso da labialização em Braga e no Porto? Na tentativa de responder a esta questão, trazemos à colação o exemplo nº (11) do quadro anterior e o facto, referido por SEGURA da CRUZ e SARAMAGO, 1999 de o processo de inserção da semivogal ser bloqueado, no dialecto em causa, pela presença de uma consoante palatal no ataque da sílaba tónica (*debulhar* [diβu'λjar], e não *[diβu'λwar]).

Parece-nos que em (11) (*no outro*, [nu'wowtru]⁵), a silabificação do segmento inserido que está mais de acordo com a estrutura silábica do português é a que o coloca no ataque da sílaba tónica, que se encontrava vazio. Essa silabificação é preferível, na nossa opinião, face às duas outras: a primeira, no núcleo final da primeira palavra, porque dois segmentos altos iguais seriam silabificados na mesma posição métrica, em clara violação do PCO; a segunda, no núcleo da sílaba tónica que já possuía duas posições, porque três segmentos teriam de fazer parte do mesmo núcleo, caso que não está claramente demonstrado existir fonologicamente em português, ainda para mais, num caso onde o ataque estava disponível para receber o segmento inserido.

Relativamente ao bloqueio do processo de inserção pós-lexical de [j] e [w], provocado pelos segmentos palatais ([ɲ],[λ],[ʃ] e, presumivelmente, também [ʒ]), oferece-se-nos dizer o seguinte. Os autores referem que, por exemplo, em *debulhar* e *no chão*, as produções [diβu'λjar] e [nu'ʃjẽw] mostram que a “harmonização” não se dá, porque é bloqueada pela aplicação de um pro-

⁵ Esta transcrição coloca a semivogal na linha, ao contrário da que foi adoptada em SEGURA da CRUZ e SARAMAGO, 1999 (e que foi a seguida no quadro), porque [nu'wowtru] representa melhor a nossa interpretação da silabação do segmento inserido.

cesso de inserção da semivogal não recuada, que se aplica após consoante palatal, também exemplificada em: *castanheiro* [kəʃtɐˈnjeju], *chave* [ˈʃjavi], *espalhar* [ʃpɐˈλjar] (formas que possuem igualmente um ditongo crescente, na opinião dos autores). A semivogal ouvida não poderá ser apenas a palatalidade da consoante?⁶ Se assim fosse, e se entendermos, com a ajuda da geometria de traços e da teoria de subespecificação que usamos, que a especificação das consoantes palatais referidas se faz, na base, mediante a especificação do P. de C, Coronal [-anterior], ou seja sem referência ao traço alto (que não está normalmente activo na especificação das consoantes simples), poderíamos dizer, que estes segmentos também poderiam conter articulações vocálicas, nomeadamente palatalização (desenvolvimento de uma articulação com o valor positivo do traço alto), ao contrário do que é costume. Assim, neste dialecto, o [j] destes exemplos seria somente o reflexo da articulação complementar dos segmentos ditos “palatais”, que nos outros dialectos são especificados sem Nó Vocálico, e portanto sem o traço [alto]. Desta maneira, a especificação das consoantes palatais poderia diferir, de dialecto para dialecto, com/sem Nó Vocálico e Altura especificada como [+alto].⁷

A vantagem da descrição dos dados desta forma é a seguinte: a aplicação da regra de inserção de semivogal pós-lexical poderia ser entendida como geral. O facto de ela não se dar em [diβuˈλjar] e [nuˈʃjẽw] dever-se-ia à impossibilidade geral de cruzamento de linhas de associação, num mesmo plano e nível de representação segmental. Com efeito, o traço alto da vogal que motiva o surgimento de [j]/[w] não pode espalhar-se para a vogal seguinte, se o segmento intermédio possuir a especificação para esse traço. As linhas cruzar-se-iam. Em suma, pensamos que, no dialecto em questão, as consoantes [-anteriores] (alveolo-palatais e palatais) têm uma articulação vocálica alta⁸ e, por isso, em [diβuˈλjar] e [nuˈʃjẽw], também não existem ditongos crescentes, nem tritongos.

Analisemos, de novo, a silabificação dos casos resultantes da inserção de [w]/[j], agora entendido como geral. Se [nuˈwowtru] tiver a semivogal inserida

⁶ Por outro lado, não poderia haver [lʲ] ou [nʲ] em vez de [λj] e [ɲj] ou de [λʲ] e [ɲʲ]?

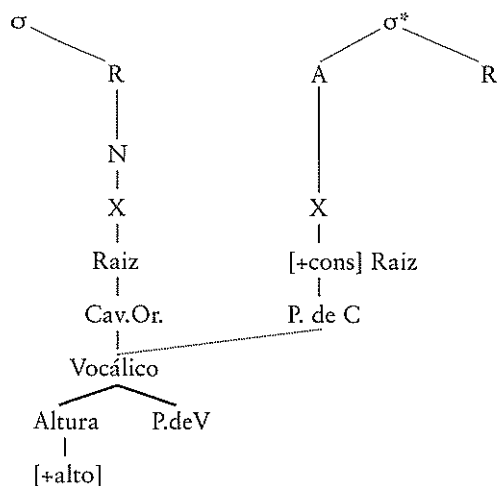
⁷ A este respeito convém dizer que a especificação das consoantes palatais em português tem sido discutida por diversos autores além de MATEUS e ANDRADE, 2000, alguns dos quais referem a necessidade, de uma maneira ou de outra, de conceber a especificação do traço alto nestas consoantes. Veja-se, por exemplo, HERNANDORENA, 1999 e FREITAS, 2001.

⁸ Colocamos “articulação vocálica alta”, porque nos parece que, neste caso, o que se passa é a especificação concreta da articulação, dentro da área articulatória (através do valor negativo de [anterior], a única coisa que é referida é a área articulatória). No caso da articulação secundária “labialização” (por exemplo), o que se passa é a junção de uma articulação nova a uma outra já existente.

silabificada no ataque, como propusemos, não há razão para que nos casos restantes a mesma silabificação não se dê. A semivogal pode constituir uma articulação secundária da consoante do ataque. Como o que é espraído neste processo é o Nó Vocálico, se o segmento consonântico para o qual se espraia já tiver especificação para [alto], já nada lhe poderá acontecer, como comprovam os casos de *debulhar* e *no chão*. A silabificação no ataque permite-nos manter, também neste caso, que não existem ditongos crescentes, até prova em contrário. Esta variedade dialectal açoreana dá-nos ainda outra evidência disto mesmo. Quando a associação do Nó Vocálico da vogal pretónica se dá antes de um /i/: *comida* [ku'm^wiðv], *buzina* [bu'z^winɐ], estas pronúncias, segundo SEGURA da CRUZ e SARAMAGO, 1999, tendem a ser alteradas para [ku'mujðv], [bu'zujnɐ], mostrando que o primeiro elemento de um ditongo tem de ser uma vogal plena. O mesmo fenómeno foi atestado na Madeira tal como referido por SEGURA da CRUZ e SARAMAGO 1999, p 718.

Segue-se a nossa proposta de formulação das articulações secundárias, palatalização e labialização, presentes nos exemplos referidos acima.

(4) Palatalização e labialização⁹ do ataque da sílaba tónica, nos dialectos insulares



⁹ Apesar de “velarização” ser o termo usado anteriormente, dizemos “labialização porque o que de facto acontece é a assimilação de uma articulação labial.

A aplicação deste processo assimilatório pode acarretar processos complementares de espraçamento que, por razões de espaço, não é possível explicar aqui, totalmente¹⁰. De facto, as vogais acentuadas que seguem as consoantes com articulação secundária, assim obtida, podem vir a assimilar as propriedades desse Nó Vocálico da consoante, das quais podem vir a resultar alguns processos de fusão, como os dos seguintes exemplos: *cidade* [sɨˈðʲäði] ~[sɨˈðeði], *comer* [kɨˈmˠər]~[kɨˈmər]. Além disso, os exemplos fornecidos por MARTINS e VITORINO, 1989 e SEGURA da CRUZ e SARAMAGO, 1999 também mostram que o espraçamento do Nó Vocálico pretónico é preservado, mesmo que a vogal que o motivou venha a desaparecer: *qualidade* [kɔɫˈdʲäði], *vindimar* [vɨdˈmʲar], *comer* [kɨˈmˠər]¹¹.

Concluimos, assim, que o processo referido em (4) tem, afinal, algumas semelhanças fonológicas com o registado em Braga e no Porto, (2). Trata-se de uma assimilação que envolve o Nó Vocálico de uma dada vogal, produz uma articulação secundária – em detrimento de um ditongo crescente, desencadeando-se embora em sentido inverso. Nos Açores, verifica-se um espraçamento para a direita e, em “porto”, um espraçamento para a esquerda. Num caso, o Nó Vocálico espraçado é o da vogal tónica e no outro o da vogal pretónica. A análise dos dados dos Açores permitiu-nos ainda verificar que as variedades dialectais podem implicar diferenças na especificação dos segmentos. Neste caso, viu-se que para as palatais pode ser necessário recorrer a diferentes especificações em diferentes dialectos, como RODRIGUES, 2001 já tinha observado em relação a /v/ em Braga.

Em conclusão, o presente artigo permitiu a descrição formal de quatro processos, três dos quais necessários para a variedade linguística do Porto: (1) espraçamento do Nó Vocálico da vogal final /o/ aplicável aos /ɔ/s de certas palavras devidamente assinaladas no léxico, (2) espraçamento do Nó Vocálico das vogais acentuadas dessas palavras no Ataque precedente sob a forma de articulação secundária e, em obediência a PCO, (3), um processo de quebra da linha associativa que ligava a vogal tónica ao seu Nó Labial, pelo facto de se encontrar precedida de uma consoante com uma articulação secundária labial.

A interligação dos processos sugere, além de uma dependência do segundo processo relativamente ao primeiro, uma dependência do último dos processos referidos relativamente ao segundo: a vogal só perde a labialidade depois

¹⁰ A descrição da distribuição geográfica do fenómeno é referida em SEGURA da CRUZ e SARAMAGO, 1999, 715 e seguintes, seguindo a descrição mais pormenorizada para o território nacional e com referência a todo o espaço românico de MARTINS e VITORINO, 1989.

¹¹ Incluindo nos dialectos continentais em que se registam, Beira Baixa e Alto Alentejo.

de o espraçamento na consoante ter ocorrido. Pode concluir-se, por isso, que tudo dá a entender que a variante [ʔ^wertu] é mais recente do que [ʔ^wortu]. De resto, o facto de esta variante não ter sido registada em Braga pode indicar também que a área geográfica onde se encontra seja mais reduzida. Se o for, isso pode dever-se ao facto de se tratar de uma inovação local, que não se expandiu a toda a área que apresenta o espraçamento da labialidade no Ataque. Uma vez que a expansão dos traços inovadores típicos de variedades linguísticas não standard é condicionada, em grande parte, pela avaliação que os falantes da língua fazem desses traços, e este processo não é valorizado pela maioria dos falantes de português, é de crer que a sua difusão esteja comprometida ou, pelo menos, não seja rápida.

No que diz respeito aos dados açoreanos foi possível formalizar o processo (4), idêntico ao de labialização presente nos dialectos setentrionais aqui estudados, embora seja desencadeado pela vogal pretónica e não pela vogal acentuada. Ficam por aprofundar as relações entre o processo (4) e os que posteriormente se aplicam em algumas das variedades linguísticas, nas o espraçamento continua a dar-se localmente, para a direita.

A existência das articulações secundárias aqui descritas mostra que, em português, para além dos que representam /k^w/ /q^w/, existem foneticamente outros segmentos complexos. Tendo por base material do CPE-VAR e do ALEPG, foi possível discutir um conjunto de fenómenos que exemplificam algumas das possibilidades de espraçamento do Nó Vocálico em PE. Discutimos, ainda, a especificação das consoantes palatais dos dialectos insulares. Optámos por análises que descrevem diversos casos de articulação secundária, dispensando a concepção de ditongos crescentes em PE.

Terminamos assim a nossa viagem ao “Porto”, cujo roteiro nos trouxe do “porto” ao [ʔ^wertu], passando pelo [ʔ^wortu], com breves excursos insulares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Ernesto d', 1992 – “Histórias de O” in *Temas de Fonologia*, Colibri, Lisboa. pp. 47-57.
- ANDRADE, Ernesto d', 1993 – “Algumas Particularidades do Português Falado no Funchal”, in *Actas do 9º Encontro da APL – Coimbra*, Lisboa, APL, pp.17-30.
- ANDRADE, Ernesto d' e M. Céu Viana, 1993 – “Sinérese, Diérese e Estrutura Silábica”, in *Actas do 9º Encontro da APL – Coimbra*, Lisboa, APL, pp. 31-42.
- ARCHANGELI, Diana, 1988 – “Aspects of Underspecification Theory”, *Phonology* 5, p. 183-208.
- BOLÉO, M. de Paiva, e M. Helena Santos e Silva, 1959 – “O Mapa dos dialectos e falares de Portugal Continental”, in *Estudos de Linguística Portuguesa e Românica*, Vol. I: *Dialectologia e História da Língua*, Coimbra Acta Universitatis Conimbrigensis, 1974, T. I, pp. 309-352.

- CINTRA, L. F. Lindley, 1983 – *Estudos de Dialectologia Portuguesa*, Sá da Costa Editora, Lisboa.
- CLEMENTS, G. e E. Hume, 1995 – “The Internal Organization of Speech Sounds”, in Goldsmith, J. A. (ed.) 1995: *The Handbook of Phonological Theory*, Oxford, Blackwell.
- FREITAS, M. J. 1997 – *Aquisição da Estrutura Silábica do Português Europeu*, Tese de doutoramento, FL-UL, Lisboa.
- FREITAS, M. J., 2000 – “Os Os ping[w]ins são diferentes dos c[w]elhos? Questões sobre oclusivas velares, semivogais e arredondamentos na aquisição do português europeu”, in *Actas do 16º Encontro da APL – Coimbra*, Lisboa, pp. 213-225.
- FREITAS, M. J., 2001 – “Os pontos nos seus lugares: considerações sobre as laterais na aquisição do Português Europeu” (em publicação).
- GOLDSMITH, J., 1976a(1979) – *Autosegmental Phonology*. PhD. Dissertation MIT, Distributed by IULC, New York, Garland Press.
- GOLDSMITH, J. A., (ed.) 1995 – *The Handbook of Phonological Theory*, Oxford, Blackwell.
- HERNANDORENA, C., 1999 – “Aquisição da fonologia e implicações teóricas: um estudo sobre as soantes palatais” in *Aquisição da Linguagem Questões e Análises* (org.: R. R. Lamprecht: 1999) Porto Alegre, Edipucrs, pp. 81-94.
- MARTINS, Ana-Maria e Gabriela Vitorino, 1989 – “Palatalisation et Vélarisation Conditionnées de la Voyelle Tonique dans Certains Dialectes Portugais. Evolutions Identiques dans l'Espace Roman”, in *Espaces Romans: Etudes de Dialectologie et de Géolinguistique Offertes à Gaston Touaillon*, Vol. II, ELLUG, Univ. de Stendhal – Grenoble 3, pp. 330-356.
- MATEUS, M. Helena M. e Ernesto d'Andrade, 2000 – *The Phonology of Portuguese*, Oxford University Press, Oxford.
- MATEUS, M. Helena Mira, 1993 – “Onset of Portuguese Syllables and Rising Diphtongs”, in *Workshop on Phonology*, Coimbra, APL, pp. 93-104.
- MATEUS, M. Helena Mira, 1994 – “A Silabificação de Base em Português”, in *Actas do 10º Encontro da APL – Évora*, Lisboa, APL, pp. 289-300.
- PEREIRA, Isabel, 1999: *O Acento de Palavra em Português Uma Análise Métrica*, Tese de Doutoramento, FL-UC, Coimbra.
- RODRIGUES, M. Celeste, 2001 – *Lisboa e Braga: Fonologia e Variação*, Tese de Doutoramento, FL-UL, Lisboa.
- RODRIGUES, M. Celeste, 2002 – “Questões de Espreadimento em PE”, in *Actas do 17º Encontro Nacional da APL*, Lisboa (em preparação).
- SEGURA DA CRUZ, M. Luísa e João Saramago, 1999 – “Açores e Madeira: autonomia e coesão dialectais”, in *Lindley Cintra Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*, (org. Isabel Hub Faria), Edições Cosmos, FL-UL, Lisboa, pp. 707-738.
- VASCONCELOS, J. Leite de, 1901 – *Esquisse d'une Dialectologie Portugaise*, (3ª ed. por M. Adelaide Valle Cintra), INIC, CLUL, Lisboa, 1987.
- VIGÁRIO, Marina e Isabel Falé, 1993 – “A Sílabas do Português Fundamental: Uma Descrição e Algumas Considerações de Ordem Teórica”, in *Actas do 9º Encontro da APL – Coimbra*, Lisboa, pp. 465-478.

PRAGMÁTICA HISTÓRICA: perspectivas de alargamento da metodologia de análise de textos medievais

Clara Barros

Centro de Linguística da Universidade do Porto
Faculdade de Letras da Universidade do Porto

O alargamento dos estudos linguísticos à relação entre a linguagem e os contextos não poderia deixar de ter repercussões na linguística histórica. Assim a designação pragmática histórica abarca uma área de investigação justamente situada entre a pragmática linguística e a linguística histórica.

O objectivo desta comunicação consiste em referir como os conceitos e métodos desenvolvidos na pragmática linguística se podem combinar com a metodologia tradicional da linguística histórica, que tipo de trabalhos de investigação se agregam sob esta designação e ainda em que medida ela poderá significar um alargamento da metodologia de análise de textos medievais. A referência explícita à aplicação da análise a textos da Idade Média não se deve a alguma razão de ordem genérica ou a uma específica relevância desta metodologia para o estudo de textos de tal período, mas apenas ao facto de se tratar de uma época histórica do Português de que me tenho ocupado particularmente.

O estudo da unidade texto/discurso não tem sido muito frequente no âmbito da linguística histórica que se tem ocupado tendencialmente de unidades menos extensas: fonemas, palavras, frases, ou seja, tem realizado estudos de fonologia, morfologia, léxico e em muito menor escala de sintaxe e semântica. Tradicionalmente certas dimensões textuais tem sido objecto de estudos literários, de estilística (literária) e de retórica. Mas é razoável supor que em relação a períodos do passado a comunicação também possa ser descrita em termos de fenómenos pragmáticos como actos ilocutórios, implicaturas, fenómenos de delicadeza e marcadores discursivos.

A investigação que venho desenvolvendo, há já algum tempo (cf. Barros 1986a; 1986b; 1988; 1995), sobre as dimensões deónticas e argumentativas de textos jurídicos medievais em português, visa o estudo de dados linguísticos históricos questionando explícita e sistematicamente a situação específica em

que os dados foram produzidos e a relação entre Locutor e Alocutário (público a que se dirige o texto). Analiso, portanto, os meios linguísticos que preenchem certas funções e realizam particulares intenções do emissor. Mais concretamente, tenho observado a estrutura discursiva e a orientação argumentativa de textos jurídicos legislativos de um corpus medieval tendo verificado a presença nestes textos de dois tipos de discurso: um, marcadamente deôntico, predominantemente vazado em actos ilocutórios injuntivos, e outro, de cariz argumentativo, caracteristicamente constituído por actos assertivos e declarativos-assertivos, que sustentam uma justificação. Procedo ainda ao levantamento das marcas formais que revelam a referida organização discursiva e orientação argumentativa com explicitação dos conectores específicos e da estrutura modal/temporal que andam agregados a cada acto ilocutório observado.

Esta investigação situa-se no ponto de intersecção entre o interesse pela história da língua, já que tem como objecto textos do passado, e a preocupação de análise de estruturas discursivas e das dimensões accional e intersubjectiva da linguagem.

A aplicação da metodologia desenvolvida pela pragmática e pela análise do discurso em linguística histórica põe de imediato um problema que Presch já em 1981 designa como “problema da integração das perspectivas” (p. 231): trata-se de saber se procede a uma análise dos actos ilocutórios e dos marcadores discursivos num texto (documento de uma época do passado) ou à análise das transformações, das mudanças observáveis em tais elementos em diversas épocas, procedendo à comparação/contraste de textos de estados diferentes do idioma. A análise pode portanto incidir sobre o uso linguístico numa sincronia do passado, descrevendo pragmaticamente como a língua era usada nesse período, tal como aparece nos textos; ou, em alternativa, pode incidir sobre o desenvolvimento e evolução de elementos linguísticos, a mudança observável em textos de circunstâncias históricas diferentes.

Recorrendo à dicotomia saussureana clássica sincronia/diacronia, embora tomando-a aqui unicamente como diferença de perspectivação teórica e metodológica, pode-se colocar a seguinte questão: os estudos de Pragmática Histórica devem ser perspectivados como sincrónicos ou diacrónicos? ou talvez ainda com maior pertinência: em que sentido são históricos?

Este problema encontra-se no centro do debate da própria definição de uma disciplina que se reclama da designação “pragmática histórica”. Um pouco da “história” da pragmática histórica poderá ilustrar este ponto. De acordo com Jacobs e Jucker (1995),¹ encontramos diversas tentativas, desde inícios da década de oitenta, sobretudo na área da germanística, de lançar os

¹ Trabalho que citarei diversas vezes, dado o seu carácter abrangente.

fundamentos e delinear o campo de investigação da referida disciplina. E desde o início se nota uma dupla interpretação/orientação que radica no debate da questão já enunciada. Note-se, por exemplo, que na obra que Sitta editou em 1980, *Ansätze zu einer pragmatischen Sprachgeschichte* figura o artigo programático de Cherubim (“Zum Programm einer Historischen Pragmalinguistik”) (Cherubim, 1980) tornando evidente a hesitação entre as designações “História da Língua pragmática” e “Pragmática Linguística histórica”. Presch (1981, p.231) faz notar que uma tal diferença na terminologia não é accidental “sondern ausdrück für den gewählten ausgangspunkt der integration von historischer und systematischer sprachuntersuchung für die integration diachronischer und synchronischer untersuchungsperspektive”. Segundo este autor, a integração da dimensão linguística histórica e da pragmática linguística pode ter dois sentidos: ou a linguística histórica se torna pragmática ou a pragmática linguística se torna histórica; para esclarecer as diferenças de aproximação possível parece oportuno delimitar o escopo destas duas perspectivas.

Assim, se se aplica uma perspectiva pragmática à Linguística Histórica descreve-se o desenvolvimento de uma língua ou a mudança linguística sob alteração de circunstâncias; logo, a descrição está focalizada na mudança linguística.

Em alternativa, se se alia uma dimensão histórica à Pragmática, investiga-se o uso da língua no passado. A tarefa da pragmática histórica consiste em descrever as convenções do discurso que eram efectivas em estados linguísticos do passado. Esta pragmática histórica está focalizada no uso linguístico; note-se que fornece dados sobre o uso linguístico do passado que podem ser relevantes para a análise da mudança linguística.

Jacobo e Jucker (1995) discutem a distinção entre estas duas abordagens possíveis do estudo pragmático de textos de estados linguísticos do passado e propõem a designação de Pragmafilologia (a Pragmática Histórica propriamente dita) para a descrição dos aspectos textuais e contextuais de textos históricos incluindo a relação entre Locutor e Alocutário, o objectivo do texto e as condições de produção e recepção. Propõem ainda a designação de pragmática diacrónica para a perspectiva que está focalizada no inventário linguístico e seu uso comunicativo através de diferentes estádios da mesma língua. Nos estudos de pragmática diacrónica seria possível distinguir dois sub-tipos. Um que toma como ponto de partida uma forma linguística para investigar a alteração dos sentidos discursivos do elemento escolhido para observação, definido como *form-to-function mapping*² diacrónico. Outro sub-tipo de aná-

² Expressão para a qual não se torna fácil encontrar uma tradução satisfatória; a mais aproximada será “traçado de percurso forma-a-função”.

lise pragmática diacrónica toma como ponto de partida funções discursivas como por exemplo determinado acto ilocutório; para investigar as diferentes realizações formais dessa função ao longo do tempo; este sub-tipo é designado como *function-to-form mapping* diacrónico.

Será ainda de salientar a proposta de Bax (1983) que fala da pragmática histórica também como um instrumento filológico para estudar textos literários do passado (entende-a portanto como pragmafilologia).

Seria impossível referir em pormenor ou exaustivamente o tipo de trabalhos agrupados sob as designações e perspectivas de investigação definidas. Sublinharei apenas que a definição dos fundamentos da disciplina nos anos 80 surge sobretudo na área da germanística, mas a maior parte dos trabalhos efectivados ao longo da década de 90 têm por objecto o estudo de textos da história do inglês.

A pragmática histórica centra-se sobre tipos específicos de textos de que descreve a estruturação discursiva, como por exemplo textos escolares (gramáticas), jurídicos (testamentos) ou cartas, etc...³ A pragmática diacrónica incide sobre uma forma ou função de que segue o percurso evolutivo.

Nesta área são de referir os recentes trabalhos de Traugott sobre as regularidades da mudança semântica e pragmática (Traugott, 1999) e o estudo de Jucker e Taavitsainen sobre o desenvolvimento e evolução dos insultos na história do inglês, entre o período do *Old English* e do *Early Modern English* (Jucker/Taavitsainen, 2000).⁴

A pragmática histórica debate-se com o problema dos dados. A análise pragmática ocupa-se predominantemente da língua falada. A pragmática histórica não dispõe da possibilidade de observar directamente dados orais de língua natural (a não ser para um passado muito próximo) (Cf. Bax, 1983). As hipóteses da pragmática histórica não poderão ser empiricamente sustentadas; o investigador tem que usar documentos escritos. A linguística histórica possui no entanto procedimentos que permitem ter uma imagem aproximada da língua falada em períodos do passado. Concretamente, a metodologia da sociolinguística permite comparar e avaliar os estilos de textos do passado em termos de “mais ou menos formal”. Por outro lado, uma análise pragmática histórica precisa de dados sobre o contexto social e histórico e poderá eventualmente debater-se com escassez de informações.

³ Inserem-se nesta perspectiva os trabalhos que publiquei sobre a estrutura textual da *Prymeira* (e da *Segunda*) *Partida* (Barros, 1993a; 1993b) e sobre o enquadramento argumentativo dos actos injuntivos (Barros, 1996; 2000).

⁴ Veja-se ainda a proposta de análise da evolução semântica e pragmática de *mas* e *porém*, e ainda Barros, 1986a, 1986b, e ainda a proposta de análise da evolução de *porque* e *ca* (Barros, 1995).

Mas as marcas de accionalidade e intersubjectividade estão visíveis nos textos; incluindo os do passado. Detecta-se a presença de interacção em textos literários, jurídicos, clericais, didácticos, etc. As hipóteses da pragmática histórica serão então sustentadas por procedimentos analógicos, aproximativos, como por exemplo a reconstituição por conjectura do quadro em que se movem Locutor e Alocutário, a partir dos marcadores discursivos presentes nos textos.

Pode-se considerar o texto escrito como uma manifestação comunicativa de pleno direito. Há certos aspectos da investigação que podem contornar a dificuldade de lidar com textos escritos como por exemplo a escolha cuidada de textos específicos de que se conhece a tradição, a função, intenção do Locutor e o tipo de acção que o texto representa. A análise depende certamente do tipo de texto; os aspectos mais pertinentes da estruturação discursiva são diferentes em texto “narrativo” ou em texto «jurídico» por exemplo.

No caso concreto do discurso jurídico legislativo, de que me tenho ocupado, a análise dos actos discursivos é particularmente pertinente. Este tipo de textos manifesta uma accionalidade própria; inscreve-se num determinado cenário ideológico: o de um discurso de uma instância de Poder. Tem portanto uma dimensão ilocutória e perlocutória dominante que se poderá classificar em termos genéricos como discurso de Autoridade e que se traduz em actos ilocutórios directivos com presença explícita de verbo performativo, a que se agregam actos justificativos menos explícitos, mas assinalados pela presença de marcadores que introduzem informação supostamente partilhada entre Locutor e Alocutário. Esta informação toma a forma de Doxas, Topoi ou invocação de Modelos naturais, de experiência ou outros. Estes actos discursivos justificam sempre a partir de outro discurso, são polifónicos, convocam outras vozes já (re)conhecidas pelo Alocutário; podem ser entendidos, usando a terminologia proposta por Fonseca (1992, p.284) como a “conjunção” ou “junção de vozes” que está patente no discurso do Locutor. A um certo nível da análise os actos justificativos funcionam portanto de modo análogo, ainda que formalmente possam ser muito diversos.

Mas o problema dos dados em Pragmática Histórica manifesta-se inclusivamente em relação à teoria dos actos discursivos, havendo opiniões como a de Stetter (1991) que defende que a teoria dos actos do discurso não tem dimensão histórica uma vez que é impossível apercebermo-nos do exacto sentido que o Locutor dá ao enunciado. Assim, segundo este autor, a descrição dos fenómenos linguísticos num texto só pode dar conta da dimensão subjectiva em conexão com um acto discursivo que é dependente da situação se houver um performativo explícito. Weigand, defendia, já em 1988, que sendo a teoria dos actos ilocutórios proposta como base para a descrição pragmática ela “deve ser tomada como principal instrumento metodológico na análise da

Pragmática Histórica (Weigand, 1988, p. 160). Também Bergner (1992) que estuda aspectos relevantes da produção e recepção de textos medievais precisa que pelo menos no que respeita à Idade Média os actos ilocutórios são frequentemente assinalados pela presença de verbos performativos.

Em relação à utilização desta metodologia, Jacobs-Jucker (1995) salientam a importância de conhecer tão precisamente quanto possível as circunstâncias dos enunciados para enquadrar a intenção do Locutor, porque poderá haver actos discursivos implícitos.

Nos textos jurídicos/legislativos que analiso, verifica-se, como já referi, a presença de actos ilocutórios directivos explícitos, num conjunto de elementos que configuram este tipo de acto, dirigido a um Alocutário que coincide em princípio com o futuro aplicador da lei:

- perspectivação de acto presente/futuro do Alocutário (a executar pelo Alocutário)
- estado psicológico da vontade do Locutor
- assimetria entre a posição do Locutor (mais elevada e mais forte) é a do Alocutário
- presença de verbo performativo jussivo com valor ilocutório e perlocutório de prescrição que tem como sujeito a autoridade coincidente com o rei.

Os verbos mais frequentes são, no corpus analisado: *mandar*, *ordenar*, *defender*, aliás em plural magestático com a forma: *mandamos*, *ordenamos*, *defendemos*. Não surge nos textos a forma verbal “justificamos” mas encontram-se igualmente para os actos assertivos justificativos marcadores discursivos constantes que possibilitam uma identificação e que se podem designar genericamente por “causais” ainda que as causais propriamente ditas possam introduzir estratégias argumentativas diversas baseadas em estruturas comparativas ou contrastivas. Pode, portanto, ser proposta como metodologia possível para análise de textos medievais a escolha de um tipo específico de texto de que se conhecem as características e em seguida a análise de actos ilocutórios explícitos e implícitos e dos marcadores discursivos.

Quanto à perspectiva a adoptar dentro do âmbito da pragmática histórica há razões para crer que quer a pragmatologia quer a pragmática diacrónica são pertinentes para a análise dos textos do passado (medievais e não só).

Um corpus sincrónico com dados respeitantes a um só período histórico, sem grande espessura temporal, só permite a descrição e explicitação do uso, ou seja, a análise sincrónica, ainda que histórica, dos textos. Se o corpus for constituído por textos de mais do que uma sincronia do mesmo idioma, ou se o período representado tiver uma espessura temporal considerável,

é possível fazer pragmática diacrónica, ou seja, a forma de contraste entre o uso linguístico em diferentes períodos afastados no tempo ou então da mudança em curso.

A delimitação do corpus a analisar depende da análise que se pretende empreender, mas o corpus (e o seu âmbito cronológico) também condiciona o que se pode/deve observar.

Situando em termos metodológicos a investigação que venho desenvolvendo sobre um corpus de textos jurídicos medievais (dos séculos XIII e XIV) verifico que esta incide sobre a descrição / explicitação do uso linguístico de um tipo específico de textos num período histórico do passado (cf. Barros, 1993, 1995, 1996, 2000). Mas ocupa-se também da mudança linguística, nomeadamente no estudo dos conectores argumentativos, sempre que se verifica que os morfemas estão envolvidos numa deriva formal e/ou funcional. No movimento geral de reestruturação da língua, há momentos de particular evidência de evolução em curso. Assim se verifica, no corpus analisado, em relação a morfemas como *porém* (cf. Barros, 1986, 1998), *outrossy*, o sistema dos adversativos *mais / mas, pero, senon* (cf. Barros, 2000), as causais de *ca* e *porque* (cf. Barros, 1995). A análise é neste caso *form-to-function mapping* ou *function-to-form mapping* diacrónico, ou seja, traçado de um percurso evolutivo de uma forma ou função. Esta análise só é possível quando o corpus sincrónico evidencia mudança em curso, ou no caso do estabelecimento de comparações/contrastes do uso comunicativo descrito e explicitado, com o uso observável no mesmo tipo de textos de outras sincronias posteriores (já descritas, ou que permitam o recurso à intuição de falante). Este confronto da forma de estruturação discursiva neste tipo de textos.

Assim, a Pragmática Histórica, mesmo quando predominantemente sincrónica, fornecerá sempre dados históricos para a análise diacrónica. Abarca o desenvolvimento de tipos de textos específicos, mas também de elementos linguísticos que só podem ser descritos por referência à sua função pragmática.

Concluindo: para a análise exhaustiva de um corpus extenso de textos do período medieval parece defensável uma metodologia ampla, abrangente, que proceda por um lado à descrição/explicitação do uso da língua numa sincronia, estudando simultaneamente a mudança linguística em curso, quando observável no corpus. Ou seja, as duas perspectivas propostas pela Pragmática Histórica não me aparecem como concorrentes mas antes convergentes.

Poder-se-á afirmar que “Pragmática Histórica” é uma designação nova para uma vasta área de investigação já existente. Mas, citando Jacobs/Jucker (1995, p. 26) “*The use of the term historical pragmatics does not only delimit a field of scientific enquiry; it should also bring together researchers who share an interest in both language, history and pragmatics*”.

Finalmente, a importância da Pragmática Histórica reside também e sobretudo no facto de esta disciplina deter o potencial que caracteriza os domínios interdisciplinares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, C. 1986a – “Observações acerca da adversativa *mas*”, in *Actes du XVIIème Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes*, Aix-en-Provence, 1983, Aix-en-Provence.
- BARROS, C. 1986b – *Construções contrastivas em Português*, Porto (Dissertação de Mestrado).
- BARROS, C. 1988 – Porém: um caso de deriva conclusiva-contrastiva, in *Revista da Faculdade de Letras, Línguas e Literaturas*, vol.V, Porto.
- BARROS, C. 1993a – “Convencer ou persuadir: análise de algumas estratégias argumentativas características do texto da *Prymeira Partida* de Afonso X”, in *Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale*, nº 18-19, pp. 403-421.
- BARROS, C. 1993b – “Afinidades da estrutura textual: *Prymeira* e da *Segunda Partida*” in *Revista da Faculdade de Letras, Línguas e Literaturas Modernas*, vol. X, Porto, pp. 117-126.
- BARROS, C. (1995) – “*Porque e ca*: aspectos do discurso justificativo no texto do *Foro Real*” in *Revista da Faculdade de Letras do Porto, Línguas e Literaturas Modernas*, vol. XII, Porto, pp. 149-158.
- BARROS, C. 1996 – “Para uma análise do discurso jurídico medieval: enquadramento argumentativo dos actos injuntivos” in *Diacrítica*, 11, pp. 175-186.
- BARROS, C. 1998 – *A Organização e o Funcionamento dos discursos* (Fonseca, J., ed., *Estudos sobre o Português*, tomo I).
- BARROS, C. 2000 – “Alguns aspectos do funcionamento dos contrastivos no Português Medieval” in *Actas do Encontro de História da Língua e História da Gramática*, Braga (no prelo).
- BAX, M. 1982 – “Die lebendige Dimension toter Sprachen. Zur pragmatischen Analyse von Sprachgebrauch in historischen Kontexten” in *Zeitschrift für Germanistische Linguistik*, 11, pp. 1-21.
- BERGNER, H. 1992 – “The pragmatics of medieval texts” in Stein, D. (ed.), *Cooperating with Written texts. The Pragmatics and Comprehension of Written Texts*. Berlin, pp.163-177.
- CHERUBIM, D. 1980 – “Zum Programm einer historischen Sprachpragmatik” in Sitta, H. (ed.), *Ansätze zu einer pragmatischen Sprachgeschichte*, Tübingen, pp. 3-21.
- FONSECA, J. 1992 – “Heterogeneidade na Língua e no Discurso” in Fonseca, J., *Linguística e Texto / Discurso, Teoria, Descrição e Aplicação*, Lisboa, pp. 249-285.
- FONSECA, J. 2000 – *Língua e Discurso*, Porto.
- JACOBS, A./Jucker, A. 1995 – “The historical Perspective in Pragmatics” in Jucker, A. (ed.), *Historical Pragmatics*, Amsterdam.
- JUCKER, A., Taavitsainen, I. 2000 – “Diachronic speech act analysis: Insults from frying to flaming” in *Journal of Pragmatics*, 1.1, pp. 67-95.
- PRESCH, G. 1981 – “Zur Begründung einer historischen Pragmalinguistik” in Klein, J./Presch, G. (eds.), *Institutionen-Konflikte-Sprache. Arbeiten zur linguistischen Pragmatik*, Tübingen, pp. 206-238.
- SITTA, H. 1980 – “Pragmatisches Sprachverstehen und pragmatikorientierte Sprachgeschichte” in Sitta, H. (ed.), *Ansätze zu einer pragmatischen Sprachgeschichte*, Tübingen, pp.23-33.

- STETTER, C. 1991 – “Text und Struktur. Hat die Sprechakttheorie eine historische Dimension?” in: Busse, D. (ed.) *Diachrone Semantik und Pragmatik. Untersuchungen zur Erklärung und Beschreibung des Sprachwandels*, Tübingen, pp.67-81.
- TRAUGOTT, E. 1999 – “The rhetoric of counter-expectation in semantic change; a study in subjectification” in Blank, A./Koch, P., (eds.), *Historical Semantics and Cognition*.
- WEIGAND, E. 1988 – “Historische Sprachpragmatik am Beispiel der Gesprächsstrukturen im *Nibelungenlied*” in *Zeitschrift für deutsches Altertum und deutsche Literatur*, 117, pp. 159-173.

DO POSSÍVEL E IMPOSSÍVEL EM REDENOMINAÇÃO DEMONSTRATIVA ANAFÓRICA¹

Fátima Silva

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Centro de Linguística da Universidade do Porto

mhenri@letras.up.pt

Comme les différents types de déterminants présentent de façon spécifique le référent dénoté par le syntagme nominal qu'ils constituent avec N, la dénomination qui a charge de référer dépend au premier chef du type de déterminant qui la précède.

(Theissen, A., 1997, p. 13)

O postulado de que a um tipo específico de determinante pode corresponder uma forma particular de referenciação torna os determinantes um objecto de estudo fundamental na análise dos diferentes processos de denominação e redenominação lexical nominal.

Tomando como objecto de análise os determinantes demonstrativos integrados em expressões anafóricas constituídas por demonstrativo e nome, propomo-nos especificar o seu estatuto no domínio das expressões referenciais e articulá-lo com algumas das estratégias discursivas de (re)denominação anafórica em que intervêm ou das quais são proscritos.

1. O estatuto dos demonstrativos no domínio das expressões referenciais

Os demonstrativos são communmente considerados palavras fóricas, no sentido em que são caracterizados pela sua capacidade de referenciação, seja à situação de discurso (uso exofórico ou deíctico), como em:

¹ A autora agradece ao Professor Mário Vilela a leitura deste trabalho e as sugestões dela decorrentes.

(1) *Esta*² é a minha sobrinha Lúcia. É filha do meu primo Pedro – disse a tia. (HTM, p.11)

seja ao contexto (uso endofórico), de natureza anafórica, como se exemplifica em:

(2) Era como se o peso da sua consciência fosse necessário ao equilíbrio das constelações, como se *uma intensa unidade* atravessasse o universo inteiro.

E ela habitava *essa unidade*, estava presente e viva na relação das coisas e a própria realidade atenta a abrigava em sua imensa e aguda presença. (HTM, p. 50)

ou catafórica, como ilustra:

(3) Ninguém escapa a *esta lei*: Temos sempre de resgatar o que fizemos. (XIS, p. 13)

Esta dupla funcionalidade³ dos determinantes demonstrativos recupera a distinção estabelecida por Bühler entre deixis indicial e deixis textual, remetendo, em ambos os casos, para o traço distintivo contido na sua tradicional caracterização, o de mostração, e em consequência, para um valor nitidamente indexical.

1.1. O ponto de vista semântico

Mantendo como traço prototípico dos demonstrativos a indexicalidade, Kleiber rejeita, no entanto, a ideia de uma função especificamente demonstrativa, ao afirmar que “Les démonstratifs ne montrent ni ne localisent le référent, ils indiquent uniquement que référence est faite à une entité présente dans la situation d’énonciation de leur occurrence et ne déterminent donc nullement pour eux-mêmes, comme les symboles indexicals complets, le type de référent concerné pour chaque situation d’énonciation” (1983, p. 115).

Neste sentido, os demonstrativos são considerados como designadores, visto que a sua função é apontar para um objecto ou um indivíduo numa dada situação de enunciação. Dado que essa remissão é feita directamente ao SN, com frequência constituído por Um N, sem a interferência de condições de avaliação específicas, como acontece, por exemplo, com o artigo definido, são caracterizados como *designadores directos*⁴. Esta ligação ao contexto da sua

² Em todos os exemplos transcritos ao longo deste trabalho, os sublinhados são nossos.

³ Dado que apenas nos interessam ocorrências de natureza anafórica, ver Kleiber (1991) para a clarificação dos princípios e limites da distinção entre *anáfora* e *deixis*.

⁴ No entanto, nem a referência é sempre directa nem os demonstrativos têm sempre e necessariamente um único referente. Nestas condições, o contexto é variável e a identificação do referente depende do conhecimento de que dispõem os interlocutores (Kleiber, 1986a e 1986c).

ocorrência associa-se a um traço de insaturação semântica, decorrente do facto de, mesmo num contexto específico, o significado lexical do SN demonstrativo ser insuficiente para determinar de imediato o referente apropriado. Nesta necessidade de recorrer às informações disponíveis no contexto para se saturarem referencialmente, imbrica a sua denominação como *token-réfléxifs* (Kleiber, 1986b, Corblin, 1995) e ainda como *símbolos indexicais opacos* (Wiederspiel, 1995)⁵.

Estes símbolos equivalem a uma estrutura classificatória pressuposta, que se estabelece entre o grupo nominal e o próprio referente, traduzida na equação:

Este N pressupõe que Xi é um (dos) N⁶

Aplicando esta equação, mediante a qual se atribui ao demonstrativo um sentido instruccional para a detecção do referente na sua proximidade espaço-temporal, ao exemplo (2), concluímos que o determinante demonstrativo *essa*, em *essa unidade*, remete de forma directa e independentemente de qualquer condição de avaliação para o referente introduzido pelo SN indefinido *uma intensa unidade*, apreendendo-o como um objecto não nomeado, caracterizado pela sua reclassificação segundo a estrutura atributiva:

Essa unidade pressupõe que unidade é uma das unidades

A descrição demonstrativa, em que se estabelece uma relação de equivalência entre os sintagmas *unidade* e *uma intensa unidade*, é, por conseguinte, uma descrição definida, que apresenta um carácter contrastivo interno, pois destaca o objecto de referência por oposição aos outros elementos da mesma série, o que significa que o objecto identificado não é o único a verificar o predicado N⁷.

Este processo, que resulta no isolamento do referente, implica que o demonstrativo se coloca no foco da atenção do locutor, ainda que não seja, por si mesmo, capaz de se assumir como um sinal indexical completo. Apesar de conduzir à designação de um objecto dado apenas como identificado,

⁵ O demonstrativo pode, evidentemente, ocorrer sem a menção de uma entidade precedente no texto, mas essa situação não corresponde propriamente a um processo anafórico, ainda que se inscreva no domínio dos fenómenos inerentes à designada deixis textual, de que é exemplo:

O mar do Norte, verde e cinzento, rodeava Vig, a ilha, e as espumas varriam os rochedos. Havia *nesse começo de tarde* um vaivém incessante de aves marítimas, as águas engrossavam devagar, as nuvens empurradas pelo vento sul acorriam e Hans viu que se estava formando a tempestade (HTM, p. 75).

⁶ Estrutura discutida em Wiederspiel (1995, pp. 114-115).

⁷ Cf. Kleiber (1986a, 1986c).

implica a atribuição de um carácter informativo ao seu uso, que se exprime frequentemente num movimento de ruptura com o contexto precedente, de tal forma que a sua utilização resulta, muitas vezes, na activação de mecanismos de classificação ou reclassificação.

Esta activação, subjacente à qual se encontram explicitamente uma intenção de identificação e um fenómeno de dependência interpretativa, articula-se com a forte disposição dos demonstrativos para funcionarem em relações de tipo anafórico, no âmbito das quais tendem a produzir efeitos cognitivos suplementares.

1.2. O ponto de vista cognitivo

No quadro da teoria cognitiva⁸, Gundel, Hedberg e Zacharski postulam que “les déterminants et les différentes formes pronominales signalent des informations distinctes à propos de l’état de la mémoire ainsi que de l’attention (statut cognitif), en tant qu’elles font partie de leur sens conventionnel” (2000, p.82). Isto significa que o estatuto cognitivo, fazendo parte do sentido dos determinantes e pronomes, se caracteriza como condição necessária para o uso apropriado dessas formas, na medida em que assinala qual é o estatuto do referente no modelo cognitivo do alocutário.

Com base neste princípio, os autores supramencionados propõem uma hierarquia escalar, a *Givenness Hierarchy*, ou Hierarquia do Dado, que assenta fundamentalmente na forma como as entidades são dadas no modelo mental do alocutário e apresenta uma tipologia de seis estatutos cognitivos, a cada um dos quais corresponde um tipo de determinante ou de pronome. Essa correspondência estabelece-se com base na evocação de diferentes informações em relação ao estatuto de memória e atenção face ao referente, servindo cada um dos estatutos cognitivos como indício para a interpretação do alocutário.

Tomando como ponto de partida a proposta original e a sua adaptação ao francês por Cornish⁹, procuramos estabelecer, de forma provisória e atendendo ao objectivo do presente trabalho, a correspondência entre os diferentes estatutos cognitivos e as entidades linguísticas que os materializam (quadro 1).

⁸ Entre as abordagens cognitivas dos marcadores referenciais encontram-se a teoria da acessibilidade de Ariel (1990) e a *Givenness Hierarchy* de Gundel, Hedberg e Zacharski (2000). Ambas propõem uma análise dos determinantes e dos pronomes em termos de representação mental do referente e do seu estatuto cognitivo. Para uma análise comparativa das duas teorias e, por conseguinte, da sua produtividade e limites, sobretudo no que diz respeito aos determinantes e pronomes demonstrativos, ver De Mulder (2000).

⁹ Este quadro encontra-se em Gundel, Hedberg e Zacharski (2000, p.82) e ainda em De Mulder (2000, p. 115), neste último apenas na versão original, aplicada ao inglês.

Hierarquia do Dado ¹⁰			
Estatuto cognitivo	Entidade linguística	Função	Exemplo
em foco	eu, tu, ele...	entidade activada, localizada no foco da atenção do locutor	Eu não consegui dormir a noite passada
V activado	isto, isso, aquilo este, esse, aquele (N)	a entidade está activada e foi já objecto de menção no contexto linguístico ou encontra-se no contexto extralinguístico imediato	Aquele cão ladrrou toda a noite
V familiar	esse, aquele N	o alocutário possui já uma representação mental do referente	Aquele cão da casa ao lado ladrrou toda a noite
V unicamente identificável	o N	o alocutário recupera ou constrói uma representação única do referente designado pelo locutor	O cão ladrrou toda a noite
V referencial	este N (indefinido)	o locutor pretende referir uma entidade particular, esperando que o alocutário construa a sua representação mental	Este cão da casa ao lado ladrrou toda a noite
V identificável quanto ao tipo de entidade	um N	o interlocutor pode identificar o tipo de entidade descrita	Um cão ladrrou toda a noite

Quadro 1

Nesta hierarquia, os determinantes demonstrativos exprimem os estatutos cognitivos *activado*, *familiar* e *referencial*, distinguindo-se funcionalmente pela maior ou menor activação do referente.

O primeiro, mais acima na hierarquia, indica que o referente se encontra activado na memória de trabalho, tendo sido já objecto de uma menção prévia, como se atesta em:

¹⁰ Adaptado de Gundel, Hedberg e Zacharski (2000, p.82).

- (2) Era como se o peso da sua consciência fosse necessário ao equilíbrio das constelações, como se *uma intensa unidade* atravessasse o universo inteiro.
E ela habitava *essa unidade*, estava presente e viva na relação das coisas e a própria realidade atenta a abrigava em sua imensa e aguda presença. (HTM, p.50)
- (4) Tira *aquele vestido* – mandou a madrinha apontando com o dedo. (HTM, p. 15)
- (5) Em pedra e bronze, com mastros quebrados e velas rasgadas, o navio foi construído sobre *a campá de Hans*. *Este estranho jazigo* que entre lápides, bustos, anjos de pedra e cruzes tinha algo de arrebatado e selvático, tornou-se depressa um dos monumentos famosos da cidade e vinha gente das redondezas para o ver. (HTM, p. 110)
- (6) A resposta só veio meses depois. Era *uma carta da mãe*. Leu:
“Deus te perdoe, Hans, porque nos injuriaste e abandonaste. Manda-me o teu pai que te diga que não voltes a Vig, pois não te receberá.”
Depois *dessa carta*, Hans sonhou com Vig muitas vezes. (HTM, p.91)

O segundo estatuto cognitivo destacado, por sua vez, implica que o referente, embora não esteja activado, faça parte do universo de representações mentais do alocutário, como se verifica em:

- (7) O mar do Norte, verde e cinzento, rodeava Vig, a ilha, e as espumas varriam os rochedos. Havia *nesse começo de tarde* um vaivém incessante de aves marítimas, as águas engrossavam devagar, as nuvens empurradas pelo vento sul acorriam e Hans viu que se estava formando a tempestade. (HTM, p. 75).

Finalmente, o terceiro estatuto mencionado, de nível hierárquico inferior, caracteriza-se pelo facto de o alocutário ser capaz não só de identificar o tipo de entidade descrita, mas também de construir a representação particular de uma entidade desse tipo, em função das indicações fornecidas pelo alocutário, como se ilustra em:

- (3) Ninguém escapa a *esta lei*: Temos sempre de resgatar o que fizemos. (Xis, p. 13)

Para lá da correspondência operada entre estatutos cognitivos e determinantes/pronomes, há ainda a salientar, na hierarquia em análise, a existência de uma relação de natureza implicacional entre os diversos estatutos cognitivos, em que cada estágio superior implica todos os outros de nível inferior. Assim sendo, uma expressão de estatuto cognitivo inferior pode ser utilizada num estatuto cognitivo superior, dado que neste estão previstos os estados de memória e atenção correspondentes ao estatuto cognitivo inferior, mas o contrário não se verifica. Daqui decorre, ao nível do texto/discurso, a frequente possibilidade de alternância entre um ou outro determinante, por exemplo, entre um artigo definido e um determinante demonstrativo. A inviabilização dessa possibilidade encontra justificação, em parte, nas máximas conversacionais de Grice, sobretudo nas

que apontam para a necessidade de o locutor ser conciso, mas suficientemente informativo.

Em relação aos exemplos dados, verificamos que a alternativa entre determinante demonstrativo e artigo indefinido não é viável, devendo-se esse facto ao nível de menor informatividade inerente ao uso do artigo indefinido. Colocado no fim da escala dos estatutos cognitivos, apenas é identificável quanto ao tipo, não fornecendo, por isso, os indícios necessários para a representação inerente aos estatutos cognitivos *referencial*, *familiar* ou *activado*.

No que se refere à alternativa entre demonstrativo e artigo definido, ela é, por vezes, improvável, como atesta a sua aplicação aos exemplos (2), (4), (6) e (7), devido a um desfasamento de índice informacional e de vector semântico, sendo, no entanto, possível em exemplos como (5) e (9):

- (9) A maioria de nós só conheceu uma moeda durante as suas vidas, o escudo. Tal como só conheceu uma bandeira ou um hino nacional. Juntos, estes símbolos nacionais ajudam no concreto a que nos possamos identificar em comum enquanto portugueses e distinguem-nos dos outros. (XIS, p. 22)

Tendo em consideração este último exemplo¹¹, podemos afirmar que a alternativa entre os dois tipos de determinante representa a actualização de uma dupla via. Enquanto o demonstrativo abre uma via de descontinuidade, o artigo definido cria um sentido de continuidade, produzindo-se em ambos os casos as consequências resumidas no quadro 2¹².

Determinante demonstrativo <i>Descontinuidade</i>	Artigo definido <i>Continuidade</i>
Reclassifica	Veicula uma pressuposição existencial
Contrasta	Unifica
Possibilita uma reorientação temática	Assegura a continuidade temática

Quadro 2

¹¹ Em uso indirecto, o demonstrativo não materializa os estatutos cognitivos *familiar* e *activado*, correspondendo antes a “violations mineures des règles d’emploi approprié des pronoms et des démonstratifs” (Gundel, Hedberg e Zacharski, 2000, p.100)

¹² Análise inspirada em Kleiber (1986c).

1.3. O ponto de vista textual

A articulação destes dados cognitivos com os traços semânticos já apontados é relevante para a interpretação textual dos determinantes demonstrativos, porque dela procede a formulação de traços importantes para a interpretação apropriada dos demonstrativos no âmbito dos sintagmas nominais em que se inscrevem:

- Não se caracterizam pela distância que os separa do antecedente, mas designam um grau de distanciamento centrado na relação intersubjectiva eu-tu e na saliência do objecto de referência no universo de ambos.
- Assinalam frequentemente uma mudança de estatuto temático e de unidade devido à ruptura que provocam no universo discursivo, mas o núcleo do SN demonstrativo retoma, em geral, os traços descritos já disponíveis a propósito do referente.
- O seu referente é determinado mediante recurso ao contexto partilhado pelos interlocutores, a partir das instruções contidas no próprio demonstrativo, que comanda a pesquisa do antecedente.
- Em posição anafórica, pode configurar diferentes tipos de processo referencial, desde que a configuração textual responda positivamente ao mecanismo activado.

Estes traços tornam possível a actualização de diversas estratégias de retoma, obedecendo o uso dos demonstrativos frequentemente ao esquema:

Um Na Este/Esse/Aquele Nb

O referente nomeado em *Um Na* apresenta, em geral, dois tipos de retoma possíveis: ou *Na* equivale a *Nb* e o referente retoma a categoria de origem, ou *Na* é diferente de *Nb* e ocorre um processo de reclassificação da categoria de origem.

2. Estratégias de redenominação demonstrativa anafórica

Embora a hipótese de reclassificação da categoria de origem torne mais evidente a informação suplementar introduzida por *Nb*, num ou noutro caso, a

relação anafórica a que está subjacente a utilização do demonstrativo parece obedecer a um fenómeno de correferencialidade, em que a expressão anafórica refere ou especifica a entidade visada sem a evocar¹³.

Da entidade seleccionada para essa referência ou especificação deriva a distinção entre os diferentes tipos de red denominação anafórica demonstrativa: fiel, infiel e conceptual.

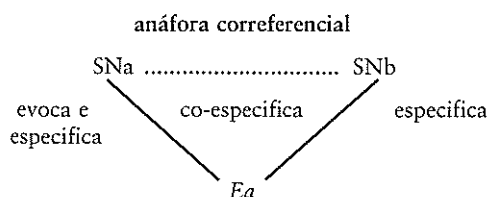
2.1. Anáfora (demonstrativa) fiel

Nesta forma de retoma, exemplificada por:

- (10) Há muito já que cada coisa tinha encontrado ali o *seu lugar*. E era como se *esse lugar*, como se a relação entre a mesa, o espelho, a porta, fossem a expressão de uma ordem que ultrapassava a casa (HTM, p.49).

Na e Nb são equivalentes, na medida em que há repetição lexical. Trata-se basicamente da recuperação, desencadeada pelo SN demonstrativo, de um objecto do discurso, utilizando a mesma etiqueta que serviu para a sua categorização inicial. É, sem dúvida, o tipo de retoma que menos problemas levanta à interpretação do alocutário, assumindo-se como um estatuto cognitivo activado. Do ponto de vista informacional, a fidelidade categorial conduz à identidade do N e, ao repor o N na categoria de origem, orienta a novidade que é atribuída a esta menção numa direcção diferente da recategorização do nome. No exemplo em análise, essa novidade informativa parece decorrer da promoção do SN demonstrativo a tema, além de a redução ocorrente na expressão anafórica implicar, relativamente à expressão antecedente, uma certa condensação do sentido e permitir, por essa via, a reorientação temática¹⁴.

¹³ Kleiber (2001, p.13) esquematiza esta relação da seguinte forma:



¹⁴ Essa novidade representa, de acordo com Apothélos (1999) um uso oblíquo das expressões referenciais, na medida em que o SN de retoma assume mais do que a função de identificador. Para lá da mudança de focalização, a ocorrência de um Na e de um Nb equivalentes pode decorrer da presença de uma expansão no sintagma de retoma ou ainda da intenção de produção de um efeito contrastivo de natureza intracategorial, como acontece, por exemplo, em (2).

2.2. Anáfora (*demonstrativa*) *infiel*

A anáfora demonstrativa *infiel*, por seu lado, activa um processo de reclassificação do referente, na medida em que Na e Nb não são equivalentes. Dessa não equivalência resulta basicamente a distinção no funcionamento textual da anáfora fiel e da anáfora *infiel*, pois “Si les anaphores fidèles ont un rôle stabilisateur dans l'énoncé, les anaphores infidèles permettent d'élargir le champ sémantique de l'énoncé et, par conséquent, ses significations” (Thatcher, 1999, p. 100). Esta funcionalidade é visível nos exemplos:

- (11) *Os abrunhos*, pequenas drupas redondas e azul-escuras, quando maduras cobertas de uma pruina cerosa, são dotados de um encanto irresistível. *Estes frutos* não são comestíveis, mas raramente alguém deixa de os provar, ao menos, uma vez por ano, no Outono, para saborear a sua aspereza. (SVPM, p. 45).
- (12) As utilizações domésticas e medicinais da *aleluia* são inumeráveis. Com *esta pequena planta* é possível preparar limonadas frescas e tisanas (SVPM, p. 56)
- (13) A maioria de nós só conheceu *uma moeda* durante as suas vidas, *o escudo*. tal como só conheceu *uma bandeira* ou *um hino nacional*. Juntos, *estes símbolos nacionais* ajudam no concreto a que nos possamos identificar em comum enquanto portugueses e distinguem-nos dos outros. (XIS, p.22)
- (14) *O seu livro Coloquios dos simples, e drogas he cousas medicinais da India...*, publicado em 1563 em Goa, adquire fama internacional, nomeadamente depois de ter sido traduzido em latim, francês e italiano. *Nesta obra* se consignam, sob a forma de diálogo, todos os conhecimentos científicos e práticos que o autor conseguiu reunir sobre tais produtos e sua utilização. (SVPM, prefácio)

Em (11) – (14), a entidade ocorrente em Na é recategorizada em função dos traços de um termo Nb, processando-se, por conseguinte, a apresentação do referente numa nova classe. A novidade informacional daí resultante consiste na assunção de um novo ponto de vista sobre o objecto, efectuando-se, frequentemente, essa perspetivação através da relação estabelecida entre um termo subordinado e um termo superordenado, mediado por relação lexical de hiperonímia. Estas retomas hiperonímicas respeitam a gradação ascendente dos lexemas e fundam-se numa relação estereotípica, acessível ao universo de conhecimentos dos interlocutores. Nesse sentido, ainda que de modo menos saliente do que o que se verifica no tipo de anáfora anterior, o contexto linguístico permite activar de forma apropriada a menção anterior do N ocorrente com o determinante demonstrativo. Na maioria dos casos, este tipo de anáfora funciona por recorrência de traços lexicais, podendo o antecedente, que assume o valor hiponímico, ser glosado da seguinte forma:

O/Um hiponímico é uma espécie de um N hiperonímico
O/Um hiponímico é um N hiperonímico

Além desta relação lexical, a sinonímia é também activada com frequência, como se verifica em (5) e (15):

- (15) Perguntas-me muitas vezes o que quero da vida, como se na vida se pudesse escolher quero isto, até não quero aquilo, agora não, daqui a uns anos talvez, como se fôssemos nós a mandar acordar os dias e controlássemos tudo com o simples toque da *varinha de condão*.

Dizes-me que tenho *essa varinha mágica* escondida no armário. (JN)

2.3. *Anáfora (demonstrativa) conceptual ou resumativa*

Este tipo de anáforas, de que constitui exemplo:

- (16) Para aproveitar ao máximo as importantes propriedades do agrião, é necessário utilizá-lo muito fresco e verde e lavá-lo previamente, pois é susceptível de transmitir uma doença parasitária, a distomatose. Se *estas regras* forem devidamente cumpridas, a planta merece indubitavelmente a designação de “saúde do corpo”, que lhe é atribuída nos meios rurais em França. (SVPM, p. 49)

congrega as funções de unificação e de progressão caracterizadoras da anáfora fiel e as funções de caracterização e de enunciação da anáfora infiel. Permitindo redireccionar o discurso, traduz o ponto de vista do locutor, que, por meio deste mecanismo anafórico, retoma o conteúdo proposicional precedente e exprime, frequentemente, o seu estado psicológico face a esse conteúdo. Normalmente, a anáfora conceptual efectua-se com nomes de referência constante para abarcar o contexto precedente, activando, dessa forma, uma função de apoio temático, que lhe permite relançar uma nova predicação.

2.4. *Coocorrência das estratégias de red denominação anafórica demonstrativa*

A activação de diferentes estratégias de red denominação anafórica demonstrativa no mesmo texto é frequente, equivalendo as opções efectuadas neste domínio a diversos meios para o estabelecimento de nexos coesivos textuais.

Veja-se o exemplo:

- (17) Já uma vez escrevi sobre uma pessoa que fez um voto expresso de deixar morrer em si todas e quaisquer conversas fúteis ou inúteis, especialmente as que lhe chegavam com intenções daninhas e insisto agora no assunto por me parecer vital esta atitude neutralizadora do mal. Esta vontade de travar o curso da má-língua.

É muito simples o que esta pessoa faz: em circunstância nenhuma reproduz aquilo que ouve, vê ou sabe e nada acrescenta à felicidade dos outros ou ao bem comum. Embora pareça fácil, nem sempre é natural esta tendência para a abstenção e, por isso mesmo, acredito que sem falsos moralismos é possível calar sempre o mal e ampliar cada vez mais o bem. (XIS, p. 1)

Neste excerto, predomina a red denominação anafórica conceptual, havendo ainda uma relação anafórica de tipo fiel.

Nesta última, o demonstrativo dá uma instrução de identificação do referente ao alocutário, que o procura no contexto linguístico anterior. Ainda que haja outras entidades linguísticas susceptíveis de servir como referente, o alocutário não experimenta qualquer dificuldade na determinação do antecedente apropriado, devido à identidade lexical das expressões constitutivas do núcleo dos SN envolvidos na relação anafórica. Do ponto de vista cognitivo, o demonstrativo corresponde a um estatuto cognitivo *activado*, pelo facto de o alocutário possuir já uma representação mental do referente a identificar e de esse referente ter sido objecto de uma menção prévia no contexto linguístico partilhado.

A este nível, a ocorrência das duas anáforas conceptuais parece indicar, por sua vez, a existência de um estatuto cognitivo *referencial*, na medida em que, através dos N abstractos usados, o locutor aponta para uma entidade particular, cuja representação mental deve ser construída pelo alocutário. Na primeira ocorrência anafórica deste tipo, a instrução dada para a identificação do referente ocorre em duas expressões anafóricas contíguas, funcionando entre si como para-sinónimos. Independentemente desta estratégia, a menção do referente é dada, em qualquer das suas ocorrências, na proximidade da expressão anafórica, que se assume como síntese e manifestação do ponto de vista do locutor.

3. Alguns limites para a red denominação anafórica por via demonstrativa

A funcionalidade textual dos determinantes demonstrativos, explicável, em parte, pelo recurso aos seus traços semânticos típicos e ao modo de categorização do referente, representa simultaneamente a produtividade desta expressão referencial e os seus limites.

Esses limites situam-se a um duplo nível:

- as restrições morfossintácticas da expressão anafórica em certos contextos;
- a impossibilidade da sua ocorrência no processo de red denominação anafórica associativa.

3.1. A coordenação

Um exemplo representativo das restrições referidas é o que se verifica em operações de coordenação¹⁵.

¹⁵ Para uma análise mais alargada deste fenómeno, ver Kleiber (1986c).

Kleiber (1986c, p.76) equaciona esta restrição perguntando: “Pourquoi l'article défini est-il seul apte à la reprise d'un seul SN d'une coordination d'indéfinis?”

Esta possibilidade é verificável na aplicação do teste da coordenação ao exemplo seguinte:

- (9) A maioria de nós só conheceu *uma moeda* durante as suas vidas, *o escudo*. Tal como só conheceu *uma bandeira* ou *um hino nacional*. Juntos, *estes símbolos nacionais* ajudam no concreto a que nos possamos identificar em comum enquanto portugueses e distinguem-nos dos outros. (XIS, p. 22)

A retoma de todo o grupo legitima a utilização de um demonstrativo em posição anafórica, mas não a retoma de um dos elementos enumerados, pelo que seria inadequada uma expressão anafórica do género:

- *Este hino ajuda...
- *Esta bandeira ajuda...

Esta restrição, que obriga à utilização de uma expressão anafórica genérica ou tendo como determinante o artigo definido, explica-se pelo facto de não haver a introdução de vários referentes novos, mas apenas de um referente, o conjunto referencial constituído pela coordenação.

A referência a um dos membros do conjunto só pode fazer-se de forma indirecta, por extracção, na medida em que cada um dos elementos do conjunto é apresentado como o único a conter a propriedade denotada pelo referente. Daí que seja correcta a expressão anafórica:

- O hino ajuda...
- A bandeira ajuda...

Kleiber refere que, nestes contextos, o artigo definido assume um papel análogo ao que desempenha no âmbito da anáfora associativa. Justifica a exclusão do demonstrativo argumentando que “De même qu'il [demonstrativo] ne peut figurer en anaphore associative (...), parce que le référent ne peut être saisi qu'indirectement, de même il ne pourra reprendre un référent d'une coordination de SN indéfinis, parce que ce référent ne peut être appréhendé que comme partie de l'ensemble référentiel introduit, donc indirectement aussi” (1986c, p. 77).

3.2. Redenominação anafórica associativa

A impossibilidade de realização da anáfora associativa mediante uma

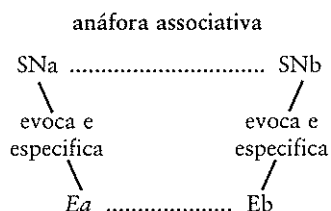
expressão anafórica com demonstrativo fundamenta-se, por conseguinte, no mesmo fenómeno de apreensão indirecta do referente apontado para a coordenação, podendo ser justificada com base em critérios de natureza cognitiva, semântica, e textual.

É o que confirmamos com a análise de um exemplo como:

- (18) (3) 1. Depois de limpar *a panela*, deite-lhe os alimentos e ingredientes, bem como a água necessária. 2. Coloque *a tampa*, faça girar horizontalmente o travessão de aço inoxidável, colocando-o por baixo dos suportes laterais existentes no corpo da panela, de forma a que as válvulas de segurança e de funcionamento fiquem uma de cada lado e formando com ele uma cruz. (SILAMPOS)

Em (18), o artigo definido indica que o alocutário recupera ou constrói uma representação única do referente designado pelo locutor, assumindo, assim, um carácter de unicidade. Isto significa que a entidade denotada por N é apresentada como a única possuindo as características requeridas no âmbito do antecedente, sendo, por isso, apresentada sob a forma do conhecido. Há um processo de referenciação indirecta igualmente visível na inexistência de identidade lexical ou semântica entre as entidades denotadas pelo antecedente e a expressão anafórica, que se relacionam de acordo com diferentes processos, um dos quais a relação léxica de meronímia, traduzível pela expressão Nb é parte de Na. Este mecanismo discursivo, fundado num saber partilhado convencional associado aos lexemas em causa, é responsável, em grande parte, por um dos aspectos mais significativos deste tipo de anáfora, o seu estatuto informacional híbrido. De facto, ao contrário da anáfora demonstrativa, a anáfora associativa assegura simultaneamente continuidade e novidade, assumindo, em consequência, um papel temático e remático. Esta dupla funcionalidade funda-se, em grande parte, na inexistência de coreferencialidade entre o denotado do referente da expressão anafórica e o do antecedente, na medida em que a especificação da entidade visada resulta da sua evocação, correspondendo, desta forma, a diferença de identidade lexical a uma distinção no domínio dos referentes¹⁶.

¹⁶ Essa diferença é apresentada por Kleiber (2001, p.13) através do seguinte esquema:



Conclusão

No momento de terminar, concluímos que a análise efectuada corroborou não só a afirmação transcrita em epígrafe, confirmando a importância das expressões referenciais na materialização de relações anafóricas, mas também a necessidade de convocar diferentes pontos de vista (semântico, cognitivo, textual...) para o seu tratamento.

A nossa abordagem, mais genérica do que específica, perdeu, por certo, em profundidade, embora nos pareça trazer um pequeno contributo para a explicitação das potencialidades e limitações dos determinantes demonstrativos em red denominação lexical anafórica.

Tratando-se de um campo de trabalho muito produtivo, que apresenta inúmeras possibilidades de tratamento, esta conclusão assume-se, mais do que como um ponto de chegada, um ponto de partida para novas pesquisas que respondam às perguntas a que esta não pôde ou não soube dar resposta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A.
- APOTHÉLOZ, D., 1995 – *Rôle et fonctionnement de l'anaphore dans la dynamique textuelle*, Genève, Librairie Droz.
- APOTHÉLOZ, D. e Reichler-Béguelin, M-J., 1999 – “Interpretations and functions of demonstrative NPs in indirect anaphora” in *Journal of Pragmatics*, 31.3, pp. 363-397.
- ATTAL, P., 1994 – “Le N, Ce N: une description sans le concept de référence” in *Questions de sémantique*, Paris, Éditions Peeters, pp. 157-200.
- AURICCHIO, A., Masseron, C. e Perrin, C., 1995 – “L'anaphore démonstrative à fonction résomptive” in *Pratiques*, 85, pp. 27-52.
- DE MULDER, W., 1990 – “Anaphore définie versus anaphore démonstrative: un problème sémantique in *Recherches Linguistiques*, XIV, pp. 143-158.
- DE MULDER, W., 1998 – “Du sens des démonstratifs à la construction d'univers” in *Langue Française*, 120, pp. 21-32.
- DE MULDER, W., 2000 – “Démonstratifs et accessibilité” in *Verbum*, XXII.1, pp. 103-125.
- DIESSEL, H., 1994 – *Demonstratives: form, function and grammaticalization*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins.
- GARY-PRIEUR, M-N., 1998 – “Les démonstratifs dans les textes et dans la langue” in *Langue Française*, 120, pp. 5-20.
- GUNDEL, J. K., Hedberg, N. e Zacharski, R., 2000 – “Statut cognitif et forme des anaphoriques indirects” in *Verbum*, XXII.1, pp. 79-102.
- HALLIDAY, M. A. K. e Hasan, R., 1976 – *Cohesion in english*, London, Longman.
- KLEIBER, G., 1986a – “Adjectif démonstratif et article défini en anaphore fidèle” in *Recherches Linguistiques*, XI, pp. 169-185.
- KLEIBER, G., 1986b – “Déictiques, embrayeurs, “token-réflexives”, symboles indexicaux, etc.: comment les définir?” in *L'Information Grammaticale*, 30, pp. 3-22.

- KLEIBER, G., 1986c – “Pour une explication du paradoxe de la reprise immédiate” in *Langue Française*, 72, pp. 54-79.
- KLEIBER, G., 1988 – “Peut-on définir une catégorie générale de l'anaphore?” in *Vox Romanica*, 47, pp. 1-13.
- KLEIBER, G., 1990 – “Article défini et démonstratif: approche sémantique versus approche cognitive” in *Recherches Linguistiques*, XIV, pp. 199-227.
- KLEIBER, G., 1990 – “Sur l'anaphore associative: article défini et adjectif démonstratif” in *Rivista de Linguistica*, 2.1, pp. 155-175.
- KLEIBER, G., 1991 – “Anaphore-Deixis: Où en sommes-nous?” in *L'Information Grammaticale*, 51, pp. 3-18.
- KLEIBER, G., 1992 – “L'anaphore: d'un problème à l'autre” in *Le Français Moderne*, LX.1, pp. 1-22.
- KLEIBER, G., 1998 – “Les démonstratifs à l'épreuve du texte ou sur *Cette Côte de la Baie de L'Arguenon*” in *Langue Française*, 120, pp. 77-94.
- KLEIBER, G., 2001 – *L'anaphore associative*, Paris, Presses Universitaires de France.
- LYONS, J., 1977 – *Semantics*, Vol. II, Cambridge, Cambridge University Press.
- MARANDIN, J.-M., 1986 – “Ce est un autre: l'interprétation anaphorique du syntagme démonstratif” in *Langages*, 81, pp. 75-89.
- MARQUE-PUCHEU, C., 1999 – “Les modifieurs référentiels dans les groupes nominaux: deux modes de localisation de la référence” in *Cahiers de L'Institut de Linguistique de Louvain*, 25.1-2, pp. 95-119.
- MILNER, J.-C., 1982 – *Ordres et raisons de langue*, Paris, Éditions du Seuil.
- REICHLER-BÉGUELIN, M.-J., 1988 – “Anaphore, cataphore et mémoire discursive” in *Pratiques*, 57, pp. 15-43.
- REICHLER-BÉGUELIN, M.-J., 1995 – “Alternatives et décisions lexicales dans l'emploi des expressions démonstratives” in *Pratiques*, 85, pp. 53-87.
- THATCHER, N., 1999 – “La coréférence lexicale” in *Journal of French Language Studies*, 9, pp. 91-104.
- THEISSEN, A., 1997 – *Le choix du nom en discours*, Genève, Librairie Droz.
- VILELA, Mário, 1999 – *Gramática da Língua Portuguesa*, Coimbra, Almedina.
- VUILLAUME, M., 1986, “Les démonstratifs allemands dies – et jen – Remarques sur les rapports entre démonstratifs et embrayeurs” in *Recherches Linguistiques*, XI, pp.
- WIEDERSPIEL, B., 1995 – “Sur quelques aspects de la saisie démonstrative” in *Pratiques*, 85, pp. 113-125.
- WILMET, M., 1986 – *La détermination nominale*, Paris, Presses Universitaires de France.
- B.
- HTM: ANDRESEN, Sophia de Mello Breyner, 1995 – *Histórias da Terra e do Mar*, 11^o ed., Lisboa, Texto Editora.
- MRP: PINTO, Margarida Rebelo Pinto, in *Jornal de Notícias*, 18-11-2001.
- SILAMPOS – Folheto de Instruções da panela de pressão Silampos.
- SVPM: Reader's Digest, Selecções do, 1983 – *Segredos e Virtudes das Plantas Medicinais*, 1^o ed., Lisboa, Selecções do Reader's Digest.
- XIS: Revista do jornal *Público*, 17-11-2001.

PORQUÉ INSISTIR EN LA DESCOMPOSICIÓN DEL SIGNIFICADO LÉXICO?

Gerd Wotjak
Universidad de Leipzig

¿Por qué insistir en complicarse la vida a fin de enriquecer y ampliar una descripción que ya de por sí no resulta fácil ni nada convincente ni consensuada? ¿Por qué obstinarse en nadar contra corriente y no querer tener en cuenta ni las críticas hechas por la semántica holística de los prototipos ni los consejos encaminados a respetar la economía tanto descriptiva como comunicativa¹. Vistas las reservas manifestadas en cuanto a tal descomposición y las críticas hechas al respecto por parte de enfoques semanticistas parcialmente predominantes, quizá sería más prudente renunciar a tal empresa.

¿Por qué insistir no obstante en la descomposición del significado léxico?

Nos proponemos demostrar a continuación que una descomposición detallada del significado léxico, pese a todas las complicaciones que conlleva también aportará información útil para entender mejor cómo se estructura nuestro conocimiento semántico. Y si fuera solamente por satisfacer nuestra curiosidad y nuestro afán de conocer mejor fenómenos hasta ahora bastante poco investigados, localizados en la blackbox de nuestra mente, también valdría la pena arriesgarse en esta pista. Hay más: ¿tal vez, no basta siquiera con descripciones económicas y minimalistas para dar cuenta de la compleja esencia de los objetos estudiados?

0.1 A favor de proceder según un análisis componencial lo más detenido posible, podríamos aducir fundamentalmente dos argumentos de peso. Men-

¹ Véanse Martinet 1965 con sus ideas de economía de estructura y función del lenguaje, Sperber/Wilson 1986 con su economía/relevancia comunicativa; y no por último el minimalismo propagado por Chomsky 1995 ss. y seguidores, entre los que mencionaremos a Bierwisch 1983 ss. con su semántica de dos niveles, cuyo nivel I, la fórmula semántica nos brinda una descripción minimalista y estrictamente económica, reduccionista.

cionaremos primero el argumento de la utilidad de la analogía con campos ya bien mejor investigados como, por ejemplo,

- a) la fonología y la fonética, que habían servido de punto de referencia para los análisis estructurales componenciales así como
- b) el microcosmos subatómico de la física nuclear.

Considerando la analogía a) admitimos que tenemos que esperar una cantidad incomparablemente mayor de rasgos semánticos frente a unos pocos rasgos fonológicos; la cifra de unos 30 primitivos semánticos (cf. Wierzbicka 1990) será largamente sobrepasada y llegaremos, tal vez, a unos miles de rasgos (cf. Lorenz/Wotjak 1977 con sus listados de rasgos utilizados/propuestos hasta mediados del 70). Que nos valga, sin embargo, la analogía con la fonología, que como recurso heurístico hay que manejar con sumo cuidado, para darnos cuenta de que no disponemos ni, tal vez, nunca dispondremos de una disciplina extralingüística, en este caso cognitiva y que podríamos llamar semética, disciplina por constituir y que nos suministraría los rasgos para la descripción del significado al igual que lo hace la fonética con los rasgos fonológicos para la descripción del fonema.

Considerando la analogía b) y teniendo en cuenta los más de 300 elementos distintos del núcleo atómico y la búsqueda de los quarks como últimos constituyentes de la materia, podemos destacar cuántos esfuerzos investigativos y económicos ha costado detectar estos componentes, cuya descripción se ha basado, además, en técnicas "indirectas" y en modelos abstractos concebidos antes de ir a la búsqueda real misma. Y nadie se pregunta por la utilidad de tales investigaciones (demostrada sólo a posteriori). Cuán ridículamente pocos son los esfuerzos emprendidos por describir el microsomas semántico y por destacar los componentes menores, recurrentes; y parece que a nadie se le ocurre plantearse la búsqueda de elementos que podrían considerarse los quarks cognitivos (cf. la discusión sobre los noemas en Lorenz/Wotjak 1977).

El segundo argumento que podríamos esgrimir en favor de la descomposición ulterior semántica estriba en la propia esencia de este significado. Ya que no podemos escamotear el que, en su descripción, hagamos uso de nuestra intuición como hablantes nativos y que no se pueda evitar el recurso a la introspección, tenemos que procurar ofrecer una descripción lo más detallada posible, pormenorizada, bien definida y con simbolizaciones de acceso relativamente fáciles, cuya interpretación por parte de otros investigadores e informantes permita un alto grado de objetivación, de validación intersubjetiva de los análisis donde se eliminarán posibles inferencias o residuos de la intros-

pección subjetiva. Al exponer los rasgos semánticos, junto con sus interrelaciones a nivel del significado, de la microestructura semémica en cuestión al control de los otros podemos estar más seguros de que no vayamos a incluir en los significados a elementos no socializados ni usualizados, o sea, no sememizados por pertenecer a nuestro conocimiento enciclopédico individual-subjetivo.

0.2 No nos sorprende que Bierwisch 2000 haya utilizado el concepto de descomposición tanto para los fenómenos fonológicos como para los semánticos propiamente dichos y, también, para los morfosintácticos. Nosotros, ya en Wotjak 1971/1979, hemos hecho referencia detallada a la analogía con la fonología (véanse ampliaciones similares también en Lorenz/Wotjak 1977) y en repetidas ocasiones hemos recurrido también a la analogía con el microcosmos físico subatómico. Dada la premura de tiempo y lo comprometido y complejo de la materia, en lo que sigue nos limitaremos a mencionar sólo algunos postulados que nos parecen particularmente prometedores, sin poder pretender exhaustividad en ellos. Lejos de poder argumentar detenidamente las ventajas y desventajas, nos contentaremos con referir a una amplia bibliografía especializada, donde hemos citado una buena parte de artículos propios susceptibles de dar más detalles relativos a nuestra postura apenas esbozada a continuación.

1. Simplificando las complicadas características e hipótesis acerca del significado léxico de unidades léxicas heteroincidentes (Pottier 1971 – sin excluir su validez, por lo menos parcial, también para lexías autoincidentes, es decir para la totalidad de unidades léxicas con su semantismo), destacaremos:

- (i) el significado léxico se nos presenta como un conjunto ordenado, estructurado (= microestructura semémica) de elementos menores constitutivos y recurrentes tanto en el significado analizado como en otros significados sinonímicos, antonímicos y otros;
- (ii) en los significados sugerimos distinguir primero los elementos que conforman el núcleo semémico, la llamada configuración nuclear semémica (antes llamada la proposición básica). Esta última garantiza – gracias a sus componentes, en el caso de los sememas relacionales de lexías heteroincidentes los funtores o predicados semánticos y los argumentos – la referencialización, la instauración (instanciación) de una determinada configuración cognitiva (microestructural = Wotjak 2000b) en tanto que representación conceptualizada del saber enciclopédico compartido. Esta referencialización designativa también se da con el núcleo semémico de las lexías autoincidentes que no presentan una microestructura semémica relacional como, por ejemplo, los sustantivos concretos.
- (iii) Esta configuración nuclear semémica con sus funtores y los argumentos o slots argumentales, por ellos predeterminados en cantidad y calidad, posibilita evocar escenas, scripts, procesos, actividades, estados de cosas, eventos/sucesos (events) y se asemeja

bastante a las configuraciones nucleares de otros sememas que pertenecen al mismo campo léxico-semántico, es decir, que integran una misma macroestructura semántica paradigmática con su denominador común archisemémico. Se trata, en este caso, de elementos de fundamental importancia para la designación (*Bezeichnung* en el sentido de Coseriu) y que aparecen como integradores e identificadores para todo un conjunto de verbos semánticamente interrelacionados. Suscribimos la hipótesis de que estos elementos archisemémicos tienden a tener un carácter virtualmente interlingüístico y que se deben ante todo a un enfoque onomasiológico que destaca las características conceptualizadas de la situación instanciada, del mundo real o ficticio referencializado.

- (iv) El significado léxico contiene, además de esta configuración nuclear denotativo-referencial, también otros elementos más, periféricos y, por regla general, connotativo-apreciativos, emotivos o bien modalizadores o diferenciadores (especificadores) del estado de cosas/ objeto designado. Estos últimos, los llamados semas de la semántica estructural europea (cf. Pottier 1964, Coseriu con su lexemática) como rasgos semánticos y cognitivos opositivos o distintivos, diferenciadores, conforman el significado lexemático stricto sensu. Estos modificadores caracterizan lo peculiar e idiosincrático de los sememas y suelen olvidarse en no pocos análisis semánticos de base cognitiva y lógica, de la misma forma que los funtores, con sus argumentos como componentes de la configuración nuclear designativa, no se han analizado debidamente² en muchos análisis de corte lexemático (véanse, sin embargo, los *qualia* en Pustejovsky 1995 y la Lexicología Funcional en Martín Mingorance 1998 y Faber/Mairal 1999).
- (v) El significado léxico en su totalidad y en sus componentes nucleares y periféricos debe considerarse como una entidad que ostenta características lingüísticas y cognitivas a la vez e indisolublemente ligadas; el significado “lingüístico” es, pues, una entidad también e incluso esencialmente cognitiva, pero una entidad cognitiva *sui generis*, es decir, semema y configuración cognitiva correspondiente no coinciden siempre ni totalmente. En las microestructuras semémicas como entidades sistémicas se reflejan, se encuentran congeladas, sememizadas, una parte más o menos considerable de las conceptualizaciones, de las configuraciones cognitivas coactivadas o coactivables. Por regla general, no todos los co-participes de la configuración cognitiva, del proceso, de la acción o actividad referencializadas se ven congelados en el semema, sino sólo algunos que, además, deben ser socializados y usualizados y suelen aparecer como argumentos cuando acompañan a los funtores/predicados semánticos o bien como modificadores por que sirven de modalizadores del estado de cosas (State of Affairs) instaurado³.

² Por su concentración metodológica estricta en los semas distintivos y su relativo desinterés por la designación tan entusiastamente investigada por la lingüística cognitiva y enfoques lógicos, la lexemática se ha descolgado del avance general y las tendencias predominantes en la lingüística moderna; no son, pues, los semas modificadores, los que ejercen una influencia tan marcada y directa sobre la combinatoria sintagmática morfosintáctica, sino los argumentos de la estructura argumental semémica, es decir, de la configuración nuclear, pasada en silencio por la lexemática.

³ El semema se ubica, pues, en el nivel I, lingüístico-léxico-semántico de la semántica de dos niveles, y resulta difícil delimitarlo de la configuración cognitiva colindante, corolaria y complementaria en el nivel II, tal como puede, pero no debe, evocarse (véanse las extensiones conceptuales señaladas por Bierwisch 1983 para sustantivos) en la mente de los hablantes al utilizar el verbo en cuestión en un enunciado concreto dado.

- (vi) A fin de garantizar una descripción cabal y componencial de los significados verbales que suministra, además de indicaciones concretas acerca de la esencia/calidad de la acción, actividad o del estado de cosas instaurados por ellos, en informaciones importantes combinatorias relativas a la cantidad y calidad de los co-partícipes involucrados en el núcleo semémico como argumentos, nos parece indicado recurrir a un análisis detenido onomasiológico, y esto a sabiendas de que así corremos el riesgo de suministrar una descripción de la configuración cognitiva en lugar de la configuración nuclear semémica y archisemémica respectiva. Sin sacrificar nuestra postura de una posible, si bien difícil y vaga, separación entre lo aún semántico y lo ya puramente cognitivo y sin renunciar a un significado distinto de la configuración cognitiva (opción preferida, por ejemplo, por Viehweger 1987, Jackendoff 1983 ss.), podemos considerar que una descripción semántica lingüística no puede ni debe desligarse por completo de una descripción de la configuración cognitiva que le corresponde y que conforma el núcleo socializado común de las conceptualizaciones individuales memorizadas y/o actualizadas *ad hoc*. Podemos considerar la descripción onomasiológica como una descripción útil, ya que nos pone a disposición un trasfondo cognitivo indispensable, como un *landmark* en el sentido de Langacker, como el *backgrounding* (Longacre) o como un *fondo* notional en el sentido de la psicología gestáltica frente al que se destacan partes lingüísticamente/ léxicamente/ semánticamente pertinentes como una especie de entidad focalizada, puesta en *saliency*/en perspectiva, como un *trajector* (Langacker) o como *foregrounding* (Longacre) o *figura* (psicología gestáltica). Podemos hablar con Talmy 1991 de un *windowing* conceptual, sincrónicamente congelado bajo forma de semema, pero que puede aprovecharse como recurso cognitivo disponible para destacar otros elementos de la configuración cognitiva compartida y generalmente más abarcadora y de la que también disponemos como punto de referencia común al presentarse determinada necesidad designativa en los enunciados.
- (vii) Hay que completar tal análisis onomasiológico-ontológico con análisis lingüísticos que nos faciliten la decisión sobre la calidad *sui generis* que caracteriza los elementos de la noción/configuración cognitiva como componentes cognitivos sememizados, focalizados, perspectivados o destacados como pertenecientes al trajector. Mencionaremos, a título de ejemplo, el análisis de las perífrasis del significado en diccionarios (cf. ya Wotjak 1971/1979; ilustrado de forma muy convincente en Faber/Mairal 1999), pero no excluimos tampoco el recurso al análisis de verbos, como los de movimiento, por ejemplo, para los que se encuentran descripciones semánticas de muy diversa base metodológica (cf. Jackendoff 1997a; Taylor 1996; Kunze 1993; Talmy 1991; Lamiroy 1991, García Padrón 1988 y Cifuentes Honrubia 2000 para verbos españoles).
- (viii) Hemos recogido en Lorenz/Wotjak 1977 un listado incompleto de unos 700 semas o rasgos semánticos que varios semanticistas habían utilizado en sus análisis hasta el año 1975. De éstos hemos seleccionado unos 130 semas (la cifra inicial podía reducirse por existir semas sólo aparentemente, formalmente distintos). No participaremos aquí en las estimaciones muy divergentes relativas a la cantidad máxima de rasgos necesarios y suficientes para garantizar la descripción de la virtual totalidad de significados verbales y otros⁴ La fijación de esta cifra, susceptible de ampliaciones por nuevos rasgos,

⁴ Cifra que varía entre unas decenas (Wierzbicka), unos centenares y unos millares, pero es significativamente inferior al número de sememas existentes, los cuales constituyen amalgamamientos más o menos complejos de rasgos menores hasta ínfimos, elementales, primitivos.

depende en gran medida de cómo se definan estos rasgos, de qué nivel de descomposición, concreción o generalización y recurrencia presenten⁵ (véanse las sucesivas ampliaciones/especificaciones ulteriores de la descomposición/descripción semántica en 1).

- (1) DELOC (x) o MOVE (x) →
 stare (x, LOC₁) & stare (x, LOC₂) →
 [ADESSE(x, LOC1)]ti ET [ADESSE(x, LOC2)]ti+k ET [ADESSE(x, LOC3)]ti+l

A nuestro juicio, hay que admitir que se requiere una cantidad mayor de rasgos diferenciadores y diferenciados para la descripción de los significados de sustantivos autoincidentes, mientras que se reduce considerablemente el número de funtores o predicados semánticos y modificadores de estos funtores indispensables para lograr una descripción cabal de los sememas verbales e incluso de otros significados relacionales de UL heteroincidentes⁶.

- (ix) Carecemos todavía de análisis lo suficientemente detallados como para poder indicar una cantidad fiable de funtores ni para demostrar su carácter idiosincrático o virtualmente interlingüístico. Se complica tal descripción por no coincidir los niveles de especificidad y pormenorización de los funtores propuestos, ni la terminología utilizada para su simbolización, ni tampoco la metodología empleada, con la complicación ya señalada de que trasпасemos los límites de lo semántico-lingüístico y que los *primes* pretendidamente semánticos sean ya noemas cognitivos. Todo esto, lejos de obstaculizar tales análisis componenciales, debería avivar los esfuerzos por investigar cuántos funtores (virtualmente “universales”) o predicados semánticos de qué tipo y esencia pueden descubrirse, por ejemplo, en los archisememas distintos y respectivamente en las configuraciones nucleares semémicas y archisemémicas a la vez de los verbos integrantes de las macroestructuras semánticas paradigmáticas respectivas. De ahí que podemos augurar un nuevo auge de análisis de campos léxico-semánticos donde, sin embargo, se tengan en cuenta, además de los semas modificadores y diferenciadores de sememas entre sí, los funtores coincidentes y designativos del denominador común archisemémico.

2. Podemos postular que la determinación de la cantidad y calidad de los slots argumentales que sirven de base para la actantificación, la combinatoria sintagmática morfosintáctica y semántica del verbo en cuestión, depende fun-

⁵ Excedería los límites de esta comunicación el querer presentar detalles sobre la ulterior descomposición de los llamados distinguisher de Katz/Fodor 1964 en semantic features – Wotjak 1971/79 con referencia a Bolinger 1965; Hilty 1971, 1972; Gauger 1972, Schifko 1975 y Wotjak 1974, 1975.) o citar descripciones suministradas por Kunze 1993, Jackendoff 1983, 1990, Pustejovsky 1995, Bondzio 1994 y otros autores, cf. B.Wotjak/ G.Wotjak 1995.

⁶ Señalaremos que Bondzio 1994 ha presentado un total de unos 150 funtores (y combinaciones de funtores), tal vez susceptibles de ulterior descomposición, que según él bastan para describir la totalidad de los sememas verbales y construcciones predicativas del alemán.

damentalmente del grado de descomposición del significado y, en definitiva, de la cantidad y calidad de los funtores (cf. 2)

Compárense la descripción archisemémica (y por consiguiente la nuclear semémica también) de verbos como *caminar*, *marchar* ($z = \langle \text{Pars AGENTE} \rangle$) o *correr*, *subir* ($z = \langle \text{Pars AGENTE} \rangle$ vs $\langle \text{Ofis} \rangle$), donde se ha procedido a un grado mayor de descomposición con la introducción del functor (OPER) con el argumento ($z = \text{INSTRUMENTO}$):

- (2) configuración nuclear semémica/archisemémica para verbos como *caminar*, *marchar* o bien *correr*; *subir* (sin indicación de los modificadores):

$$[\text{ADESSE}(x \& z, \text{LOC}_1)]_{ti} \text{ ET } [\text{OPER}(x, z) \& \text{CAUSE}(x, (\text{ADESSE}(x \& z, \text{LOC}_2)))]_{ti+k}$$

$$[\text{ADESSE}(x \& z, \text{LOC}_3)]_{ti+l}$$

Leyenda: funtores: ADESSE = encontrarse, hallarse/localización

CAUSE = causar

OPER = utilizar

argumentos: $x = \text{ACTOR/AGENTE}/\langle \text{Hum} \rangle$

$z = \text{INSTRUMENTO/CAUSADOR}/\langle \text{Pars AGENTE} \rangle$ vs
 $\langle \text{Ofis} \rangle/\text{vehículo}$

$\text{LOC}_1 = \text{LOC}_{\text{Source}}$ /punto de salida

$\text{LOC}_2 = \text{LOC}_{\text{Path}}$ /punto por el cual se pasa

$\text{LOC}_3 = \text{LOC}_{\text{Goal}}$ /punto de llegada

No se potencia, sin embargo, *ad infinitum* el número de argumentos con el aumento de funtores cada vez más elementales; parece que, para cualquier semema verbal se puede establecer un máximo de slots argumentales, dado el caso de que no sólo los funtores pueden ocurrir más de una vez en un significado dado, sino también los argumentos. Sólo gracias a esta correferencialidad de argumentos, co-partícipes de las predicaciones parciales o elementales instanciadas por los funtores con sus argumentos, se logra la coherencia necesaria e indispensable para la predicación global, es decir, para la instauración de la configuración cognitiva global microestructural (=actividad/evento de marchar, correr, etc.).

2.1. Al descomponer sucesivamente el significado verbal, damos con predicados recurrentes no sólo en el interior de este significado, sino también en tantos otros significados más⁷. Estos funtores pueden considerarse como

⁷ Véase, por ejemplo, el functor ADESSE que, más allá del archisemema DESPLAZAMIENTO, también podría utilizarse para indicar la disposición/ pertenencia de algo a alguien y, por consiguiente, para la descripción del significado de verbos/sustantivos pertenecientes a un campo como el de la POSESIÓN.

predicaciones cada vez más elementales cuya combinatoria da lugar a la configuración cognitiva global evocada por la configuración nuclear semémica del verbo en cuestión (véase 3).

- (3) Descomposición en proposiciones parciales/ Pp^{1-m} y proposiciones elementales/ Pe^{1-n} , ejemplificadas con fórmulas archisemémicas de los campos léxico-semánticos del DES- PLAZAMIENTO (TRANSPORTE-3i) y CAMBIO de POSESIÓN/DISPOSICIÓN (3ii)

- (3i) configuración nuclear para verbos del transporte/DESPLAZAMIENTO pasivo causado:

$[ADESSE(x\&y,z) \& ADESSE(x\&y\&z, LOC_1)]_{ti} \rightarrow$ proposición parcial $Pp1 = SETTING$
 $Pe1 \quad Pe2$ con dos proposiciones elementales $Pe1,2$
 $ET [OPER(x,z) \& CAUSE(z, (ADESSE(x\&y\&z, LOC_2)))]_{ti+k} \rightarrow Pp2 = EVENT$
 $Pe3 \quad Pe4 \quad Pe5$ con las $Pe^{3,4,5}$
 $ET [ADESSE(x\&y\&z, LOC_3)]_{ti+l} \rightarrow Pp3 = CONSEQUENCE$
 $Pe6$ con la $Pe6$

- (3ii) Fórmulas archisemémicas específicas/FAE para las dimensiones DAR, TOMAR y COMPRAVENTA en el campo "CAMBIO de POSESIÓN/ DISPOSICIÓN":

$FAE_{DAR} \rightarrow [HAVE(x,z)]_{ti} ET [CAUSE(x, (HAVE(y,z)))]_{ti+k} \rightarrow dar, entregar, mandar...$
 $\rightarrow [POSS(x,z)]_{ti} ET [CAUSE(x, (POSS(y,z)))]_{ti+k} \rightarrow regalar, donar; legar...$
 $\rightarrow [POSS(x,z)]_{ti} ET [CAUSE(x, (HAB(y,z)))]_{ti+k} \rightarrow prestar...$

Leyenda:

functores: HAVE = disponer o poseer
 HAB = disponer
 POSS = poseer
 CAUSE = causar

$FAE_{TOMAR} \rightarrow [HAVE(y,z)]_{ti} ET [CAUSE(y, (HAVE(x,z)))]_{ti+k} \rightarrow recibir$
 $\rightarrow [POSS(y,z)]_{ti} ET [CAUSE(x, (HAB(x,z)))]_{ti+k} \rightarrow tomar prestado$
 $\rightarrow [POSS(y,z)]_{ti} ET [CAUSE(y, (POSS(x,z)))]_{ti+k} \rightarrow heredar...$

$FAECOMPRVENTA (+ argumento complementario w = suma de dinero):$

$\rightarrow [POSS(x,z) \& (POSS(y,w))]_{ti} ET [CAUSE(x, (HAB(y,z)) \& (POSS(x,w)))]_{ti+k} \rightarrow alquilar1$
 $\rightarrow [POSS(x,z) \& (POSS(y,w))]_{ti} ET [CAUSE(y, (HAB(y,z)) \& (POSS(x,w)))]_{ti+k} \rightarrow alquilar2$
 $\rightarrow [POSS(x,z) \& (POSS(y,w))]_{ti} ET [CAUSE(x, (POSS(y,z)) \& (POSS(x,w)))]_{ti+k} \rightarrow vender$
 $\rightarrow [POSS(x,w) \& (POSS(y,z))]_{ti} ET [CAUSE(x, (POSS(x,z)) \& (POSS(y,w)))]_{ti+k} \rightarrow comprar$

Los funtores predeterminan tanto la cantidad como la calidad de los slots argumentales y por ser relatores suelen exigir dos argumentos, es decir, requerir una estructura biargumental a nivel de functor.

Parece lógico preguntarse sobre la característica semántico-funcional de los argumentos; el papel temático muy profundo, atribuido a los argumentos exigidos por los funtores, puede ser más o menos directamente deducible del semantismo functorial (4) y quedaría intacto para estas estructuras argumentales functoriales propiamente dichas.

Para un relator/predicado semántico como POSS (x, z) = *Posesión* podrían especificarse los argumentos POSESOR(x) y POSEIDO(z), para un functor como OPER (x, z) = *utilizar* podríamos especificar el argumento x como AGENTE y el argumento complementario z como INSTRUMENTO; para un functor genérico como ADESSE(x, LOC_n) = *localización* tendríamos argumentos especificados (x, y, z) como objetos localizados y otros como punto/lugar de localización ($LOC_{1..n}$); para CAUSE(x, p) el primer argumento desempeñaría la función del CAUSADOR(x), mientras que el segundo suele ser siempre un argumento proposicional expresando lo CAUSADO(p), etc.

(4) Especificación semántico-funcional de los argumentos a nivel functorial

POSS (x, w): x = poseedor; w = lo poseído con modificaciones de las características semántico-funcionales en la perspectiva globalizante

ADESSE (x, LOC_n): x = objeto localizado; LOC_n = punto de localización con modificaciones de las características semántico-funcionales en la perspectiva globalizante

OPER (x, z): x = AGENTE; z = INSTRUMENTO sin modificaciones ulteriores de los papeles temáticos

CAUSE (x, P): x = CAUSADOR; P = proposición expresando lo que se causa

Vista la aparente tautología entre semantismo functorial y la caracterización semántico-funcional de los argumentos y teniendo en cuenta que los argumentos así marcados funcionalmente a nivel functorial reciben en su mayoría otra función distinta en dependencia del papel que desempeñan a nivel superior globalizador en la acción, actividad, en el proceso o estado referencializados, es decir, en la proposición global instaurada y descrita recurriendo a posibles proposiciones/predicaciones parciales y elementales constitutivas, podría renunciarse en la indicación de los casos semánticos profundos al nivel functorial. Así se evitaría una redundancia indeseable, pero se renunciaría al mismo tiempo a la posibilidad de reducir ciertas divergencias en los papeles temáticos a referencias, mayormente no concientizadas, a niveles distintos de descripción (functorial y bastante ontológico o bien configuracional globalizado – cf. el concepto algo vago de linearización de Helbig 1992). A

título de ejemplo véanse las características semántico-funcionales a dos niveles, el nivel functorial profundo y el nivel configuracional global “linearizado” en (5) y (6).

(5) Especificación semántico-funcional de los argumentos en los niveles functorial y global:

[ADESSE(x&z,LOC1)]Pe/Pp1 ti ET [OPER(x,z)Pe2 &CAUSE (x,(ADESSE (x&z,LOC2))]Pe3]Pp2ti+k ET [ADESSE(x&z,LOC3)]Pe4/Pp3ti+l

Pe¹⁻⁴ = proposiciones elementales; Pp¹⁻³ = proposiciones parciales
argumentos: LOCOB= objeto localizado; LOC₁₋₃ = puntos de localización

Argumentos	Pe ¹	Pe ²	Pe ³		Pe 4		configuración
x	LOCOB	AGENTE	CAUSADOR	–	LOCOB		AGENTE
z	LOCOB	INSTRUMENTO	LOCOB		LOCOB		INSTRUMENTO

(6) configuración nuclear de *comprar* con descomposición detallada (niveles global, parcial y elemental=functorial):

[POSS(x,w)Pe1 & (POSS(y,z)Pe2)]Pp1ti ET [CAUSE(x,(POSS(x,z))Pe3/4 & (POSS(y,w)Pe5)]Pp2ti+k

argumentos (especificaciones al nivel configuracional global):

x = CAUSADOR/FUENTE

y = DESTINATARIO/GOAL

z = PACIENTE/ TEMA

w = INSTRUMENTO/CO-PACIENTE

Especificación semántico-funcional a dos niveles (functorial = elemental y global = configuracional):

Argumentos	PE 1	PE 2	PE 3	PE 4	PE 5	configuración
x	POSESOR	–	CAUSADOR	–	POSESOR	CAUSADOR/FUENTE
y	–	POSESOR	–	POSESOR	–	DESTINATARIO/GOAL
z	POSEÍDO	–	–	POSEÍDO	–	PACIENTE/TEMA
w	–	POSEÍDO	–	–	POSEÍDO	INSTRUMENTO/CO-PACIENTE

2.2. No pretendemos que los funtores indicados constituyan ya funtores mínimos, los *ultimate constituents* o primes, o sea, que no pueda efectuarse una descomposición ulterior de estos átomos o elementos subatómicos en otros elementos más finos, más primitivos aún⁸. Optamos, no obstante, por una descripción componencial cuanto más pormenorizada y elemental posible ya que así nos parece que podamos validar mejor la simbolización utilizada para los funtores, la cantidad de los argumentos de un lado y de los modificadores por el otro y explicitar la estrecha e indisoluble interrelación entre lo semántico y la configuración cognitiva referencializada. Tal descripción, donde acudimos a una característica funcional globalizadora “lineal” de los slots argumentales, nos permite, además, argumentar mejor qué funtores deben aparecer como componentes del significado verbal.

2.3. Dada la complicación ulterior de una demarcación entre lo perteneciente al significado como *trajector* y lo propio de la configuración cognitiva que le sirve de *landmark* (Langacker 1991) o el trasfondo conceptual, no nos sorprende que en los análisis más o menos pormenorizados de la estructura subatómica de los significados verbales, la descripción de los funtores haya sido relegada al segundo plano, prefiriéndose con mucho las descripciones de los argumentos y – menos frecuentes – de los modificadores de la más diversa índole.

Hay que preguntarse, por ejemplo, si la descripción componencial presentada en (7) y (8) y válida para el significado de los verbos *stehlen* o *rauben* en alemán, pero también para su equivalente español *robar*, puede utilizarse tal cual también para dar cuenta del significado de los verbos *berauben* y *bestehlen* en alemán. Estos últimos verbos no admiten una actantificación del argumento caracterizado por TEMA y se diferencian semánticamente de *stehlen/rauben* y *robar* por no permitir la focalización, la puesta en perspectiva (el windowing según Talmy), de este argumento $z = \text{TEMA}$. Surge el interrogante de si el argumento z sigue formando parte de los sememas de los dos verbos, por ejemplo bajo forma de un co-partícipe latente, conceptualmente (y semánticamente?) indispensable para la predicación global de la acción de *robar*⁹.

⁸ De pertinencia para una semántica léxica en el nivel I según Bierwisch o ya de carácter puramente cognitivo-noemático y localizados exclusivamente en el nivel II también insuficientemente explorado aún. Nos consta además que al recurrir a los funtores no nos liberamos de la necesidad de una definición consensual de su semantismo que no puede aprovechar los resultados suministrados por disciplinas cognitivas preliminares “seméticas” como suele ocurrir, por ejemplo, en el caso de los rasgos fonológicos al recurrir a la fonética – cf. la discusión detallada de esta inexorable vinculación de lo cognitivo a lo semántico-léxico en Lorenz/Wotjak 1977.

⁹ Tal vez, incluso un componente latente (virtuema según Pottier 1974) de un mayor grado de implicación cognitiva que el componente latente “velocidad” en el sistema semiológico del DESPLAZAMIENTO tal como lo concibió ya Greimas en 1966.

- (7) Configuración nuclear común para *robar* y sus posibles equivalentes alemanes *bestehlen*/*stehlen* y *rauben*/*berauben*:

[HAVE (y,z)]ti ET [CAUSE (x,(HAB (x,z)))]ti+k

Leyenda: funtores: HAVE = poseer o disponer

CAUSE = causar

HAB = disponer

argumentos: x = CAUSADOR/AGENTE/<Hum>

y = SOURCE/DESTINATARIO/<Hum>

z = PACIENTE/TEMA/<Ofis>

modificadores: *stehlen/bestehlen*: <heimlich/a hurtadillas>

rauben/berauben: <gewaltsam/con fuerza/violencia>

- (8) *rauben/berauben* y *stehlen/bestehlen* con los argumentos especificados y la actantificación de estos últimos:

<i>stehlen/rauben:</i>	estructura argumental común	<i>bestehlen/berauben:</i>
sujeto	← x = CAUSADOR/AGENTE/<Hum>	→ sujeto
ci/Sd	← y = SOURCE/DESTINATARIO/Hum	→ cd/Sa
cd/Sa	← z = PACIENTE/TEMA/Ofis vs. Animal <no especificación/backgrounding en el caso de <i>bestehlen/berauben</i> >	→ 0 (actantificación bloqueada)

Ejemplos: *Pedro ha robado. Pedro ha robado todo el dinero. Pedro le ha robado todo el dinero a su amigo. Pedro no le ha robado por primera vez.*

Secuencias actanciales/SA para *robar* (*stehlen/rauben*) y *berauben/bestehlen*:

SA1: suj + vf

SA2: suj + vf + cd → para *robar*, *stehlen* y *rauben*

SA3: suj + vf + cd + ci

SA4: suj + vf + ci → sólo para el verbo *robar*

SA5: suj + vf + cd → sólo para los verbos *berauben*, *bestehlen* (con cd = y^{SOURCE})

Comentario:

robar, *rauben* y *stehlen* requieren un solo actante obligatorio (=sujeto) y admiten dos actantes facultativos, pero no se admite la secuencia actancial: suj-ci; *bestehlen/berauben* requieren dos actantes obligatorios (sujeto y complemento directo cd), pero no se admite la actantificación del TEMA, focalizándose (windowing) el y^{SOURCE} (=cd).

3. Resumiendo diremos:

1. La descripción componencial, practicada ya por la semántica estructural europea, pero también por la semántica interpretativa de Katz 1971 y la

semántica generativa en sucesivas etapas, está recibiendo cada vez mayor atención (Bierwisch 2000).

2. No existe una metodología única ni suficientemente elaborada y falta también una terminología/simbolización consensualmente consagrada.

3. Los significados verbales se prestan particularmente bien a una descomposición en predicados semánticos/funtores más o menos elementales y se consideran como entidades semánticas y a la vez cognitivas, estrecha e indisolublemente interrelacionadas con las configuraciones cognitivas compartidas de procesos, acciones, actividades, estados, etc. referencializados o instaurados por el semema verbal.

4. La descomposición semémica se beneficia de una descripción onomasiológica de los estados de cosa instanciados; pero incluso al basarse en las fórmulas archisemémicas como denominadores comunes para macro y microcampos léxico-semánticos se asemeja bastante a una descripción de la designación o de las cosas en el sentido lexemático y corre el riesgo de excluir importantes aspectos de la *sememización*. Esta última se concibe como una resultante de procesos de windowing, de focalización/perspectivación (saliency) de componentes de la configuración cognitiva básica que se encuentran destacados como semánticamente pertinentes.

5. Con una descripción componencial de las configuraciones nucleares semémicas y archisemémicas a la vez, descripción que nos revela la complejión/combinatoria de, por regla general, dos o más funtores con sus respectivos argumentos, podemos describir mejor las interfaces existentes entre lo semántico-semémico y lo cognitivo por un lado y lo semántico y lo morfosintáctico por el otro. Podrían indicarse las características semántico-funcionales (los papeles temáticos) y semántico-categoriales (denotativo-referenciales-clasemáticas) de los argumentos a nivel functorial, o sea hasta con los funtores mismos. Para la combinatoria sememotáctica, sin embargo, resulta ineludible la caracterización semántico-funcional de los argumentos a partir de la perspectiva global de la configuración nuclear semémica donde suelen ocurrir determinados cambios en cuanto a los papeles temáticos atribuidos al conjunto argumental, cuyas características semántico-categoriales sí siguen invariables (Helbig 1992 habla de una linearización al respecto).

6. Los argumentos suelen aparecer mayoritariamente como variables y constituyen slots argumentales a llenar por UL concretas, llamadas *fillers*, que satisfacen las restricciones combinatorias semántico-categoriales y funcionales establecidas a nivel global o configuracional para dichos slots. Podemos destacar, además, argumentos constantes intrasemémicos o intralexemáticos (cf. las solidaridades léxicas en Coseriu 1967 – B. Wotjak 1990 con las incorporaciones argumentales) con consecuencias específicas para su eventual actan-

tificación y, no por último y ya no más como partes constitutivas de la configuración nuclear, del cuadro predicativo verbal, otros componentes subatómicos más, llamados modificadores y de importancia primordial para la idiosincrasia de los sememas integrantes de una macroestructura semántica paradigmática archisemémica dada.

7. La descomposición favorecida aquí obviamente contrasta con la economía reclamada tanto por los análisis minimalistas como por otros enfoques. Dejaremos abierta para una futura discusión la cuestión de si siempre reina la economía en la comunicación, donde observamos, por ejemplo, cierta redundancia, ya que tanto el verbo en cuestión con su potencial argumental y los fillers que llenan las casillas vacías preestablecidas en su combinatoria canónica suelen llevar las mismas características semántico-funcionales y categoriales. Quizá, pese a todas las complicaciones suplementarias, una descomposición cabal nos diera, por lo menos, un instrumental para comprender mejor la esencia de lo semántico, su interrelación con lo cognitivo así como el funcionamiento de lo que hemos llamado actantificación y circunstanciaci3n, que a nuestro modo de ver tienen una base semántica y requieren mayores especificaciones de la microestructura semémica en cuesti3n. No lo sabremos nunca sin haberlo intentado alguna vez y nos inclinamos en augurarle a esta empresa resultados alentadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BIERWISCH, M. 1983: Semantische und konzeptuelle Respräsentationen lexikalischer Einheiten. En: Ruzicka, R./Motsch, W. (Hgg.): Untersuchungen zur Semantik. Berlin, 61-99.
- BIERWISCH, M./Schreuder, R. 1992: From Concepts to Lexical Items. En: *Cognition* 42, 23-60.
- BIERWISCH, M. 1997: Lexical Information from a Minimalist Point of View. En: C. Wilder/H.-M. Gärtner/M. Bierwisch (eds.): *The Role of Economy Principles in Linguistic Theory*. Berlin, 227-266.
- BIERWISCH, M. 1999: Das Organ des Denkens und die Grenzen des Ausdrückbaren. En: "Werkzeug" Sprache. Sprachpolitik, Sprachfähigkeit, Sprache und Macht. (3. Symposium der deutschen Akademien der Wissenschaften). Hildesheim/Zürich/New York: Olms, 57-101.
- BIERWISCH, M. 2000: Repertoire of Primitive Elements – Prerequisite or Result of Acquisition? En: Weißenborn, J./Höhle, B. (eds): *Phonologic, Lexical, Syntactic and New Psychological Aspects of Early Language Acquisition*. Amsterdam: Benjamins.
- BOLINGER, D. L. 1965: The atomization of meaning. En: *Language* 41, 555-573.
- BONDZIO, W. 1971: Valenz, Bedeutung und Satzmodelle. En: G. Helbig (ed.): *Beiträge zur Valenztheorie*. Halle: Bibliographisches Institut/ The Hague/Paris: Mouton, 85-106.
- BONDZIO, W. 1976: Abriss der semantischen Valenztheorie als Grundlage der Syntax I. En: *Zeitschrift für Phonetik, Sprachwissenschaft und Kommunikationsforschung* 4, 354-363.
- BONDZIO, W. 1977: Abriss der semantischen Valenztheorie als Grundlage der Syntax II. En: *Zeitschrift für Phonetik, Sprachwissenschaft und Kommunikationsforschung* 3, 261-273.

- BONDZIO, W. 1978: Abriss der semantischen Valenztheorie als Grundlage der Syntax III. En: Zeitschrift für Phonetik, Sprachwissenschaft und Kommunikationsforschung und 1, 21-33.
- BONDZIO, W. 1994: Funktorenstrukturen in der deutschen Sprache. En: Simmler, Franz (ed.): Probleme der funktionellen Grammatik. Frankfurt et al.: Peter Lang, 21-89.
- CHOMSKY, Noam 1995: The minimalist programm. Cambridge, M.A.: MIT Press.
- CIFUENTES HONRUBIA, J. L. 1999: Sintaxis y semántica del movimiento. Aspectos de gramática cognitiva. Alicante: Diputación Provincial de Alicante.
- COSERIU, E. 1964: Pour une sémantique structurale diachronique. En: Travaux de Linguistique et de Littérature, Strasbourg, 2/1, 139-186.
- COSERIU, E. 1967: Lexikalische Solidaritäten. En: Poetica 3, 293-303.
- COSERIU, E. 1971: Semantik und Grammatik. En: Neue Grammatiktheorien und ihre Anwendung auf das heutige Deutsch. Düsseldorf, 77-89.
- COSERIU, E. 1982: Pour et contre l'analyse sémique. En: Preprints of the Plenary Session Papers. XIIIth International Congress of Linguists. Tokyo, 117-129.
- COSERIU, E. 1990: Semántica estructural y semántica <<cognitiva>>. En: Profesor Francisco Marsá. Jornadas de Filología: Universitat de Barcelona, 239-282.
- COSERIU, E. 1995: Defensa de la lexemática. Lo acertado y lo erróneo en las discusiones acerca de la semántica estructural en España. En: U.Hoinkes (ed.): Panorama der lexikalischen Semantik. Tübingen: Narr, 113- 124.
- DEANE, P. D. 1996: On Jackendoff's conceptual semantics. En: Cognitive Linguistics, 7-1, 35-91.
- DIK, S. C. 1989: The Theory of Functional Grammar. Dordrecht: Foris Publications.
- FABER, P./Mairal Usón, R. 1999: Constructing a Lexicon of English Verbs. Berlin/NewYork.
- FILLMORE, Ch. J. 1968: The case for case. En: E.Bach/Harms,R.T.J. (eds):Universals in linguistic theory. New York, 1-88.
- FILLMORE, Ch. J. 1976: Frame semantics and the nature of language. En: Annals of the New York Academy of Science, vol. 280, 20-31.
- FILLMORE, Ch. J. 1985: Frames and the Semantics of Understanding. En: Quaderni di semantica 2. Bologna, 222-254.
- FILLMORE, Ch. J. 1986: U-Semantics, second round. En: Quaderni di semantica 1. Bologna, 49-58.
- FILLMORE, Ch. J./Atkins, B. T. 1992: Toward a frame-based lexicon: the semantics of RISK and its neighbours. En: A.Lehrer/E.Feder Kittay (eds.): Frames, Fields, and Contrasts. Hillsdale, New Jersey, 75-102.
- FRANÇOIS, J. 1997: States of Affairs and Predicate Frames: How can we link them together in Functional grammar? En: Wotjak, G. (ed.): Toward a Functional Lexicology/Hacia una lexicología funcional. Frankfurt et al.: Peter Lang, 37-56.
- GARCÍA PADRÓN, D. 1988: Estudio semántico de los verbos de "movimiento" en el español actual. La Laguna. Servicio de Publicaciones de la Universidad.
- GAUGER, H.-M. 1972: Bedeutung als Semstruktur? Anmerkungen zu einem Aufsatz von Gerold Hüty. En: Vox Romanica 31, 24-39.
- GECKELER, H. 1981: Progrès et stagnation en sémantique structurale. En: H.Geckeler, B. Schlieben-Lange, J.Trabant y H.Weydt (eds.): Logos semantikos. Madrid, vol. III, 53-69.
- GOLDBERG, A. 1995: A Construction Grammar Approach to Argument Structure. The University of Chicago Press.
- GOLDBERG, A. 1996: Jackendoff and constrcution-based grammar. En: Cognitive Linguistics, 7-1, 3-19.
- GREIMAS, A. J. 1966: La sémantique structurale. Paris.

- GRIMSHAW, J. 1990: *Argument Structure*. Cambridge: MIT Press.
- HELBIG, G. 1992: Probleme der Valenz- und Kasus-theorie. Tübingen: Niemeyer.
- HENGVELD, K. 1997: Adverbs in Functional Grammar. En: Wotjak, Gerd (ed.): *Toward a Functional Lexicology/Hacia una Lexicología Funcional*. Frankfurt et al.: Peter Lang, 121-136.
- HILTY, G. 1971: Bedeutung als Semstruktur. En: *Vox Romanica* 30/2. Bern, 242-263.
- HILTY, G. 1972: Und dennoch: Bedeutung als Semstruktur. En: *Vox Romanica* 31. Bern, 40-54.
- HILTY, G. 1995: Die Bedeutung von spanisch *silla*. En: U.Hoinkes (ed.): *Panorama der lexikalischen Semantik*. Tübingen: Narr, 293-302.
- HILTY, G. 1997: Komponentenanalyse und Prototypensemantik. En: U.Hoinkes/W.Dietrich (eds.): *Kaleidoskop der lexikalischen Semantik*. Tübingen: Narr, 63-70.
- HOINKES, U. 1995: Immer wieder "Stuhl". Zur Kontinuität eines Beispiels in der Lexikalischen Semantik. En: U.Hoinkes (ed.): *Panorama der lexikalischen Semantik*. Tübingen: Narr, 307-328.
- JACKENDOFF, R. 1983: *Semantics and Cognition*. MIT Press. Cambridge Mass.
- JACKENDOFF, R. 1990: *Semantic Structures*. Cambridge. Mass.: MIT Press.
- Linguistics, 7-1, 93-129.
- JACKENDOFF, R. 1996: Conceptual Semantics and Cognitive Linguistics. En: *Cognitive Linguistics*, 7-1, 93-129.
- JACKENDOFF, R. 1997a: Twistin' the Night away. En: *Language*, vol. 73, no.3, 534-559.
- JACKENDOFF, R. 1997b: *The Architecture of Language Faculty*. Cambridge. Mass.: MIT Press.
- KATZ, J. J. 1971: Generative semantics is interpretive semantics. En: *Linguistic Inquiry* 2, 313-351.
- KLEIBER, G. 1990: *La sémantique du prototype*. Paris.
- KUNZE, J. 1993: *Sememstrukturen und Feldstrukturen*. Berlin: Akademie-Verlag (=studia grammatica XXXVI).
- LAMIROY, B. 1991: *Léxico y gramática del español. Estructuras verbales de espacio y de tiempo*. Barcelona: Anthropos.
- LANG, E. 1994: Semantische vs. konzeptuelle Struktur: Unterscheidung und Überschneidung. En: Schwarz, Monika (ed.): *Kognitive Semantik/Cognitive Semantics. Ergebnisse, Probleme, Perspektiven*. Tübingen: Narr, 25-41.
- LANGACKER, R. W. 1987: *Foundations of Cognitive Grammar 1*. Stanford University Press.
- LANGACKER, R. W. 1988: A view of linguistic semantics. En: Rudzka-Ostyn, B. (ed.): *Topics in Cognitive Linguistics*. Amsterdam, 49-90.
- LANGACKER, R. W. 1990: *Concept, Image, Symbol: The Cognitive Basis of Grammar*. Berlin.
- LANGACKER, R. W. 1991: *Foundations of Cognitive Grammar. vol. 2*. Stanford University Press.
- LEVIN, B. 1993: *English verb classes and alternations: A preliminary investigation*. Chicago: Univ. Press.
- LONGACRE, R. E. 1985: The texture of discourse and semantic saliency. En: *Quaderni di semantica*, vol. VI, no. 1. Bologna, 70-81.
- LORENZ, W./Wotjak, G. 1977: *Zum Verhältnis von Abbild und Bedeutung*. Berlin: Akademie-verlag.
- LÜDI, G. 1983: Bemerkungen zum Verhältnis von Verbalsemantik und Kasus-theorie. En: *Zur Semantik des Französischen (=Zschr. für französische Sprache und Literatur, Beiheft 9*. Wiesbaden, 54-70.
- MAIENBORN, C. 1996: *Situation und Lokation. Die Bedeutung lokaler Adjunkte von Verbalprojektionen*. Tübingen: Stauffenburg.
- MARTÍN MINGORANCE, L. 1998: *El modelo lexemático-funcional*. Universidad de Granada.
- MARTINET, A. 1965: *Synchronische Sprachwissenschaft*. Berlin: Akademie-Verlag.

- MORIMOTO, Y. 1998: Los verbos de movimiento en español: aproximación léxico-conceptual. Tesis doctoral. Universidad Complutense de Madrid.
- PARSONS, T. 1990: *A Study in Subatomic Semantics*. Cambridge: MIT Press.
- POTTIER, B. 1964: Vers une sémantique moderne. En: *Travaux de Linguistique et de Littérature*, Strasbourg: Université, 2/1, 107-137.
- POTTIER, B. 1971: *Gramática del español*. Madrid: Ed. Alcalá.
- POTTIER, B. 1974: *Linguistique générale. Théorie et description*. Paris.
- POTTIER, B. 1992: *Sémantique générale*. Paris: Klincksieck.
- POTTIER, B. 1995/96: Las relaciones intra y extraoracionales, En: *Boletín de Filología. Homenaje a Rodolfo Oroz*, tomo XXXV. Universidad de Chile, 361-377.
- POTTIER, Bernard 1997: *Sémantique et syntaxe*. En: U.Hoinkes/W.Dietrich (eds.): *Kaleidoskop der lexikalischen Semantik*. Tübingen: Narr, 3-18.
- POTTIER, B. 2000: *Représentations mentales et catégorisations linguistiques*. Louvain/Paris: Éd. Peeters.
- PUSTEJOVSKY, James 1995: *The Generative Lexicon*. Cambridge, M.A.: MIT Press.
- RASKIN, Viktor 1985: Script-based Semantics: a brief outline. En: *Quaderni di semantica*, no. 2. Bologna, 306-313.
- RASKIN, Viktor 1986: Once again on scripts. En: *Quaderni di semantica*, no. 1. Bologna, 101-106.
- SCHANK, C. 1982: *Dynamic Memory*. Cambridge.
- SCHIFKO, P. 1975: Plädoyer für die Komponentenanalyse. En: *Vox Romanica* 33, 56-69.
- TALMY, 1975: Semantics and Syntax of Motion. En: J.Kimball (ed.): *Syntax and Semantics* 4. New York. Academic Press, 181-238.
- TALMY, L. 1985: Lexicalization patterns: Semantic structure in lexical forms. En: Shopen, T. (ed.): *Language Typology and Syntactic Description*. Vol. 3. Cambridge: Univ. Press, 57-149.
- TAYLOR, J. R. 1996: On running and jogging. En: *Cognitive Linguistics*, 7-1, 21-34.
- TRUJILLO, R. 1996: *Principios de semántica textual*. Madrid: Arco/Libros.
- VAN VALIN, R. D./LaPolla, R. J. 1997: *Syntax. Structure, meaning and function*. Cambridge. University Press.
- VIEHWEGER, D. 1987: Semantiktheorie und praktische Lexikographie. En: *Linguistische Studien, Reihe A. H. 160*. Berlin, 29-45.
- WIERZBICKA, A. 1972: *Semantic Primitives*. Frankfurt: Athenäum.
- WIERZBICKA, A. 1980: *Lingua mentalis: The semantics of natural language*. Sydney/New York: Academic Press.
- WIERZBICKA, A. 1991: *Cross Cultural Pragmatics. The Semantics of Human Interaction*. Berlin: de Gruyter.
- WIERZBICKA, A. 1992: *Semantics, Culture, and Cognition*. Oxford: University Press.
- WOTJAK, B. 1990: Acerca de incorporaciones lexemáticas en verbos españoles. En: G.Wotjak/ A.Veiga: *La descripción del verbo español*. Anexo 32 zu VERBA. Santiago de Compostela, 259-264.
- WOTJAK, B./Wotjak, G. 1995. Werben für Verben? En: Popp, H. (ed.): *An den Quellen eines Faches*. München: iudicium, 235-286.
- WOTJAK, G. 1971/1979: *Untersuchungen zur Struktur der Bedeutung*. Berlin. Investigaciones sobre la estructura del significado. Madrid: Gredos.
- WOTJAK, G. 1974: Und nochmals: Konstituentenstruktur der Bedeutung. En: *Vox Romanica* 33. Berne, 32-55.
- WOTJAK, G. 1975: Semantische Merkmalanalyse und Valenzmodelle. En: *Vox Romanica* 34, 1-26.

- WOTJAK, G. 1994: El potencial comunicativo de las unidades léxicas. En: *Voz y Letra* V/1. Madrid, 155-173.
- WOTJAK, G. 1997a: Algunas observaciones acerca del significado léxico. En: M. Almeda/J. Dorta (eds.): *Contribuciones al estudio de la lingüística hispánica*. Barcelona: Montesinos, 255-276.
- WOTJAK, G. 1997b: El cuadro predicativo nuclear semémico de verbos como punto de intersección entre eje paradigmático y eje sintagmático así como entre semántica léxica y combinatoria sintáctica y cognición. En: G. Wotjak (ed.): *Towards a Functional Lexicology/Hacia una Lexicología funcional. Papers in honor of L. Martín Mingorance*. Frankfurt-Berlin-Bern-New York-Paris-Wien: Peter Lang, 57-92.
- WOTJAK, G. 1998: ¿Cómo describir el cuadro predicativo (predicate frame) de verbos? En: *Revista Canaria de Estudios Ingleses*, no. 36. Universidad de la Laguna 1998, 135-158.
- WOTJAK, G. 2000a.: Relaciones entre significado léxico y configuraciones del conocimiento enciclopédico. En: Marcos Martínez Hernández, D. García Padrón et al. (eds.): *Cien años de investigación semántica: de Michel Bréal a la actualidad (Actas del Congreso Internacional de Semántica, Universidad de La Laguna 27. 10. -31. 10. 1997)*. Madrid: Ed. Clásicas, 143-164.
- WOTJAK, G. 2000b: Structures du lexique et structures cognitives (EUROSEM 2.6. -5.6.98). En: H. Dupuy-Engelhardt/J.-M. Montibus (eds.): *La lexicalisation des structures conceptuelles*. Presses Universitaires de Reims 2000, 353-378.

O FALAR DE PORTO SANTO VISTO POR FRANCIS M. ROGERS E MARIA DE LOURDES O. MONTEIRO

Helena Rebelo
Universidade da Madeira

1. Investigações Linguísticas no Porto Santo

Nos anos 40 do século XX foram publicados os únicos trabalhos científicos que se conhecem sobre o falar de Porto Santo¹. São apenas dois e resultam de investigações de universitários. Há, porém, outros de envergadura diferente. Nos anos 90, Francisco de Freitas Branco, professor madeirense que residiu largos anos na ilha, interessou-se pelo Porto Santo² em geral. Das recolhas etnográficas e culturais que levou a cabo consta uma atenção especial à transcrição do falar popular³. Algum tempo antes de falecer, publicou em edição de autor uma obra intitulada *Porto Santo. Registos Insulares* que compila vários artigos de opinião, vindos a lume em páginas de jornais regionais. A recolha de Francisco de Freitas Branco,

¹ O Porto Santo e a Madeira foram, e continuam a sê-lo, duas áreas linguísticas pouco estudadas como é bem visível nas palavras que a seguir de transcrevem da dissertação de licenciatura de João da Cruz Nunes (1965:2) “Sobre a Madeira, muito se tem escrito, de carácter histórico, etnográfico e folclórico. No aspecto linguístico, porém, os estudos são bastante deficientes. Exceptuando umas teses de licenciatura e umas recolhas de glossário, nada mais há do que referências ligeiras, em obras de especialidade. Além disso, estas referências, fruto duma investigação deficiente e limitada apenas a certos locais, generalizam certos fenómenos que somente se passam em determinadas regiões. É o caso que sucede, por exemplo, com Millet Rogers e Leite de Vasconcelos.”

² Legou à Escola Básica e Secundária do Porto Santo, que hoje tem o nome de Francisco de Freitas Branco, um guião dactilografado acompanhado de duas cassetes vídeo com o título *Este Nosso Porto Santo*. É possível visionar quer a geografia da ilha, quer as tradições dos seus habitantes. Estas gravações reportam-se aos anos de 1989, 1990 e 1991.

³ No último colóquio internacional do Funchal, organizado pela Câmara Municipal, *Escritas do Rio Atlântico*, Maio de 2001, apresentou-se uma comunicação – “O Falar de Porto Santo na Escrita de Francisco de Freitas Branco” – subordinada precisamente a este interesse de Francisco de Freitas Branco em passar para a escrita o falar local.

deveras importante, foi efectuada com base em gravações áudio, mas não tem o pendor científico necessário que permita incluí-la no rol das investigações científicas que aqui se analisam.

Conseguiu-se cópia dos dois textos, o que facilita o cotejo que se pretende levar a cabo. Para o de Maria de Lourdes Oliveira Monteiro (MLOM), foi usada a cópia compilada da publicação tripartida⁴ em volumes diferentes (1947, 1948 e 1949) da *Revista Portuguesa de Filologia* consultada na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. O de Francis Millet Rogers foi gentilmente facultado pelo Centro de Linguística da Universidade de Lisboa⁵.

O texto “Porto Santo. Monografia Linguística, Etnográfica e Folclórica” da autoria de MLOM, aluna do Professor Manuel de Paiva Boléo, está escrito em português. Trata-se de uma dissertação de licenciatura em Filologia Românica apresentada em Julho de 1945 à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Esta dissertação, especialmente dedicada à etnografia⁶, inclui um capítulo que contempla as questões da linguagem. Intitulado “Linguagem da Ilha” e essencialmente descritivo, está metodicamente organizado, listando diversos fenómenos linguísticos ilustrados por exemplos. O outro texto, “Insular Portuguese Pronunciation: Porto Santo and Eastern Azores”, consiste num breve estudo⁷ em inglês de Francis Millet Rogers (FMR), investigador universitário luso-americano (inicialmente da universidade de Pensilvânia e mais tarde da de Harvard) que se interessou pelo português falado nas ilhas atlânticas, tendo redigido uma tese inédita sobre este tema⁸. Esta serviu-lhe de base para redigir uma descrição com o título “Insular Portuguese Pronunciation: Madeira”⁹, em 1946,

⁴ Publicação tripartida na *Revista Portuguesa de Filologia* da dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra em 1945. Primeira parte: publicada em 1947, vol. I, Tomo II, pp. 340-390. Segunda parte: publicada em 1948, vol. II, Tomo I, pp. 28-92. Terceira e última parte: publicada em 1949, vol. III, pp. 90-151.

⁵ Residir na Madeira nem sempre facilita o acesso a bibliografia. Embora haja já processos de empréstimo interbibliotecário, estes são accionados em certas situações. Agradece-se particularmente à funcionária que gentilmente, depois de um contacto telefónico, possibilitou o acesso ao texto, enviando cópia pelo correio.

⁶ Embora no título *Porto Santo. Monografia Linguística, Etnográfica e Folclórica* o adjectivo “linguística” venha em primeiro lugar, a parte dedicada à linguagem, que surge no fim da obra, não ocupa esse lugar de destaque.

⁷ Das 32 páginas que constituem o artigo, apenas 4 são dedicadas ao Porto Santo, sendo as restantes 28 sobre as ilhas açorianas de Santa Maria e São Miguel. Não são raras, porém, as referências à Madeira ao longo da apresentação dos dados açorianos.

⁸ É uma dissertação inédita “Pronúncia da Madeira e dos Açores comparada com a do Português padrão” apresentada à Universidade de Havard, em 1940.

⁹ Cf. recensão crítica de Eduardo Antonino Pestana ao estudo de FMR.

e, de certa forma, deve ter contribuído também para a redacção do artigo sobre o Porto Santo já que, além dos títulos serem parcialmente idênticos, FMR descreve a pronúncia portossantense a partir das oito características¹⁰ que identificam, no entender dele, o falar da Madeira. Assim sendo, ocorreu com FMR e MLOM o mesmo, não estando as dissertações editadas¹¹, publicaram o conteúdo destas em vários volumes de revistas: ele na *Hispanic Review*, nos USA, e ela na *Revista Portuguesa de Filologia*, em Portugal.

Uma mesma época (século XX, anos 40¹²), uma única ilha (Porto Santo), dois investigadores (MLOM e FMR) e dois estudos concorrentes (“Porto Santo. Monografia Linguística, Etnográfica e Folclórica” e “Insular Portuguese Pronunciation: Porto Santo and Eastern Azores”): haverá dois pontos de vista diferentes ou um único? Pretende-se sintetizar as perspectivas de MLOM e de FMR, confrontar os dados de ambos, destacando as convergências e as divergências, a fim de, após a análise comparativa, identificar as características linguísticas do falar de Porto Santo. Os factos observados por um que também o forem pelo outro terão crédito. Serão as pepitas de ouro que se tentará peneirar nesta busca linguística.

2. Contextualização das investigações

Antes de entrar na abordagem propriamente dita dos dados recolhidos, é de todo conveniente contextualizar os investigadores. As informações de âmbito contextual são aspectos que permitirão clarificar os resultados por eles conseguidos. Várias podem ser as questões a colocar, por exemplo: Quanto tempo permaneceram no terreno?; Que camada da população contactaram?; Que método de trabalho aplicaram? Limita-se esta abordagem a três pontos essenciais que se reencontram, entre outros, na tabela 1: a) a viagem seguida da permanência, b) as condições gerais de trabalho e c) o método dos dois autores.

¹⁰ Cf. as oito primeiras linhas da tabela 4.

¹¹ Por vários motivos, foi impossível ter acesso às dissertações inéditas para verificar se o texto publicado nas revistas coincidia integralmente com o original.

¹² Apesar de FMR ter passado pelo Porto Santo no ano de 1939, mais precisamente em Janeiro desse ano, é de salientar que o texto apenas será publicado na década de 40, nove anos depois, em Janeiro de 1948, o que leva a pensar que o autor terá revisto o seu texto e comprovam-no as alusões ao censo de 1940. Por isso, considera-se da década de 40 o texto de FMR.

Tabela 1: Contextualização

Autores	Viagem	Permanência	Objectivo/Redacção	Publicação	Método	População
MLOM	Barco de pesca 7 horas Verão	<u>Toda a ilha</u> ¹³ . 1ª estada: 6 meses em 1944, a residir no Funchal 2ª estada: Agosto de 1947, a residir no Porto Santo	Dissertação de licenciatura 1ª 1944 redacção – porque apresentada à Faculdade de Letras em 1945 2ª 1947 – revisão	1947, 1948, 1949 <i>Revista de Filologia Portuguesa</i> (1949 – capítulo sobre a linguagem)	Inquéritos (audição individual)	2.691 ¹⁴ , dados do último censo) idosos e iletrados
FMR	Barco “Gavião” 5 horas Inverno	<u>Única estada – na Vila Baleira</u> 1 dia incluindo viagem – 21 e 22/01/1939 7h30-17h15	1939-1948 Tese inédita sobre a pronúncia do português insular apresentada em 1940, em Harvard Preparação da publicação de 4 fascículos. O de Porto Santo é o 2º a ser publicado.	Janeiro de 1948 <i>Revista Hispanic Review</i>	Observação (audição individual)	+ 2 500, em 1940 ¹⁵ nativos

a) **Viagem e permanência.** Sendo os dois autores intrusos, agentes externos (uma continental e o outro estrangeiro), ambos tiveram de deslocar-se ao Porto Santo. Não havendo nessa altura aeroporto, o acesso fazia-se exclusivamente por mar e, logicamente, as dificuldades em aceder à ilha eram várias. Ambos as relatam, detalhando a viagem que fizeram. É curioso notar que os dois dão informações sobre a viagem, mas não entram em pormenores relativamente a outros pontos, por exemplo, quanto à metodologia da investigação. Querem destacar, e isso fica bem claro, o isolamento do Porto Santo como espaço recôndito onde se fala português. Será certamente esta uma das causas

¹³ Afirma MLOM “As casas que visitei (...), e sentei-me em muitas cadeiras velhinhas, tanto na Vila como na Serra.” (1947:364) e “L’auteur, qui pendant deux semaines a vécu la vie simple et calme des Porto-Santois et a confirmé et complété ses observations au cours d’un second voyage, a pu fournir, outre une courte notice historique-géographique, quelques notes sur l’économie de l’île (...)” (1947: 390).

¹⁴ A autora apresenta dados concretos relativamente à população: “O ultimo recenseamento da população da Ilha acusa 2.691 habitantes, sendo 1.345 do sexo masculino e 1.346 do sexo feminino.” (1948: 76)

¹⁵ FMR tem informações relacionadas com o último recenseamento: “In 1940 it had a population of approximately 2,500, concentrated for the most part in the only town, Vila Baleira.” (1948: 1).

que contribuiu para o reduzido número de trabalhos de investigação. Todavia, dos anos 40 para cá, com aeroporto, porto de abrigo e a divulgação turística estes não têm proliferado. Quer para MLOM que fez uma viagem – não se sabe se foi a primeira ou a segunda – de 7 horas (duas estadas: primeiro, duas semanas e, depois, um mês), quer para FMR cuja viagem demorou 5 horas (permanência de um dia), o acesso à ilha foi problemático¹⁶ e a permanência limitada. Afirma a primeira: “(...) há dificuldades de comunicação entre a Madeira e o Porto Santo. Fui obrigada a socorrer-me, por falta do habitual vapor costeiro (à data ocupado em viagens mais rendosas) dum pequeno barco de pesca, onde a custo me acomodei entre aparelhagens da faina.

Para quem passa mal no mar, mesmo em grandes navios, é realmente sacrifício fazer uma travessia de sete horas, sob uma chuva impertinente, e rudemente embalada pelo picado Mar da Travessa.”(1947: 341). Continua MLOM a salientar o isolamento do território: “Enquanto se não cria o tão falado e esperado campo de aviação, que enormes transformações irá trazer à vida do Porto Santo, são limitadas as carreiras desta Ilha para o Funchal. Dependendo das condições atmosféricas e das necessidades de carga, assim há carreiras bissemanais, semanais e, às vezes, apenas quinzenais.”(1947:358) Elucida FMR relativamente às condições da viagem: “Porto Santo is not an easy place to visit. During the summer months a ship stops there once a month in each direction between Lisbon and Funchal. Unfortunately, I was in Madeira in the winter and had to travel aboard the tiny steamer “Gavião”, which went from Funchal to Vila Baleira once or twice a week in summer, less frequently in winter, returning the same day. We left Funchal at midnight on January 21-22, 1939, and after a stormy passage arrived off Porto Santo at 5:30 A.M. I went ashore at Vila Baleira at 7:30 and remained there until 5:15 P.M. observing the pronunciation of Portuguese as spoken by natives. Another five hours at sea and the “Gavião” was back in Funchal.” (1948:2). Sublinham perfeitamente as dificuldades de acesso ao Porto Santo. Referem o reduzido número de barcos a fazerem as ligações (É curioso notar que o barco chegou às 5:30 ao Porto Santo, mas FMR informa ter chegado à Vila Baleira às 7:30, 2 horas de diferença.). A vinda de MLOM é feita num barco de pescadores de Câmara de Lobos e torna-se uma aventura. Portanto, estes dados contextuais demonstram que o tempo para a observação foi insuficiente, embora MLOM tivesse tido mais dias que FMR para a pesquisa.

¹⁶ Actualmente, o acesso já não é problema visto o aeroporto ter vários voos diários para o Funchal e dois para Lisboa. O barco “Lobo Marinho” faz uma vez por dia a ligação entre a Madeira e o Porto Santo. No Verão, por causa da afluência de turistas, as viagens são em maior número e, no Inverno, visto o número de passageiros diminuir, há consequentemente menos viagens marítimas. De avião, a viagem em si, Funchal-Porto Santo faz-se em 15 minutos, enquanto de barco dura aproximadamente 3 horas.

b) **Condições gerais de trabalho.** Importa focar aqui os factores que condicionaram o processo de investigação, nomeadamente, a formação e a atitude dos investigadores, o objectivo da pesquisa, a cronologia desta e o contacto com a população.

Interessaram-se ambos por esta ilha, mas nenhum deles é oriundo destas paragens. Enquanto estrangeiros, constituem potencialmente observadores ideais porque são intervenientes independentes, completamente neutros, prontos a captar o que soa diferente do português que conheciam. Enquanto observadores possuem uma característica importantíssima: não estarem envolvidos na comunidade e, portanto, terem capacidade de discernimento. Talvez FMR, enquanto luso-americano conhecedor do português, reúna condições de observação mais vantajosas que MLOM que, sendo continental, é falante nativa da língua. É verdade, porém, que este facto também lhe permitia detectar mais pormenores e é de lembrar que era aluna de Paiva Boléo em Filologia, além disso, ela diz ter já aplicado o método do inquérito em Santa Cruz¹⁷.

O objectivo de ambos parece ter sido diverso. Contudo, não será apenas uma aparência? Ela deixou bem expresso que trabalhava para a dissertação de licenciatura que lhe permitiria concluir o curso. Ele, que não expressou qualquer finalidade, aparenta ter por fim último o conhecimento dos falares das ilhas atlânticas portuguesas, mas, aquando da deslocação sabe-se que visava também a elaboração de uma dissertação. É intrigante constatar que desenvolveram na mesma década os seus trabalhos. Os dados recolhidos distam de 5 anos (recolha de FMR-1939 e a de MLOM-1944). Dado o isolamento da ilha, nesses cinco anos as mudanças linguísticas devem ter sido mínimas, se as houve. FMR fez a recolha antes de MLOM. A localização temporal dos dois estudos é complexa e, embora pareçam cruzar-se, os dois autores não tiveram conhecimento efectivo do trabalho um do outro. Podemos estabelecer a seguinte cronologia de sensivelmente uma década para a investigação, redacção e publicação. O cronograma da tabela 2 é revelador da morosidade da propagação/divulgação do conhecimento, o que certamente afectou a investigação linguística portossantense.

FMR teve conhecimento da existência da dissertação de MLOM antes da publicação do seu artigo, mas, como é óbvio por razões cronológicas, não durante a investigação que realizou. Faz alusão ao estudo de MLOM do qual soube a existência através de uma apreciação de Paiva Boléo. Esse conhecimento não foi, portanto, efectivo porque não leu o texto, como o comprovam as seguintes palavras: "No linguistic study of Porto Santo has appeared in print, to

¹⁷ "(...) o método de inquirição. Adoptei-o já no meu primeiro treino, ao fazer, em 1942, o estudo linguístico, embora elementar, de Santa Cruz, na Ilha da Madeira." (1947: 342)

Tabela 2: Cronologia dos trabalhos de MLOM e de FMR

Anos	Actividades
1938	A partir de 24 de Dezembro, FMR passa um mês na Madeira.
1939	Das 24h00 de 21 às 17h15 de 22 de Janeiro – FMR viaja até Porto Santo onde passa um dia na Vila Baleira para observar os falantes nativos, tirando notas a partir das observações que vai fazendo.
1940	FMR apresenta, na universidade de Harvard, a dissertação, inédita, <i>Pronúncia da Madeira e dos Açores comparada com a do Português Padrão</i> .
1942	MLOM redige um trabalho linguístico elementar de Santa Cruz (Madeira).
1944	MLOM passa 6 meses no Funchal (incluindo 2 semanas no Porto Santo) e redige a dissertação.
1945	MLOM apresenta a tese de licenciatura à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
1946	FMR publica “Insular Portuguese Pronunciation: Madeira” na revista norte-americana <i>Hispanic Review</i> .
1947	MLOM passa o mês de Agosto no Porto Santo para confirmar dados, revê a dissertação. Em Setembro, começa a publicá-la na <i>Revista Portuguesa de Filologia</i> .
1948	FMR publica na revista <i>Hispanic Review</i> o seu artigo sobre o Porto Santo. MLOM publica uma segunda parte da monografia na <i>Revista de Portuguesa de Filologia</i> .
1949	MLOM publica a parte final da monografia (incluindo o capítulo “Linguagem da Ilha”) na <i>Revista de Portuguesa de Filologia</i> .

my knowledge. On p. 117 of his *Introdução ao estudo da Filologia Portuguesa* (Lisboa, 1946), however, Manuel de Paiva Boléo mentions an unpublished dissertation which concerns the island: “De todos os trabalhos portugueses que conheço, publicados ou inéditos, aqueles que melhor podem orientar os estudantes na elaboração de uma tese lingüístico-etnográfica, segundo a técnica que procuro transmitir aos meus alunos, são os de Maria Teresa de Mendonça Lino Neto, *A linguagem dos pescadores de Vila do Conde*, e de Maria de Lourdes de Oliveira Monteiro, *Porto-Santo: Monografia lingüística, etnográfica e folclórica*.” (1948: 4) Quanto a MLOM parece ter tido conhecimento do trabalho de FMR, mas não o deve ter lido. Se o leu, não dá sinais disso, nem aquando das publicações de 1948 e 1949, caso contrário, far-lhe-ia referência como sucede com uma obra relativa à pesca na Madeira¹⁸. Em nota de rodapé, junto às obras consultadas pela autora, há a informação que ela viu a recensão crítica de Eduardo Antonino Pestana ao texto de FMR de 1946 sobre a pronúncia da Madeira. Eduardo Pestana faz alusão ao segundo fascículo relativo ao Porto Santo que sairia pos-

¹⁸ “Lançadas já ao papel as minhas observações pessoais sobre «pesca e pescador» da Ilha do Porto Santo, tive conhecimento da existência de uma obra sobre a especialidade, escrita por madeirenses ilustres.” (1948:28)

teriormente e MLOM parece ignorar este texto. Deveria, pelo contrário, ter-lhe despertado interesse já que se referia ao Porto Santo.

No terreno, FMR limitou-se à localidade mais importante, Vila Baleira, e observou a população nativa, ouvindo-a falar. MLOM percorreu os diversos sítios da ilha e, pelo tipo de material que procurou, tradições etnográficas e folclóricas, pensa-se, e ela própria dá múltiplos indícios, que contactou essencialmente uma camada específica da população: idosos e analfabetos. Há manifestas divergências entre os dois investigadores quanto à cobertura da área geográfica pesquisada e à população contactada, o que evidentemente condicionará os dados. É como se houvesse duas ilhas e cada um se interessasse por uma em especial. Porém, ambos se referem à ilha como um todo e isso fica bem expresso nos títulos dos textos.

Verifica-se, portanto, que as condições gerais de trabalho foram díspares, mas, de um modo geral, mais favoráveis à futura licenciada que ao académico.

c) **Metodologia.** São reduzidas, mínimas, praticamente inexistentes as informações sobre a metodologia seguida. As próprias explicações apontam para métodos diferentes. Das poucas informações que dão sobre os métodos que adoptaram, pressupõe-se que recorreram apenas ao ouvido, ao papel e à esferográfica.

FMR optou pelo registo fundamentado na observação. Realçando o número de vezes que ouviu o que pretendia apontar, por ex. “with *ãi*: *assim* (twice)” (1948:2). O método de FMR repousa única e exclusivamente nele próprio e cria alguma suspeição já que apenas passou um dia na Vila Baleira, onde, provavelmente tentando justificar-se, afirma que se concentra a quase totalidade da população. É um pormenor que ele não esconde, mas que deixa de sobreaviso quem o lê porque, mais adiante no texto, é ele quem chama a atenção para a necessidade de não se fiar plenamente nos dados quando eles são facultados apenas por um falante¹⁹: “Notas sobre a fonética dialectal de Ponta-Delgada (Segundo a pronúncia do malogrado naturalista Francisco de Arruda Furtado, de quem as coliji oralmente)”, *RL*, 1887-1889, I, 223-226. This section, which is Part IV of his “Materiais para o estudo dos dialectos portugueses” (pp. 195-226), must be read with caution, as it is based on the pronunciation of one person, a learned person at that.” (1948:14) ou “CF. p.209 of his “Dialectos Açoreanos (Contribuições para o estudo da Dialectologia Portuguesa)”, *RL*, 1890-1892, II, 289-307. Leite de Vasconcelos obtained his information by studying the language of an illiterate boy, a native of Arrifes, São Miguel, whom he knew at Maфра, Portugal, where the boy was doing his military service. Thus this article must be studied with reservations, as it is based on the language of one person, although its author did introduce

¹⁹ Ele também regista dados baseando-se apenas num falante, cf. “one lady” (1948: 4).

the boy to Gonçalves Viana so that the latter could verify his phonetic observations.” (1948:15) Embora os resultados por ele apontados possam parecer não muito fiáveis, sobretudo porque o tempo dedicado à observação foi extremamente curto, não deixa margem para dúvida que FMR²⁰ procura atestar os dados, reforçando a sua consulta com as opiniões alheias, por exemplo, Leite de Vasconcelos e Gonçalves Viana, sobretudo para as ilhas açorianas, e é verdade que o autor não esconde os limites da sua recolha, começando por, logo de início, explicar as condições em que trabalhou.

MLOM foi mais longe com a sua dissertação de licenciatura, fundamentando a sua recolha, segundo as suas palavras, em inquéritos linguísticos. A própria afirma que já tinha aplicado este método e que de certa forma se sente à vontade com ele. Porém, não se sabe como decorreu a elaboração dos inquéritos, nem a sua aplicação no terreno. Não dá qualquer exemplo de formulação das questões, nem anexa cópia do inquérito. Ficaram apenas as transcrições de palavras. É, contudo, surpreende como transcreve foneticamente orações e cantigas inteiras. Terá para o efeito usado o método do inquérito? Ela deixa claro que residiu no Funchal seis meses para elaborar a dissertação, o que deixa compreender que se terá deslocado ao Porto Santo nesse espaço de tempo. De facto, num dos resumos em francês que acompanham as publicações na revista, é dito que passou duas semanas no Porto Santo e que, depois, voltou lá uma segunda vez para confirmar dados. Só na segunda estada (Agosto de 1947) é que reside no Porto Santo onde fica um mês.

FMR, que recorreu exclusivamente ao método tradicional dos foneticistas, alude à experimentação que não aplicou; mais adiante no texto, sugere um estudo experimental da nasalização²¹. Aliás, o autor reconhece que as recolhas que conseguiu são da sua exclusiva responsabilidade. Usa frequentemente expressões como “I also believe that I heard” ou “to my ear” que demonstram bem como as recolhas efectuadas são impressões suas. Portanto, a observação usada por FMR é predominantemente subjectiva. Quanto aos inquéritos de MLOM não se tem qualquer informação sobre eles e parece que os dados também foram recolhidos pelo método tradicional da audição. Frequentemente, a autora emprega o verbo “soar” quando anota os factos, por exemplo, “O ditongo *ai* em fins de palavras, seguido de *s*, soa *a*” (1949:94), por ex. caís

²⁰ Várias são as opiniões discordantes das posições tomadas por FMR. Cf., por exemplo, na nota de rodapé 1, a opinião de João da Cruz Nunes e a de Lindley Cintra expressa numa comunicação manuscrita inédita, “Nem todas as observações deste investigador [Francis Millet Rogers] se revelam como completas e exactas, mas tem sem dúvida o mérito de ter pela primeira vez chamado a atenção para a variedade interna do português madeirense.” (1990: 9)

²¹ “The subject of nasalization in Portuguese is one which should be studied experimentally. In the absence of data obtained in the laboratory, we must rely on the observations, for the most part subjective, of the phoneticians who have written about the language of Portugal.” (1948: 8)

<> 'kaʃ, portais <> pur'taʃ²². Todavia, os dados linguísticos por ela recolhidos são em maior número que os de FMR e muito mais detalhados do que os deste, incluem, nomeadamente, aspectos de morfologia e de sintaxe.

Portanto, em síntese, contextualmente, viveram ambos uma situação idêntica relativamente à deslocação para o Porto Santo, mas díspar quanto à duração da investigação. O método de trabalho, na prática, parece ter resultado do apuramento dos dados através da audição tradicional. Visto estar aqui em causa a comparação dos contributos de ambos para o conhecimento do falar do Porto Santo, opta-se por ficar unicamente nos dados que ambos trabalharam: os fonéticos. Analisam-se, portanto, exclusivamente os de teor fonético porque é esta a área de contacto entre os dois textos que se preocupam predominantemente com a pronúncia.

3. Os dados de MLOM e de FMR

No sumário da monografia linguística²³, etnográfica e folclórica dedicada única e exclusivamente ao Porto Santo, constata-se que esta obra se organiza em cinco capítulos: o primeiro enquadra a nível histórico, geográfico, económico e psicológico a ilha; o segundo descreve diversos aspectos etnográficos e folclóricos, indo da agricultura à recolha de textos da literatura tradicional; o terceiro – que tem por título “Linguagem da Ilha” – expõe dados fonéticos, morfológicos, sintácticos e toponómicos; de seguida, surge a conclusão e, estranhamente, os quarto e quinto capítulos, respectivamente Glossário e Obras Consultadas, aparecem posteriormente. De todos estes capítulos o que se destaca para este cotejo é o terceiro e neste, mais especificamente, a parte que trata de fonética por ser, como foi dito, a que coincide com o estudo de FMR. Há que considerar que a autora refere pormenores históricos relativos ao povoamento da ilha que realça na conclusão e que assumem uma importância considerável para a interpretação dos dados linguísticos recolhidos. Afirma MLOM que, por razões históricas comprovadas, quanto à origem, o falar de Porto Santo é tributário do algarvio. Nas suas palavras: “Estudar a linguagem porto-santense é relembrar, de certo modo, um pouco da história do seu descobrimento e colonização.

Como vimos, acompanharam o primeiro donatário, Bartolomeu Perestrelo, muitos colonos algarvios que consigo levaram a linguagem que usavam. O português falado no Algarve foi, pois, o padrão de origem do falar actual de Porto

²²Devido a condicionamentos técnicos, o acento não incide na vogal como é da preferência da autora.

²³Estranhamente, a parte dedicada à linguagem só aparece no terceiro capítulo, no entanto, o adjetivo surge em primeiro lugar no título, o que devia ser prática corrente nos estudos filológicos. O de Kate Brúdt, “Madeira. Estudo Lingüístico-etnográfico”, publicado no *Boletim de Filologia* em 1937, apresenta exactamente a mesma particularidade.

Santo. E se se fizer, mesmo por alto, um confronto entre estes dois falares, inúmeros pontos de contacto se notam, até em particularismos.” (1948: 117)

A autora passa a comparar os dois falares, estabelecendo similitudes – ex. condensação do ditongo *eu* em *ê*: *eu, meu, teu, seu* – *ê, mê, tê, sê* – e acrescenta ainda algumas considerações quanto ao estado evolutivo da linguagem: “Recordemos que o português implantado no Porto Santo – a linguagem dos nossos quatrocentistas, – estava ainda na infância e só um pouco mais tarde ela alcançaria a sua completa maturação.

Evolucionar constantemente é uma das grandes características das línguas vivas. Mas é de notar que a evolução do português do século XV até ao falado actualmente no Porto Santo foi lenta e pouco progressiva.

Quase podemos dizer que ouvir falar a geração mais velha da Ilha é remontar a uns séculos atrás, ao tempo áureo da epopeia nacional.

Na verdade, a língua usada no Porto Santo, por todos os meios afastada da convivência dos centros civilizados, estagnou, e só há relativamente poucos anos, com a moderna geração, ela tem feito avanços sucessivos, a querer acompanhar o progresso.” (1948: 119)

As considerações sobre as origens e a evolução do português falado na ilha são deveras fundamentais para compreender a exposição de MLOM que tece igualmente uma teia de influências populacionais e linguísticas através de factos extralinguísticos. Começa pelos piratas franceses e ingleses que, visto não contactarem com a população, porque apenas roubavam e matavam, não deixaram qualquer influência. O contrário terá sucedido com os marroquinos com quem houve um intercâmbio directo forçado, devido ao rapto de mulheres que devolviam à terra uma vez grávidas ou com os filhos crescidos, já marcados pela nova civilização. A influência moura também se deu indirectamente, isto é, através dos algarvios que conviveram muito tempo com os árabes. A maior influência, como não podia deixar de ser, foi a madeirense, que se manifestou sempre através de um contacto directo com a Madeira cosmopolita e avançada. Explica MLOM: “Foi ela o veículo dos estrangeirismos de vária origem que no Porto Santo vivem a medo, caprichosamente revestidos de roupagens nacionais.” (1948: 119) Os comentários vão mais longe, chegando mesmo a fazer uma distinção clara entre o falar de Porto Santo e o da Madeira face ao continental, o que não deixa de ser uma opinião controversa como se pode constatar: “E nós, continentais, sentimo-nos bem mais à vontade com este português tão puro, tão igual e tão nitidamente pronunciado, que com a algarviada um tanto mutilada e obscura que constitui o falar do camponês da Madeira.” (1948:120) Todas estas ideias interessantes, a merecerem análise e comentário que evidentemente não terão aqui lugar, funcionam como remate da dissertação, já que surgem na conclusão. Nada de semelhante ocorre no discurso de FMR que, fazendo referência a pou-

Tabela 3: Síntese dos dados fonéticos recolhidos por MLOM

1	O <i>a</i> tónico em posição livre soa [ã] : [bu'kãdu]	24	O <i>ai</i> soa [aj] ²⁴ : [sãba]
2	O <i>a</i> átono em posição inicial ou medial soa [a] : [rã'bisa]	25	O ditongo <i>ai</i> em fins de palavras seguido de <i>s</i> soa [a] : [kãʃ]
3	O <i>a</i> pretónico soa [ã] : [pĩtã'iña]	26	O ditongo <i>ão</i> em fins de palavras condensa-se em [ã] : [ʒã, sã]
4	O <i>a</i> seguido de nasal soa [ã] muito fechado: [kã'tãr]	27	O ditongo <i>au</i> reduz-se a [o] : [nõzi'ar]
5	O <i>a</i> seguido de <i>m</i> ditonga em [ã] : [ãi:pãru]	28	O ditongo <i>ei</i> soa [aj], bastante fechado antes de vogal ou consoante: a [rãja]
6	O <i>a</i> átono seguido de <i>m</i> soa [u] : [ʃu'mãr]	29	O ditongo <i>eu</i> soa [yey] : [dyey, myey]
7	O <i>a</i> seguido de palatal <i>lh</i> > ditonga em [aj] : [gaj'lyetã]	30	O ditongo ascendente <i>ia</i> postónico e em fim de palavra reduz-se a [a] : [ãru'gãsa, pasi'ẽsa]
8	O <i>a</i> seguido de <i>r</i> ditonga em [aj] : [ij'kãjru]	31	O ditongo ascendente <i>io</i> postónico e em fim de palavra reduz-se a [u] : [a'livu, ru'zaru]
9	O <i>e</i> tónico aberto soa muito fechado: [kã'pela]	32	O ditongo <i>ou</i> pode soar [oj] : [rõitra, rõibu]
10	O <i>e</i> tónico fechado ditonga [y'ẽ] : [ka'byeylu]	33	O ditongo <i>ou</i> pode soar [uã] : [pũaku, mũaku]
11	O <i>e</i> átono passa a [u] : [du'bãʃu]	34	O ditongo <i>ou</i> soa [uã] em fim de palavra: [fã'lũã]
12	O fechamento completo de <i>e</i> seguido de nasal (princípio e meio de palavra): [apu'zẽtu]	35	O ditongo <i>ou</i> > [oj] / ô / <i>ou</i> em <i>ouvir</i> [oj'vir, õ'vir, õy'vir]
13	O <i>e</i> seguido de nasal, em fim de palavra, soa [o] : [õmã, virʒã]	36	O <i>b</i> por vezes ("pretensiosamente") soa [v] : [kãvra]
14	O <i>e</i> seguido de palatal <i>lh</i> ditonga em [ej] : [u'vejã]	37	O <i>d</i> intervocálico soa [d] : [a'mãdu, a'rãũ]
15	O <i>i</i> soa [i] : [ij'pia] (espiga)	38	O <i>g</i> intervocálico não se ouve: [ãũ] ou é pouco audível [gãũ]
16	O <i>i</i> ditonga em [aj] : [ga'lãjã, traigu]	39	O <i>g</i> soa [c] : [baka'tyẽla]
17	O <i>o</i> tónico aberto fecha-se: [vi'õla]	40	O <i>n</i> é substituído por [l] : [ali'mãl]
18	O <i>o</i> tónico fechado ditonga em [uã] : [ã'mũar]	41	Permuta das líquidas [l] e [r] : [ãlma'zẽ]
19	O <i>o</i> tónico fechado + vogal ditonga em [au] : [bãũ, kãũ]	42	O <i>r</i> final é quase imperceptível ou não se ouve: [ã', pu] (por)
20	O <i>o</i> tónico ditonga em [õi] : [kõjbra]	43	O <i>s</i> desaparece quase totalmente: é substituído por <i>i</i> ou é suprimido: [aj' bika, naj' rõʒã]
21	O <i>o</i> tónico fechado + nasal ditonga em [uã] : [pũãtu]	44	O <i>u</i> soa por vezes [b] : [bãka]
22	O <i>u</i> tónico fechado soa [o] : [bi'kõda, sõrdũ]	45	O <i>u</i> é substituído por <i>m</i> em [imã' zẽlu] (evangelho)
23	O ditongo <i>ai</i> soa [ã] : [bãʒã]	46	Grupos consonânticos: cl>cr e pl>pr: [krã'mãr, prã'tãr]

* Nota dos Organizadores: Por razões técnicas – e com o assentimento da autora – foram impressos entre parêntesis rectos ([]) as sequências que no original estavam em itálico.

²⁴Por lapso, em vez de <ai> encontra-se <e>, mas com o exemplo a autora não deixa qualquer dúvida (1949:94). A gralha não permite de distinguir com precisão o n.º 23 e o n.º 24.

quíssima bibliografia, se limita a listar os factos por ele constatados, o que, é verdade, MLOM também empreende. Na tabela 3, e na 4 também, reproduzem-se, na medida do possível, atendendo aos condicionamentos informáticos (ex: o acento figura antes da vogal acentuada, a lateral palatal tem o símbolo [ʎ, g] pouco audível [g]), os dados, respeitando a ordem de apresentação dos autores.

Volta-se, portanto, ao capítulo III, e especialmente ao subcapítulo “Fonética”, onde MLOM aborda vários assuntos: acento, vocalismo, ditongos, consonantismo e acidentes fonéticos. De todo este conjunto, destaca-se especialmente a secção relativa ao vocalismo, aos ditongos e ao consonantismo. Será esta informação com um total de 46 pontos – 22 relacionados com as vogais, 13 com os ditongos e 11 com as consoantes, onde as vogais registam o maior número de alterações – que constituirá a massa informativa a comparar com os dados recolhidos por FMR. O facto de não existirem explicações metodológicas complica o cotejo porque os símbolos por eles usados diferem. Ela usa símbolos com vários diacríticos e remete para as aulas de Filologia onde trabalhou o alfabeto fonético com Paiva Boléo. Ele usa a grafia corrente, sem outra explicação. Porém, ambos listam as próprias audições da pronúncia local, fazendo um levantamento sempre exemplificado, o que deixa pressupor a existência de apontamentos sistemáticos que devem ter sido tirados permanentemente enquanto ouviam falar a população.

Embora, como já se disse, o artigo “Insular Portuguese Pronunciation: Porto Santo and Eastern Azores” tenha sido publicado em 1948, o autor redigiu-o, provavelmente, depois de ter permanecido na ilha em 1939, ou pelo menos terá incluído os resultados obtidos na sua dissertação inédita, caso contrário, o tempo causaria um obstáculo à interpretação dos dados recolhidos, visto registar-se uma discrepância de nove anos entre a investigação e a sua publicação. O autor terá, certamente, como frequentemente acontece, revisto o texto antes de publicação, o que lhe terá permitido actualizá-lo. O artigo dedicado à pronúncia insular portuguesa, subdivide-se, como o próprio título o indica, em dois blocos: uma parte, a primeira e mais reduzida, consagrada ao Porto Santo e uma outra, a segunda, e bastante ampla, dedicada aos Açores, mais precisamente ao grupo das ilhas de Santa Maria e de São Miguel. Das 32 páginas do artigo, 4 são dedicadas ao arquipélago da Madeira e 28 ao dos Açores. Comparativamente, a informação sobre o Porto Santo é largamente inferior à recolhida sobre Santa Maria e São Miguel. Embora interesse aqui apenas focar o Porto Santo e, por isso, a primeira parte é que adquire real valor, a que se refere aos Açores também é relevante porque o autor ao longo do texto estabelece comparações entre o falar da Madeira ou do Porto Santo, com o açoriano do grupo referido.²⁵

²⁵ Veja-se, por exemplo, a seguinte afirmação, quando o autor já está a tratar da parte açoriana:

O autor começa, como o fez MLOM, por introduzir o texto, localizando a nível geográfico a ilha de Porto Santo. Fornece igualmente dados históricos. Neste excerto de 4 páginas dedicado ao Porto Santo, detecta-se facilmente a orgânica do texto que se subdivide em duas vertentes (cf. Tabela 4). A primeira relaciona-se com as oito características que identificam o falar da Madeira²⁶ e que se reencontram ou não no Porto Santo. A excepção está na vogal [ü] que, segundo o autor, caracteriza o falar madeirense. A esse respeito afirma: “Of the eight phonetic characteristics of the dialect of Madeira, all but one were noticed on Porto Santo. The exception was the substitution of *ü* for standard stressed *u*, as in *escudo*.” (1948: 2) e acrescenta: “The *ü* was never heard.” (1948:3). A segunda vertente identifica características próprias do falar de Porto Santo que se individualiza relativamente ao português padrão.

Tabela 4: Síntese dos dados fonéticos recolhidos por FMR

1	O <i>i</i> > <i>öi</i> “ <i>öi</i> was heard as a substitute for stressed <i>i</i> ”: <i>bonito, meio dia</i> / Com <i>öi</i> nasalado: <i>domingo/ Com äi: assim</i> / Com <i>i</i> : <i>ali, bom dia</i> / Com <i>i</i> : <i>sim, senhor</i>
2	O <i>ü</i> não se regista no Porto Santo, mas ouve-se na Madeira. No Porto Santo, realiza-se o <i>u</i> do português padrão.
3	O <i>ä</i> > <i>a</i> “The back <i>a</i> was extremely rare as a substitute for stressed <i>ä</i> ”: <i>cais, quäsi</i> . / Com uma vogal entre <i>a</i> e <i>ä</i> : <i>baixo, lugar</i> / Com <i>ä</i> : <i>caixas, casa</i>
4	O <i>öa</i> > <i>äua</i> “ <i>äua</i> for standard <i>öa</i> was quite common”: <i>boa, canoa, Lisboa</i> / Com <i>öua</i> : <i>Lisboa, pessoa</i>
5	O <i>ó</i> > <i>öa</i> “The addition of an <i>a</i> to stressed final <i>ó</i> was observed in <i>pó</i> .” O <i>ó</i> > <i>äua</i> : <i>nunca aperfeiçoou</i>
6	<i>Ditongos</i> muito frequentes: <i>portugu(u)eses, busc(u)ar, c(u)ais, lug(u)ar, dom(u)ingo, m(u)ês, f(u)ilho</i>
7	O <i>l</i> > <i>lh</i> “The pronunciation of <i>l</i> as <i>lh</i> was heard in Vila Baleira”: <i>aquilo, vila</i> / Com <i>l</i> : <i>ali</i> / Com <i>lh</i> : <i>filho</i>
8	<i>Melodia</i> muito semelhante à do português da Madeira: porém, nota-se “extreme lengthening and diphthongizing of stressed vowels”
9	O <i>r</i> e o <i>l</i> finais – não se ouve nenhum <i>i</i> depois de <i>r</i> final: <i>agradecer</i> / O <i>al</i> final é pronunciado como no português padrão: <i>Faial, Funchal</i> , ou seja, sem adição de <i>i</i> final e com um <i>a</i> acentuado velarizado
10	O <i>e</i> átono final > <i>i</i> : <i>é verdade</i>
11	O <i>oi</i> > <i>ou</i> em vez de <i>ô</i> : Para <i>dois</i> , é mais frequente <i>dous</i> que <i>dôs</i>
12	O <i>-em</i> átono final desaparece em <i>viagem</i>
13	O <i>-nho</i> final > <i>innho</i> : “ <i>Bomzinho</i> was pronounced with <i>i</i> followed by a fully pronounced <i>n</i> ”
14	Omissão de <i>-s</i> muito frequente: <i>à(s) dez, à(s) nove e meia, à(s) vezes, dua(s) viagens, (es)têve, mai(s) nada, mai(s) ricos</i>
15	O <i>ô</i> tónico > <i>ó</i> : <i>motor</i> “a slightly fronted open <i>ó</i> , approaching what is written [oe] in the I.P.A. alphabet”
16	O <i>ô</i> tónico pronunciado como tal e não como <i>u</i> : <i>bom, fonte</i>
17	O <i>ã</i> átono “A nasalized front <i>a</i> (cf. American English <i>band, bat</i>)” ouve-se em <i>antigamente</i>
18	<i>Ditongo ai</i> > <i>á</i> : <i>mais</i>
19	<i>Ditongo ão</i> : “One lady pronounced the <i>ão</i> of <i>não</i> and <i>operação</i> as nasalized front <i>a</i> followed by the semi-vowel.”
20	<i>Semivogal i</i> antes de palatais desaparece: “No <i>i</i> was heard in either <i>baixo</i> or <i>caixa</i> ”

“Although not all fifteen of these characteristics are to be heard in the speech of every individual, they are used more generally than are the phonetics characteristics of Madeiran. Further, *micaelense* appeared to me to be more or less uniform throughout the island, and it was impossible for me to delimit regional tendencies, as I did on Madeira” (1948:13)

²⁶ Veja-se a recensão crítica de Eduardo Antonino Pestana.

No total, FMR lista 20 fenómenos, numerando apenas os 8 primeiros, os que ele considera como características do falar madeirense. As vogais, seguidas dos ditongos, aparecem como os sons mais afectados. Registam-se apenas 4 relativos a consoantes. No entender do autor, a ditongação é um fenómeno frequente na Madeira e no falar de Porto Santo: “The dialect of Porto Santo, like Madeiran, exhibits frequent diphthongization” (1948: 3)

Confrontando as tabelas sínteses 3 e 4, respectivamente, de MLOM e de FMR, nota-se uma discrepância significativa entre elas, não contando que, primeiro, enquanto ela se concentra apenas no Porto Santo, ele reparte a sua atenção pelo Porto Santo e por duas ilhas dos Açores e que, segundo, ela reserva um capítulo inteiro à linguagem da ilha e ele, tratando apenas da linguagem, lhe dedica umas meras 4 páginas. A grande distinção reside no facto de ela, ordenadamente, listar 46 particularidades fonéticas e ele contabilizar, aleatoriamente, menos de metade, num único dia de observação. Porém, pondo lado a lado as duas tabelas, verifica-se que convergem num ponto: os dados tratados (MLOM: 22 vogais, 13 ditongos e 11 consoantes e FMR: 9 vogais, 7 ditongos/semivogais²⁷ e 4 consoantes) permitem concluir que as vogais e os ditongos são os sons mais em foco, ou seja, os mais alterados pela pronúncia local e os mais característicos desta. Resta, todavia, observar os que são simultaneamente apontados pelos dois porque serão estes os que certamente identificarão a pronúncia do Porto Santo. Serão as tais pepitas de ouro da busca linguística. É surpreendente constatar que são em número reduzido. A tabela 5 permite, de relance, vislumbrá-los e deixa largas dúvidas já que o paralelismo entre 18-4 e 35-11 é algo forçado. Do cotejo das tabelas, será possível concluir que as divergências serão em maior número? Nem por isso, já que a maioria das particularidades apontadas por MLOM não é sequer referida por FMR e que as que ele aponta também não são identificadas por ela. Resta concluir que os dados estatísticos fazem aqui falta e que parece que ambos apontaram particularidades individuais em vez de colectivas e que, portanto, poderão não ser representativas. Isto explicará o facto das convergências serem mínimas entre as duas listagens? Permanece a dúvida.

Se se partir do princípio que a súpula Monteiro-Rogers na identificação dos aspectos fonéticos convergentes permite, sem margem para erro, caracterizar o falar de Porto Santo, este identificar-se-á, certamente, pela redução do ditongo <ai> a <a> (*baixa* – *baxa*, *mais* – *mas*), pelo desaparecimento de <-s> (*nas rochas* – [*naḵ* ʔṛoʃa], *as dez* – à(s) *dez*), pela redução de <-em> a [ə] (*homem* – [ʔmə]) e, provavelmente, pela alteração do <ou>/<oi>/<ô> ([oḵ ʔvir,

²⁷ Considera-se que quando FMR se refere a <-em> está a referir-se a um ditongo [ai] e, por isso, contabiliza-se com os ditongos.

Tabela 5: Convergência de opiniões

	MLOM		FMR
1	O a tónico em posição livre soa [ʔ̃] : [buʔ̃kãdu]	3	O á > a “The back a was extremely rare as a substitute for stressed á.”: <i>cais, quási.</i> / Com uma vogal entre a e á: <i>baixo, lugar</i> / Com á: <i>caixas, casa</i>
13	O e seguido de nasal, em fim de palavra, soa [ə] : [ʔ̃mə]	12	O -em átono final desaparece em <i>viagem</i>
18	O o tónico fechado ditonga em [u̯] : [aʔ̃mũ̯]	4	O o^a > âua “âua for standard ôa was quite common”: <i>boa, canoa, Lisboa</i> / Com óua : <i>Lisboa, pessoa</i>
23	O ditongo ai soa [â] : [ʔ̃bẫša]	18	Ditongo ai > á: <i>mais</i>
24	O ditongo ai soa [a] : [ʔ̃sãba]	18	Ditongo ai > á: <i>mais</i>
35	O ditongo ou > [õ] / ô / ou em <i>ouvir</i> : [õ] ʔ̃vir, õ ʔ̃vir, õũ ʔ̃vir]	11	O oi > ou em vez de ô: Para <i>dois</i> , é mais frequente <i>dous</i> que <i>dôs</i>
43	O s desaparece quase totalmente: é substituído por i ou suprimido: [ã] ʔ̃bika, na] ʔ̃rõ̃ša]	14	Omissão de -s muito frequente: <i>à(s) dez, à(s) nove e meia, à(s) vezes, dua(s) viagens</i>

* Nota dos Organizadores: Por razões técnicas – e com o assentimento da autora – foram impressos entre parêntesis rectos ([]) as sequências que no original estavam em *itálico*.

õ ʔ̃vir, õũ ʔ̃vir]; *dois, dous, dôs*), pela ditongação de <o> que evolui para [u̯] (amor – [aʔ̃mũ̯]) ou <âua> (*pessoa – pessâua*). Contudo, é problemática a valorização destes resultados que necessitam de comprovação em trabalho de campo mais alargado do que o de FMR (1 dia) e o de MLOM (duas semanas + um mês para comprovar informações).

A sistematização está por fazer, mas os contributos existentes são sempre uma base de análise e balizas de confrontação para a apresentação dos dados. Lamenta-se o facto de MLOM e FMR terem ignorado, qualquer que tenha sido o motivo, os respectivos estudos. Se eles tivessem tido conhecimento mútuo dos seus trabalhos algo teria mudado nas explanações dos dados? Na impossibilidade de resposta, permanece a dúvida. Se tivessem trocado informações talvez os seus trabalhos tivessem outra envergadura já que, não havendo qualquer estudo sobre a linguagem do Porto Santo e desconhecendo as pesquisas um do outro, estavam ambos a ser pioneiros e a desbravar caminhos. Talvez por isso mesmo não se tenham interessado por conhecer efectivamente o que o outro dissera, uma vez que está provado que, aquando da publicação dos textos, tinham os dois ouvido mencionar o estudo alheio. Se eles tivessem tido conhecimento mútuo dos seus trabalhos, algo teria mudado nas explanações dos dados? Provavelmente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANCO, Francisco de Freitas, 1995 – *Porto Santo. Registos Insulares*, ed. de autor, Porto Santo.

- CINTRA, Luís Filipe Lindley, 1990 – *Os dialectos da Ilha da Madeira no quadro geral dos dialectos galego-portugueses*, texto manuscrito de comunicação lida por João David Pinto Correia, no II Congresso de Cultura Madeirense, promovido pelos estudantes universitários madeirenses.
- MONTEIRO, Maria de Lourdes de Oliveira, 1947, 1948, 1949 – “Porto Santo. Monografia Linguística, Etnográfica e Folclórica”, *Revista Portuguesa de Filologia*, respectivamente: vol. I, tomo II, pp. 340-390, vol. II, tomo I, pp. 28-92 e vol. III, pp. 90-151, Coimbra.
- NUNES, João da Cruz, 1965 – *Os falares da Calheta, Arco da Calheta, Paúl do Mar e Jardim do Mar*, dissertação da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- PESTANA, Eduardo Antonino, 1970 – “Recensão Crítica do Texto de Francis Millet Rogers – *Insular Portuguese Pronuntiation: Madeira*” in *Ilha da Madeira. Estudos Madeirenses*, vol. II, reedição organizada por Marina Pestana, Câmara Municipal do Funchal, Funchal.
- ROGERS, Francis Millet, 1946 – “Insular Portuguese Pronunciation: Madeira” in *Hispanic Review*, sep. vol. XIV, nº 3, Lancaster Press, Filadélfia, reimpressão.
- ROGERS, Francis Millet, 1948 – “Insular Portuguese Pronunciation: Porto Santo and Eastern Azores” in *Hispanic Review*, sep. vol. XVI, nº 3, M Lancaster Press – Romera-Navarro e Otis H. Green editores, Filadélfia.

VALORES SEMÂNTICOS DAS UNIDADES LEXICAIS SUFIXADOS EM -ATO NO PORTUGUÊS EUROPEU

Iovka Bojilova Tchbánova

Universidade de Sófia "Sv. Clemente de Ohrida"

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Bolsa de Doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia

I. Introdução

O meu objectivo é estudar os valores semânticos das palavras sufixadas em *-ato* no português contemporâneo utilizando o modelo de morfologia construcional associativo e estratificado de D. Corbin (1987, 1991) e aplicado ao português por G. M. Rio-Torto (1992, 1993) e M. Correia (1992, 1999). Esta comunicação faz parte de um trabalho mais vasto sobre a formação dos nomes colectivos em português.

Tendo em conta unidades lexicais como *patronato*, *baronato*, *colonato*, *patriciato*, etc., interessa-me saber se o sufixo *-ato* forma nomes colectivos, ou seja, se pertence ao paradigma dos operadores morfológicos da regra de construção de palavras parafraseáveis por "conjunto de Nb" (RCP COL).

Num primeiro momento, descreverei o comportamento morfossemântico de *-ato*, defendendo que este sufixo faz parte do paradigma dos sufixos que, em português, permitem a construção de nomes denominais de estatuto/condição. Num segundo momento, referirei brevemente o comportamento de outros sufixos deste paradigma, nomeadamente, *-ado*, *-ia*, *-(t)ura*.

II. Corpus

1. Delimitação do corpus a analisar

Trabalho sobre um corpus de 372 entradas lexicais terminadas em *-ato*, extraídas do DLP da Porto Editora (8ª edição).¹ Deste corpus subtraem-

¹ Este dicionário foi escolhido entre muitos outros fundamentalmente por causa da sua nomenclatura (cerca de 100 000 entradas), por ser relativamente recente e por oferecer a comodidade da consulta electrónica.

-se uma série de itens por não corresponder às hipóteses de trabalho, como, por exemplo:

- 1.1. As palavras em que a terminação *-ato* é precedida apenas por uma ou duas consoantes. Estas sequências são do tipo *C-ato* ou *CC-ato* e, obviamente, nelas não é possível identificar qualquer radical derivacional: *bato*, *chato*, *crato*, *fato*, *flato*, *gato*, *lato*, *mato*, *nato*, *pato*, *prato*, *rato*, *trato*;
- 1.2. As palavras que terminam em *-ato* átono e são esdrúxulas: *acelômato*, *aeróstato*, *ástato*, *astômato*, *autômato*, *baróstato*, *cacófato*, *ciato*, *crióstato*, *estômato*, *eurígnato*, *giróstato*, *helióstato*, *hidróstato*, *hipérbato*, *hipógnato*, *micrógnato*, *monotrémato*, *peípatato*, *polímato*, *potencióstato*, *prógnato*, *quilógnato*, *reóstato*, *selenóstato*, *sideróstato*, *tânato*, *termóstato*;
- 1.3. As palavras compostas que apresentam como último elemento palavras terminadas em *-ato*: *abóbora-do-mato*, *andorinha-do-mato*, *bicho-do-mato*, *bico-de-pato*, *bombarato*, *cirro-estrato*, *corta-mato*, *fala-barato*, *fura-mato*, *galinha-do-mato*, *gato-sapato*, *guarda-mato*, *lobo-gato*, *nimbo-estrato*, *olho-de-gato*, *orelha-de-rato*, *peixe-gato*, *peixe-rato*, *rabi-gato*, *rabo-de-gato*, *rouxinol-do-mato*, *sape-gato*, *tourão-do-mato*, *trepá-gato*, *três-em-prato*, *unhas-de-gato*, *velame-do-mato*;
- 1.4. As palavras em que a última operação derivacional é a prefixação: *autocontrato*, *auto-retrato*, *subcontrato*, *subdiaconato*;
- 1.5. As palavras terminadas em *-ato*, produto de derivação regressiva: *acato*, *arrebato*, *contrato*, *barato*, *desacato*, *desbarato*, *distrato*, *malbarato*, *recato*, *recontrato*;
- 1.6. As palavras em que *-ato* é uma adaptação morfológica de alguma terminação estrangeira: alemã – cf. *espato* (Do al. *spat*), *feldspato* (Do al. *feldspath*); árabe – cf. *rebato* (Do ár. *rebât*), *sapato* (Do ár. vulg. *sabbat*)); malaiala – cf. *mainato* (Do malaiala *mannattan*);
- 1.7. As palavras que contêm um segundo elemento de formação de palavras grego, terminado em *-ato*: *pato-*, *cinemato-*, *dilato-*, *onomato-*, *pneumato-*, *reumato-*, *somato-*, *tanato-*, *terato-*, *zigomato-*;
- 1.8. As palavras terminadas em *-ato* provenientes de nomes próprios: *miriato* (De F. Marryat, antr., almirante inglês, 1792-1848); *mitridato* (Do gr. Mitridatês, antr.);
- 1.9. As palavras terminadas em *-ato* de etimologia obscura: *aranhagato*, *biscato*, *chanato*, *espalhafato*, *mascato*, *massacato*, *quirato*, *malato*, *niscato*;
- 1.10. As palavras terminadas em *-ato*, de origem italiana, que são, geralmente, termos musicais: *agitato*, *animato*, *fugato*, *moderato*, *pizzicato*, *sfogato*, *stacato*, *vibrato*;

- 1.11. As palavras sufixadas em *-ato* que são termos químicos: *acetato, aconitato, albuminato, alcoolato, aloetato, aluminato, antimoniato, argentato, arseniato, aurato, azotato, barbiturato, benzoato, bismutato, bromato, cacodilato, carbonato, cerato, citrato, clorato, estanato, etanoato, eterolato, etilato, ferrato, formiato, ftalato, fulminato, glicerato, hidrolato, hipurato, iodato, lactato, manganato, margarato, nitrato, oleato, oleolato, opiato, palmitato, periodato, picrato, salicilato, seleniato, silicato, suberato, sulfato, tanato, tartarato, volframato, vanadato, valerianato, valerato, xantato, xenato*.
- 1.12. As palavras sufixadas em *-ato* que são adjetivos: *arenato, capitato, caudato, cordato, correlato, cuspidato, insensato, intemerato, intimo-rato, mediato, morato, rostrato, sensato, temerato, timorato, translato, seriato*.

III. Valores semânticos das unidades lexicais sufixadas em *-ato*

Uma vez delimitado o corpus, procedeu-se à análise dos valores semânticos dos derivados em *-ato*. Sistemáticamente são apresentados certos valores quantitativos que exigem demorados inventários numéricos, mas, sem eles, arriscamo-nos a apresentar exemplos cuja representatividade desconhecemos.

Para caracterizar qualquer regra de formação de palavras interessam-nos a relação ou relações categoriais entre base e derivado, a operação semântica previsível e os operadores morfológicos concorrentes ao serviço da regra. Também devem ser estudadas as restrições impostas pela regra e pelo afixo sobre a base.

De acordo com Rio-Torto (1993: 760), com a configuração *-at-*, “existem em português dois tipos de sufixos, que representam formas divergentes relativamente aos seus étimos: *-at-* que resulta da evolução erudita de *-ĀTU-*, sufixo que em latim clássico funcionava como formante de participios passados de verbais, alguns dos quais substantivados (*ASSASSINATU-*, *MANDATU-*), de adjetivos denotativos de posse (*BARBATUS*, *DENTATUS*) e de “nomes de estatuto”; e o seu homónimo *-at-*, que provém de *-ĀTTU-*, o qual desempenhou em latim vulgar o papel de diminutivo.”

Nesta comunicação ocupar-me-ei exclusivamente dos nomes denotativos de estatuto/condição.

1. Caracterização da RCP que produz derivados em *-ato* com significado de estatuto/condição

Um terço das palavras derivadas em *-ato* do meu corpus apresenta um

comportamento homogêneo. Tratando-se de termos eruditos, eles remetem para três áreas específicas: a linguagem da Igreja, a administração romana e a área do ensino.

1.1. *Relação categorial entre base e derivado*

Neste grupo de palavras tanto a categoria sintáctica do derivado como a da base é nominal. Só as bases de uma dezena de derivados (cf. *anonimato*, *externato*, *internato*, *interinato* e *superiorato*, etc.) podem ser classificadas como adjectivais, mas, conforme DLP, estas bases também podem ter um emprego nominal.

1.2. *Operação semântica previsível*

1.2.1. Atendendo à semântica das bases vemos que elas têm sempre o traço semântico + HUMANO. Ao acrescentar o sufixo *-ato* obtêm-se derivados que são definidos como “dignidade, função, estado, cargo, magistratura, posto, patente, título”, etc., do Nb. Para caracterizar a operação semântica associada a essa regra podemos usar a paráfrase geral “estatuto/condição de Nb”. Neste contexto, entendo por estatuto/condição “o lugar, a situação, a posição que uma pessoa ocupa na estrutura social.” (cf. *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, Academia das Ciências, vol. I, v. g. *estatuto*, acepção 3). Este significado de estatuto/condição é atestado em 60 dos 68 casos registados; ou seja, em 88 % dos exemplos.

baronato s. m. dignidade de barão; baronia (Do lat. *barōne*-, “mercenário”, pelo fr. *baron*, “barão” + *-ato*)

canonicato s. m. dignidade ou funções de cônego; conezia (Do lat. *canonīcu*-, “cônego” + *-ato*)

catecumenato s. m. estado ou tempo de catecúmeno (De *catecúmeno* + *-ato*)

clericato s. m. estado ou dignidade de clero; sacerdócio (Do lat. *clericātu*-, “dignidade de clérigo”)

curato s. m. cargo ou habitação do cura; povoação pastoreada por um cura (Do lat. med. *curātu*-, «id.»)

1.2.2. Exemplos de derivados em *-ato* com significado temporal

Além do valor de estatuto, alguns derivados apresentam um valor temporal atestado em 12% dos exemplos. Este valor pode ser parafraseado por “duração do estatuto/condição de Nb”.

cardinalato s. m. dignidade ou função de cardeal; tempo durante o qual essa função é exercida (Do lat. *cardināle*-, “principal” + *-ato*)

decenvirato *s. m.* magistratura dos decênviros, dignidade ou autoridade dos decênviros; período em que se exerce essa autoridade (Do lat. *decemvirātu-*, «id.»)

duunvirato *s. m.* funções supremas exercidas por dois magistrados; duração dessas funções (Do lat. *duumvirātu-*, «id.»)

priorato *s. m.* o m. q. priorado (Do lat. *priorātu-*, “primazia”); [**priorado** *s. m.* dignidade de prior ou de priora; área da jurisdição do prior; tempo de exercício de um prior]

1.2.3. Exemplos de derivados em -ato com significado locativo

22% dos derivados em -ato têm um valor locativo, que se pode parafrasear por “lugar em relação com o estatuto do Nb”.

curato *s.m.* cargo ou habitação do cura; povoação pastoreada por um cura (Do lat. *curātu-*, «id.»)

emirato *s.m.* cargo do emir; território governado por um emir (De *emir* + -ato)

sultanato *s.m.* o m.q. sultanado (De *sultão* + -ato) [**sultanado** *s.m.* dignidade de sultão; país que tem por soberano um sultão (De *sultão* + -ado)]

tabelionato *s.m.* cargo ou escritório de tabelião (De *tabelião* + -ato)

vicariato *s. m.* dignidade ou funções de vigário; área de jurisdição de um vigário (Do lat. *vicariu-*, “vigário” + -ato)

1.2.4. Exemplos de derivados em -ato com significado colectivo

Além do significado de estatuto um quarto significado recorrente é o significado colectivo, atestado em 13% dos exemplos e parafraseável por “conjunto dos Nb que têm o mesmo estatuto”:

colonato *s. m.* estado de colono; os colonos; extensão territorial explorada por colonos (Do lat. *colonātu-*, «id.»)

mandarinato *s. m.* dignidade ou funções de mandarim; a classe dos mandarins (De *mandarim* + -ato)

patriciato *s. m.* estado de patrício, entre os romanos; os patrícios (Do lat. *patriciātu-*, «id.»)

patronato *s. m.* (...) patronado; autoridade ou qualidade de patrão; o conjunto dos patrões (Do lat. *patronātu-*, «id.»)

Convém dizer que um mesmo derivado pode apresentar vários dos significados citados anteriormente: **priorato** *s. m.* dignidade de prior ou de priora; área da jurisdição do prior; tempo de exercício de um prior (Do lat. *priorātu-*, “primazia”).

1.2.5. Fundamentação da escolha do significado de estatuto/condição como significado fundamental

A. Tendo em conta os valores estatísticos, podemos aceitar que o significado fundamental e previsível dos derivados em *-ato* é o de estatuto/condição, visto que 88% dos elementos apresentam este significado. Os outros significados estão subordinados a este significado de base. Quando um derivado tem só um significado atestado, com mais frequência é o de estatuto. Mesmo quando um derivado não apresenta o significado de estatuto no léxico atestado podemos restituir-lhe este valor se não houver algum tipo de bloqueio.

Nas definições lexicográficas observa-se uma grande variedade de descritores como “dignidade”, “ofício”, “cargo”, “função”, “título”, etc. que representam adaptações pragmáticas do termo “estatuto/condição”, que é o termo genérico e reflecte a unidade.

O significado genérico de estatuto/condição realiza-se de maneira diferente em dependência do significado da base. O significado realiza-se como dignidade se a base designa um dignitário (*cardinalato*, *centuriato*, *decanato*, *mandarinato*); o significado realiza-se como cargo ou função se a base designa uma pessoa investida de um cargo ou função (*economato*, *famulato*, *ostiariato*); o significado realiza-se como título, grau, patente, etc. se a base designa o possuidor de um título, grau, patente (*generalato*, *marechalato*, *oficialato*). Os diferentes significados não se excluem mutuamente, uma mesma base pode designar ao mesmo tempo o possuidor de um título e de uma dignidade, de um cargo e de um ofício, etc.

B. Em relação com o valor temporal, vimos que 12% dos derivados têm este significado. Perguntamo-nos se ele é atribuível aos restantes 88 %. Cada produto desta regra apresenta potencialmente um valor temporal desde que o estatuto denominado pela base seja temporário (e não vitalício). Todos os derivados que têm o significado de função podem ter este valor temporal, porque, por definição, uma função exerce-se por tempo limitado. Pelo contrário, os derivados que têm o significado de grau ou título, geralmente não atestam este valor.

C. Em relação ao valor locativo, vimos que 22% das unidades lexicais têm uma acepção locativa. Os outros, quase 80%, podem receber este significado? Isso depende, de novo, de factores extralinguísticos. Este valor é parafraseável de duas maneiras diferentes:

- lugar onde vive/trabalha a pessoa denominada pelo Nb;
- lugar regido (administrado, governado) pela pessoa denominada pelo Nb.

Novamente, estas duas paráfrases não se excluem mutuamente; elas podem coexistir (cf. *curato s. m.* cargo ou *habitação* do cura; *povoação* pastoreada por um cura). Observamos que um derivado em -ato pode receber um valor locativo se a base designa uma pessoa que vive/ trabalha num lugar determinado ou se ela rege, governa um dado lugar.

D. O quarto significado recorrente é o colectivo atestado em 13% dos casos. Será possível atribuir este valor aos outros 87%? Parece que, em geral, a noção de estatuto supõe a pluralidade – um mesmo cargo, uma mesma função é partilhada por muitas pessoas. Assim acontece com *colonato*, *eforato*, *patronato*. Ao mesmo tempo, derivados do tipo *sultanato* não assumem qualquer acepção colectiva, porque, numa sociedade, num dado momento, existe apenas um sultão.

Como resultado dessas considerações podemos resumir que qualquer derivado deste grupo sufixado em -ato apresenta como significado estrutural o significado de estatuto/condição. Todos os outros significados atestados que podem apresentar alguns destes derivados são obtidos por processos semânticos de construção de significado, cujo estudo sistemático não pôde ser levado a cabo neste contexto.

1.3. Breve estudo das operações morfológicas concorrentes

O paradigma dos operadores morfológicos que constróem derivados que denominam estatuto/condição está constituído por mais do que um elemento. A lista dos sufixos que formam nomes de estatuto/condição abrange os sufixos -ado, -ia e -(t)ura.

1.3.1. Disso são prova as remissões para sinónimos formados sobre a mesma base, juntando algum dos sufixos anteriormente citados.

-ato = *ado*

centunvirato s. m. = *centunvirado*

daimiato s. m. = *daimiado*

-ato = -ia

baronato s. m. = *baronia*

canonicato s. m. = *conezia*

-ado = -ato

baroadado s. m. = *baronato*

cardinalado s. m. = *cardinalato*

-ado =» -ia

inspectorado s. m. = *inspectoría*

mordomado s.m. = *mordomia*

-ia = *ado*

assessoria s. f. = *assessorado*

chantria s. f. = *chantrado*

-ia = -ato

baronia s. f. = *baronato*

conezia s. f. = *canonicato*

-(t)ura = -ia

advocatura s. f. = advocacia

chefatura s. f. = chefia

1.3.2. A análise das definições lexicográficas dos derivados destes sufixos demonstra que, realmente, os sufixos -ado, -ia e -(t)ura pertencem ao mesmo paradigma.

califado s. m. dignidade de califa; jurisdição do califa; área desta jurisdição; tempo que dura o mandato de um califa (De *califa* + -ado)

episcopado s. m. dignidade, funções e jurisdição de bispo; tempo durante o qual um bispo desempenha as suas funções; conjunto dos bispos, sucessores dos apóstolos (Do lat. *episcopātu-*, «id.»)

inspectoría s. f. área da jurisdição de um inspector; cargo, dignidade ou repartição de inspector (De *inspector* + -ia)

legacia s. f. dignidade, cargo, jurisdição ou instalações de um legado

procuradoria s. f. ofício, cargo, repartição ou emolumentos do procurador (De *procurador* + -ia)

senadoria s. f. cargo de senador; duração desse cargo (De *senador* + -ia)

judicatura s. f. cargo ou dignidade de juiz; tribunal (Do lat. med. *judicatiūra-*, “julgamento; decisão”)

magistratura s. f. dignidade do magistrado; organização de magistrados; funções do magistrado; duração dessas funções; a classe dos magistrados (...) (Do fr. *magistrature*, «id.»)

nunciatura s. f. qualidade, cargo ou residência de nuncio; tribunal eclesiástico sujeito ao nuncio (Do it. *nunziatura*, «id.»)

De facto, as bases sobre as quais estão construídos estes derivados nominais são nomes marcados pelo traço de subcategorização +HUMANO. Os derivados nominais têm em geral como primeiro significado o significado de estatuto. Além deste significado eles apresentam os outros valores que encontramos durante o estudo dos derivados em -ato (valor temporal, locativo e colectivo).

1.3.2.1. Aparentemente o sufixo -ado é o mais produtivo² deste paradigma (No meu corpus global dos derivados que denominam estatuto/condição há mais de 120 exemplos): *almoxarifado*, *assessorado*, *bispado*, *burgavado*, *camerlengado*, *chantrado*, *decanado*, *dembado*, *dogado*, *ducado*, *episcopado*, *estudantado*, *guazilado*, *laicado*, *margraviado*, *notariado*, *operariado*, *priorado*...

² Sob o termo “produtividade” entende-se, neste contexto, a quantidade dos derivados produzidos por meio de determinado sufixo;

Do ponto de vista morfológico o sufixo *-ado* selecciona os seguintes tipos de bases derivadas:

- bases sufixadas em *-(d)or* e seus alomorfes *-(t)or* e *-(s)or*: *directorado, eleitorado, inspectorado, leitorado, pastorado, professorado, protectorado, provisorado, reitorado e preceptorado*;
- bases terminadas em *-ári-*: *comissariado, notariado, operariado, proletariado, proprietariado, protonotariado, secretariado, societariado, voluntariado*;
- bases terminadas em *-ão*: *baroado, deado, tabeliado, sultanado*;
- bases terminadas em *-al*: *cardinalado, generalado, provincialado*;
- bases terminadas em *-ante*: *almirantado, estudantado, infantado*.

O sufixo *-ado* selecciona os seguintes tipos de bases de origem estrangeira:

- bases de origem oriental (árabe, persa, indiana): *almoxarifado, califado, emirado, guazilado, rajado, sultanado, vizirado, xecado*;
- bases de origem alemã: *burgravado, landgraviado, margraviado*;
- bases de origem italiana: *camerlengado, dogado, ducado*;
- bases de origem africana: *dembado, sobado*.

1.3.2.2. Também o sufixo *-ia* é bastante produtivo para formar nomes de estatuto (foram recenseados cerca de uma centena de exemplos): *advocacia, assessoria, autoria, catualia, colectoria, consultoria, decania, directoria, feitoria, inspectorial, mordomia, nababia, ouvidoria, prelacia, provedoria, protectoria, reitoria, sacristania, senadoria, soberania, sultania, tutoria, vedoria, vidamia*, etc.

Uma característica específica do sufixo *-ia* é que forma, sobretudo, nomes que denominam cargo, ofício e não tanto dignidades, títulos.

Entre os significados derivados sobressai o valor locativo. 50% dos exemplos no corpus têm atestado este valor. Pelo contrário, o valor temporal apenas se encontra representado nos exemplos *bedelia, mancebia e senadoria (senatoria)*.

O sufixo *-ia* selecciona os seguintes tipos de bases de origem estrangeira:

- bases de origem francesa: *diplomacia, supremacia, vidamia*;
- bases de origem grega: *diaconia, fratria, satrapia*;
- bases de origem árabe: *mazania, moslemia, muslemia, nababia*;
- bases de origem hindustani: *catualia*.

Do ponto de vista morfológico o sufixo *-ia* selecciona os seguintes tipos de bases derivadas:

- bases sufixadas em -(d)or e seus alomorfes -(t)or e -(s)or que representam 50% de todo o corpus: *directoria, procuradoria, senadoria, vedoria*, etc;
- bases sufixadas em -ado: *curadia, morgadia, prelacia, preladia, prelazia, tiufadia*;
- bases sufixadas em -ês: *burguesia, francesia, freguesia, inglesia, ingresia, maltesia*;
- bases sufixadas em -ano: *decania, soberania, suserania, tirania*.

1.3.2.2. O sufixo -(t)ura é o menos produtivo – cerca de uma vintena de exemplos: *advocatura, candidatura, colegiatura, chefatura, escravatura, familiaridade, gladiatura, judicatura, legislatura, magistratura, nunciatura, prefeitura, prelatura, primogenitura, procuratura, questura, sindicatura*.

Entre todos estes sufixos, parece, que só os sufixos -ado e -ia estão disponíveis³ para formar novos nomes de estatuto/condição.

2. Restrições impostas pela regra e pelo afixo sobre a base

Antes de analisar as bases tem que salientar-se que muitas das formas analisadas em -ato correspondem a latinismos ou a palavras sufixadas em português sobre latinismos:

centuriato: CENTURIATU-, *centurionato*: CENTURIONATU-, *clericato*: CLERICATU-, *curato*: CURATU-, *decenvirato*: DECEMVIRATU-, *decuriato*: DECURIATU-, *diaconato*: DIACONATU-, *duumvirato*: DUUMVIRATU-, *famulato*: FAMULATU-, *flaminato*: *FLAMINATU-, *monacato*: MONACHATU-, *pariato*: PARIATU-, *patriciato*: PATRICIATU-, *patronato*: PATRONATU-, *priorato*: PRIORATU-, *quatuorvirato*: QUATTUORVIRATU-, *quindecenvirato*: QUINDECIMVIRATU-, *quinqüenvirato*: QUINQUEMVIRATU-, *septenvirato*: SEPTEMVIRATU-, *subdiaconato*: SUBDIACONATU-, *tribunato*: TRIBUNATU-, *triunvirato*: TRIUMVIRATU.

Observa-se que o sufixo -ato selecciona bases terminadas em -al e -ário:

2.1. Exemplos de bases terminadas em -al

cardinalato < cardinal (Do lat. *cardināle*-, “principal”)

oficialato < oficial (Do lat. *officiāle*-, “pessoa às ordens de um magistrado”)

³ Sob o termo de disponibilidade de um sufixo entende-se a sua possibilidade de construir derivados não atestados, ou seja, de preencher lacunas no léxico atestado;

provincialato = provincial (Do lat. *provinciāle*-, “superior religioso de uma província eclesiástica”)

2.1.1. Bases terminadas em -ário

cavaleirato < cavaleiro (Do lat. tard. *caballarĭu*-, palafreneiro”)

ostariato < ostiário (Do lat. *ostiarĭu*-, “porteiro”)

vicariato < vicário (Do lat. *vicarĭu*-, “substituto; vigário”)

2.1.2. Bases de origem alemã

baronato < barão (Do germânico **baro*, “homem livre apto para a luta”, pelo lat. *barōne*-, “mercenário”, pelo fr. *baron*, “barão”).

gardingato < gardingo (Do gót. **gords*, “casa, corte”, pelo lat. med. *gardingu*, “gardingo”)

marechalato < marechal (Do ant. alto-alem. *marahscale*, “criado de cavalo”, pelo fr. *maréchal*, “marechal”)

margraviato < margrave (Do al. *markgraf*, “conde da marca”, pelo fr. *margrave*, “id.»)

2.1.3. Bases de origem árabe ou turca

emirato < emir (Do ár. *amīr*, “chefe”)

sultanato < sultão (Do ár. *sultān*, “soberano”)

vizirato < vizir (Do turco *vezir*, “cada um dos oficiais do conselho do sultão da Turquia”, pelo fr. *vizir*, “id.»)

2.1.4. Base de origem japonesa

daimiato < dáimio (Do jap. *daimyo*, de *dai*, “grande” + *myo*, “excelente”)

2.1.5. Base de origem malaia

mandarinato < mandarim (Do mal. *mantari*, “alto funcionário chinês”)

2.1.6. Bases de origem francesa

generalato < general (Do fr. *général*, “geral”)

2.1.7. Base de origem grega

eforato < éforo (Do gr. *éphoros*, “inspector”, pelo lat. *ephoru*, “id.»)

diaconato < diácono (Do gr. *diakonos*, “servidor”, pelo lat. *diacōnu*-, “id.»)

IV. Algumas notas conclusivas

Os derivados nominais em -ato em português são fundamentalmente pro-

duto da RCP que constrói nomes abstractos parafraseáveis por estatuto/condição de Nb”. Nos dicionários os valores locativo, temporal e colectivo das palavras construídas em *-ato* são tratados em pé de igualdade com o valor de estatuto/condição. Conforme a análise apresentada o significado de estatuto/condição é o valor fundamental, estrutural, o valor sistémico, enquanto os outros três valores (locativo, temporal e colectivo) são complementares, acidentais.

No que se refere a restrições categoriais, semânticas e morfológicas impostas à base pode resumir-se que:

- Do ponto de vista categorial a RCP de estatuto/condição selecciona bases nominais;
- Do ponto de vista semântico as bases às quais se junta o sufixo *-ato* para formar nomes de estatuto/condição de Nb têm sempre o traço de subcategorização +HUMANO. Elas denominam seres humanos pertencentes a uma determinada classe social ou profissional ou que exercem determinadas funções no seio da estrutura social em que se inserem;
- O sufixo *-ato* selecciona predominantemente bases de origem estrangeira, o que pode advogar em favor do carácter erudito deste sufixo;
- Os sufixos concorrentes com *-ato* para formar nomes de estatuto/condição de Nb são sobretudo *-ado*, *-ia* e *-(t)ura*.
- A produtividade e disponibilidade do sufixo *-ato* para formar nomes de estatuto/condição de Nb é praticamente nula em português contemporâneo. Em compensação os sufixos *-ado* e *-ia* são disponíveis e produtivos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA 2001 – *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, 2 vols., Lisboa, Ed. Verbo.
- CORBIN, Danielle 1987 – *Morphologie dérivationnelle et structuration du lexique*, 2 vols. Tubinga, Max Niemeyer Verlag.
- CORBIN, Danielle 1991 – *La formation des mots: structures et interprétations*, Lexique 10, presses Universitaires de Lille.
- CORREIA, Margarita 1992 – *A formação dos adjetivos em anti-*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- CORREIA, Margarita 1999 – *A denominação das qualidades – contributos para a compreensão da estrutura do léxico português*, Dissertação de Doutoramento, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- DAL, Georgette (1987) – *Étude des suffixe -at en français moderne*, Mémoire de maîtrise, Lille, Université de Lille III.
- DAL, Georgette (1988) – *Les noms d'état en français: essai de méthodologie d'analyse*. Mémoire de D.E.A., Lille, Université de Lille III.

- RIO-TORTO, Graça Maria (1992) – “Do ser à acção: “o facto de ser X”, “condição (estatuto) de X” e “atitude de (quem é) X”, Separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, Vol. XXXVII, pp. 427-456.
- RIO-TORTO, Graça Maria (1993) – *Formação de palavras em português. Aspectos da construção de avaliativos*, Dissertação de Doutoramento, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- VILELA, Mário (1994) – *Estudos de lexicologia do português*, Coimbra, Livraria Almedina.

O RELATO DE DISCURSO NA CRÓNICA DA TOMADA DE CEUTA DE GOMES EANES DE ZURARA

Isabel Margarida Duarte

Centro de Linguística da Universidade do Porto
Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Todo o cronista é um narrador omnisciente. Está na posse das coisas, confortavelmente aquém dos factos e conduz-nos através do seu discurso como um profeta.

ARMINDO DE SOUSA, «Os cronistas e o imaginário no século XV
(Breve reflexão sobre a crónica enquanto discurso)»

Neste texto, passo em revista o relato de discurso na *Crónica da Tomada de Ceuta*¹, de Gomes Eanes de Zurara, tendo por objectivo fazer dialogar esta crónica com a I parte da *Crónica de D. João I*, de Fernão Lopes, que estudei, sob o mesmo prisma², num trabalho anterior³. Pretendo, a partir do estudo do uso que é feito do relato de discurso, ajudar a perceber se «Zurara utilizou elementos reunidos por Fernão Lopes para aquela que seria a terceira parte da Crónica de D. João I (após 1411)». (Duarte, L.M., no prelo).

O relato de discurso dos protagonistas da ida a Ceuta é muito abundante na crónica escrita por Zurara, sobretudo na forma de discurso directo com intercalada que identifica o locutor, mas também na forma de discurso indirecto. Há capítulos inteiros que são conversas entre D. João I e os Infantes, entre estes e a Rainha, entre o Rei e o seu vedor da fazenda João Afonso, ou o Prior do Hospital, para dar apenas alguns exemplos de locutores cujo discurso é relatado.

¹ Utilizo a edição da Academia de Ciências de Lisboa (1915), organizada por M. Esteves Pereira.

² Para justificar esta opção, recorro à seguinte citação: «En un estudio que parta del lenguaje para llegar a las realidades que éste designa, las realidades lingüísticas deben ser estudiadas en primer lugar.» (Contamine, Guenée e Le Goff (1978), cit. por Monteiro, 1988: 20, nota 7).

³ Trata-se do texto que escrevi para o Volume comemorativo dos 25 anos do Centro de Linguística.

Na escolha destes locutores para, com os seus relatos, construir grande parte do texto da crónica, já se verifica uma notória diferença entre Zurara e Fernão Lopes. Sinal dos tempos e, eventualmente, dos gostos dominantes na corte, a *Crónica de D. João I* (I parte) dá, frequentemente, a palavra à «arraia miúda», a uns e a outros, ou até a «todos», incluindo a burguesia lisboeta e os seus mais autorizados representantes. Tal não acontece, globalmente, no texto de Zurara em apreço, onde só muito esporadicamente se cede espaço para a fala da gente anónima. Esses momentos situam-se, justamente, naqueles capítulos onde a presença de um estilo mais próximo do de Fernão Lopes parece mais nítida, como no capítulo VI, em que o cronista dá conta da alegria causada pela assinatura do tratado de paz com Castela; no capítulo XXIII, em que são narrados os festejos de Natal que o Infante D. Henrique organizara em Viseu ou no capítulo XLIX, onde Zurara descreve a reacção popular à eminente largada das naus, na Ribeira de Lisboa.

O peso talvez excessivo do relato de discurso do Rei e dos Infantes tem de ser entendido no contexto «do Portugal neo-senhorial posterior a Alfaro-beira» (Duarte, L.M., no prelo), bem diferente do Portugal dos tempos conturbados em que Fernão Lopes redigiu a sua crónica.

São muito poucos os sujeitos colectivos e anónimos que intervêm, falando e estes sujeitos colectivos intervêm, justamente, no capítulo XVII, quando a população se junta para ver chegar as galés que tinham regressado de Ceuta:

«os outros da cidade»
«alguus dos que hi estavam»
«os estrangeiros» (p. 55, todos os exemplos).

Além do relato referido, o texto de Zurara usa, com muito mais frequência do que o de Fernão Lopes, citações, geralmente em discurso indirecto ou na versão indirecta «segundo X», de Doutores da Igreja que funcionam como legitimação religiosa do narrado. Só no Prólogo, são citados: S. Mateus, o profeta (duas vezes), o mestre das sentenças (duas vezes), S. Gregório (duas vezes), S. Lucas, Tobias, o apóstolo S. Paulo, o evangelho de S. João, a santa escritura e Santo Anselmo. Em vez das opiniões ou do testemunho de quem assistiu aos factos para credibilizar a veracidade do seu discurso e do narrado, processo utilizado por Fernão Lopes, Zurara cita autoridades religiosas⁴ para legitimar as opiniões do Rei e dos Infantes, assim como usa argumentos religiosos para defender essas opções.

⁴ Ao traçar o retrato da época, João Gouveia Monteiro fala do «reconhecimento da autoridade de grandes “fontes comuns” (...)» (Monteiro, 1988: 24), das quais as religiosas seriam as mais importantes.

Quer a cronologia da redacção e revisões da *Crónica da Tomada de Ceuta* quer o percurso pessoal do cronista de D. Afonso V nos levam a ter em consideração os movimentos argumentativos usados para conduzir o leitor à aceitação, à inevitabilidade da presença portuguesa em Marrocos⁵. Como salientou Armindo de Sousa, «As crónicas são discursos, são enunciados que supõem um locutor e um alocutário, havendo no primeiro a intenção de influenciar o segundo duma maneira determinada.» (Sousa, 1994: 46).

Uma outra considerável diferença entre o relato de discurso em Fernão Lopes e em Zurara é que, neste, as réplicas reproduzidas em discurso directo são, por vezes, muito longas (é frequente a mesma réplica ocupar duas e três páginas, até quatro), de vez em quando com apóstrofes, muito retóricas, sem qualquer instrução de oralização e menos verosímeis do que os falares «reproduzidos» por Fernão Lopes. Na *Crónica da Tomada de Ceuta*, não temos interjeições, frases de tipo exclamativo, fraseologias nem outros modos mais vivos de falar que, embora fruto da construção do autor e não, como ingenuamente tenderíamos a crer, reprodução literal de um discurso relatado *ipsis verbis*, traduzem, em geral, uma preocupação de verosimilhança, ao nível da reprodução de discursos, de todo ausente em Zurara.

Aliás, se como o cronista afirma e parece ser verdade, a sua principal fonte é o relato do Infante D. Henrique⁶ já idoso, não é de espantar que os discursos relatados dos protagonistas sejam meras peças de argumentação de Zurara, ou talvez, do partido de D. Afonso V.

«Porem tomamdo alguus pedaços que ficaram apegados nas paredes do emtendimemto deste senhor cheas de muy grandes cuidados e çercadas de feitos estranhos com alguuas migalhas que de fora apanhamos. trabalharemos de fazer cousa que pareça jnteira segundo a forma do processo que se segue.» (p. 11)

Por outro lado, Zurara mostra-se menos persuasivo e enérgico em relação ao alocutário da sua crónica e se existem também referências a ele («segundo

⁵ Segundo Luís Miguel Duarte, «(...) tudo nos aconselha a que constantemente nos interroguemos se estamos apenas perante uma tentativa de reconstituição histórica tão aproximada quanto possível, consideradas as dificuldades da tarefa, ou se essa reconstituição foi poderosamente influenciada pela visão da presença em Marrocos de um dos partidos em confronto, o qual, sabendo em parte como as coisas acabaram por se passar, reescreve o passado para intervir no presente e multiplica, na crónica, recados para os debates em curso na sociedade portuguesa da segunda metade do século XV. Se entendermos que estas reservas são de acolher, ao menos como postura hermenêutica prévia, fará menos sentido agarrarmo-nos em excesso a esta fala de D. João I ou aquela réplica de um dos Infantes, que Zurara dá como verdadeiras, mas que teriam ocorrido três ou quatro décadas antes e cuja reprodução, nos anos 50 ou 60, era tudo menos inocente.» (Duarte, L. M., no prelo). Não se pode, em boa verdade, falar aqui de reprodução, mas antes de recriação fictiva.

⁶ Os historiadores confirmam o quase desaparecimento de D. Pedro e o excessivo protagonismo que adquire, na crónica, o Infante D. Henrique.

bem ouuistes», p. 14; «como acharees ao diante», p. 15), são muito mais discretas e menos frequentes do que em Fernão Lopes, cuja preocupação em convencer e envolver o alocutário faz parte de uma estratégia de sedução mais global, a que me referi noutra ocasião⁷. É provável que o alocutário da *Crónica da Tomada de Ceuta* fosse sociologicamente bem diferente daquele que Fernão Lopes procurou envolver na sua narração dos factos incluídos na *Crónica de D. João I*. E sabe-se que, ao produzir um discurso, o locutor incorpora a imagem que tem do alocutário e as expectativas que lhe atribui.

A estratégia de envolvimento que procurava pôr o alocutário o mais perto possível dos factos narrados, levou a que Fernão Lopes fornecesse, mais do que faz Zurara e com mais pormenores, informações sobre os locutores e o modo como eles falam. Apesar de tudo, o autor da *Crónica da Tomada de Ceuta* inclui, de vez em quando, pequenos apontamentos que remetem para a forma de falar ou os gestos e expressões que acompanham as diferentes réplicas:

«E per esta guisa acabou o Iffamte Dom Hamrrique sua rresposta, da quall elRey seu padre foy muyto ledo. e assy com a boca chea de rriso lamçou os braços em elle, e lhe deu a sua beemçom.» (p.47)

«O prioll estava rrijmido porque uia que elRey nom conheçia sua teemçom, porem disse que (...) » (p. 59).

«E porque sua teemçom fosse melhor dessimullada, disse huu dia comtra o Iffamte Dom Pedro per tall maneyra que o ouuissent todos.» (p. 69).

Uma das razões que explicam, também, a quase ausência de referência, no discurso do narrador que introduz discurso directo, aos pormenores da enunciação que acompanhariam a fala relatada é que Zurara usa, muito mais do que Fernão Lopes, a oração intercalada em vez do discurso introdutor:

«Vossos pensamentos disse elle sam assaz de grandes e bõos.» (p.27).

«Assi lho faley disse Joham Affonso e nam me parece que me respomdeo como eu quisera.» (p.27)

No que tange à estratégia de prender o alocutário, relevei, em Fernão Lopes, entre outros aspectos, a preocupação assumida com a arquitectura macroestrutural do texto, as considerações metadiscursivas sobre o arranjo narrativo⁸.

⁷ Cf. nota 3.

⁸ Segundo informação do Professor Doutor José Carlos Miranda, a quem agradeço, estas preocupações metanarrativas explicam-se por Fernão Lopes ser um profundo conhecedor do romance arturiano, onde as considerações sobre a arquitectura narrativa eram frequentes.

Este é mais um vector que separa as duas crônicas em análise. Se Zurara se detém, também, em considerações sobre o modo como conta, tais considerações são raras, embora interessantes:

«Em este presente capitullo nos he neçessario que tornemos atras por trazermos nosso proçesso em sua dereita ordenança. Ca muitas vezes se açerta que jazem as primeiras pedras ao pee da obra esperando por seu propio lugar. e as derradeiras sam postas no fundamento do liçeçe quando o mestre da geometria laura em seu offiço.» (p. 24).

Não pretendo, com este confronto entre o texto de Fernão Lopes e o de Zurara, desvalorizar o segundo em relação ao primeiro⁹, porque cada um deles foi fruto do respectivo tempo, embora pense que as estratégias de sedução do alocutário resultam eficazes em Fernão Lopes, cujo texto é de leitura envolvente, enquanto que os argumentos longamente arrolados nos discursos dos protagonistas da *Crónica da Tomada de Ceuta* se lêem, por vezes, com algum custo. Também Zurara tem, num ou noutro passo, imagens sugestivas:

«e ja desta derradeira vez falaram a seu padre com muito mayor peso como aquelles que teueram mayor espaço para cuidarem no feito.» (p. 28),

situações verosímeis (como o sonho dos Infantes¹⁰ com Ceuta, ainda antes de o Rei ter tomado a decisão final, no capítulo XI), um ou outro resumo de conversa:

«E depois dalguu pequeno rrezoadado que sobre aquelle feito ouue, mandou elRey que tirassem.» (p. 59),

ou até a explicação para não incluir relato de palavras que, afinal, o cronista vai utilizar abundantemente de seguida:

«E quem quiser escreuer os falamentos de todos seria huua cousa defusa ou mais dereitamente jmpossiuél. ca elles nam se contentam de contarem o que sabem. mas ajnda acreçentam no que ouuem em muitas partes tam largamente per que fazem aquelles que am descreuer a sustança dos feitos poer em muy grandes duuidas. de guisa que he mais segura parte perguntar a poucas e çertas pessoas que demandar a todos o que perfeitamente nam am rrezam de saber.» (p. 14).

Este excerto justifica a opção do autor, quando ouve apenas um ou outro testemunho (o do Infante D. Henrique, sobretudo) e relata palavras de um

⁹ Como, de certo modo, fez Alexandre Herculano.

¹⁰ Sonhos e visões fazem parte das técnicas do maravilhoso medieval (cf. Le Goff, 1985).

número reduzido de locutores: o Rei, poucos nobres dos seus mais próximos e os Infantes, colectivamente considerados, como se falassem sempre em coro. O sujeito plural nos enunciados citadores (situados antes do discurso relatado ou intercalados nele) é uma marca do carácter inautêntico do discurso directo. A autenticidade e credibilidade da citação em discurso directo são postas em causa por serem atribuídas as mesmas palavras a vários locutores em simultâneo, facto que não revela grande preocupação de verosimilhança.

Há, é verdade, alguns momentos em que a escrita de Fernão Lopes parece estar por baixo da de Zurara. São momentos em que o povo comum se anima, festeja, corre em alvoroço: quer para celebrar a paz recentemente assinada com Castela, quer para festejar o Natal com o Infante D. Henrique, quer para ver o movimento das embarcações que se preparam para largar para Ceuta. São momentos em que, como abundantemente sucedia na *Crónica de D. João I*, são relatadas diferentes opiniões sobre um mesmo facto, pontos de vista diversos. Os mais importantes do reino, os mais velhos, mostram-se satisfeitos com a paz que chega ao reino, mas

«outras repartições muy contrairas daquestas eram amtre os fidalgos mançebos (...) e assi alguus homees que nam tinham outro bem senam esperança do ganho que lhe auia de seer dado por auantagem que fizessem no feito de armas.» (p. 21).

É provável que Zurara tenha reescrito, nuns passos mais do que noutros, material preparado pelo seu antecessor. Tal procedimento não tinha, na época, o carácter reprovável que hoje lhe atribuímos. Cito, a propósito, Luís Miguel Duarte: «Importa dizer que, à época, se entendia menos a tarefa de cada um destes homens como um trabalho de autor, que escreveria e assinaria *livros* distintos, crónicas avulsas de reinados, e mais como um esforço continuado de reunião de materiais arquivísticos, de informações documentais e orais, de notas e apontamentos, em vista à redacção da grande obra: a *Crónica Geral do Reino*, naturalmente dividida de acordo com os sucessivos reinados. Creio que este aspecto explica, por um lado, a dificuldade em hoje sabermos, em certos casos, quem escreveu o quê, e, por outro, desvaloriza, por anacrónicas, algumas suspeitas de plágio. Utilizar todos os elementos cuidadosamente reunidos pelos antecessores para a prossecução da obra comum, a crónica geral do reino, era natural, legítimo e, em certa medida obrigatório para o titular do cargo de cronista-mor em exercício em cada momento. Este sabia que, à sua morte, outro arrancaria no ponto em que ele tinha interrompido, e a partir do acervo de informações que ele tivesse reunido.» (Duarte, L. M., no prelo).

Ora há passagens em que a *Crónica da Tomada de Ceuta* parece referir-se a alguém que, anteriormente ao seu autor, já tivesse escrito a história. Não são pas-

sagens claras. Zurara pode estar, por vezes, a falar de si próprio, mas cremos que, em certos momentos, há uma alusão a um outro cronista cujo material utilizou:

«(...) segundo rreal ordenança dos antigos estoriadores» (p. 11).

«Pareçeme diz *aquelle que escpreueo esta estoria*, que ueio os entendimeemtos destes gramdes príncipes amdar per as uagas assy como a naao quamdo amda no alto mar». (p. 42)

«A Deos diz o autor, e como posso eu fallar em estas cousas, que se nom demouam as amtreধানhas da uoomtrade *pera hauer delle hua sabudosa lembrança*». (p. 74) (sublinhados meus).

Quem será o autor que diz «adeus» e do qual Zurara tem «uma saudosa lembrança»? É justamente na parte inicial da crónica que mais interferências parece haver de um outro texto inicial reescrito em grau maior ou menor. Depois, no relato da aventura no Norte de África, sente-se cada vez mais o peso de Zurara, com os problemas históricos que os historiadores levantam à justeza do seu relato dos factos e que não cabe, a nós, ajuizarmos.

Uma vez que, no decurso do meu trajecto de investigação, o estudo do relato de discurso em Fernão Lopes e em Zurara surgiu na sequência da busca das origens do discurso indirecto livre, há um último aspecto que gostaria de referir. Do ponto de vista do estudo do relato de discurso, há a assinalar, em Zurara¹¹, algumas sequências de discursos indirectos encadeados uns nos outros, todos dependentes de uma única oração subordinante, que Bally (1914) apon-
tou como uma eventual origem para o aparecimento do discurso indirecto livre:

«(...) deu em rresposta que os feitos de Castella estauam assi empachados que elle por entam nom podia detreminar dereitamente que rresposta ouuesse de dar. (...) E que por ello tinha feito treguas com o rregno de Grada por çerto tempo. e que repousasse assi ata as ditas cousas serem findas. e que se a guerra com *aquelle* rreino começasse que elle o faria saber. e que entam poderia enuiar seu rrecado por declaraçam de sua vontade sobre a qual se teria conselho e lhe seria dada detreminadamente sua rresposta.» (p. 23).

Retomando o que sobre Fernão Lopes escrevi¹², também no texto de Zurara se notam flutuações entre discurso directo e indirecto, que podem ser consideradas uma espécie de proto-discurso indirecto livre não intencional:

¹¹ Como já acontecia em Fernão Lopes.

¹² O «como» usado onde hoje utilizaríamos o «que», como conjunção integrante, é um traço já notado em Fernão Lopes e para o quel Epifânio da Silva Dias (cf. Dias, 1933: 257) chama a atenção: «E eu lhe rrespondi como era naturall da çidade de Lisboa.» (p. 56).

«(...) disserom a elRey que semelhantes cousas nom eram para teer em grande estima, porque disserom elles, tanto que a Rainha nossa senhora e madre for comtemte açerqua de nosso mouimento, o comdestabre nom he homem que comtradiga nehuua cousa, que uos hordenardes por seruiço de Deos, (...).» (pp. 60-61).

«disse contra os seus. Que pois elRey seu senhor alli era tam preto que nom som mais de tres legoas ajmda que grandes seiam, que lhes seria desmesura.» (p. 71)

A relatos semelhantes a estes, Fludernik (1993) e Cerquiglini (1984), entre outros, chamam já discurso indirecto livre, mas estas sequências não têm a intencionalidade literária que marca este modo de relato depois de La Fontaine e Jane Austen, quando falamos do discurso indirecto livre que atinge a maturidade com o Realismo oitocentista. Não é de descartar a hipótese de esta hesitação discurso directo/discurso indirecto ter sido revisitada e conscientemente explorada, dadas as suas virtualidades expressivas, por escritores mais próximos de nós.

Um estudo como o presente, para que as suas conclusões possam ser seguras, necessita de ser complementado com um outro em que se cotejem edições e manuscritos, já que a forma de marcar, na escrita, o relato em discurso directo era, na época de Zurara, muito flutuante e ainda não fixada pelos operadores ou marcadores citacionais que hoje usamos. Temos, portanto, que ser cautelosos, quando chega a hora de tirar conclusões.

Embora abundantemente escrita tecendo, entre si, os relatos de discursos dos protagonistas, a *Crónica da Tomada de Ceuta* revela uma preocupação quase inexistente em relação à verosimilhança dos discursos relatados. Os protagonistas não se distinguem uns dos outros pelas palavras que usam, porque usam, de facto, palavras homogeneizadas pelo discurso do cronista, numa uniformidade de estilo desconcertante. Nas intervenções de grande extensão, não há lugar para a urgência do escudeiro de Álvaro Pais, nem para o desespero mal contido de Leonor Teles quando o Andeiro é assassinado. Zurara pretendeu, acima de tudo, defender a opção política de D. Afonso V. É ele quem fala, em última análise, através de quase todos os discursos relatados da *Crónica da Tomada de Ceuta*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALLY, Charles, 1912 – «Le Style Indirect Libre en Français Moderne», I e II, *Germanisch-Romanische Monatsschrift*, Heidelberg, pp. 549-556 e 597-606.
CERQUIGLINI, Bernard, 1984 – «Le Style Indirect Libre et la Modernité», in *Langages* n° 73, pp. 7-16.

- DIAS, Augusto Epifânio da Silva, 1933 – *Syntaxe Historica Portuguesa*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 2ª ed.
- DUARTE, Luís Miguel, (no prelo) – «A Crónica perdida de Vasco Fernandes de Lucena», Coimbra, número especial da revista *Biblos*, de homenagem ao Professor Salvador Dias Arnaut.
- (no prelo) – «Regresso a Ceuta», in *I portoghesi nel mediterraneo tra medioevo ed età moderna*, Caglieri, Consiglio Nazionale delle Ricerche, Istituto sui Rapporti tra Italo-iberia.
- FLUDERNIK, Monika, 1993 – *The Fictions of Language and the Language of Fiction, The linguistic representation of speech and consciousness*, London and New York, Routledge.
- GOMES, R. Costa, 1993 – «Zurara, Gomes Eanes de», in *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, (org. e coord. de Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani), Lisboa, Caminho, pp. 687-690.
- MONTEIRO, João Gouveia, 1988 – *Fernão Lopes. Texto e Contexto*. Coimbra, Minerva.
- SOUSA, Armindo de, 1994 – «Os cronistas e o imaginário no século XV (Breve reflexão sobre a crónica enquanto discurso)», in *Revista de Ciências Históricas*, Porto, Universidade Portucalense, vol. IX, pp. 43-47.

IDIOMATISMOS COM CABEÇA EM PORTUGUÊS, FRANCÊS E ALEMÃO: um ensaio de contrastação metafórica

Isabel Rodrigues, Júlia Cordas, Margarida Mouta
Faculdade de Letras da Universidade do Porto

1. Introdução

Quando um dia nos perguntávamos “porque é que os alemães ficam cheios até ao nariz, os portugueses até à ponta dos cabelos e os franceses até acima da cabeça” e também “porque é que nos salta a tampa enquanto aos outros não”, ou então “porque é que os portugueses e os alemães metem a cabeça na areia, enquanto os franceses a escondem debaixo da asa”, ou ainda “porque é que o coração dos portugueses lhes cai aos pés, e o dos alemães lhes escorrega para as calças”, decidimos realizar um trabalho contrastivo sobre idiomatismos contendo partes do corpo. Como se pode facilmente constatar, nas trocas verbais correntes o domínio das partes do corpo é muito comum em idiomatismos. Mas porque será que o processo de metaforização recorre a imagens em que as partes do corpo estão inseridas? Será que em todas as línguas as diferentes partes do corpo desempenham funções semânticas idênticas? No intuito de obter uma resposta (embora ainda muito limitada) para estas perguntas, resolvemos definir um campo de pesquisa restrito, seleccionando os idiomatismos mais comuns em português, francês e alemão em que se encontra inserida a palavra *cabeça*.

Por questões de limitação de tempo e do âmbito deste pequeno estudo, o *corpus*¹

¹ Os idiomatismos recolhidos são ligações fixas de palavras, mais ou menos idiomáticas. Quanto ao seu semantismo, inserem-se nos grupos dos fraseolexemas parcial e totalmente idiomáticos de Hundt (1994) e nos grupos de pares idiomáticos e comparações idiomáticas. Sempre que necessário foram consideradas variantes lexicais, fraseologismos sinónimos e polissémicos. Não se tomou em conta expressões fixas como os provérbios e os verbos de suporte que, de acordo com muitas classificações se inserem no grupo dos fraseologismos. Também foram excluídos os idiomatismos em que *cabeça* desempenha as funções semânticas de: elemento localizador (cabeça-de-lista), elemento valorativo (cabeça-de-casal), elemento qualificador atribuível não só a entidades [+humanas], mas também a entidades [-animadas] (com pés e cabeça, sem pés nem cabeça). Não se tomou em consideração nem as aspectos morfológicos dos idiomatismos, nem as características do registo linguístico a que pertencem.

foi recolhido de vários dicionários idiomáticos. Para um trabalho preciso e mais aprofundado, seria necessário recorrer a um *corpus* mais extensivo, constituído não só por textos escritos, mas também por recolhas de língua falada de vários tipos de registo. Queremos, pois, salientar, que esta análise é apenas uma proposta de abordagem dos idiomatismos que mostra como o seu estudo é importante não só para o conhecimento do modo como apreendemos o mundo que nos rodeia, mas também como ele se manifesta na língua. Esta perspectiva de estudo é certamente vantajosa tanto para o campo da tradução, como para a didáctica, facilitando sobretudo a aprendizagem do léxico.

2. Pressupostos teóricos

Para observar o processo de metaforização nos idiomatismos em questão, recorreremos ao conceito de metáfora de Lakoff/Johnson (1980). A metáfora é entendida como o modo importante de compreender e de estruturar a nossa experiência. Uma função da metáfora é estruturar na língua os domínios abstractos através de projecções de domínios mais concretos. Esses domínios concretos fazem parte de vários tipos de experiências naturais com objectos que apresentam uma estrutura clara (interna e externa). As características estruturais dos objectos concretos permitem-lhes servir para definir outros conceitos menos concretos e menos claramente delineados. Assim explicam Lakoff/Johnson (1980) a formação de estruturas imagístico-esquemáticas a nível conceptual que se encontram na base da estruturação do nosso pensamento. Alguns dos esquemas conceptuais propostos por Johnson (1987, cit. in Lakoff, 1987: 271 segs.), a que recorreremos para a interpretação dos idiomatismos, são:

1. Esquema CONTENTOR: implica a existência

- de conteúdos,
- de uma orientação dentro-fora,
- da possibilidade de as coisas saírem e entrarem,
- da possibilidade de quantificação de conteúdos (cheio-vazio).

Esta estrutura CONTENTOR parece ser muito marcante no nosso pensamento, pois não só se realiza constantemente na língua, mas também no gesto (exemplo: gesto metafórico²).

² Cf. McNeill, 1992.

2. Esquema ORIGEM-PERCURSO: derivado da experiência do movimento do nosso próprio corpo e das coisas no espaço, é composto pelos seguintes elementos:

- ORIGEM
- META
- PERCURSO
- DIRECÇÃO

3. Esquema ORIENTAÇÃO/RELAÇÕES: baseado na experiência do corpo (orientação) e na constituição das coisas em partes (havendo partes centrais e partes periféricas), considera a orientação ACIMA-ABAIXO e as relações CENTRO-PERIFERIA e PARTE-TODO.

4. Esquema FORÇA: relacionado com o movimento e acção de forças sobre objectos que levam o objecto a mudar a sua posição no espaço ou a sua forma/constituição.

5. Esquema CONTROLE: sugerido por Pauwels/Simon-Vandenberg (1995), tem a ver com a influência de uma entidade ou instância sobre outra, fenómeno directamente ligado às nossas experiências básicas no mundo. Pela sua relevância, foi também considerado nesta análise.

Temos assim, de um lado, as estruturas esquemáticas que se baseiam em objectos do mundo concreto; do outro lado, os vários domínios concretos em que essas estruturas podem ter sido experimentadas. Os domínios concretos podem ser mais ou menos básicos, conforme a sua relação experimental com o ambiente seja mais ou menos directa. Como referem Pauwels/Simon-Vandenberg (1995: 35), o domínio das partes e das funções do corpo é um desses domínios concretos básicos.

Os idmatismos são realizações linguísticas fundadas na transposição metafórica de domínios concretos para conceitos de domínios abstractos. As características dos domínios concretos das experiências básicas do ser humano são reduzidas a traços esquemáticos (matéria, forma, tamanho, etc.) e a dinâmicas dominantes (percursos, limites, orientações, etc.) e constituem estruturas orgânicas nas quais o pensamento se funda e a partir das quais se processa.

Levanta-se aqui uma pergunta um pouco mais específica: Será que as estruturas imagístico-esquemáticas, conceptualmente determinadas que se encontram na base destas metaforizações são iguais para os três sistemas de língua? Será que os domínios concretos usados na metaforização são idênticos para as três línguas?

3. Análise dos idiomatismos com cabeça

3.1. Metodologia

A análise dos idiomatismos processou-se do seguinte modo:

- classificação das ocorrências inventariadas de acordo com o seu significado.
- descrição das estruturas imagístico-esquemáticas subjacentes à construção das metáforas (elementos ou características dessas estruturas mais relevantes para a transposição metafórica).
- contrastação, nas diferentes línguas, das imagens evocadas nos idiomatismos e dos seus significados conotativos.

3.2. Significados metafóricos dos idiomatismos com cabeça

Nas três línguas em análise, os idiomatismos formados com a palavra *cabeça* estão relacionados com a) fenómenos cognitivos, a saber, capacidade intelectual, actividade intelectual, b) fenómenos psicológicos relacionados com o temperamento ou com estados emocionais; c) fenómenos interaccionais ligados a atitudes assumidas em relações interpessoais; d) fenómenos sociais relativos a situações específicas de perda de vida/valores.

Em alguns dos idiomatismos em questão, *cabeça* surge como metáfora de capacidade / actividade intelectual; noutros idiomatismos, a palavra *cabeça* mantém o seu significado literal; no entanto os estados, mudanças de estado ou acções descritas nessas frases expressam outros significados, como consta da tabela em baixo:

Cabeça	=	Capacidade / actividade intelectual
Cabeça	=	Temperamento
Reacção fisiológica	=	Estado emocional
(Re)acção física	=	Estado emocional
Acção física interpessoal	=	Atitude
Situação/Acção	=	Risco de perda de vida / bem material

Para poder explicar de um modo sucinto o funcionamento destes processos metafóricos, excluímos da presente análise os idiomatismos que descrevem características de temperamento, estados emocionais, atitudes e valores e detemo-nos naqueles em que *cabeça* assume metaforicamente os valores semânticos de *capacidade* e de *actividade intelectual*³.

³ Uma análise de todos estes significados encontra-se em Rodrigues/Cordas/Mouta, no prelo.

3.3. Cabeça é capacidade / actividade intelectual

Na base das metaforizações deste grupo de idmatismos encontra-se sobretudo a estrutura imagístico-esquemática CONTENTOR, com as suas respectivas características (existência de paredes, de conteúdo, o facto de ser caracterizado por uma determinada forma e tamanho), relacionada com a estrutura imagístico-esquemática PERCURSO. Os idmatismos deste grupo foram subdivididos conforme o seu significado denotativo evoca: (1) propriedades da matéria (paredes do contentor), (2) a existência /ou não de um conteúdo com determinadas propriedades, (3) tamanho, (4) forma e (5) localização do contentor, o próprio contentor (6)/(7) como um objecto/recipiente (ou seja, o lugar que recebe e guarda outros objectos e de onde saem objectos), (8) o contentor como objecto manipulável pelo indivíduo ou (9) por outras entidades e instâncias externas controladoras.

	ESTRUTURAS IMAGÍSTICO-ESQUEMÁTICAS	
<i>Cabeça =</i>	CONTENTOR PERCURSO	<i>= capacidade/actividade intelectual</i>
	Elementos semânticos do CONTENTOR:	
	propriedades da matéria das paredes	
	existência / não-existência do conteúdo	
	tamanho do CONTENTOR	
	forma “ “	
	localização “ “	
	Elementos semânticos de CONTENTOR / PERCURSO:	
	objecto (recipiente)	
	objecto = lugar para onde, por onde, onde	
	objecto manipulável pelo próprio	
	objecto manipulável por alguém ou alguma coisa	

O funcionamento deste tipo de metaforização ficará mais claro a partir da descrição e contrastação de alguns destes idmatismos do português, francês e alemão.

3.3.1. Propriedades da matéria (das paredes do CONTENTOR)

O recurso às sensações tácteis põe em evidência propriedades da matéria como a dureza e a resistência, sendo a dureza do material das paredes do contentor é a característica do domínio concreto que designa estupidez.

A resistência do contentor, quando apresentada com traços de sinal positivo – *forte* – é a metáfora da inteligência; em caso contrário, o mesmo elemento

semântico induz o conceito de “uma certa” incapacidade intelectual (*cf. actividade intelectual*).

Estas imagens do domínio da resistência dos materiais têm valores semânticos idênticos nas três línguas. Exceptua-se, no entanto, o caso do alemão nos idiomatismos com os adjectivos *claro*, *iluminado*, *bom*, que estão mais ligados a fenómenos ópticos.

PORTUGUÊS	FRANCÊS	ALEMÃO
alguém é duro de cabeça	quelqu'un a une tête bien dure	
alguém é cabeça-de-coco		
alguém é cabeça-de-pau		jd. ist ein Holzkopf
alguém tem uma cabeça forte	quelqu'un a une forte tête	
alguém tem fraca cabeça	quelqu'un a une tête faible	jd. ist ein Schwachkopf
		jd. hat einen hellen/klugen/ guten Kopf

3.3.2. Conteúdo no CONTENTOR / consistência

As imagens deste grupo estão maioritariamente inscritas em domínios do mundo animal e vegetal, recorrem a sensações visuais e auditivas e apontam para a incapacidade de pensar/raciocinar convenientemente e com eficácia.

Referem-se à existência (ou não) de conteúdo no contentor bem como à sua natureza, o que fazem identificando-o com seres do mundo. Por metonímia, estes seres, assumem o valor da característica da matéria enfatizada. (*alho-chocho/ vacuidade; areia/dureza; água/liquefacção, esvaziamento*)

Encontramos também idiomatismos com conotações ligadas a outros órgãos dos sentidos: *alguém tem a cabeça a zumbir / jdm. brummt der Kopf / jdm. schwirrt der Kopf*. O cansaço resultante do trabalho mental manifesta-se através de vibrações (*zumbir/ brummen*) ou de uma tontura causada por um esvoaçar rápido, acompanhada de algum ruído e feito em movimentos circulares (*schwirren*). Verifica-se assim que os elementos dentro do contentor podem ser dinâmicos.

A expressão *alguém tem a cabeça a deitar fumo*, descreve um processo análogo a outros do mundo real (domínio dos fenómenos naturais ou técnicos). Este idiomatismo convoca imagens visuais, auditivas e até cinestésicas. Sugere, por metonímia, trabalho intenso e pesado (*cf. mundo fabril, transportes*) e simultaneamente o fogo que devasta, consome e, em casos-limite, destrói. Esta metáfora tem dimensões conotativas fortes e variadas, indiciadoras de cansaço intelectual extremo, provocado por um trabalho intenso, difícil, complexo ou demasiado prolongado.

No caso francês *quelqu'un a une tête de pioche*, o instrumento pá (pioche) escapa aos domínios referidos pelos outros idiomatismos do grupo, mas, pela sua forma côncava, sugere a vacuidade (*cf. caver la tête à quelqu'un / se creuser la tête*).

PORTUGUÊS	FRANCÊS	ALEMÃO
alguém é cabeça-de-vento	quelqu'un a la tête à l'évent / quelqu'un a la tête éventée	
alguém é cabeça oca	quelqu'un a la tête vide	jd. ist ein Hohlkopf
alguém é cabeça chocha	quelqu'un a une tête de pioche	
alguém é cabeça-de-alho- -chocho		
	quelqu'un a un petit pois à la tête	
alguém não tem nada na cabeça	quelqu'un n'a rien dans la tête	jd. hat nichts im Kopf
alguém tem algo na cabeça	quelqu'un a quelque chose en tête	
alguém tem a cabeça cheia de minhocas		
alguém tem areia na cabeça		
	quelqu'un a du plomb dans la tête	
alguém é cabeça-de-água bórica		
alguém é cabeça-de-abóbora		
alguém é cabeça-de-melancia		
alguém tem a cabeça em água		
alguém tem a cabeça vazia	quelqu'un a la tête vide	jd. hat einen leeren Kopf
alguém tem a cabeça cheia		
		jd. hat einen schweren Kopf
alguém tem a cabeça a deitar fumo		jdm. raucht der Kopf
alguém tem a cabeça a zumbir		jdm. brummt der kopf
		jdm. schwirrt der kopf

3.3.3. Tamanho do CONTENTOR

Não só as coisas do mundo, mas também o próprio mundo pode ser visto como um contentor dentro do qual se situam outros contentores, de diferentes naturezas e dimensões. Na base da escala que permite atribuir valores aos objectos está normalmente a noção de grandeza. Assim, é comum pensar-se que o que é grande tem muito valor e o que é pequeno tem pouco valor. Consequentemente, uma grande cabeça é a metáfora de inegável capacidade intelectual. A caracterização de contornos subjectivos acentua a impossibilidade de definir com rigor os limites desta capacidade. Pelo contrário, a ausência de capacidade intelectual é esquematicamente representada por imagens de seres do mundo animal e vegetal, cujas dimensões são incontestavelmente reduzidas (cf. o caso cabeça-de-galinha: é do cérebro do animal que se trata).

PORTUGUÊS	FRANCÊS	ALEMÃO
alguém é uma grande cabeça		jd. hat einen grossen Kopf
	quelqu'un a une petite tête	
alguém é uma cabeça de avelã		
alguém é uma cabeça-de-arvêola	quelqu'un a une tête de linotte	
alguém é uma cabeça-de-galinha		
alguém é uma cabeça-de-atum		
alguém é uma cabeça-de-grilo		

3.3.4. Forma do CONTENTOR

Não seria possível pensar o mundo ou falar dele se o homem não tivesse, armazenadas em arquivo, imagens desse mundo. No relato bíblico da Criação do Mundo: “no princípio a Terra era sem forma e vazia”, a ausência de forma equivale, pura e simplesmente, à própria não-existência.

No caso dos idiomatismos que se referem a esta característica do contentor, verifica-se que formas anómalas (quadrada) ou deficientes (marreco) metaforizam a incapacidade de pensar. No topo desta escala de deformações situam-se os casos do francês que apontam para uma disfuncionalidade total (*quelqu'un a la tête à l'envers* e *quelqu'un a une tête de noeud*).

Situado no outro extremo da escala, a forma intacta do contentor (no caso do alemão *jd. ist nicht auf den Kopf gefallen* – alguém não caiu em cima da cabeça) metaforiza a preservação da capacidade intelectual.

Como metáfora da actividade intelectual surge, por fim, o idiomatismo *ter/ficar com a cabeça feita num oito*, no qual a palavra *cabeça* representa o contentor-objecto. Como resultado da manipulação por uma instância exterior (manipulação que escapa ao controle do próprio) o contentor torna-se totalmente disforme e disfuncional.

PORTUGUÊS	FRANCÊS	ALEMÃO
alguém é uma cabeça quadrada		
alguém é/está marreco da cabeça		
	quelqu'un a la tête à l'envers	
	quelqu'un a une tête de noeud	
alguém tem a cabeça (feita) num oito		
		jd. ist nicht auf den Kopf gefallen

3.5. Localização do CONTENTOR

A ordenação do mundo prevê e depende não só da correcta localização dos objectos no espaço, mas também das posições relativas que eles mantêm entre si. Alguns idiomatismos deste grupo descrevem a anomalia das relações PARTE/TODO, enquanto outros dão conta da ocupação de espaços que não são próprios ao contentor-cabeça, impedindo-o assim de pensar.

No caso do alemão, *Brett* (tábua) a incapacidade de pensar não resulta de deficiências próprias, mas de um obstáculo que se interpõe entre a cabeça contentor e o exterior, inviabilizando assim o seu funcionamento. Sobressai aqui também a noção do contentor como um recipiente e a existência de espaços, exterior e interior, claramente delimitados. Em todas as ocorrências, porém, a incorrecta relação com o todo ou com o espaço exterior aos próprios limites é o esquema que sustenta a formação de conceitos abstractos como o esquecimento ou a incapacidade de concentração.

PORTUGUÊS	FRANCÊS	ALEMÃO
alguém tem a cabeça no sítio épaules	quelqu'un a la tête sur les	
alguém anda de cabeça no ar	quelqu'un a la tête en l'air	
	quelqu'un a la tête ailleurs	
alguém não sabe onde tem a cabeça	quelqu'un ne sait pas où donner de la tête	jd. weiß nicht, wo ihm der Kopf steht
		jd. hat ein Brett vor dem Kopf

3.3.6. CONTENTOR (objecto-recipiente)

Neste grupo aparece a cabeça-contentor como um recipiente, a actividade intelectual como uma operação de introduzir e de retirar material. As deriva-

PORTUGUÊS	FRANCÊS	ALEMÃO
alguém mete alguma coisa na cabeça	quelqu'un met (quelque chose) dans la tête	
alguém encasqueta alguma coisa na cabeça		
alguém enche a cabeça de alguma coisa		jd. macht den Kopf voll mit etw.
alguém tem alguma coisa (ainda fresco) na cabeça	quelqu'un a quelque chose en tête	jd. hat etw. (noch frisch) im Kopf
		jd. behält etw. im Kopf
alguém tira alguma coisa da cabeça		jd. schlägt sich etw. aus dem Kopf
alguém arranca alguma coisa da cabeça	quelqu'un enleve/ôte quelque chose de la tête	
		jd. will sich den Kopf freihalten (für andere Sachen)

ções lexicais dos verbos *meter* e *tirar*, a saber, encasquetar e arrancar, descrevem movimentos / actividades mais extremas e específicas e sugerem uma maior aplicação de força.

No caso da frase alemã *jemand will sich den Kopf freihalten für andere Sachen* (alguém quer ficar com a cabeça livre para outras coisas), está patente o CONTROLE (estrutura imagístico-esquemática) que alguém exerce sobre o contentor e decide sobre o tipo de conteúdo que nele quer introduzir.

3.3.7. CONTENTOR (objecto – lugar)

O contentor é, neste idiomatismo, visto como um lugar (META) que recebe objectos ou material, por onde passa material, onde esse material se encontra guardado. Estes idiomatismos põem em evidência a estrutura dentro-fora do contentor, fazendo alguns deles sobressair a estrutura CONTROLE (que um indivíduo parece não ter sobre o conteúdo do seu pensamento/memória). O facto de *alguma coisa não querer sair/entrar na cabeça* tem uma conotação negativa, pois o pensamento/memória opõem-se à vontade ou controle do próprio.

Na metáfora do francês, a ideia de entrar na cabeça é dada pelo verbo *monter*. O equivalente português – *subir* – tem outro significado (presunção, orgulho, etc.). Verifica-se com frequência que estruturas imagístico-esquemáticas idênticas são usadas com significados diferentes nas três línguas.

PORTUGUÊS	FRANCÊS	ALEMÃO
alguma coisa vem à cabeça a alguém		etw. fährt jdm. in den Kopf
alguma coisa passa pela cabeça a alguém	quelque chose passe par la tête à quelqu'un	etw. geht jdm. durch den Kopf
		etw. schießt/fährt jdm. durch den Kopf
alguma coisa entra (não quer entrar) na cabeça a alguém		etw. geht (will) jdm. nicht aus den Kopf (gehen)
alguma coisa sai (não quer sair) da cabeça a alguém		
	quelque chose monte à la tête à quelqu'un	
	quelque chose porte à la tête à quelqu'un	

3.3.8. CONTENTOR (objecto manipulável pelo próprio)

O contentor surge aqui como um objecto a que se dá voltas, que se quebra ou por que se puxa. Os domínios experienciais são o manuseamento de objectos, neste caso de um modo agressivo e violento. Segundo os valores estabelecidos, tudo o que seja agressivo e violento é visto como negativo.

No caso de *fazer contas de cabeça* houve duas metaforizações: a primeira recorreu à palavra *cabeça* para indicar o não-uso de um suporte físico na operação de fazer contas/raciocinar; a segunda é uma transposição desse domínio concreto do suporte físico para outro mais abstracto: alguém já está a fazer contas de cabeça significa que já está a planificar actividades futuras sem suporte no real, ou seja, está a dar livre curso a uma imaginação infundada.

No alemão, encontramos apenas uma metaforização como o significado da primeira metaforização do português.

PORTUGUÊS	FRANCÊS	ALEMÃO
alguém dá voltas à cabeça		jd. lässt sich etw. im Kopf herum gehen
alguém quebra a cabeça	quelqu'un se casse la tête	jd. zerbricht sich den Kopf
alguém puxa pela cabeça		
	quelqu'un se creuse la tête	
alguém faz contas de cabeça	quelqu'un se monte la tête	jd. rechnet etw. aus dem Kopf

3.3.9 CONTENTOR (*objecto manipulável por outrém ou por alguma coisa*)

O domínio da utilização de instrumentos é muito comum. Neste grupo encontramos o resultado da acção de instrumentos sobre o objecto. O esquema CONTENTOR correlaciona-se aqui também com o esquema CONTROLE: a acção sobre o contentor-objecto é controlada por alguém exterior a ele. Essa acção pode ser mais ou menos intensa e agressiva. Numa escala de agressividade, “*matar*” ocupa uma posição extrema.

As situações descritas por estes idiomatismos salientam o cansaço intelectual causado por outrém.

PORTUGUÊS	FRANCÊS	ALEMÃO
alguma coisa mói a cabeça a alguém		
alguma coisa martela na cabeça a alguém	quelqu'un se met martel en tête	
alguma coisa mata a cabeça a alguém		etw. hämmert im Kopf

4. Conclusão

A partir do que aqui foi apresentado, verifica-se que

- nas três línguas os processos de transposição metafórica ou metonímica assentam nas mesmas estruturas imagístico-esquemáticas;

- significados idênticos podem ser representados nas três línguas por imagens que reflectem características diferentes das mesmas estruturas imagístico-esquemáticas.
- os domínios concretos que estão nas bases das transposições metafóricas de conceitos relacionados com o próprio indivíduo (suas capacidades, características temperamentais, estados de espírito) são coincidentes nas três línguas.
- os domínios concretos que dão origem a metaforizações referentes a conceitos de natureza interpessoal, ou seja, estados, eventos e processos que se desenvolvem na interacção social, diferem de acordo com os modelos culturais subjacentes às diferentes línguas.

Este modo de “olhar” para a língua pode trazer vantagens não só para o campo da tradução, mas também para a didáctica, facilitando a aprendizagem do léxico – em estruturas esquemáticas do tipo daquelas em que se baseia ou que constituem o nosso pensamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- HUNDT, Christine (1994) – “Portugiesichen Phraseologie”, in: Holtus, G., Metzeltin, M., Schmitt, C., *Lexikon der Romanistischen Linguistik*, Band V. Tübingen, Niemeyer, 204-216.
- LAKOFF, George (1987) – *Women, Fire and Dangerous Things: what categories reveal about the mind?* Chicago, University of Chicago Press.
- LAKOFF, George / Johnson, Mark (1980) – *Metaphors we live by*. Chicago, University of Chicago Press.
- MCNEILL, David (1992) – *Hand and Mind. What gestures reveal about thought*. Chicago, University of Chicago Press.
- PAUWELS, Paul / Simon-Vandenberg, Anne-Marie (1995) – “Body Parts in Linguistic Action. Underlying Schemata and Value Judgements”, in: Goossens, L. et al., *By Word of Mouth. Metaphor, Metonymy and linguistic action in a cognitive perspective*. Amsterdam, Benjamins, (= Pragmatics and Beyond. New Series), 35-69.
- RODRIGUES, Isabel / Cordas, Júlia / Mouta, Margarida (no prelo) – “Porque é que a cabeça deita fumo? Metáforas em idiomatismos do português, francês e alemão”.

DICIONÁRIOS

- Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea. Academia das Ciências*. Lisboa, Ed. Verbo, 2001.
- Dictionnaire usuel Quillet-Flammarion*. Paris, Quillet-Flammarion, 1973.
- Grand Dictionnaire des lettres*. Paris, Larousse, 1986.
- DROSDOWSKI, G. / Scholze-Stubenrecht, W. (eds.), *Redewendungen und sprichwörtliche Redensarten. Idiomatisches Wörterbuch der deutschen Sprache*. Bd. 11. Mannheim, Dudenverlag, 1992.

- DUNETON, Claude, *Le Bouquet des Expressions Imagées*. Paris, Seuil.
- FRIEDRICH, Wolf, *Moderne deutsche Idiomatik*. München, Hueber, 1976.
- NEVES, Orlando, *Dicionário de frases feitas*. Porto, Lello & Irmão Lda, 1991.
- NEVES, Orlando, *Dicionário de Expressões Correntes*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2000.
- ROBERT, Paul, *Le Petit Robert, dictionnaire alphabétique et idéologique de la langue française*. Paris, ed. le Robert, 1967.
- RÖHRICH, Lutz, *Lexikon der sprichwörtlichen Redensarten*. Freiburg, Herder, 1973.
- SCHEMANN, Hans / Schemman-Dias, Luíza, *Dicionário Idiomático português-alemão*. München, Hueber, 1979.
- SIMÕES, Guilherme Augusto, *Dicionário de Expressões Populares Portuguesas*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1993.

A PRESENÇA DA FONÉTICA E DA FONOLOGIA NO ENSINO DO PORTUGUÊS (ensino básico e secundário): Algumas considerações preliminares

João Veloso, Alexandra Soares Rodrigues
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Centro de Linguística da Universidade do Porto
Instituto Politécnico de Bragança – Escola Superior de Educação

1. Apresentação: objectivos, motivações e limitações do trabalho

Neste trabalho, pretendemos demonstrar o interesse em fomentar-se o ensino de algumas noções básicas e introdutórias de fonética e fonologia no âmbito das disciplinas de Língua Portuguesa e Português nos ensinos básico (3º ciclo) e secundário. Paralelamente, tentaremos deixar claro que tal objectivo é desde já possível no actual enquadramento curricular dessas duas disciplinas nos níveis considerados, como o demonstra a leitura dos programas e das gramáticas escolares que se lhes destinam (vd. ponto 5 desta comunicação); partindo desses dados, defenderemos um alargamento e uma reorganização dos conteúdos de natureza fonética e fonológica já contemplados pela actual situação curricular.

Nestas reflexões, somos motivados pela ideia fundamental de que a linguística tem, entre outros objectivos sem dúvida mais importantes, alguma responsabilidade na definição do *corpus* de conhecimentos metalinguísticos transmitidos aos estudantes pelo sistema de ensino básico e secundário, como o demonstram trabalhos como os reunidos em Fonseca *et al.* (orgs., 2001) – de que destacamos os textos de Oliveira *et al.* (2001), sobre o tratamento dado às noções semânticas de tempo e aspecto num conjunto de gramáticas escolares do português, e Castro (2001), devotado especificamente à incorporação dos conceitos linguísticos e gramaticais nos manuais escolares destinados à disciplina de Português. Com efeito, quer no campo da linguística aplicada (cf., p. ex., Fonseca e Fonseca, 1977, pp. 22 e ss.; Fonseca, 2001a), quer no da psicolinguística aplicada¹, o tema do ensino da língua (“materna” ou “estran-

¹ A propósito, mencione-se que os congressos periódicos da *International Society of Applied Psycholinguistics* reservam habitualmente várias sessões de trabalho às secções de “aprendizagem de língua estrangeira” e “linguagem e educação”: cf. Pinto, Veloso e Maia (eds., 1999, pp. 391-543) e,

geira”) tem uma visibilidade consistente, apelando a que os linguistas das diversas áreas reflitam, na medida do possível, sobre a aplicação dos frutos da investigação desenvolvida na sua disciplina ao domínio da educação.

Por outro lado, acrescentaremos que, ainda que não trabalhem directamente no domínio específico da formação metodológica de professores de língua, desenvolvemos a nossa actividade profissional em instituições que asseguram tal formação, contactando quotidianamente com estudantes que se preparam para a profissão docente e proporcionando-lhes uma parte substancial da sua formação na área dos conteúdos que presumivelmente virão a ensinar (língua/linguística portuguesa) – o que, em nosso entender, é mais uma justificação para a presente incursão no tema da definição de conteúdos programáticos do ensino do português a nível básico e secundário.

Sendo esta a primeira ocasião em que partilhamos as nossas reflexões sobre a matéria com um público mais vasto, as conclusões a que porventura chegemos terão necessariamente um carácter provisório, reforçado pelo momento particular que presentemente vivemos no que diz respeito à definição curricular: com efeito, o sistema educativo nacional atravessa actualmente um momento de reformulação curricular não completamente isento de controvérsia, vivendo-se a coexistência, a nível nacional, de escolas que ensaiam os novos programas e de estabelecimentos que continuam a reger-se pelos programas anteriores à redefinição curricular mais recente; por outro lado, encontra-se ainda em fase de discussão uma nova proposta de nomenclatura gramatical a usar no ensino do português – questão que deliberadamente excluimos da discussão no presente trabalho.

2. Ponto de partida

O nosso principal ponto de partida pode ser expresso através da assunção de que o ensino *sistemático e explícito* de certas noções de fonética e fonologia no âmbito do ensino da língua materna nos ensinos básico e secundário é:

- *justificado* por uma série de argumentos teóricos e metodológicos que desenvolveremos em 4;
- *benéfico*, porque facilita a assimilação de um conjunto de conteúdos contemplados e enfatizados pelos programas escolares que, embora não cor-

ainda, os trabalhos reunidos em M. G. Pinto (1998), que, inseríveis no domínio disciplinar da psicolinguística, discutem, entre outros assuntos, alguns aspectos metodológicos do ensino (e da prática) da língua materna em faixas etárias a partir das correspondentes ao 1º ciclo do ensino básico e mesmo anteriores.

- respondam directamente a noções propriamente do domínio da fonética e da fonologia, assentam em tais áreas do saber;
- *possível*, como demonstrado pela actual presença de muitas das noções referidas no parágrafo anterior nos programas e nas gramáticas escolares.

3. Dois exemplos introdutórios e primeiras considerações teóricas

Os programas e a generalidade das gramáticas escolares de Língua Portuguesa/Português para o 3º ciclo do ensino básico e para o ensino secundário contemplam, em diversos momentos do percurso escolar dos alunos de tais graus de escolaridade, o ensino das noções de homofonia e aliteração (vd. ponto 5 deste texto), respectivamente no contexto do estudo das relações lexicais e no dos recursos estilísticos utilizados na análise do texto literário.

Ambas as noções requerem, no mínimo, que os alunos

- (i) destrincem com facilidade os aspectos fónicos dos aspectos gráficos (por forma a não se deixarem confundir, p. ex., pelas diferenças, meramente gráficas, entre “sela” e “cela” ou “era” e “hera”, p. ex., ou, em sentido contrário, fazendo com que não considerem que os termos de um par léxico como “erro” (subs.)/“ferro” rimam entre si, levados pela identidade gráfica que, na escrita, se verifica a nível das respectivas terminações);
- (ii) tenham uma sensibilidade auditiva minimamente apurada que os coloque precisamente ao alcance da destrição preconizada em (i).

Esta capacidade de destrinçar os aspectos fónicos dos gráficos e a sensibilidade auditiva que com ela se relaciona, ambas contempladas sob (i) e (ii) supra, podem não ser tão evidentes quanto a um sujeito adulto escolarizado e com formação explícita em linguística possa parecer.

Na verdade, na nossa prática docente, fomos já confrontados com um número significativo de estudantes *do ensino superior* que, ao aprenderem as técnicas e as convenções da transcrição fonética, mostram sérias dificuldades em “libertarem-se” de certas convenções ortográficas, debatendo-se com alguma dificuldade quando se lhes exige que distingam as diversas realizações fonéticas do morfema de plural ([j], [3] ou [z]), porque sempre representadas ortograficamente por “-s”, ou persistindo em transpor para a transcrição fonética certas convenções ortográficas como a escrita de dígrafos (“rr”, transcrito como [RR], ou “ss”, transcrito como [ss]) ou a cedilha ([ç]), por exemplo².

² A interferência da representação ortográfica nas transcrições fonéticas de estudantes do ensino superior tem sido sistematicamente investigada em trabalhos como, p. ex., os de Crookston (1999, 2001), relativos à língua inglesa, sendo nosso objectivo, em estudos futuros, aplicar a metodologia de investigação seguida pelos trabalhos citados à análise do mesmo assunto com falantes do português.

No campo da psicolinguística experimental, trabalhos clássicos – como Seidenberg e Tannenhaus (1979) (que laboratorialmente demonstram que a detecção de rimas em pares do inglês como “*pie*” e “*tie*”, em que a rima fonética é acompanhada de uma identidade gráfica, é mais rápida do que em pares como “*pie*” e “*guy*”, em que não existe identidade gráfica entre as palavras) e Ehri e Wilce (1979) (que mostram que a contagem de número de fonemas das palavras pode ser experimentalmente enviesada pelo número de letras das representações gráficas correspondentes) – põem em evidência, uma vez mais, que, nos sujeitos escolarizados, o conhecimento da imagem gráfica das palavras pode interferir sobre determinados aspectos do processamento fonológico dos indivíduos.

Os estudos que, a título meramente exemplificativo, acabamos de referir demonstram portanto que os sujeitos escolarizados, com conhecimento da representação escrita das palavras, apresentam diferentes formas de processamento do material verbal³. O ponto de vista que assume as implicações psicolinguísticas desta influência dos aspectos gráficos sobre os fônicos parecem-nos claramente exposto na seguinte citação de M. G. Pinto (1998, p. 94):

“Esta tomada de posição [=o privilégio concedido, mesmo a nível social, à representação gráfica da língua] reveste-se de tal força que nos damos conta com frequência que até o oral sofre, em resultado da alfabetização, uma acentuada tendência para ser dominado pela configuração visual/ortográfica das palavras. Isto é, o que ouvimos é com frequência percebido em função do modo como o vemos escrito.”

(M. G. Pinto, 1998, p. 94)

Todos estes argumentos reforçam, em nosso entender, a ideia de que, antes de se avançar para o ensino de noções como, p. ex., as de homofonia e aliteração, se torna conveniente trabalhar-se com os alunos, de forma atenta, minuciosa, insistente, detalhada e continuada, aspectos ligados à sua sensibilidade auditiva, levando-os a aperceberem-se, de forma consciente, dos aspectos musicais, fônicos e rítmicos da linguagem, fazendo com que aprendam a explorar, em consequência dessa consciencialização, aspectos como a diferença entre som e escrita ou as relações de semelhança e dissemelhança fonética entre palavras e levando-os a realizar exercícios como, entre outros:

³ Terá sido provavelmente esta atenção acentuada à representação escrita, muito assumida pela linguística histórica do século XIX, que terá levado os autores estruturalistas do século XX a defenderem um ponto de vista oposto: o de se passar a considerar única e exclusivamente a vertente fônica dos produtos verbais. A esta atitude “fonocêntrica” refere-se a comunicação de Fernanda Irene Fonseca a este mesmo colóquio (Fonseca, 2001b).

- o estabelecimento de tabelas de correspondências regulares entre sons e letras;
- a contagem de número de sons, letras e sílabas de palavras isoladas;
- o registo das variações fonéticas de uma mesma palavra;
- a reprodução de contornos entoacionais distintivos;
- transcrições fonéticas sumárias;
- a produção explícita e deliberada de rimas e aliteraões.

4. Argumentos teóricos e metodológicos a favor do ensino precoce de noções básicas de fonética e fonologia

Passaremos, na presente secção deste trabalho, a enumerar e a comentar brevemente alguns argumentos, quer teóricos, quer metodológicos, que justificam, a nosso ver, o ponto central das nossas propostas.

A fonologia é uma componente da língua

Como linguistas, não podemos abdicar do ponto de vista, fundamental na teoria linguística contemporânea, de que a fonologia é uma componente fundamental da gramática de qualquer língua natural, como explicitamente contemplado desde, pelo menos, a obra clássica de Chomsky e Halle (1968) e o seu “modelo tripartido” da gramática (Chomsky e Halle, 1968, pp. 6-7).

A tese de que o ensino da gramática de uma língua se confina aos aspectos morfosintáticos – consideravelmente visível, p. ex., nas gramáticas escolares analisadas no ponto 5 deste trabalho – torna-se, à luz desta ideia fundamental da linguística contemporânea, redutora e insatisfatória.

A sensibilização fonológica pode ajudar a despistar/remediar certos problemas de ortografia

Se atendermos à tipologia de erros ortográficos proposta por M. G. Pinto (1998, pp. 147 e ss.), notamos que pelo menos duas das categorias contempladas por essa tipologia têm implicações fonéticas e fonológicas muito evidentes: os *erros fonéticos* (aqueles em que a escrita adoptada modifica a forma fonética da palavra; p. ex.: “nesa”, para “mesa” – cf. M. G. Pinto, 1998, p. 163) e os *erros de uso* (em que a escrita adoptada não modifica a forma fonética da palavra; p. ex.: “centado”, para “sentado” – cf. M. G. Pinto, 1998, p. 161).

Cremos que uma sensibilização precoce e atenta dos aprendentes que lhes desperte a consciência para a existência, relacionada mas separada, dos dois planos de representação da língua (fónico e escrito) poderá ajudar a sistema-

tizar os conhecimentos dos estudantes por forma a evitar a frequência de erros como os apontados. É esse, no fundo, o sentido das investigações conduzidas por Isabelle Y. Liberman e os seus colaboradores a partir do final da década de 1960, invariavelmente conclusivos quanto ao papel causal entre uma boa consciência metafonológica precoce e, ulteriormente, um bom desempenho escolar no domínio da leitura e escrita (cf. Shankweiler, 1991). É esse também o sentido, quanto a nós, das seguintes palavras de M. G. Pinto (1998, p. 45), que se aplicam a domínios mais vastos e a implicações mais gerais do que a mera relação entre a sensibilização fonológica e o domínio da ortografia:

“Exercícios do tipo *aprender a ouvir (...)* e – mais tarde – *aprender a ver (...)* são práticas nas quais se deve insistir não só para treinar a memória imediata auditiva e visual e a sua abrangência (...) mas também para que não se venham a instalar mais tarde problemas de linguagem oral e escrita. (...)”

(M. G. Pinto, 1998, p. 45; *italico* nosso)

A sensibilização para os aspectos fonéticos e fonológicos pode ajudar os alunos a despertar para a variação dialectal, sociolectal e idiolectal

A variação linguística, sendo uma propriedade fundamental e intrínseca da linguagem (cf. Wardhaugh, 1992, pp. 5-8), é certamente um aspecto de que os estudantes acabam por se aperceber, sendo, aliás, prevista pelos programas escolares em vigor (vd. ponto 5) e, como tal, supostamente abordada nas aulas em algum momento do percurso escolar dos estudantes.

Ora, sendo o domínio fonético-fonológico um daqueles em que a variação linguística, nomeadamente a de origem geográfica, é mais patente, e também porque cabe à escola alguma função “normalizadora” dos hábitos linguísticos e de despistagem precoce de alguns desvios de cariz patológico que requeiram intervenção terapêutica especializada, tornar-se-ia útil, em nossa opinião, contextualizar este assunto com alguma informação explícita no tocante, p. ex., a aspectos da realização articulatória dos sons.

A sensibilização para os aspectos fonéticos e fonológicos pode ajudar os alunos a compreender certos factos de variação histórica

As evoluções fonéticas do léxico português ao longo da história da língua constam dos programas escolares em vigor, sendo este um assunto igualmente contemplado pelas gramáticas escolares (vd. ponto 5).

Em nosso entender, a apresentação prévia de alguns conhecimentos de ordem fonética e fonológica, nomeadamente quanto à produção e à classificação articulatória dos sons da fala e às relações de proximidade e distância

que, com base nas propriedades articulatórias, os fonemas da língua estabelecem entre si, facilitaria a compreensão de determinadas evoluções fonéticas contempladas pelos programas.

A sensibilização para os aspectos fonéticos e fonológicos pode ajudar os alunos a perceber certos recursos estilísticos baseados em critérios rítmicos ou fónicos

Uma vez mais, verificamos que certos conteúdos previstos pelos programas destinados aos níveis escolares em análise requerem o recurso a algumas noções fonéticas que, quanto a nós, seria de grande utilidade apresentar previamente aos alunos. Estão neste caso os recursos estilísticos mencionados no domínio da análise literária que se baseiam em critérios de ordem fónica ou rítmica e onde, uma vez mais, uma separação nítida entre escrita e som se torna imprescindível. Por exemplo: em versos em que haja, hipoteticamente, uma aliteração em [s] baseada em grafias como “s”, “ss”, “c” e “ç” (como nos célebres versos de Eugénio de Castro: “Na messe que enlourece, estremece a quermesse/O Sol, o celestial girassol, esmorece...”, em que, por outro lado, aparecem ocorrências do grafema “s” (as não sublinhadas) que correspondem a realizações fonéticas diferentes de [s], como [ʃ] ou [ʒ]) ou perante palavras com terminações gráficas idênticas mas sem rimarem entre si (p. ex.: “cego”/“sos-sego” (subs.)), alunos que não tenham ainda amadurecido essa capacidade de distinção poderão revelar certas dificuldades, podendo ser conduzidos a tratamentos erróneos de certas questões e casos concretos, como os acima exemplificados.

Nas aulas de língua estrangeira é feito frequentemente apelo directo e explícito a factos de natureza fonética e fonológica

No contexto do ensino/aprendizagem da pronúncia de línguas estrangeiras⁴, os estudantes dos níveis considerados são muitas vezes expostos a uma prática de treino e de explicitação consciente de aspectos de natureza articulatória, p. ex. na assimilação de sons/combinções de sons ausentes do inventário fonológico da língua materna ou de contrastes distintivos que não o são nesta última (o que leva também à necessidade de distinguir claramente os aspectos meramente fonéticos dos aspectos fonológicos).

É nossa convicção que a apresentação prévia destes aspectos no âmbito da língua materna, o despertar dos alunos para tais dados na sua própria língua e algum domínio básico de certa metalinguagem específica na língua materna dos estudantes poderão actuar como facilitadores do trabalho a efectuar nesta área na aula de língua estrangeira.

⁴ Refira-se ainda que, quando tomamos contacto empírico com línguas estrangeiras que nos são inteiramente desconhecidas, é normalmente com a sua face fonética que se estabelece essa aproximação.

Os dicionários de língua estrangeira e, recentemente, os de língua portuguesa incluem frequentemente indicações relativas à pronúncia das palavras, nomeadamente com recurso à transcrição fonética

Em muitos dos dicionários postos à disposição dos estudantes é frequente encontrarmos a transcrição fonética das palavras, a qual fornece indicações precisas e de carácter geralmente normativo sobre a pronúncia de cada entrada lexical. Tais transcrições, que normalmente se baseiam no AFI – Alfabeto Fonético Internacional (International Phonetic Association, 1999, p. viii) ou em sistemas de transcrição nele inspirados, podem ser encontradas, no caso da língua portuguesa, em dicionários como o *Dicionário do Português Básico* (Vilela, coord., 1990) e o *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa* (Casteleiro, coord., 2001). Estamos em crer que, se a aula de Português/Língua Portuguesa deve ter, entre outros, o papel de autonomizar o estudante no sentido de lhe ensinar a trabalhar com materiais de consulta básicos como o dicionário (DGEBS, 1991b, p. 37), deve ser chamada activamente a atenção dos estudantes para estes aspectos fonéticos, podendo este, aliás, ser um dos contextos em que a apresentação dos símbolos do AFI pode vir a ter lugar.

O estudo dos aspectos fonéticos e fonológicos possibilita a abordagem interdisciplinar

Sendo a interdisciplinaridade um dos objectivos assumidos do sistema de ensino oficialmente preconizado em Portugal, que fomenta a abordagem transversal e integradora de fenómenos comuns a diversas áreas do saber, pensamos que o estudo de questões fonéticas – tendo presente o carácter intrinsecamente interdisciplinar da fonética⁵ – potencia de forma muito lata esse tipo de abordagens.

Julgamos que, com recurso à criatividade e ao empenho dos docentes, seria possível mobilizar um conjunto relativamente alargado de disciplinas curriculares na elaboração e prossecução de projectos transversais e congregadores que fizessem de certos aspectos fonéticos, enfatizados pela disciplina de Português, um denominador comum⁶.

⁵ Cf., a propósito da interdisciplinaridade imanente aos estudos fonéticos, as observações de Kohler (1995, pp. 18-19) e de Lindblom (1995, pp. 22 e ss.).

⁶ Um exemplo possível de actividade transversal que ilustra o que acaba de ser afirmado seria o estudo das marcas linguísticas do meio em que se insere determinada escola, o qual originaria a recolha de amostras de fala em banda magnética, a sua transcrição, o concomitante levantamento de narrativas orais e de tradições locais associadas, algum tratamento estatístico sumário das marcas linguísticas detectadas – entre as quais as fonéticas –, a descrição articulatória de marcas fonéticas peculiares, etc., envolvendo-se, desta forma, um número razoável de disciplinas (línguas, matemática, história, biologia, electrotecnia, ...) num projecto comum.

5. Levantamento do tratamento dado às questões de fonética e fonologia nos programas e gramáticas escolares de Português/Língua Portuguesa

Depois de, nas secções precedentes, termos percorrido alguns argumentos que, quanto a nós, justificam que, no âmbito das disciplinas de Português/Língua Portuguesa, se incremente o ensino explícito de algumas noções básicas de fonética e fonologia, veremos, neste ponto do nosso trabalho, de que forma algumas dessas noções já são tidas em consideração pelos programas e gramáticas destinados a essas disciplinas.

Deixando de parte, propositadamente, a análise da nomenclatura oficial destinada ao ensino nos níveis considerados – por necessidade de limitação do nosso objecto de estudo e, principalmente, por essa nomenclatura se encontrar presentemente no centro de uma discussão alargada com vista à sua reformulação –, focalizaremos a nossa atenção nos programas anteriores à reformulação curricular em curso destinados ao 3º ciclo do ensino básico e ao ensino secundário (ainda em vigor na maioria das escolas) e num conjunto seleccionado de algumas gramáticas escolares de circulação corrente, cingindo-nos, basicamente, às gramáticas levadas em linha de conta pelo trabalho, já referido, de Oliveira *et al.* (2001).

A recolha das noções de fonética e fonologia nos programas e nas gramáticas escolares a que procederemos de seguida estabelecerá uma distinção entre o *tratamento directo* dessas noções e o seu *tratamento indirecto*. O primeiro consistirá na atenção *explícita* a conceitos ou questões básicas de fonética e fonologia (por exemplo, quando se definem ou explicam noções como “vogal”, “consoante”, “sílabas”, etc.), ao passo que o segundo será aquele em que se confere atenção a conceitos que, não sendo primariamente do âmbito da fonética ou da fonologia, pertencem originalmente a outros domínios do saber mas exigem alguns conhecimentos fonéticos e/ou fonológicos prévios (estão neste caso certas noções de análise literária como “rima”, “aliteração”, etc., p. ex.).

Os programas

Os programas sobre os quais faremos incidir a nossa atenção são: para o 3º ciclo do ensino básico, os programas de Língua Portuguesa aprovados pelo Despacho nº 124/ME/91, de 31 de Julho de 1991 (DGEBS, 1991a e 1991b); para o ensino secundário, os programas de Português na versão que nos é dada a conhecer pelo documento do Ministério da Educação *Português A e B. Programas. 10º, 11º e 12º anos* (ME-DES, 1997).

Uma primeira leitura destes programas põe em destaque, antes de mais, o forte pendor da vertente literária (análise de textos literários, história da literatura) das disciplinas de Português e Língua Portuguesa nos ciclos de estudos

aqui considerados, a par de uma insistência muito deliberada e recorrente no desenvolvimento das competências comunicativas globais dos estudantes.

Nos aspectos mais intrinsecamente “linguísticos”, ou “gramaticais” (genericamente remetidos, nestes programas, para rubricas intituladas “funcionamento da língua”), assistimos ao predomínio das questões morfosintácticas.

O tratamento directo de questões fonéticas e fonológicas só é encontrado, com escassa expressão, no ensino secundário. Com efeito, os programas de Português A e B dos 10º e 11º anos contemplam, no capítulo “Funcionamento da língua”, uma secção explicitamente devotada ao “Estudo dos sons”, onde se elencam – de forma algo desorganizada – as diferenças entre vogais, semi-vogais e consoantes, a divisão entre sons surdos e sonoros, entre orais e nasais e entre vogais e consoantes e, ainda, aspectos prosódicos como a acentuação, a pausa, o ritmo e o acento (de palavra e de frase) (ME-DES, 1997, pp. 50, 113)

Em contrapartida, o tratamento indirecto das mesmas questões acha-se disseminado por vários domínios, dos quais se destacam:

- a *ortografia*: o aperfeiçoamento da competência ortográfica é referido, quer para o ensino básico (DGEBS, 1991a, p. 61; 1991b, pp. 47, 48, 55), quer para o ensino secundário (ME-DES, 1997, p. 95), como um objectivo programático normalmente associado à escrita (enquanto organização/exposição de ideias) ou ao “funcionamento da língua”; apesar das relações evidentes entre o domínio ortográfico e os aspectos fonéticos, elas não são explicitamente destacadas pelos programas analisados;
- as *variedades regionais*: contempladas também quer no âmbito do 3º ciclo do ensino básico (DGEBS, 1991a, p. 54; 1991b, pp. 18, 65), quer no do ensino secundário (ME-DES, 1997, pp. 53, 116); os programas consultados são, uma vez mais, omissos quanto a uma referência explícita às evidentes implicações fonético-fonológicas neste capítulo específico;
- a *análise literária*: recursos literários como a “sonoridade”, a “aliteração” e a “assonância”, assim como noções de métrica e versificação, harmonia e ritmo, são explicitamente mencionados nos programas consultados (DGEBS, 1991b, pp. 27 e 28; ME-DES, 1997, pp. 43 e 106);
- as *evoluções fonéticas*: fenómenos de adição, supressão e alteração de fonemas constam dos programas analisados, uma vez mais ao nível do 3º ciclo do ensino básico (DGEBS, 1991b, p. 55) e ao do ensino secundário (ME-DES, 1997, pp. 53, 116).

As gramáticas escolares

Esta presença, quer através do tratamento directo, quer do tratamento indirecto, de determinadas noções de fonética e fonologia no ensino do português

a nível básico e secundário reflecte-se na absorção de tais conteúdos pelas gramáticas escolares em circulação no mercado editorial e destinadas justamente a estes graus de ensino.

De seguida, em conformidade, veremos de que forma se consuma essa presença de algumas noções de fonética e fonologia, através do seu tratamento directo ou indirecto, num conjunto de quatro gramáticas escolares destinadas aos graus de ensino a que temos vindo a fazer referência: Azeredo *et al.* (1985), Ferreira e Figueiredo (1990), Figueiredo e Bizarro (1997) e J. C. Pinto (1998).

No domínio do tratamento directo das questões em discussão, veremos:

- se cada uma destas gramáticas reserva um capítulo à parte para a exposição das noções de fonética e fonologia;
- se explicitamente se considera a fonética e a fonologia como um capítulo de pleno direito dentro do estudo da linguagem ou se, em alternativa, estes dois domínios são expressamente secundarizados;
- se se estabelece uma distinção sistemática entre plano fónico e plano gráfico;
- se são coerentemente utilizados os símbolos do AFI;
- se há lugar para qualquer tipo de descrição do aparelho fonador;
- se é apresentada alguma versão da classificação articulatória tradicional das consoantes e das vogais do português;
- quais as noções estritamente fonéticas ou fonológicas que são objecto de definições explícitas.

Em relação ao primeiro aspecto – existência ou inexistência de um capítulo à parte para os aspectos fonéticos e fonológicos –, constata-se que todas as gramáticas consideradas reservam um lugar específico, dentro da estrutura da obra, para as questões de fonética e fonologia, embora devamos referir que a gramática de Ferreira e Figueiredo (1990) subordina o sub-capítulo das noções fonético-fonológicas ao da morfologia, onde por sua vez cabe um sub-capítulo devotado às evoluções fonéticas, sendo no âmbito deste último que, numa secção específica, se expõem algumas noções de fonética e fonologia.

Quanto à importância explicitamente concedida à fonética e à fonologia no estudo da língua, metade das gramáticas consultadas considera este ramo do saber como claramente secundário, confinando expressamente o estudo da gramática da língua aos estudos dos seus aspectos morfossintácticos. É esta a posição das gramáticas de Azeredo *et al.* (1985) e de Ferreira e Figueiredo (1990). Uma posição contrária, que considera a fonética e a fonologia como domínios de pleno direito no estudo da língua, equiparáveis aos domínios morfológico e sintáctico, encontra-se somente nas gramáticas de J. C. Pinto (1998) e de Figueiredo e Bizarro (1997).

Em relação à distinção sistemática entre plano fónico e plano gráfico – evitando-se, nomeadamente, qualquer forma de confusão entre a transcrição ortográfica convencional e alguma forma, mesmo que não convencional, de transcrição fonética, ou afastando-se a explicação de quaisquer factos de natureza fónica a partir unicamente do seu registo ortográfico –, vemos que tal distinção só é respeitada por duas das gramáticas analisadas, a de Azeredo *et al.* (1985) e a de J. C. Pinto (1998); nas restantes, a forma de exposição das matérias contempladas pode suscitar uma certa confusão dos dois planos, que, quanto a nós e como afirmámos anteriormente, deve ser precocemente desinstalada dos conhecimentos dos estudantes.

Reforça este último aspecto o facto de, nas quatro gramáticas que aqui tomamos em apreço, só uma (Azeredo *et al.*, 1985) fazer uso dos símbolos do AF I, se bem que numa versão (compreensivelmente) simplificada dos mesmos. Refira-se, porém, que J. C. Pinto (1998) estabelece uma tabela de correspondências regulares e sistemáticas entre os símbolos gráficos do alfabeto latino e os fonemas do português, dando àquelas letras, em determinados contextos, uma função bastante semelhante à dos símbolos fonéticos.

Quanto à descrição do aparelho fonador, com menção da importância que certas regiões deste aparelho têm na formação dos sons da fala, ela encontra-se presente nas gramáticas de Azeredo *et al.* (1985), J. C. Pinto (1998) e Ferreira e Figueiredo (1990), não sendo contemplada pela de Figueiredo e Bizarro (1997).

Um aspecto que se nos afigura como bastante positivo é o facto de todas as gramáticas incluírem a classificação articulatória dos sons do português, assim como, finalmente, a circunstância de todas elas também, com maior ou menor grau de detalhe, contemplarem a explanação de certas noções básicas de fonética e fonologia, como “consoante”, “vogal”, “ditongo”, “sílabas”, “fonema”, etc.⁷

No capítulo das noções de fonética e fonologia que sejam objecto de tratamento indirecto por parte destas gramáticas, referir-nos-emos a três conteúdos distintos no âmbito dos quais se torna possível esse tratamento:

- as evoluções fonéticas históricas de palavras da língua;
- os recursos estilísticos e literários de base fónica ou rítmica;
- certas relações lexicais como a homofonia e a homografia.

Em relação ao primeiro desses aspectos – as evoluções fonéticas –, verificamos que todas as gramáticas analisadas incluem informação relativa a esta matéria.

⁷ Não nos debruçaremos, no presente trabalho, sobre o conteúdo, a correcção ou a actualização científicas de algumas das definições incluídas nas gramáticas aqui consideradas.

No tocante aos recursos estilístico-literários baseados em critérios fónicos, só uma das gramáticas exclui a consideração deste aspecto: trata-se da obra de Figueiredo e Bizarro (1997), que não contempla assuntos de natureza literária.

Finalmente, observamos que todas as gramáticas versam, em momentos determinados, as relações entre itens lexicais da língua baseadas em critérios fonéticos ou fonológicos como a homografia e a homofonia, nomeadamente.

6. Considerações globais

O levantamento sumário levado a efeito no número anterior demonstra, a nosso ver, que a fonética e a fonologia, embora objecto de uma atenção mais escassa do que aquela que é reservada, nos programas e nas gramáticas escolares, a aspectos como a morfologia e a sintaxe – o que leva mesmo algumas das gramáticas analisadas a explicitamente considerarem a fonética e a fonologia um domínio “menor” no estudo da língua, como dissemos –, estão presentes, de forma esparsa e mais ou menos implícita, ao longo das várias etapas do ensino pré-universitário do português, quer através do tratamento directo de certas questões destes dois domínios de análise linguística, quer através do seu tratamento indirecto.

Esta constatação, em nosso entender e sobretudo face aos argumentos teóricos expostos em 4, sugere a grande necessidade de se tornar mais visível e de se sistematizar de forma mais evidente e mais deliberada essa presença da fonética e da fonologia nos níveis de ensino aqui considerados.

Tal objectivo poderia ser atingido através de certas práticas pedagógicas, de que salientamos, nomeadamente, as seguintes (realçando que, em nosso entender, elas não colidem com os objectivos e os conteúdos dos programas e das gramáticas escolares actualmente vigentes e disponíveis):

- a assunção mais explícita da importância da fonética e da fonologia no estudo da língua materna;
- a consagração de blocos lectivos específicos ao tratamento directo de noções básicas de fonética e fonologia;
- a sistematização, nos programas e nas gramáticas escolares, das noções fonéticas já contempladas por tais instrumentos de trabalho, procedendo-se a uma exame crítico da correcção e da actualização científicas dos conceitos presentes e a uma reformulação da explanação dos mesmos, quando necessária;
- a introdução dos conceitos básicos de fonética e fonologia necessários à

compreensão das noções não estritamente fonéticas (mas que delas decorrem através daquilo que, neste trabalho, designámos por “tratamento indirecto”) previamente à apresentação destas últimas.

7. Proposta final

Na decorrência do ponto anterior, propomos, nesta secção final do nosso trabalho, a fixação de um *corpus* mínimo de noções de âmbito fonético ou fonológico a apresentar, no contexto de um *tratamento directo*, nos programas, nas gramáticas escolares e nas aulas de Português e Língua Portuguesa desde os níveis mais elementares do ensino básico. Entendemos que a sua apresentação deveria obedecer a uma progressão gradual e ajustada ao desenvolvimento escolar noutras matérias e desde já enumeramos os seguintes como os conteúdos principais a transmitir aos estudantes neste domínio⁸:

- breve descrição do aparelho fonador e dos diversos graus de importância das suas principais regiões na formação dos sons da fala;
- distinções fonético-fonológicas elementares:
 - consoantes/vogais
 - sons vozeados/sons não-vozeados
 - sons orais/sons nasais
 - modo de articulação: oclusivas/contínuas
 - ponto de articulação: labiais/dentais/palatais/velares
 - vogais: fechadas/médias/abertas; anteriores/recuadas; arredondadas/não-arredondadas;
 - símbolos do AFI usados na transcrição dos fonemas do português;
 - diferenças entre som e escrita e correspondências grafemas/fonemas e fonemas/grafemas;
 - principais marcas fonéticas das grandes variações dialectais do português (variedades europeias e não-europeias);

⁸ A apresentação explícita e sistemática destes conteúdos seria, no cenário pedagógico aqui proposto, naturalmente acompanhada da apresentação de alguma metalinguagem específica. O conhecimento de uma tal terminologia – como o conhecimento de qualquer outra terminologia gramatical – não constituiria um fim em si mesmo; ele configuraria uma certa forma de “cristalização” do saber explícito dos alunos acerca de certas realidades fonéticas e fonológicas da sua língua, no culminar de um processo de aprendizagem em que o que importaria seria levar os estudantes a compreender essas mesmas realidades. Neste aspecto, salientamos uma vez mais o nosso acordo com as palavras de M. G. Pinto (1998), quando esta autora afirma que “(...) [a terminologia metalinguística] é tão importante que o seu ensino exige mesmo que seja muito bem dominada pelo professor, que, graças à sua experiência, deve ter a capacidade e o bom senso de só transmitir tais conhecimentos quando achar que chegou o bom momento (...)” (M. G. Pinto, 1998, pp. 36-37).

- grandes fenómenos do fonetismo do português europeu contemporâneo: o vocalismo átono; o acento livre;
- grandes diferenças entre plano fonético e plano fonológico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEREDO, M. O.; Pinto, M. I. F. M.; Azevedo, M. J., 1985 – *Da Comunicação à Expressão*, Porto, Edições Asa (6ª ed.)
- CASTELEIRO, J. M. (coord.), 2001 – *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa*, Lisboa, Editorial Verbo (2 vols.).
- CASTRO, R. V. de, 2001 – “A elaboração e a recepção das nomenclaturas gramaticais: condições, princípios, efeitos”, in Fonseca, F. I. et al. (orgs.), 2001 – *A Linguística na Formação do Professor de Português*, Porto, Centro de Linguística da Universidade do Porto, pp. 201-223.
- CHOMSKY, N.; Halle, M., 1968 – *The Sound Pattern of English*, New York, Harper & Row.
- CROOKSTON, I., 1999 – “The effectiveness of phonemic transcription education in speech and language therapy: a preliminary investigation”, in Maidment, J. A.; Estebas I Villaplana, E. (eds.), 1999 – *Proceedings of the Phonetics Teaching & Learning Conference (University College London, April 14-15 1999)*, London, University College London, pp. 23-25.
- CROOKSTON, I., 2001 – “Alphabetic literacy and practical phonetics teaching: some preliminary connections”, in Maidment, J. A.; Estebas I Villaplana, E. (eds.), 2001 – *Proceedings of the Phonetics Teaching & Learning Conference (Royal Holloway College, University of London, April 5-7, 2001)*, London, University College London, pp. 7-10.
- DGBS, 1991a – *Organização Curricular e Programas. Ensino Básico – 3º Ciclo. Volume I*, Lisboa, Direcção Geral dos Ensinos Básico e Secundário.
- DGBS, 1991b – *Programa de Língua Portuguesa. Ensino Básico – 3º Ciclo. Plano de Organização do Ensino-Aprendizagem. Volume II*, Lisboa, Direcção Geral dos Ensinos Básico e Secundário.
- EHRI, L. C.; Wilce, L. S., 1979 – “The mnemonic value of orthography among beginning readers” in *Journal of Educational Psychology*, 71, pp. 26-40.
- FERREIRA, A. G.; Figueiredo, J. N., 1990 – *Compêndio de Gramática Portuguesa. Ensino Secundário*, Porto, Porto Editora (14ª ed., reimp.)
- FIGUEIREDO, O.; Bizarro, R. (superv. científica de M. Vilela), 1997 – *Da Palavra ao Texto: Gramática da Língua Portuguesa*, Porto, Edições Asa.
- FONSECA, F. I., 2001a – “Linguística aplicada ou linguística aplicável?”, in Fonseca, F. I. et al. (orgs.), 2001 – *A Linguística na Formação do Professor de Português*, Porto, Centro de Linguística da Universidade do Porto, pp. 15-26.
- FONSECA, F. I., 2001b – “A Linguística e a Escrita”. Comunicação apresentada ao Encontro Comemorativo dos 25 Anos do Centro de Linguística da Universidade do Porto (22-24 de Novembro de 2001).
- FONSECA, F. I.; Duarte, I. M.; Figueiredo, O. (orgs.), 2001 – *A Linguística na Formação do Professor de Português*, Porto, Centro de Linguística da Universidade do Porto.
- FONSECA, F. I.; Fonseca, J., 1977 – *Pragmática linguística e ensino do português*, Coimbra, Almedina.
- INTERNATIONAL PHONETIC ASSOCIATION, 1999 – *Handbook of the International Phonetic Association. A Guide to the Use of the International Phonetic Alphabet*, Cambridge, Cambridge University Press.

- KOHLER, K., 1995 – “Phonetics and Speech Communication: Past Development and Future Perspectives”, in Bloothoof, G.; Hazan, V.; Huber, D.; Llisterri, J. (eds.), 1995 – *European Studies in Phonetics and Speech Communication*, Utrecht, OTS Publications, pp. 18-22.
- LINDBLOM, B., 1995 – “A View on the Future of Phonetics”, in Bloothoof, G.; Hazan, V.; Huber, D.; Llisterri, J. (eds.), 1995 – *European Studies in Phonetics and Speech Communication*, Utrecht, OTS Publications, pp. 22-30
- ME-DES, 1997 – *Português A e B. Programas. 10º, 11º e 12º anos*, Lisboa, Ministério da Educação/Departamento do Ensino Secundário (Editorial do Ministério da Educação).
- OLIVEIRA, F.; Ferreira, I.; Barbosa, J.; Cunha, L. F.; Matos, S., 2001 – “O lugar da semântica nas gramáticas escolares: O caso do tempo e do aspecto”, in Fonseca, F. I. *et al.* (orgs.), 2001 – *A Linguística na Formação do Professor de Português*, Porto, Centro de Linguística da Universidade do Porto, pp. 65-81.
- PINTO, J. M. C., 1998 – *Gramática de Português*, Lisboa, Plátano (2ª ed.).
- PINTO, M. da G. L. C., 1998 – *Saber Viver a Linguagem. Um Desafio aos Problemas de Literacia*, Porto, Porto Editora.
- PINTO, M. da G.; Veloso, J.; Maia, B. (eds.), 1999 – *Psycholinguistics on the threshold of the year 2000. Proceedings of the 5 th International Congress of the International Society of Applied Psycholinguistics*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- SEIDENBERG, M. S.; Tanenhaus, M. K., 1979 – “Orthographic effects on rhyme monitoring” in *Journal of Experimental Psychology: Human Language and Memory*, 5, pp. 546-554.
- SHANKWEILER, D., 1991 – “The contribution of Isabelle Y. Liberman”, in Brady, S. A.; Shankweiler, D. P. (eds.), 1991 – *Phonological Processes in Literacy. A Tribute to Isabelle Y. Liberman*, Hillsdale (NJ)/Hove/London, Lawrence Erlbaum Associates, pp. xiii-xvii.
- VILELA, M. (coord.), 1990 – *Dicionário do Português Básico*, Porto, Edições Asa.
- WARDHAUGH, R., 1992 – *An Introduction to Sociolinguistics*, Oxford (UK)/Cambridge (Mass.), Blackwell (2.nd edition).

LINGUÍSTICA... PARA POETAS:

o papel e as inter-relações das Ciências da Linguagem perante as outras ciências

José Teixeira

ILCH-Universidade do Minho
jsteixeira@ilch.uminho.pt

No fim de uma das primeiras aulas de mestrado (2001/2002), o funcionário da Universidade, ao ir recolher o projector do computador, virou-se para mim e para os alunos que estavam na sala e saiu-se com esta:

– Sabe Sr. Professor, o Mestrado de Linguística não devia ser só para estes alunos; devia ser para muito mais gente desta Universidade!

Tendo em conta que vivemos numa Universidade em que todas as áreas e departamentos partilham os mesmos espaços lectivos, honestamente que fiquei admirado com a popularidade que imaginei ter já, sobretudo entre os funcionários, o nosso Mestrado. E é claro que lhe perguntei:

– Mas então porquê?

– Sabe – diz ele – o outro dia entrei eu numa sala e ouvi uma professora dizer para os alunos: “Sexta-feira não houveram aulas, pois não?” e os alunos a responder “Houveram, houveram!”. E então – continuou o funcionário – eu disse-lhe assim (não sei se lhe disse ou não, mas o certo é que ele me disse que disse): “Oh!, Srª Professora, então não sabe que não se diz ‘houveram’ e se diz ‘houve’”? É por isso Sr. Professor – rematou – que eu acho que muita gente devia vir para este Mestrado!

Situações como esta, ou parecidas, já todos ou quase todos presenciámos. Perante elas, sinto-me quase sempre desconfortável, porque as pessoas querendo ser simpáticas para com os linguistas, acabam por revelar o conceito que há sobre o que é a Linguística: é o que diz o que está certo ou errado; é a polícia da língua; é quem decide o que é que é linguisticamente correcto ou incorrecto; é uma espécie de Dona Paula Bobone que ensina as boas maneiras do falar.

Neste caso, a ideia que o funcionário fã da Linguística tinha é a de que um Mestrado serve para ensinar que não se diz “houveram”, mas “houve”; por isso é que, segundo a respectiva opinião, muita gente precisaria de fazer o

Mestrado em Linguística. Claro que ele – pressupõe-se – não precisa, porque já sabe que não se diz “houveram”!

Vem isto a propósito de um ponto de reflexão que a Comissão Organizadora deste encontro me permitiu expor: que papel social e científico deve, hoje, reivindicar a Linguística?

Percebo que haja quem pense que isto não deve preocupar os linguistas. Gostaria era também que admitissem que pode haver quem se preocupe com ele. E, na minha opinião, se deva preocupar. É que, cada vez mais, o mundo da ciência é composto por uma interligação de pesquisas e de intercâmbios. Se a Linguística não fizer passar uma imagem o mais correcta possível do que faz e do que pretende fazer, terá dificuldade em ocupar o lugar a que tem direito nesse mesmo mundo da ciência e da investigação. E isto não é só uma questão de brio; é também – ou sobretudo, como se quiser – uma questão de sobrevivência económica.

Se repararmos, todas as áreas da ciência estão, mais ou menos, integradas no modelo mental que o cidadão comum e o cientista possuem sobre a sociedade: toda a gente tem uma ideia mais ou menos aproximada do que é e da importância que têm as ciências económicas, as ciências da saúde, as ciências sociais, o direito, a literatura, etc. E sobre as ciências da linguagem ou Linguística? Ah, sim, isso serve para ensinar que não se deve dizer “houveram”.

E não se pense que o papel atribuído à Linguística pela comunidade académica em geral é mais adequado: anda, mais ou menos, pelos mesmos moldes. Nunca lhes aconteceu um colega engenheiro, sociólogo ou de direito sair-se com coisas parecidas com esta: “Olha lá, já que és linguista, diz-me cá: diz-se *assim* ou *assado*?”

Não admira, por isso, o conceito que o dicionário, talvez o mais utilizado no país (Porto Editora, última edição -8ª-) tem sobre a Linguística e os linguistas. Aquela consiste no “estudo comparativo das línguas humanas” (uma razoável definição... para o século XIX) e um linguista é (a definição completa) uma “pessoa versada em línguas”. Ou seja: conhece muitas línguas, sabe muitas línguas. Mas repare-se: estes conceitos aparecem numa obra que, em princípio, deveria ter sido coordenada por linguistas!

Não admira, assim, que Jackendoff comece um dos seus artigos recentes com uma pergunta que lhe fizeram: “Ai é linguista? E então, quantas línguas é que fala?”

Bem sei que as Ciências da Linguagem constituem um grupo relativamente jovem no meio das chamadas ciências tradicionais. Mas penso estar na altura de se imporem e de se assumirem como ciências interventivas em múltiplos domínios que já lhes deveriam dizer respeito.

E posso referir alguns.

Em primeiro lugar, na política da língua.

Roça o escândalo (eu ia escrever “para mim”, mas penso que é para todos) a preparação de análise da língua (ou melhor, a falta dela) que os alunos dos cursos de letras têm à entrada da universidade. São muito raros os que conseguem analisar as estruturas sintáticas e morfológicas básicas de uma frase; não conhecem a morfologia verbal; fazem análises do género em que se classifica *com* como um “pronomes de companhia”. O panorama é tão assustador que já levou algumas universidades, incluindo a minha, pela primeira vez este ano (2001/2002), a criarem uma cadeira opcional de preparação ou bases de análise para a língua portuguesa. Resultado: houve algumas inscrições... sobretudo dos alunos pré-estagiários. Os do primeiro ano... não precisam.

Isto acontece porque em todo o ensino secundário praticamente não se leccionam conteúdos de análise linguística. Pelo menos é o que os alunos dizem ao chegarem à universidade. E para que é que se haveria de leccionar? No exame ninguém pergunta isso!

Vi, por acaso, num jornal, na altura de exames, este ano, duas provas nacionais do 12º ano da disciplina chamada “Língua Portuguesa” com as respectivas correcções. Não encontrei uma única questão que exigisse análise linguística!

Admira-me como é que isto não preocupa (se preocupa não se nota) os linguistas e as respectivas associações. Não se compreende que a disciplina de Língua Portuguesa se reduza, na prática, a conteúdos de análise literária. Eu atrever-me-ia mesmo a dizer que deveria haver uma disciplina mesmo de língua portuguesa, diferente de uma outra de literatura portuguesa. E nestes aspectos, os linguistas deveriam exigir ter mais do que uma palavra a dizer.

Esta subalternidade da Linguística relativamente à Literatura também resulta da ligação umbilical que uma e outra têm mantido na orgânica universitária. Tradicionalmente, a Linguística *acrescentou-se* aos cursos de Literatura. Ficou amarrada às “Letras”, aos profissionais do texto poético. Foi assim, em grande parte, uma Linguística para poetas.

Felizmente que o cordão umbilical tem vindo a dar mostras de já não ser vitalmente necessário. A existência de cursos universitários designados “Linguística” é prova disso mesmo.

É na simbiose entre a sua autonomização e em simultâneo a sua inserção em programas comuns de investigação e trabalho com outras áreas que a Linguística deve prosseguir. Sendo a linguagem, inquestionavelmente, a faceta mais humana das actividades humanas, não se compreende que não queira para si um papel de relevo no estudo e compreensão dos fenómenos humanos. As chamadas Ciências Cognitivas, neste âmbito, têm dado uma boa ajuda ao redimensionarem a relação e o papel da língua relativamente a todos os mecanismos cognitivos do ser humano.

Nesta perspectiva, a Linguística poderá ter uma relação privilegiada com a Psicologia, com a Neurologia, com a Linguagem artificial (entre outras áreas do saber). Mas isto implica que tem que se impor e mostrar a mais valia que podem oferecer os linguistas para trabalhar com psicólogos, neurólogos ou engenheiros de linguagens informáticas, em vez de, como vem acontecendo, haver um psicólogo, um neurólogo ou um informático que é autodidata em qualquer coisa relacionado com Linguística.

A Linguística terá de deixar de ser vista acompanhando apenas as letras e a literatura: sem deixar de ser **também** uma Linguística para poetas, terá que querer colaborar com todos aqueles que lidam com aspectos que impliquem a compreensão do fenómeno linguístico.

E há muito campo onde a Linguística deverá participar.

É indubitável que os Cursos de Comunicação Social são actualmente dos mais pretendidos pelos alunos à entrada do ensino superior. Na respectiva estruturação, se os departamentos de Linguística só tiverem para oferecer as tradicionais Fonética, Morfologia, Sintaxe e Semântica e, ainda por cima, demasiadamente teóricas e muitas vezes alicerçando-se apenas numa teoria linguística sumamente complexa para neófitos, é evidente que esta Linguística não lhes interessa. Mas terão de ter interesse, com certeza, pela compreensão do sistema linguístico enquanto sistema alicerce de toda a comunicação social: compreender as suas especificidades relativamente a todos os outros sistemas semióticos, compreender o papel da língua enquanto estrutura social, compreender que há variedades geográficas, sociais e situacionais nas línguas, compreender a relação entre a norma e os desvios, implicando conhecer a primeira e compreender cientificamente os segundos.

A Linguística terá que oferecer cadeiras que contemplem estes e/ou outros conteúdos práticos necessários e adaptados aos públicos a que se destinam. Será que estas matérias nos cursos de comunicação social estão sob a responsabilidade ou orientação de linguistas? Ao que sei, nem sempre.

Pode dizer-se que os linguistas não se podem intrometer à força em qualquer curso. Mas não é disso que se trata. Além disso há mecanismos que podem utilizar para chamar para a Linguística o que para ela deve ser chamado. Os cursos universitários em Portugal são, de vez em quando, avaliados até ao último pormenor por comissões encarregadas e pagas para isso e nomeadas pelo Ministério da Educação. Já se imaginou numa dessas avaliações, por exemplo num curso de Medicina, encontrar-se a Anatomia leccionada por um filósofo? Imediatamente haveria pressões para ser alguém da medicina a leccionar a disciplina. E por que não, nessas avaliações, fazer ver a preferência de também nesses cursos serem linguistas a leccionarem cadeiras de Linguística? Claro que isto só pode acontecer se a comunidade

social e académica tiver a percepção, o mais correcta possível, do papel e da função do linguista.

O que me parece é que isso está longe de acontecer. Na sua edição de (17/11/01:19) o semanário *Expresso* noticiava a necessidade sentida de se estudar melhor, para a mudar, a linguagem jurídica.

Com quem será feito esse estudo?

Com os jornalistas...

O título da notícia é “Juízes e ‘media’ querem mudar linguagem jurídica”. Lá se diz que “juízes e jornalistas estão a preparar um seminário conjunto, onde pretendem definir novas regras de funcionamento comum. Isto é, encontrar uma forma de clarificar os termos jurídicos, sem deturpar o sentido.” (fim de citação) A Lexicologia, a Lexicografia, a Semântica, a Pragmática ou seja, a Linguística em geral não vai ter nada a ver com isso...

E não vai ter nada a ver, também porque, quanto a mim, na própria estruturação dos cursos de Direito ainda não se viu a utilidade de perceber o todo o processo jurídico como alicerçando-se numa língua natural. Quantas questões jurídicas não são questões semânticas? Fornecerão os cursos de Direito bases científicas aos alunos sobre o que é uma língua, sobretudo no seu aspecto semântico-pragmático? Não caberá aos linguistas reivindicarem a mais-valia que, nesse aspecto, podem fornecer?

Em bastantes outras áreas, a parceria com a Linguística seria também aconselhável e, com certeza, proveitosa para todos os lados envolvidos: entre outras, na Antropologia e Sociologia em tudo o que tenha a ver com a língua como sistema humano e social, por excelência, de comunicação; na Psicologia e Medicina, nas aspectos ligados à aquisição e desenvolvimento da linguagem, às patologias da fala, aos mecanismos de processamento das conexões cerebrais no domínio do tratamento da informação. Como é evidente, mais do que esperar apenas que os outros domínios se aproximem, compete-nos a nós, linguistas, para utilizar a sacrossanta linguagem do mercado, oferecer produtos apetecíveis. E esses produtos nascerão necessariamente das interfaces que a Linguística souber fazer com as outras áreas do conhecimento.

Essas interfaces poderão ter, num futuro próximo, excelentes oportunidades de aparecerem.

Como é do conhecimento de todos, com a Declaração de Bolonha os países europeus comprometeram-se a criar um sistema de ensino superior que facilite o intercâmbio e a mobilidade dentro de cada país e dentro dos países da própria comunidade.

Isso está levar, como se adivinha, a que em Portugal, como noutros países, se estejam a reestruturar os cursos do ensino superior. No futuro, o sistema tenderá a facilitar que o aluno escolha, dentro ou fora do seu país, muitas das

disciplinas com as quais quer fazer a sua formação superior. O sistema de créditos ECTS, que inevitavelmente irá substituir o arcaico conceito de contar os créditos a atribuir aos alunos pelo número de horas que o professor lecciona, irá favorecer as disciplinas criativas e inovadoras e que saibam fazer pontes com vários ramos do saber. A Linguística terá que se capacitar que é neste mercado da ciência que terá que competir. Terá que provar a sua utilidade, terá que ter uma imagem social e académica atractiva e cientificamente justificável; terá que, na minha opinião, descolar das artes e passar para as ciências, ou seja, deixar de ser apenas uma Linguística para poetas.

Mas para que a Linguística desempenha cabalmente o seu papel no topo do sistema de ensino, terá forçosamente que acompanhar a aprendizagem reflexiva da língua-mãe feita na escola. Ler e desenhar, na aula de língua, a denominada Banda Desenhada, dramatizar os textos que se lêem, ler em voz alta depois de ter lido em voz baixa e outras estratégias pedagógicas serão, com certeza, úteis e, em certos casos, pertinentes. O que não podem é constituir em exclusivo, juntamente com a história da literatura, qualquer coisa a que se chama “Língua Portuguesa”. Um aluno pré universitário, sobretudo se vai estudar línguas, deveria saber não só escrever um texto são e escorreito, como conseguir analisar basicamente as estruturas da sua língua. Deveria saber que letras e sons não são a mesma coisa; saber distinguir análise morfológica de sintáctica; não confundir categoria e função. Mas como é que podem saber se, em primeiro lugar ninguém lhes vai perguntar isso, e, por vezes, alguns professores de língua (eu escrevi apenas “alguns”) o não sabem? Estando eu já há alguns anos a atender alunos na Universidade Aberta, quantos alunos-professores com 5, 10, ou 15 anos de experiência profissional me apareceram a não saberem distinguir aqueles conceitos? (Como isto é uma pergunta retórica, não preciso de dar resposta.)

Para a imagem deturpada que a sociedade tem dos linguistas, têm contribuído bastante, embora sem intencionalidade, os meios de comunicação social. Para os média, a preocupação que têm com a língua é a normatividade: o clássico falar e escrever correctamente segundo as normas da gramática. Como hoje só existe o que existe na televisão, que serviço é que esta requisita a algumas pessoas a quem identifica como “linguistas”? O irem lá corrigirem alguma coisa que acham que está errado na forma de utilizar a língua. Ouve-se alguém a dizer, imaginemos: “No mercado os diospiros estavam caros.”. De repente a imagem e o som param e aparece o dono da norma: “*como disse?! Diospiro?! Não sabe que não se pode dizer diospiro, mas dióspiro? Vem do grego dióspuroV, etc...*”

E pronto! Aí está a lição de “linguística” dada. O locutor de serviço louva a sabedoria demonstrada, e promete que vai passar a dizer *dióspiro*.

É este papel de revisor ortográfico oficial que preenche praticamente na globalidade a imagem social (e acadêmica) feita sobre os linguistas. É este papel, quase em exclusivo, de polícia-talibã para o combate ao vício e defesa da virtude (virtudes e vícios linguísticos, claro...) que, penso, nos devemos recusar a desempenhar como vocação prioritária. Isto dá do linguista a imagem do *magister dixit* medieval: a sua “ciência” consiste em saber muita coisa sobre o como-deveria-ser em vez de explicar o porquê do como-é. Uma espécie de revisor ortográfico com salário ao fim do mês, cujos mestrados fazem muita falta já que se destinam a ensinar que não se deve dizer que “sexta-feira não houveram aulas”.

ÍNDICE

Apresentação	5
Introdução	7
<i>Fátima Oliveira</i>	
Para compreender o mecanismo de formação dos chamados «derivados regressivos»	9
<i>Alexandra Soares Rodrigues</i>	
Uma análise dos verbos psicológicos com base nos dados de um <i>corpus</i> : regularidade, variação e polissemia verbal	21
<i>Amália Mendes</i>	
A terminologia do empréstimo linguístico no português europeu: uma terminologia ambígua?	35
<i>Ana Rebello de Andrade</i>	
Verbos auxiliares e verbos de reestruturação do português europeu	45
<i>Anabela Gonçalves</i>	
Anaphoric binding and phase quantification	59
<i>António Horta Branco</i>	
Alguns d'os mais antigos textos escritos em português "notícia de fiadores" (1175): Estudo Antroponímico	69
<i>António Pereira</i>	
Da semântica cognitiva à pragmática lexical: A polissemia de <i>pronto</i>	83
<i>Augusto Soares da Silva</i>	
O dicionário de termos náuticos e o projecto termináutica	99
<i>Carla Sacadura Cabral Margarida Correia</i>	
A problemática da difusão e do intercâmbio da produção terminológica. Que soluções se perspectivam no contexto português?	109
<i>Carla Sacadura Cabral Paula Estrêla Lopes Mendes</i>	
Variação Linguística em Porto	119
<i>Celeste Rodrigues</i>	
Pragmática histórica: perspectivas de alargamento da metodologia de análise de textos medievais	131
<i>Clara Barros</i>	
Do possível e impossível em redenominação demonstrativa anafórica	141
<i>Fátima Silva</i>	
Porqué insistir en la descomposición del significado léxico?	157
<i>Gerd Wotjak</i>	

